

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

ANDERSON LUIS SCHUCK

ENTRE TRAMAS, METAMORFOSES E INSUBMISSÕES NA PRODUÇÃO DA
POLÍTICA SEXUAL NO OESTE CATARINENSE: LEITURAS MICROPOLÍTICAS DAS
OFENSIVAS ANTIGÊNERO EM CENÁRIOS (NEO)CONSERVADORES

PORTO ALEGRE/RS

2024

ANDERSON LUIS SCHUCK

ENTRE TRAMAS, METAMORFOSES E INSUBMISSÕES NA PRODUÇÃO DA
POLÍTICA SEXUAL NO OESTE CATARINENSE: LEITURAS MICROPOLÍTICAS DAS
OFENSIVAS ANTIGÊNERO EM CENÁRIOS (NEO)CONSERVADORES

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como parte dos requisitos para obtenção do título de doutoramento em Psicologia Social e Institucional.

Linha de pesquisa: Políticas públicas e produção de subjetividades

Orientador: Prof. Dr. Henrique Caetano Nardi

PORTO ALEGRE/RS

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Schuck, Anderson Luis
ENTRE TRAMAS, METAMORFOSES E INSUBMISSÕES NA
PRODUÇÃO DA POLÍTICA SEXUAL NO OESTE CATARINENSE:
LEITURAS MICROPOLÍTICAS DAS OFENSIVAS ANTIGÊNERO EM
CENÁRIOS (NEO)CONSERVADORES / Anderson Luis Schuck.
-- 2024.
298 f.
Orientador: Henrique Caetano Nardi.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Serviço
Social, Saúde e Comunicação Humana, Programa de
Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional,
Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Ofensivas antigênero. 2. Neoconservadorismo. 3.
Oeste Catarinense. 4. Política Sexual. 5. Resistências
. I. Nardi, Henrique Caetano, orient. II. Título.

ANDERSON LUIS SCHUCK

ENTRE TRAMAS, METAMORFOSES E INSUBMISSÕES NA PRODUÇÃO DA
POLÍTICA SEXUAL NO OESTE CATARINENSE: LEITURAS MICROPOLÍTICAS DAS
OFENSIVAS ANTIGÊNERO EM CENÁRIOS (NEO)CONSERVADORES

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como parte dos requisitos para obtenção do título de doutoramento em Psicologia Social e Institucional.

Aprovada em:

Professor Dr. Henrique Caetano Nardi (Orientador) - UFRGS

Professora Paula Sandrine Machado (UFRGS)

Professor José Ignacio Pichardo Galán (Universidad Complutense Madrid)

Professora Cláudia Battestin Dupont (Unochapecó)

Professora Myriam Aldana Vargas

*“Quem não luta pela própria justiça, não luta
por outras injustiças” (Rita Segato)*

AGRADECIMENTOS

Ao buscar escrever estes agradecimentos lembro de um fragmento exposto por Sara Ahmed sobre os braços que se erguem para persistir e protestar contra a materialidade do poder, que envolve a sensação produzida de “dar a cara na parede” toda vez que nos movimentamos para mudar um estado de coisas, com suas desigualdades e violências. São braços que buscam alcançar algo e talvez sejamos aqueles/as que estão sendo alcançados/as/es pelos braços. São muitos os braços anunciando nas linhas dessa tese que buscam constituir formas de estudar e enfrentar o medo, o terror e a destruição que se articulam nos projetos antigênero, e que também constroem entre os restos e brechas, afetos e desejos, caminhos para um outro mundo compartilhado, com suas múltiplas possibilidades de existir e viver em condições de liberdade. Entre essas forças que se movimentam, quero falar mais especificamente dos braços que me alcançaram nessa caminhada com o doutorado, em diferentes momentos e intensidades, que seguem me fortalecendo, e que também são braços para outras tantas pessoas, produzindo coletividades e campos de lutas e afetos.

Inicialmente agradeço os encontros a partir do doutorado, principalmente ao professor Henrique Caetano Nardi pelo aceite em acompanhar meus processos, com seu jeito atento e sensível, lembrando constantemente das metamorfoses com o tema de estudo e na construção enquanto pesquisador. Juntamente com o Henrique nas ações com o NUPSEX - Núcleo de Estudos e pesquisa de gênero e sexualidade, meu reconhecimento à professora Paula Sandrine Machado, pela acolhida em diversos momentos desse percurso e por potencializar tantas pessoas que cruzam com seus caminhos. Ressalto as contribuições e inquietações provocadas na qualificação do projeto de tese pela professora Arlene Anelia Renk e professor Marco Aurélio Máximo Prado. Nesta etapa de conclusão agradeço a possibilidade de partilhar bons diálogos com as professoras Cláudia Battestin e Myriam Aldana Vargas e com o professor José Ignacio Pichardo Galán, que provocam deslocamentos e inspiram novas ideias e reflexões em relação aos campos/contextos anunciados neste estudo. Com Myriam aprendi a dimensão insubmissa dos estudos de gênero e sexualidades e sua presença em mais uma etapa da minha construção acadêmica reforça a continuidade das danças de braços dados em torno da Fogueira.

Na linha dos afetos e memórias que se articulam com o estudo sobre o oeste catarinense, quero sinalizar a escuta das histórias e lembranças dos meus avós paternos (Maria e Luis) e maternos (Orzola e Clemente), que fornecem retratados de um passado de lutas, entre ambiguidades e vontade de construir outros futuros possíveis. Da minha família, agradeço meus

pais (Aldoino e Salete) e irmãos (Anna e Andrei) pelo incentivo, paciência e encorajamento para enfrentar essa travessia com o doutorado. Em especial para meu namorado Maicon que me amparou e forneceu muitos braços para me ajudar levantar a cada queda e tropeço, a quem recorria primeiramente para dialogar sobre os caminhos e modos de seguir em frente. E não deixaria de marcar o Jack e Lisa, esses cachorros-gente que não saíram do meu lado e sabiam interpretar como ninguém as intensidades vividas. E falando de família, sei que tenho um Coletivo de amigos/as/es que, mesmo com as distâncias e atravessamentos do cotidiano, estão sempre juntos/as/es, nem que seja: “só para incomodar!”

Em minha vivência profissional tive a sorte e felicidade de encontrar colegas (professoras/es e alunos/as/es) que se tornaram amigos/as/es e confidentes, partilhando muitas das ideias que ajudaram compor esta tese. E nas mudanças de rumos, quando me deparei com lugares sufocantes, pude encontrar possibilidades de respirar ao lado de pessoas implicadas ética e politicamente, e nisso agradeço a quem compõe o Núcleo da Abrapso e a UNA LGBT, ambos de Chapecó. Me fazem lembrar que aqui é terra de gente que luta nas brechas de um cenário conservador e violento. É entre esses grupos/entidades que cheguei até os/as/es participantes dos diálogos-entrevistas, que me oportunizaram aprender com quem produz condições de resistências e entra em disputa para criar um outro mundo, com mais justiça e possibilidades de amar e viver sem medo. São muitos os braços que se reúnem em aliança para descer a avenida, quebrar/pintar muros e lutar contra os moinhos de vento.

Agradeço ainda ao Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES) de Santa Catarina, pelo auxílio financeiro na pós-graduação e incentivo para o desenvolvimento social e de potencialidades regionais.

Enfim, pensar em agradecimentos me faz lembrar de Eduardo Galeano ao proferir: “a memória guardará o que valer a pena. A memória sabe de mim mais que eu; e ela não perde o que merece ser salvo”. Muito obrigado a todes/as/os!!!

ENTRE TRAMAS, METAMORFOSES E INSUBMISSÕES NA PRODUÇÃO DA POLÍTICA SEXUAL NO OESTE CATARINENSE: LEITURAS MICROPOLÍTICAS DAS OFENSIVAS ANTIGÊNERO EM CENÁRIOS (NEO)CONSERVADORES

RESUMO

As tramas envolvem intrigas, enredos e a construção de narrativas em torno de um emaranhado de acontecimentos, que neste estudo tratam da produção de uma política sexual no oeste catarinense atravessada pela mobilização de ofensivas antigênero. A cruzada transnacional contra o fantasma do gênero tem articulado uma heterogeneidade de sujeitos e instituições pautados por lógicas neoconservadoras e neoliberais, que buscam atacar pautas e demandas relacionadas aos direitos sexuais e direitos reprodutivos defendidos principalmente pelos movimentos feministas e da população LGBTQIAPN+. Pensar as continuidades e descontinuidades deste fenômeno em um nível local/regional envolve problematizar uma micropolítica dos jogos de forças que ultrapassam o funcionamento do Estado e penetram na vida cotidiana dos sujeitos, com seus pontos de aplicação do poder e as condições de possibilidade de sua contestação. Com base neste panorama, delimitamos como objetivo de pesquisa: analisar o campo de produção das políticas de gênero e sexualidades na região oeste de Santa Catarina, considerando as metamorfoses das alianças entre (neo)conservadorismo e ofensivas antigênero e as possibilidades de resistência a estes movimentos na contemporaneidade. Um primeiro percurso de reflexão abarcou compreensões decoloniais sobre a formação da região, questionando modos de colonização que promoveram a expropriação das terras e cultura de indígenas e caboclos para imposição do ethos dos colonos, os imigrantes descendentes de europeus (principalmente alemães e italianos), que sustentaram sua dominação étnica apoiada nos valores da religião, no trabalho e na família patriarcal, elementos que reafirmam um padrão conservador colonial com suas desigualdades e violências. As marcas dessa realidade se entrecruzam com práticas coronelistas e antidemocráticas que se fazem presentes na atuação legislativa em Câmaras de Vereadores dos pequenos municípios do interior, operando historicamente um silêncio normalizador do padrão cisheteronormativo, mas que na atualidade produzem complexas e dinâmicas articulações nacionais-locais para fazer avançar o ativismo político de extrema direita anti-feminista e anti-LGBTQIAPN+ (com maior relevo anti-trans). Na configuração deste diagrama de forças é possível acompanhar a polemização dos danos e as resistências produzidas por pessoas e coletivos que buscam viver o gênero e sexualidades sem medo e que se movimentam de forma insubmissa para erguer braços e abrir brechas naquilo que é dado, nas quebras para outro mundo possível.

Palavras-chave: Oeste Catarinense; Gênero e sexualidades; Política Sexual; Ofensivas Antigênero; Neoconservadorismo.

ENTRE TRAMAS, METAMORFÓSIS E INSUMICIONES EN LA PRODUCCIÓN DE LA POLÍTICA SEXUAL EN EL OESTE CATARINENSE: LECTURA MICROPOLÍTICA DE LAS OFENSIVAS ANTIGÉNERO EN ENCENÁRIOS (NEO)CONSERVADORES

RESUMEN

Las tramas involucran intrigas y enredo de construcción narrativa alrededor de una maraña de acontecimientos, que en esta investigación trata de la producción de políticas sexuales en el oeste catarinense atravesadas por la movilización de ofensivas antigénero. La cruzada transnacional contra el fantasma del género ha pasado a articular una heterogeneidad de sujetos e instituciones que se pautan por lógicas neoconservadoras y neoliberales, que buscan atacar pautas y demandas relacionadas a los derechos sexuales y derechos reproductivos defendidos por los movimientos feministas y de la población LGBTQIAPN+. Pensar las continuidades y discontinuidades de este fenómeno a nivel local/regional implica problematizar una micropolítica de los juegos de fuerzas que van más allá del funcionamiento del Estado y penetran en la vida cotidiana de los sujetos, con sus puntos de aplicación del poder y las condiciones, de posibilidad para su impugnación. A partir de este panorama, definimos el objetivo de la investigación como: analizar el campo de producción de políticas sexuales y de género en la región occidental de Santa Catarina, considerando las metamorfosis de las alianzas entre (neo)conservadurismo y ofensivas antigénero y las posibilidades de resistencia, a estos movimientos en la época contemporánea. Un primer camino de reflexión abarcó entendimientos decoloniales sobre la formación de la región, cuestionando modos de colonización que promovía la expropiación de las tierras y la cultura de los pueblos indígenas y caboclos para imponer el ethos de los colonos, los inmigrantes de ascendencia europea (principalmente alemanes e italianos), quienes sostuvieron su dominación étnica basada en los valores de la religión, el trabajo y la familia patriarcal, elementos que reafirman un estándar colonial conservador con sus desigualdades y violencia. Las marcas de esta realidad se suponen con prácticas del coronelismo y antidemocráticas que están presentes en el escenario legislativo en asamblea de los concejales, operando históricamente un silencio normalizador del estándar cisheteronormativo, pero que actualmente producen complejas y dinámicas articulaciones nacionales y locales para avanzar en el activismo político antifeminista y anti-LGBTQIAPN+ de extrema derecha (con mayor énfasis en anti-trans). En la configuración de este diagrama de fuerzas es posible seguir la polémica sobre los daños y las resistencias que producen personas y grupos que buscan vivir su género y sexualidades sin miedo y que se mueven de manera insumisa para levantar los brazos y abrir brechas en la sociedad, lo que se da en las rupturas, hacia otro mundo posible.

Palabras clave: Oeste Catarinense; Género e sexualidad; Política Sexualles; Ofensivas Antigénero; Neo-conservadurismo.

BETWEEN PLOTS, METAMORPHOSES AND INSUBMISSIONS IN THE PRODUCTION
OF SEXUAL POLITICS IN WEST OF SANTA CATARINA: MICROPOLITIC
READINGS OF ANTI-GENDER OFFENSIVES IN (NEO)CONSERVATIVE SCENARIOS

ABSTRACT

The plots involve intrigues, story lines and the construction of narratives around a tangle of events, which in this study are about the production of a sexual policy in the west of Santa Catarina crossed by the mobilization of anti-gender offensives. The transnational crusade against the ghost of gender has articulated a heterogeneity of people and institutions guided by neoconservative and neoliberal logics, intending to attack agendas and demands related to sexual and reproductive rights defended mainly by feminist movements and the LGBTQIAPN+ population. Thinking about the continuities and discontinuities of this phenomenon at a regional level involves problematizing a micropolitics of power dynamics that go beyond the functioning of the State and penetrate the people's daily lives, with their points of power application and the possibility of their contestation. Based on this panorama, the research objective was defined as: analyzing the field of production of gender and sexuality policies in the west of Santa Catarina, considering the metamorphoses of the alliances between (neo)conservatism and anti-gender offensives and the possibilities of resistance to these movements in contemporary times. A first line of reflection encompassed decolonial understandings about the formation of the region, questioning modes of colonization that promoted the expropriation of the lands and culture of indigenous and caboclo peoples to impose the ethos of the colonists, the immigrants descended from Europeans (mainly Germans and Italians), who sustained their ethnic domination based on the values of religion, work and the patriarchal family, elements that reaffirm a conservative colonial pattern of inequalities and violence. The marks of this reality are combined with coronelistic and antidemocratic practices that are present in the legislative activity in City Councils of small cities in the interior, historically operating the cisheteronormative silence, but which currently produce complex national-local articulations to advance the anti-feminist and anti-LGBTQIAPN+ (especially anti-trans) extreme right-wing political activism. In the configuration of this diagram of forces, it is possible to observe the controversialization of the damages and the resistances produced by people and collectives who seek to live gender and sexuality without fear and who move defiantly to raise their arms and create openings in what is given to them, breaking through to another possible world.

Keywords: West of Santa Catarina; Gender and sexualities; Sexual Politics; Antigender Offensives; Neoconservatism.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACAMOSC	Associação das Câmaras do Oeste de Santa Catarina
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AGU	Advocacia Geral da União
ALESC	Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
AMAI	Associação dos municípios do Alto Irani
AMARP	Associação dos municípios do Alto Vale do Rio do Peixe
AMAUC	Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense
AMEOSC	Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina
AMERIOS	Associação dos Municípios do Entre Rios
AMMOC	Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense
AMNOROESTE	Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense
AMOSC	Associação dos Municípios do Oeste Catarinense
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
BBC	British Broadcasting Corporation
CCJ	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CIMI	Pastoral Indígena da Diocese de Chapecó
CMJ	Conselho Municipal da Juventude
COI	Comitê Olímpico Internacional
COMDIM	Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres
Conaq	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRDH	Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial Marcelino Chiarello
CTG	Centros de Tradição Gaúcha
DP	Defensoria Pública
DPCAMI	Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso
FECAM	Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina
FESPORTE	Fundação Catarinense de Esporte
GAPA	Grupo de Apoio e Prevenção a AIDS
HAV	Homens Autores de Violência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans (Travesti e Transexuais), Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e mais
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MPSC	Ministério Público de Santa Catarina
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OVM	Observatório da Violência contra a Mulher
P.L.	Projeto de Lei
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PL	Partido Liberal
PME	Plano Municipal de Educação
PP	Partido Progressistas
PR	Paraná
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RJ	Rio de Janeiro
SC	Santa Catarina

SESC	Serviço Social do Comércio
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJSC	Tribunal de Justiça de Santa Catarina
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UBM	União Brasileira de Mulheres
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UJS	União da Juventude Socialista
UNA LGBT	União Nacional LGBT
Unochapecó	Universidade Comunitária da Região de Chapecó
UVESC	União dos Vereadores de Santa Catarina

LISTA DE IMAGENS, GRÁFICOS E TABELAS

Imagem 1: Registro de notícia sobre o linchamento de Chapecó

Imagem 2: Registro Desbravador na 1ª Parada de Luta LGBT do Oeste Catarinense

Imagem 3: Mapa do municipalismo de Santa Catarina

Imagem 4: Processo de apagamento da pintura no muro em Pinhalzinho/SC

Imagem 5: Material de divulgação da 7ª Parada de Luta

Imagem 6: cartaz afixado na cidade de Descanso/SC

Imagem 7: fotografia da performance Marretada Trans

Gráfico 1: Representação do executivo municipal segundo identidade de gênero

Gráfico 2: Representações no legislativo conforme identidade de gênero

Gráfico 3: Representação de mulheres no executivo dos municípios

Tabela 1: Identificação dos/as/es participantes

SUMÁRIO

1. LINHAS INTRODUTÓRIAS.....	17
2. CAMINHOS DA PESQUISA: PRODUZINDO MOVIMENTOS DE FORÇAS.....	27
2.1 POR UMA ANÁLISE SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADES NO OESTE CATARINENSE.....	33
2.2 DIAGRAMA DO CAMPO DE FORÇAS ENTRE (NEO)CONSERVADORISMO E POLÍTICAS ANTIGÊNERO.....	35
2.3 CARTOGRAFANDO OS MODOS DE RESISTÊNCIA	38
3. CONSERVADORISMO PARA QUEM? TRAÇOS DA COLONIALIDADE DE GÊNERO NA HISTÓRIA E CULTURA DO OESTE CATARINENSE	41
3.1 COLONIALIDADE DO PODER E INTERSECÇÕES ENTRE RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADES....	43
3.2 A PRODUÇÃO DO OESTE CATARINENSE, SEUS TERRITÓRIOS E SUJEITOS.....	47
3.3 EMBATES NO COTIDIANO COLONIAL E AS IMPOSIÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES	54
3.3.1 <i>Nas bordas do destino dos expropriados</i>	<i>55</i>
3.3.2 <i>Binarismo de gênero, cultos à masculinidade e suas violências.....</i>	<i>64</i>
3.4 A LUTA DOS EXCLUÍDOS E O IMAGINÁRIO DE OUTROS MUNDOS	75
4. OFENSIVAS ANTIGÊNERO E AS METAMORFOSES DE UMA POLÍTICA SEXUAL.....	86
4.1 NOTAS SOBRE O CONSERVADORISMO REGIONAL E O NEOCONSERVADORISMO ANTIGÊNERO	87
4.2 DA CONSTRUÇÃO DE UM MAPA DAS FORÇAS LOCAIS DAS OFENSIVAS ANTIGÊNERO	99
4.3 DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E DIVERSIDADE NAS AÇÕES LEGISLATIVAS	106
4.3.1 <i>Direitos humanos das mulheres e o enfrentamento das desigualdades e violências</i>	<i>109</i>
4.3.2 <i>Modos de gestão dos corpos e os direitos sexuais e direitos reprodutivos.....</i>	<i>116</i>
4.4 EMERGÊNCIA E DISPUTAS EM TORNO DA IDEOLOGIA DE GÊNERO	123
4.5 PAUTAS ANTIGÊNERO: ESCOLA SEM PARTIDO, BANHEIRO UNISSEX E LINGUAGEM NEUTRA	132
4.6 ARQUIVADO. REJEITADO. AS TENTATIVAS DE ANIQUILAMENTO LGBTQIAPN+	140

5. DESCENDO A AVENIDA, QUEBRANDO MUROS E LUTANDO CONTRA MOINHOS DE VENTO: RESISTÊNCIAS ÀS OFENSIVAS ANTIGÊNERO.....	154
5.1 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE DIÁLOGOS SOBRE RESISTÊNCIAS	157
5.2 MODOS DE HABITAR O OESTE CATARINENSE	160
5.3 CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES EM/NA LUTA	167
5.4 MICROPOLÍTICAS DO CAMPO DE FORÇAS ANTIGÊNERO	173
5.5 PRODUÇÃO DO MEDO E A VIOLÊNCIA DO (NEO)CONSERVADORISMO	184
5.6 FRAGMENTOS DE IDEIAS PARA SEGUIR LUTANDO	191
6. PARA TENTAR CONCLUIR.....	199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	206
APÊNDICE 1: MAPA DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS (2021-23).....	216
APÊNDICE 2: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E EXPLICADO	290
APÊNDICE 3: SÍNTESE GERAL DAS AÇÕES LEGISLATIVAS (2021-2023)	293
ANEXO 1: MANIFESTO 7^A PARADA DE LUTA – UNA LGBT CHAPECÓ/SC.....	295
ANEXO 2: CARTA DE COMPROMISSOS ELEIÇÕES 2024.....	296

1. LINHAS INTRODUTÓRIAS

Senta. Aguarda um pouco enquanto finalizo o preparo do chimarrão. Você quer? Cuidado que a água está quente, não vai queimar a língua. Eu avisei! Depois de algumas cuias é o momento para iniciarmos a conversa que nos trouxe até aqui. Tenho algumas perguntas sobre as histórias não contadas envolvendo a construção da região oeste de Santa Catarina¹, daquelas que se fizeram marginais, marcadas nos corpos e cujas vozes seguem silenciadas em nome do imaginário de progresso. Pode lhe parecer constrangedor ou um tanto incomodo, mas, se possível, quero tratar da relação entre sexo e política, de como se faz gênero e sexualidades entre as forças micropolíticas locais. Mas não me engane, pois sabe onde quero chegar: vai me dizer que acredita em “ideologia de gênero”? Eu sempre soube que você era conservador/a/e, mas não posso aceitar seu apoio e voto em quem propaga esses absurdos. Eles/as querem acabar comigo e outras tantas pessoas nessa comunidade. Nem adianta se levar, pois vou esquentar mais uma térmica de água, pois esse diálogo vai ser longo.

No ano de 2015 foi a primeira vez que ouvi o termo ideologia de gênero, embora não compreendesse as razões e articulações em torno do campo de disputadas que se formavam naquele cenário político e social. O debate travado durante a conferência de educação envolvia a retirada do termo gênero do plano municipal de Pinhalzinho/SC. Naquela ocasião participava enquanto psicólogo das políticas públicas de saúde, e esse ponto em especial me chamou atenção, ainda mais devido minha caminhada nos estudos e pesquisas de gênero durante a graduação. Lembro de um homem que se levantou na plateia e como justificativa para a supressão do termo alegava cristofobia, uma perseguição contra seus valores religiosos. Eu, um tanto entediado com os debates esvaziados até o momento, senti um profundo incomodo, me levantei e pedi a palavra para argumentar que historicamente foi a religião quem propagou a intolerância contra a diversidade, sendo necessário abordar tais temas no cotidiano escolar, como maneira de enfrentar desigualdades e violências. A discussão não avançou e a retirada do termo não foi aprovada, diferente do que aconteceu em outros municípios da região, inclusive no plano nacional de educação.

Essa lembrança foi revivida durante o processo de escrita desta tese, que anteriormente eram entendidas apenas como manifestações do pensamento conservador e religioso que sempre se fizeram presente nas minhas relações neste contexto regional. Falar desse território

¹ Geograficamente Santa Catarina conta com 295 municípios, distribuídos administrativamente em 7 regiões intermediárias, dentre elas o Oeste Catarinense, que conta com 118 municípios.

vivido do oeste catarinense, que será cenário deste estudo, envolve questionar a história, aquela em que eu me reconheço e me desfaço a cada descoberta e no confronto com outras realidades (im)possíveis. Entre as fotografias desbotadas e os relatos nostálgicos me foi dito sobre um passado de muitas dificuldades e virtudes, dos avós descendentes da terceira e quarta geração de imigrantes alemães e italianos, que vieram do norte do Rio Grande do Sul para desbravar o oeste catarinense, de como tiveram que abrir estradas e construir casas onde supostamente apenas havia mato, dos muitos filhos que precisavam ajudar na pequena propriedade rural, da vida tranquila e sem grandes acontecimentos. Pouco se falava dos antigos habitantes destas terras, os indígenas e caboclos, e os enquadramentos feitos reforçavam a desumanização destes povos. Nas marcas desta colonização fui sendo posicionado nesta realidade pautada pelos imaginários voltados à manutenção da família, da dignidade atrelada ao trabalho e da submissão aos desígnios da fé católica, em nome de Deus, acima de tudo e em todos os lugares, vigiando e censurando os pecados da carne.

Neste cenário fui constituindo minha relação com o mundo, entre os muitos tropeços em minha trajetória, de um contexto familiar de classe média baixa, significativamente religioso, com histórico de trabalho na agricultura, em uma cidade do interior do oeste de Santa Catarina, chamada Nova Erechim. Uma dose de timidez, desconforto e incompreensão ainda perpassam as tentativas de descrição das minhas raízes, que se relacionam como uma dificuldade de expressar livremente minhas opiniões e sonhos, principalmente pelas marcas da vivência de uma orientação sexual não heteronormativa, em uma sociedade que logo percebi não ser acolhedora com as diferenças. Foi meu interesse pelos livros e estudos que me levaram à graduação em psicologia na Unochapecó, e foi lá que pude experienciar uma revolução na forma de compreensão do mundo e de relação comigo mesmo, entre meus encontros com os/as/es amigos/as/es do movimento estudantil e na participação no Grupo de estudos e pesquisas de gênero - Fogueira. Esses lugares produziram aberturas para afecções e práticas de liberdade, e pouco a pouco fui construindo um maior entendimento sobre as múltiplas formas de desigualdades e violências, bem com as possibilidades de luta e caminhos para uma transformação social. Tal movimento se aproxima com o exposto por Sara Ahmed (2022) de que as coisas começam com uma sensação, e por meio das nossas próprias experiências a gente sente que alguma coisa está errada, e que aquilo que acontece com a gente também acontece com outras pessoas, um momento em que a ficha cai e passamos a perceber o sexismo, racismo e LGBTfobia, entre outras violências que produzem formas desiguais de habitar o mundo.

O feminismo e os estudos de gênero possibilitaram reviver minha história e martelar meu passado, movimento que seguiu se desdobrando em minhas caminhadas profissionais

como psicólogo e posterior com o mestrado, estudando a realidade de pessoas em situação de rua. O processo com o mestrado me levou a migrar desta região (do interior) para o litoral de Santa Catarina, contribuindo para maior abertura para experimentação pessoal e profissional, e digo que foram bons anos, encontros e descobertas. Mesmo assim, não sentia estar criando pertencimento neste local, e até mesmo senti saudades de estar no “velho oeste”, e alguns termos me fizeram querer voltar, o que foi conciliado com o início do meu percurso como professor universitário. Não estava tão “preparado” como pensava para esse retorno, era como se tivesse que colocar muitas coisas novamente “no armário”, ou quem sabe ter a consciência de dar de “cara com a parede” novamente com certas moralidades religiosas e autoritárias, que produziam “novos” e “velhos” olhares censuradores, fazendo endurecer certos gestos e vontades e que intensificava medos e inseguranças.

Através da Universidade pude acompanhar os processos de alunos/as/es que relatavam os desafios da expressão e afirmação da diversidade (de gênero, sexualidade, raça, deficiência...), como de suas pesquisas e estudos que, mais uma vez, contavam sobre o cenário conservador e violento da região², e novamente Ahmed (2022) lembra que através das palavras percebemos que a violência é mais direcionada a alguns corpos que a outros. Em paralelo, me chamava atenção as contradições e ambiguidades desse cenário regional, de pessoas e instituições que propagavam moralidades e intolerâncias, mas se silenciavam diante do sufocamento das existências LGBTQIAPN+, não questionavam as recorrentes notícias de violência contra mulheres, feminicídios, redes de pornografia infantil e tráfico sexual de pessoas (a se considerar que a região faz divisa com o Paraguai e a Argentina), e que alimentavam, entre risos e insinuações, os interesses coletivos sobre infidelidade e o funcionamento das muitas casas de prostituição. Enfim, produziam modos de tornar visível como as dimensões de gênero e a sexualidade constituíam a trama cotidiana de narrativas, afetos e fantasias.

Partindo das angústias e reflexões sobre esse cenário, ingressei no Doutorado em Psicologia Social e Institucional na UFRGS (2020) pretendendo cartografar os modos de assujeitamento e resistência aos discursos conservadores sobre gênero e sexualidades, considerando o contexto histórico e cultural da região. As linhas desta proposta se pautavam

² Queria compartilhar mais das intensidades e aprendizagens destas pesquisas e estudos, e da força destes/as acadêmicos/as/es em problematizar aspectos das suas vidas e cotidianos, com suas propostas de refletir sobre temáticas como: a subordinação e/ou penalização da identidade/sexualidade das mulheres (em contextos como o uso dos prazeres ao enviar nudes, as decisões sobre o exercício da prostituição, o fato de ser impedida ou limitada em participar de clubes de motos, a vivência de racismo e xenofobia com a migração de mulheres negras e nordestinas, na constituição da subjetividade de mulheres com descendência cabocla e indígena), do preconceito e violência em relação à performatividade de gênero e sexualidades de pessoas LGBTQIAPN+, da cidade e do campo (rural), nos espaços da universidade e sistema prisional, e das possibilidades de descolonizar afetos, pensamentos e modos de ser através da literatura e arte.

nas análises de Michel Foucault (1988) sobre o dispositivo da sexualidade, com interrogações sobre quem são, de quais os lugares e instituições, e que pontos de vista se fala sobre sexo e sexualidade. Articulava também os apontamentos de Judith Butler (2017) sobre a análise de como os discursos constituídos por relações de poder produzem assujeitamentos e formam os sujeitos, como condição de existência e as trajetórias de seus desejos, e na possibilidade de ressignificação e resistência, de oposição ao poder e de instrumento para a ação política na constituição de existências mais livres e diversas. Mesmo perseguindo esse interesse de pesquisa, com o processo do doutorado movimentaram-se outras linhas teórico-metodológicas e análises do tempo presente, produtoras de novos caminhos em relação à proposta de pesquisa, o que proporcionou um reencontro com as discussões sobre ideologia de gênero, mais especificamente da atualidade das ofensivas antigênero.

O que anteriormente acreditava ser um movimento disperso e local, aos poucos fui compreendo tratar-se de articulações nacionais e internacionais de diferentes atores sociais e institucionais contrários as reivindicações e direitos conquistados pelas lutas feministas e LGBTQIAPN+. Em linhas gerais, como anuncia Flávia Biroli (2020), as ofensivas antigênero tem se configurado como eixo central das disputas em torno do Estado e servido para a ascensão de lideranças da extrema-direita, se consolidando como um modelo de governança e cidadania, com seus entrecruzamentos religiosos e de avanço de pautas antidemocráticas. Esses ataques compreendem novas estratégias e táticas de uma política reacionária, ao passo que também buscam reatualizar a produção de uma identidade nacional cisheterossexual, pautada pela defesa da família “tradicional” impregnada de racionalidades neoliberais. Sobre isso me questionava: como o avanço desse movimento antigênero se relaciona com um cenário regional já marcadamente conservador?

Considerar o conservadorismo como uma forma de identificação de uma comunidade, um modo de vida e projeto de sociedade, remete ao ordenamento de um mundo dado com suas promessas de preservação dos laços sociais, do sucesso financeiro e felicidade futura, algo quase mágico e isento de confrontação com as materializações desse mundo compartilhado, com suas desigualdades, apagamentos e violências. Ao refletir sobre como esse conservadorismo se manifestava no oeste catarinense questionava sobre os ideais de uma vida que deveria seguir sem maiores prazeres e contradições, de uma diversidade silenciada e quando visível tornada uma ameaça a ser eliminada. Mas eu me percebi marcado diferente nesse contexto, e os desencaixes produzidos me fizeram querer ir além do que me foi possibilitado, queria saber e conhecer mais, me contagiar com outros modos de sentir e experienciar, o que também trouxe novos problemas e o reconhecimento de opressões que não poderiam ser

desconsideradas. O modo conservador que prega a harmonia social e a preservação das instituições (sociais, religiosas e políticas) convive com suas hipocrisias, legitima hierarquias e impõe forçadamente um modo de vida a semelhança dos ideais dos colonizadores (brancos, descendentes de europeus, patriarcais, heterossexuais, católicos, colonos capitalistas). E como defende Aníbal Quijano (2005), não se pode convocar impunemente os fantasmas que a história colonial/moderna produziu, uma vez que os domínios da colonização da América Latina não descansaram, seguem habitando nossa existência social, deixando mortos e feridos e buscando controlar nossos projetos históricos.

Não somente pensar os aprisionamentos conservadores do modelo colonial, mas segundo Michael Löwy (2015) é preciso analisar como o conservadorismo se reafirmou como um pensamento político e econômico em reação à Revolução Francesa (século XVIII), posteriormente contribuindo para o levante de forças racistas, xenófobas, fascistas ou semifascistas e dos ataques aos princípios de um estado de bem-estar social no século XX. Esse movimento impregnou ideários da tradição em detrimento dos riscos provocados por possíveis mudanças sociais, em que a estabilidade social somente seria garantida pela reafirmação dos valores religiosos, defesa da propriedade privada e do ordenamento entre quem é legitimado para governar e a quem cabe obedecer. Podemos considerar, nesse contexto, que o gênero e sexualidade, tomados enquanto pautas de costume, foram amarrados aos compromissos do casamento, da família nuclear, da vigilância em torno do sexo normal e saudável, da pedagogização das crianças e patologização da homossexualidade e transexualidade, dentre outros elementos que fundamentam os modos de governo e controle dos corpos, como abordado por Foucault (1988).

Com as metamorfoses do século XX, acompanhamos significativas transformações sociais, econômicas e políticas, dos quais as lutas feministas e o movimento LGBTQIAPN+ produziram estudos e ações políticas, notadamente apoiadas na categoria de gênero, para buscar romper com as desigualdades e violências do ordenamento patriarcal e cisheteronormativo, avançando em mecanismos de reconhecimento da diversidade em sexual e reprodutiva e na multiplicidade de experimentações da vida corporificada. É no confronto contra essas transformações e movimentos que se estabelece na contemporaneidade uma politização reativa, que segundo Biroli (2020) tem configurado a emergência do ativismo político conservador, que articula grupos fundamentalistas religiosos, partidos de extrema direita e interesses neoliberais numa campanha de ódio ao gênero, e assim, a reação neoconservadora ganha uma identidade política. Para Butler (2024) essas ofensivas mobilizam o imaginário de um mundo coerente e estável, pautado pela moral religiosa, na defesa da família patriarcal e na natureza da diferença

sexual, bases que sustentariam as relações sociais, o trabalho e o funcionamento do Estado, deste modo, tornado inimigo, o “fantasma do gênero” tem sido comparado a uma arma de destruição, com potencial para uma catástrofe nuclear que levaria a dissolução desse sistema-mundo historicamente produzido.

A mobilização das forças em torno desse fantasma, em diversos países, tem buscado impedir a aprovação de leis e implementação de políticas públicas no campo dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, a criminalização dos movimentos sociais e perseguição de ativistas e pesquisadores do campo dos estudos de gênero. Neste sentido, torna-se necessário problematizar como as alianças entre neoconservadorismo e neoliberalismo tem complexificado a produção de políticas sexuais, conceito proposto por Sérgio Carrara (2015), para analisar os diferentes campos e ações dirigidas ao Estado, ou promovidos por sua chancela, para a produção de uma regulação moral da sexualidade enquanto ferramenta de gestão dos corpos. Considerando essa centralidade das ações antigênero direcionadas ao Estado, entendo que um caminho para analisar a produção desse campo no oeste catarinense perpassa a atuação dos legislativos dos municípios³, espaço que tem servido de apoio para debates públicos e a proposição de projetos com teor contrários as pautas e demandas feminista e LGBTQIAPN+.

Em suas reflexões sobre a emergência das ofensivas antigênero na América Latina, Fernando Serrano-Amaya (2021) defende a compreensão das continuidades e discontinuidades entre os processos históricos da exploração colonial eurocêntrico, marcado pela imposição do conservadorismo religioso e a manutenção das tradicionais elites sociais e políticas, com a atualidade dos projetos que pretendem preservar a família cisheterossexual como parâmetro da identidade nacional, alinhadas com a implementação de projetos neoliberais oportunistas e suas experimentações na região. Pautado nessa mirada regional e aproximação geopolítica, busco estabelecer um olhar localizado sobre os modos de recepção e produção destes movimentos no oeste catarinense, alinhado a uma micropolítica, nos termos do que estabelece Foucault (2019), ao propor analisar como os discursos, constituídos nas relações de saber-poder, penetram as ações cotidianas e estabelecem relação com o Estado, o que permite esquadrihar os pontos de

³ Numa breve descrição da organização política brasileira, destaca-se a forma federativa do Estado, composto por unidades territoriais dotadas de autonomia política, que são os Estados, Distrito Federal e Municípios, que se vinculam com a União, entidade jurídico e política que representa a unidade nacional e exercer exclusiva soberania internacionalmente. Cabe a União editar normas gerais, ficando a cargo dos municípios e Estados produzir legislações suplementares. Quanto a repartição dos poderes tem-se a clássica separação: Executivo, Legislativo e Judiciário. No que se refere a formação do legislativo nos municípios, estes envolvem as Câmaras Municipais de Vereadores, composta por vereadores/as eleitas há cada 4 anos, com atribuições de: elaborar leis que regulam a administração e a conduta do município, fiscalizar os atos do Poder Executivo municipal (Prefeitura), sugerir ações e melhorias para a cidade

aplicação de poder e servir de instrumento de resistência contra as próprias hierarquias presentes nestas relações de poder.

Os entrecruzamentos das análises e perspectivas teórico-metodológicas dispostas até aqui produzem o campo de interesses desta tese, que se modificaram no decorrer do percurso com o doutorado, até a materialização da proposta de analisar a produção de uma política de gênero e sexualidades que perpassa o conservadorismo na construção histórica e cultural do oeste catarinense, e as continuidades e descontinuidades com as metamorfoses das alianças neoconservadoras e neoliberais que produzem as ofensivas antigênero. Ainda, ao observar a expressiva produção de estudos que tratam da emergência e movimentação desse campo de forças, reconheço a necessidade de aprofundar as perspectivas de quem tem combatido a instrumentalização do fantasma de gênero, enquanto condições para resistências. Meu desejo se ativa na possibilidade de produzir conhecimentos que fomentem diálogos, ajudem pensar as lutas e o combate as ofensivas, e que estejam alinhados com quem tem buscado produzir horizontes de um outro mundo.

Para a construção do pesquisar busquei configurar meus instrumentos de combate, ou como anuncia Foucault (2019) em diálogo com Gilles Deleuze, uma caixa de ferramentas que multiplica teorias e metodologias contra a totalidade do poder e suas hierarquias. Ainda, trata de estar alerta à indignidade de falar e submeter as outras pessoas ao julgamento e representação de suas realidades. Essa perspectiva ética e política se relaciona com o anunciado por Marco Aurélio Máximo Prado, em comentários na tradução do livro de Jacques Rancière (2021), de questionar a escolha do método, geralmente centrado em tecnologias e reduzindo o conhecimento em técnicas para que alguns poucos exerçam o domínio aos outros, nos modos de ouvir, ver, observar e escutar. Portanto, essa politização busca romper com as hierarquias de explicação que colonizam o saber dos sujeitos políticos a partir de uma partilha desigual do sensível, de modo a tomar como pressuposto a igualdade de inteligências que possibilita alterar os critérios de audibilidade e visibilidade para emergência das vozes que não eram escutadas, corpos que não era vistos, relações que não eram consideradas, confrontos na tomada da palavra e fissuras para pensar em outro tempo.

Inspirado nesta busca por uma politização do método e construção de diversas ferramentas-caminhos, no Capítulo 2 apresento os questionamentos e a construção dos objetivos da pesquisa, considerando diferentes movimentos para produção de conhecimentos, e que envolvem diálogos com estudos de pesquisadores/as sobre a história regional, com documentos de domínio público sobre as atividades legislativas nos municípios e com participantes envolvidos em polêmicas e lutas articuladas com as dimensões de gênero e

sexualidades. Metodologicamente a perspectiva da genealogia em Foucault foi um disparador para interrogar a história e a trama de saberes e poderes envolvendo as ofensivas antigênero, considerando a singularidade dos acontecimentos e a busca por territórios inexplorados entre as micropolíticas da realidade local. A tarefa de problematização desta realidade se articula como uma busca por questionar a verdade do que pensamos, do que fazemos e de quem somos, e isso desdobra nos trajetos e escolhas que se inscrevem na continuidade deste texto.

O Capítulo 3 ocupou boa parte do tempo dedicado aos momentos iniciais do percurso pelo doutorado, movido principalmente pelo interesse em querer conhecer mais e estudar as bordas/margens da formação do território denominado como oeste catarinense. Com o intuito (re)interpretar aspectos da história e cultura regional, me aproximei de perspectivas decoloniais, o que envolvia a busca por romper um olhar colonizador e a perpetuação de leituras que privilegiassem a cumplicidades com as estruturas da colonialidade do poder. Nessa direção, a opção por incorporar análises sobre a intersecção entre raça, gênero e sexualidade, trouxeram o desafio de buscar por entre os diversos textos as profundezas e (in)visibilidades do projeto colonial na América Latina, e que mantém ligações com as racionalidades conservadoras que marcam a identidade, modos de vida e imaginário dos sertões de Santa Catarina.

Num giro de como habitualmente se apresenta essa história, articulo reflexões sobre o destino dos expropriados, as populações indígenas e caboclas, retiradas das terras e do reconhecimento de seus modos de existência. Em seguida, abordo a vinda dos imigrantes descendentes de europeus (principalmente alemães e italianos), buscando localizar contradições, ambiguidades e fraturas no processo de tomada do tempo e espaço, destacando aspectos da imposição cisheteronormativa e patriarcal, com seus casamentos de interesse e domínios masculinos da violência que seguem produzindo aqueles/as que se beneficiam com o conservadorismo. Mas para contrastar as tentativas e continuidades e coerências deste sistema-mundo, resgato a emergências dos movimentos sociais e de como as lutas feministas e LGBTQIAPN+ tem possibilitado novos caminhos para enfrentar as opressões e desigualdades, com a produção de novas pautas e sujeitos políticos.

Para configurar o campo das ofensivas antigênero e as metamorfoses de uma política sexual local, no Capítulo 4 estabeleço reflexões iniciais sobre o pensamento conservador e suas metamorfoses na produção do movimento neoconservador, privilegiando análises do cenário latino-americano, à medida que aproximam condições geopolíticas com o oeste catarinense. A partir dessas discussões, busco delimitar o mapa das atividades legislativas nos municípios, composto por linhas de visibilidade e enunciação em torno das estratégias e táticas, atualizações e mutações em temáticas que perpassam os direitos humanos, diversidade, gênero e

sexualidades. O exaustivo e cuidadoso trabalho com os documentos se desenrolou em um período de intensas atividades profissionais como professor universitário e mudanças pessoais, deste modo, foram inúmeros os intervalos neste processo, o que mobilizou um afeto até então não explorado com o pesquisar: o medo. Entrar em contato com os relatos de violência, ódio e perseguição, tão próximos geograficamente, trouxeram o alerta sobre os mecanismos de censura e perseguição praticados por aqueles/as que buscam seguir com o domínio nas instituições e na opinião pública aplicados contra quem se posiciona criticamente. Após inúmeros diálogos, em espaços acadêmicos e de relações pessoais, decidi que neste momento redobrar a atenção na exposição de determinados contextos que foram objeto de questionamento neste estudo, portanto, foram suprimidos os nomes de vereadores/as e prefeitos/as, mantendo apenas seu partido/alinhamento político. Os respectivos nomes estão registrados em arquivo pessoal e somente serão identificados com a percepção de alteração das condições jurídicas e políticas atuais.

As problematizações que se estabelecem a partir do mapa compreendem a construção de um campo sobre direitos humanos, em especial, voltados aos direitos das mulheres e combate à violência de gênero e de ações voltadas à saúde e direitos sexuais e direitos reprodutivos, do qual chama atenção as recentes movimentações em torno da questão do aborto. No tocante a emergência do sintagma da ideologia de gênero, reflito sobre a dinâmica de aparecimento em períodos específicos do contexto político nacional e estadual, bem como as articulações com as pautas e projetos do Escola sem partido, banheiro unissex e linguagem neutra. Ainda, comento sobre as especificidades das movimentações na cidade de Chapecó, que apontam para os embates em torno de uma política sexual, que perpassa o arquivamento e rejeição de projetos voltados a proteção e reconhecimento das demandas relacionadas a identidade de gênero e orientação sexual, e a intensificação de projetos com teor anti-LGBTQIAPN+, com maior relevo para os ataques direcionados às pessoas trans.

Considerando as micropolíticas das ofensivas, com seus pontos de aplicação do saber/poder e as condições de resistência, o capítulo 5 abarca um percurso apoiado na perspectiva cartográfica e que envolve diálogos-entrevistas com pessoas nomeadas no mapa das atividades avaliativas. A intenção foi caminhar com quem tem buscado se contrapor à essas pautas e projetos, e que revelam suas histórias de luta por outros caminhos políticos, afetivos e éticos para viver sem medo. Nesse processo me senti parte de um coletivo, partilhando conjuntamente ideias e possibilidades de transformação dos modos de habitar o oeste catarinense. Contudo, no decorrer da escrita sobre esses encontros recebi a notícia do meu desligamento como professor universitário, por alegações de mudanças institucionais, mas que

nas bordas envolviam minha atuação com a psicologia social crítica e com os estudos de gênero e sexualidades. Perpassado por um sentimento de injustiça, me senti perdendo as referências da Universidade que me formei e dos caminhos para uma formação em psicologia com compromisso ético e político. Como anuncia Clarice Lispector: Perder-se também é caminho! Foi difícil encontrar um caminho para finalizar esse percurso, em muitos momentos precisei lutar comigo mesmo para continuar, e fui buscando me reparar à medida que seguia escrevendo e aprendendo com quem se movimenta na luta.

O mosaico com as histórias, reflexões e afetos compartilhados nestes encontros de diálogos-entrevistas, buscam entrecruzar elementos do conservadorismo colonial com a atualidade das ofensivas antigênero, contribuindo para aprofundar análises das dinâmicas e disputas em relação ao Estado, mas que também revelaram possíveis efeitos que penetram no cotidiano dos/as/es participantes do estudo. Contudo, nos desencaixes desse ordenamento configuraram-se outros modos de subjetivação e condições para resistência, que inspiram horizontes de transformação de mundos. Apoiado neste movimento de metamorfoses e lutas que reforço o convite para seguirmos em diálogo nas linhas que se seguem nesta escrita-testemunho-insubmissão.

2. CAMINHOS DA PESQUISA: PRODUZINDO MOVIMENTOS DE FORÇAS

O que torna o Estado de Santa Catarina tão conservador, com destaque para a região oeste? Como a dimensão conservadora da formação regional busca se articular e provocar deslocamentos em relação aos movimentos contemporâneos das ofensivas antigênero? Nesse entroncamento (neo)conservador, como as peças das relações de saber/poder foram dispostas para mobilizar discursos e práticas envolvendo as políticas de gênero e sexualidades? Quais discursos, sujeitos, contextos sociais e institucionais, estratégias e táticas entram e saem de cena nesse campo disperso que busca legitimar modos de governo dos corpos/subjetividades? Tais questões, dentre outras tantas que se produziram no processo de pesquisa, não buscaram localizar e afirmar verdades históricas sobre os temas de estudo, mas justamente interrogar as condições de possibilidade desta trama discursiva que coloca novos (e reposiciona antigos) problemas para a política em um nível local, que envolve, mas ultrapassa o aparelho do Estado, penetrando a vida cotidiana até as instâncias mais íntimas dos sujeitos. Afinal, como podemos pensar sobre nós mesmos atravessados por esse jogo de forças que configura nosso presente, em especial os embates que perpassam as dimensões de gênero e sexualidades?

Questionamentos que se produzem a partir da multiplicidade de (des)encontros entre discursos, afetos e ações capturados em minhas vivências pessoais e profissionais na psicologia no cenário do oeste catarinense, a exemplo das seguintes narrativas: as fantasias de colegas envolvendo as muitas casas de prostituição na cidade; o pastor que engravidou a esposa de um dos fiéis; a paciente que reprime seus sonhos eróticos com imigrantes negros de “pau grande”; o vereador que acusa as paradas LGBTQIAPN+ de serem lugares de orgia e promiscuidade a céu aberto; a líder sindical que foi assassinada por confrontar a elite local; os membros de partidos e entidades que se movimentam contrários a pautas transfóbicas; a pessoa que batalha internamente para sair ou não do “armário”; as interpretações da história como se as pessoas fossem assexuadas, entre outros fragmentos. Frente a esses contextos, a força desta pesquisa não compreende tentativas de aproximação e explicações causais entre estes diversos relatos/eventos, mas de como auxiliam a compor um mosaico de possíveis problemas e de como nos posicionamos para enfrentá-los.

Daquilo que foi dito e feito, com seus silêncios e renúncias, dos pensamentos (im)possíveis e os caminhos que (não) se materializam, busquei rearranjar as peças deste mosaico que conduziram ao seguinte objetivo geral de pesquisa: analisar o campo de produção das políticas de gênero e sexualidades na região oeste de Santa Catarina, considerando a metamorfose das alianças entre (neo)conservadorismos e ofensivas antigênero e as

possibilidades de resistência a estes movimentos na contemporaneidade. Nessas articulações de temas e objetos constituídos a partir das condições em que discursos e práticas sociais foram dispostos, importante também refletir sobre quais ferramentas teóricas e metodológicas são mobilizadas para a problematização, inversão e reinvenção da história, sujeitos e projetos de mundo compartilhados.

Sobre os modos de analisar a história, Michel Foucault (2014) busca localizar como o humano se constituiu como sujeito do conhecimento, não em relação à crença em um determinado pensamento ou no que fazemos, mas de como problematizamos o que somos, nossas maneiras de dizer, fazer e se conduzir. Estaria na ordem de acontecimentos do pensamento que estão ligados diretamente com mudanças sociais, econômicas e políticas. Nesse sentido, Vera Portocarrero (1994) comenta que Foucault não trata a história como factual, linear e neutra, que aspira certa objetividade, noção de progresso ou reificação de determinadas verdades. Envolve pensar continuidades e descontinuidades de uma série de práticas sociais que intentam produzir uma verdade que não existia antes, enquanto possibilidade de o sujeito problematizar o que é e o mundo que vive. Estas práticas sociais, conforme Rosa Maria Bueno Fischer (2001) se produzem a partir de uma trama discursiva sobre o que se define como realidade social, implicando enunciados e visibilidades, textos e instituições, formas de ver e falar que ultrapassam a referência às “coisas”, ou seja, estão amarradas a relações de saber/poder que as supõe e as atualiza.

Para Luis Gonçalves (2000) essa concepção de história não busca fazer aparecer a verdade de nosso passado, mas o passado de nossas verdades, fomentando questões como: Quais as condições de produção dos discursos e práticas na vida social? Como as coisas funcionam? Como os discursos se transformam, se deslocam e buscam se legitimar? Interessante considerar que a tarefa de configurar problematizações implica em possibilidades de libertação do pensamento, e isso se aproxima do que anuncia Aníbal Quijano (2005) sobre a urgência no reordenamento da história capturada pelo sistema colonial/moderno, em que a verdade eurocêntrica é colocada em jogo para exercer a dominação e subordinação dos povos e seus projetos históricos (QUIJANO, 2005). Essa proposição envolve uma tarefa decolonial que pode se aproximar da noção de trabalho do pensamento abordado por Foucault (2014), mesmo que as formulações deste autor não envolvam uma leitura decolonial, mas contribuem para estabelecer análises críticas e a ampliação de questões sobre um determinado campo de experiências, constituído nas relações de saber-poder-subjetividades.

As problematizações se configuram enquanto ferramentas de desconstrução dos modos de encarar a história e de enfrentar a imanência de problemas em um determinado campo

político. Relaciona-se com a proposição de ficções para trabalhar os discursos e seus efeitos de verdade, afinal: “ficciona-se história a partir de uma realidade política que a torna verdadeira; ficciona-se uma política que não existe ainda a partir de uma história verdadeira” (Foucault, 2014, p. 43). Das ficções carregadas de saber/poder, nesta pesquisa procurou-se outros modos de produzir conhecimento sobre as tramas discursivas que engendram a formação regional e o conservadorismo em relação ao gênero e sexualidades, e de que modo esse suposto passado se articula e se desloca de modo disperso e metamorfoseante com as disputas das ofensivas antigênero na contemporaneidade, um modo de questionar o tempo presente e voltar-se ao passado, questionando suas consequências, atualizações e rupturas.

Quais as condições de possibilidade para a emergência de saberes e práticas que buscam se opor as pautas e conquistas histórias das lutas feministas e LGBTQIAPN+? Quais as estratégias e táticas são colocadas em movimento para reafirmar racionalidades neoconservadoras e neoliberais em determinada configuração social e que agem na produção dos sujeitos? Para aprofundar essas interrogações, metodologicamente torna-se importante aproximar as formulações de Foucault em relação à arqueologia dos saberes e à genealogia. Nestas perspectivas, o pesquisador se volta para uma análise das relações de saber/poder em relação a determinada formação discursiva, colocando as verdades entre parênteses, para problematizar como os saberes emergem e se transformam, e do porquê se articulam com determinados discursos e práticas sociais, ou seja, de como são produzidas nas relações de poder. Conforme Gonçalves (2000), o ponto de partida para a análise de um problema na atualidade, como as ofensivas antigênero, envolve o conjunto de enunciados que tem funcionado como efeitos de verdade (saberes), o que tem feito eles possíveis (poderes) e quais formas de subjetivação/corpos são produzidas (práticas sociais).

Sobre os saberes, Fischer (2001) afirma que a tarefa da arqueologia busca compreender os discursos, que se estabelecem enquanto um conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva e sua existência se exerce sobre unidades (frase, proposição, ato de linguagem...). Os enunciados implicam a referência a algo que identificamos, o fato de ter um sujeito que afirma sobre determinada questão, sua existência em correlação com outros enunciados e não de modo isolado, e de aparecer de forma concreta em diferentes contextos e épocas. Devem ser encarados como acontecimentos, portanto, irrompem num certo tempo e lugar, e sua formação tem força de conjunto, situando campos de saber. Dentro de determinado campo e de acordo com certa posição nele se inscrevem as verdades de um tempo - “as coisas ditas”, o que faz com que se possa falar segundo determinadas regras e expor as relações dentro de um discurso amarrado em dinâmicas de saber/poder.

Como anuncia Foucault (2014) os saberes se produzem enquanto causalidades complexas e determinações recíprocas entre o desenvolvimento de um certo tipo de saber e as transformações de um contexto institucional e de mudanças sociais e políticas, que buscam condições para se legitimar numa trama histórica e não a partir de um sujeito. Cada sociedade tem os seus regimes de verdade, os discursos que acolhe e faz funcionar, bem como os mecanismos e instâncias que se encarregam de dizer o que funciona como verdadeiro. Seu estatuto compreende procedimentos regulados de repartição, circulação e funcionamento dos enunciados, que são circularmente ligados com sistemas de poder que atuam para (re)produzir, apoiar e induzir os regimes de verdade (Foucault, 2019).

A análise do campo discursivo, conforme Portocarrero (1994), toma o enunciado na singularidade do seu acontecimento, sua condição de existência materializada nos registros de documentos (livros, textos, atas, regulamentos, objetos...), na qual pode-se apreender sua regularidade em uma mesma formação discursiva. Os efeitos de verdade destes discursos devem ser estudados como peças das relações de poder, visto que a condição de surgimento e transformação de um saber está articulado com a emergência de novos poderes e a necessidade de verdades em determinado campo político. Interessa, portanto, analisar como um campo disperso de discursos, uma multiplicidade, que se produz nas minúcias e mesquinhas no cotidiano da vida social, se conforma enquanto elaborações teóricas e práticas institucionais. Os discursos são o ponto de intersecção entre saber e poder, cuja função tática pode veicular, produzir, reforçar ou debilitar os efeitos do poder, necessários para compreender os confrontos na realidade concreta. Nessa direção, a análise arqueológica considera a interdiscursividade que faz multiplicar os discursos e sujeitos, aflorando as contradições e heterogeneidades em certos espaços sociais e com temporalidades que lhe são próprias (Fischer, 2001).

Aqui, articula-se a problematização de quais são as transformações para que se passe de um saber a outro, o que demonstra a existência de um funcionamento dos discursos no interior de uma cultura, na qual os sujeitos são construídos por práticas reais e historicamente analisáveis. Para Roberto Machado (2019), a genealogia se encarrega de interrogar o saber enquanto materialidade, acontecimentos, peça de um dispositivo político que se articula com uma estrutura econômica, o que faz que todo saber seja político, não somente porque é apropriado pelo Estado e dele se serve para a dominação, mas porque sua gênese está nas relações de poder (saber que tem poder). O papel do saber não é apenas produzir verdades, mas o exercício do poder através de estratégias de dominação e luta, em que o conhecimento resulta num confronto entre o sujeito e os objetos. Enquanto prática, as redes de saberes e poderes estabelecem conexões e usos nos sistemas locais e a partir de dispositivos estratégicos, se

inscrevendo nas coisas vividas, na superfície dos corpos, nas práticas que conformam cotidianos, definem projetos de vida, moldam e desenham os corpos (Fischer, 2001; Portocarrero, 1994).

Sobre a genealogia, Foucault (2019) em diálogo com Nietzsche, defende que sua proposta é contrária à ideia de uma origem e evolução, mas busca marcar uma singularidade dos acontecimentos, onde menos se esperava, de cenas que desempenharam papéis distintos, pontos de lacuna e os momentos que não aconteceram. Um trabalho de se demorar nas meticulosidades e nos acasos dos começos, com suas intensidades, furores secretos, agitações, o próprio devir do corpo, ou seja, pretende fazer aparecer as discontinuidades que nos atravessam. Envolve uma reflexão sobre a proveniência, de manter a dispersão que lhe é própria, das fissuras, falhas e camadas heterogêneas, fazendo com que o corpo seja o lugar da inscrição dos acontecimentos (marcado pela história e da história arruinando o corpo). Compreende também os pontos de emergência destes acontecimentos, nos embates de um determinado campo de forças, não enquanto tratados ou decisões, mas de inversões, de um poder confiscado, um modo que enfraquece certas dominações e de outro que faz sua entrada. Como complementam Flávia Cristina Silveira Lemos e Hélio Rebello Cardoso Júnior (2009), os acontecimentos emergem no acaso das forças, que podem se atualizar fazendo emergir novos sentidos, uma vez que a história é devir e mutação, se faz pela metamorfose e não pela continuidade, e frente a isso a genealogia se configura como um empreendimento para evidenciar as possibilidades das práticas de liberdade dos sujeitos históricos, capazes de se opor e lutar contra de saberes/poderes que fabricam realidades e sujeitos.

E o que é o poder? Como expõe Foucault (1988), numa sociedade capitalista como a nossa, os aparelhos de poder são numerosos, cujos instrumentos e rituais são sofisticados e sutis, e não operam através apenas da repressão ou dos efeitos de sua obediência, mas em sua positividade o poder incita, admite, produz as condições para sua aceitação. Nestes novos procedimentos de poder, não estão em jogo apenas a aplicação de leis (direitos/fundamentos) ou violência (castigo) pelo Estado ou um grupo em posição dominante nas relações de poder, mas de estratégias que buscam se encarregar da vida e corpo do sujeito, se utilizando da normalização e controle. Com base neste entendimento, o poder compreende uma multiplicidade de correlações de força imanentes onde se exercem e são constitutivas em sua organização, num jogo de afrontamentos e lutas que não cessam de se produzir, em cada instante, em todas as partes e lugares. Em síntese, são imanentes nas relações e não exteriores a elas, se exercem em inúmeros pontos de forma móvel e desigual, não são aplicadas somente entre dominantes e dominados visto que atravessam todo corpo social, são intencionais em suas

racionalidades e táticas, e devido sua correlação de forças, onde há poder também existe uma multiplicidade de pontos de resistência. Em relação à polêmica ideia proposta pelo autor em relação ao poder, Machado (2019) refere que não existe quem o detêm, mas ninguém está alijado dele, é algo que se exerce e funciona em toda estrutural social, está em constante disputa em pontos transitórios e móveis dentro da própria rede de poder.

Nessa correlação de forças que devemos analisar os mecanismos de poder, em suas modificações e deslocamentos, ao colocar em jogo diferentes estratégias de confronto para fazer funcionar seu exercício e na mobilização de discursos como táticas, diferentes e até mesmo contraditórios, mas que buscam agir sobre seus efeitos e aumentar sua produtividade. Jogo complexo e instável que permite ao mesmo tempo pontos de resistência e a formulação de estratégias de sua oposição (Foucault, 2015; 2019). Essa ideia de um jogo, ou melhor da composição de um diagrama de forças é base para a formulação desta pesquisa, que dialogará mais expressivamente com a proposta genealógica, em seu potencial de pensar como a sexualidade e o gênero se tornam objetos/discursos e alvos de diferentes estratégias e táticas, seja na história da formação (colonização) da região oeste catarinense como na produção dos corpos/sujeitos necessários às políticas na contemporaneidade. Reitera-se aqui que Foucault (1988) tratava de analisar como a sexualidade, a partir do século XIX se tornou domínio de maior instrumentalidade, manobra e ponto de apoio para as mais variadas estratégias de incitação do discurso e produção de conhecimento, configurando um dispositivo para proliferar procedimentos destinados a ordenar e regular a vida das populações e de um micropoder sobre o corpo. Nesse sentido, as reflexões de Sérgio Carrara (2015) contribuem para pensar as transformações no dispositivo da sexualidade na atualidade, que perpassam novos discursos e práticas no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, permitindo questionar a reconfiguração de uma nova geopolítica sexual com o avanço das ofensivas antigênero.

A que pese uma compreensão transnacional dessas ofensivas contra o gênero, a ideia de aprofundar uma localidade específica da realidade que movimenta os temas de pesquisa se relaciona com o entendimento de uma microfísica dos poderes em relação a uma determinada região, não enquanto território geográfico, mas como local constituído por determinadas práticas e discursos situados no cotidiano e que se tornam ponto de referência para os modos de subjetivação. Machado (2019) refere que a microfísica compreende a articulação de poderes locais, em uma pequena área de atuação, que se exerce de forma periférica e molecular, não sendo absorvido e de atuação exclusiva do Estado. Para Foucault (2019) nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam para fora, abaixo e ao lado do Estado não se modifiquem em um nível mais elementar e cotidiano. A partir de uma perspectiva local das

críticas se torna possível cartografar a insurreição dos saberes dominados, permitindo encontrar os confrontos, as lutas pelos quais esses saberes foram inferiorizados, borrados e desqualificados cientificamente. Saberes que não são da ordem do senso comum das pessoas, visto que se produzem enquanto um saber particular, regional e descontínuo que se opõe aos demais saberes que o circundam, e quando ativados permitem a configuração de lutas e táticas contra um conhecimento legitimado como verdadeiro.

2.1 POR UMA ANÁLISE SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADES NO OESTE CATARINENSE

Desdobrando uma proposta inspirada na arqueologia e genealogia e que aprofunda perspectivas micropolíticas, o primeiro movimento desta pesquisa buscou atender o seguinte objetivo específico: identificar discursos sobre gênero e sexualidades em registros sobre a história e cultura na formação da região oeste catarinense e suas atualizações nas políticas e práticas sociais e sexuais. Para produção de informações sobre esse contexto histórico e cultural, foram abarcados estudos que buscam analisar a multiplicidade de elementos que configuram esse cenário regional, pautados por registros de pesquisas e análises críticas de autoras/es locais que problematizaram os modos de colonização, as identidades, a negociação das etnicidades e os confrontos na imposição de um sistema-mundo colonial.

Para esse movimento foram privilegiados diálogos decoloniais em relação aos diversos textos de base para o estudo (livros, capítulos e artigos), uma vez que contribuem para tensionar os modos de reordenar a história da formação da região, que será contada inicialmente a partir das populações e saberes excluídos, ou seja, dos indígenas e caboclos, até chegar nos embates cotidianos que se estabeleceram com a colonização pelos imigrantes de descendentes europeus (principalmente alemães e italianos), vindos do Rio Grande do Sul. Ainda, ao tratar da colonialidade do poder, as dimensões de gênero e sexualidade contribuem na compreensão da profundidade das dominações, hierarquias e uso das violências que se produzem nas relações sociais. Neste ponto, cabe destacar o desafio em considerar tais dimensões à medida que não se configuram como objeto de muitos dos conhecimentos produzidos sobre a realidade local, o que exigiu um esforço de estabelecer conexões, e a busca por inferir pontos de convergência e ficcionar sobre os sujeitos, seus corpos e saberes.

As possíveis formulações que aproximam os estudos decoloniais com a arqueogenealogia são abordados por Flávia Marinho Lisboa (2020), ao entender que a proposta

de Foucault contribui para a desnaturalização das redes de saber/poder que legitimam como verdadeiros determinados saberes que beneficiam a colonialidade, o que implicou igualmente na desvalorização e silenciamento de saberes outros que não se encaixam no padrão eurocêntrico e capitalista. Nesse sentido, a arqueologia configura uma análise da discursividade em uma formação social local e a genealogia se estabelece como tática que ativa os saberes libertos da sujeição e que emergem desta discursividade. No jogo de presenças e ausências que abarcam a dispersão histórica é possível problematizar a emergência ou não de discursos das lutas dos grupos sujeitos contra as desigualdades e a violência destas tentativas de normatização e normalização.

Sobre o campo de forças de imposições coloniais e lutas dos sujeitos colonizados, Lisbôa (2020) aborda a convergência entre a ideia de dispositivo e a noção de colonialidade para pensar as formas de (re)existir daqueles que foram subalternizados pela colonização, submetidos ao sistema de opressão sobre grupos sociais ou são marcados diferentes do padrão eurocêntrico e submetidos aos processos de normalização do gênero, raça, sexualidade e classe. O dispositivo é entendido a partir das estratégias das relações de força que sustentam certos tipos de saber e que são sustentadas por elas, e que se materializam em instituições e regras, mas que também permitem evidenciar o conflito das forças contra dominações coloniais, a partir da visibilidade dos saberes relegados historicamente. Saberes que denunciam injustiças e levam os grupos a lutarem por fissuras nas estruturas de poder e a projetarem novos ordenamentos menos desiguais. Nas palavras de Foucault (2019), trata-se de uma proposta política de fazer multiplicar fragmentos genealógicos para combater os efeitos do poder em que determinados saberes foram silenciados pelas táticas do adversário, e de não os recolonizar depois de terem sido desqualificados e ignorados.

Me interessa, portanto, ao articular as produções de autoras/es locais buscar pelas palavras que não circularam, os discursos não pronunciados, as existências bloqueadas e as revoltas silenciadas de tantas mulheres, caboclos, indígenas e pessoas LGBTQIAPN+ que não contaram na história “oficial” do oeste catarinense, numa tentativa de abrir brechas e interesses para análises que consideram o gênero e sexualidade como dimensões estratégicas para problematizar o campo político produtor de determinadas práticas sociais no contexto regional. Nas linhas desta crítica sobre a história, importante refletir sobre os pontos de inflexão das racionalidades conservadoras que servem de sustentação para imaginários coloniais (com suas tradições e virtudes étnicas), que atuam para fixar identidades regionais e deslegitimar movimentos de resistência. Seja na minha posição como pesquisador, como na experiência de outros tantos sujeitos que produzem conhecimentos e lutas neste cenário, cabe interrogar: quais

as marcas deixadas por um conservadorismo que nos constitui e potencialmente limita nossas possibilidades de enfrentamento das dominações no presente?

2.2 DIAGRAMA DO CAMPO DE FORÇAS ENTRE (NEO)CONSERVADORISMO E POLÍTICAS ANTIGÊNERO

Investir sobre o passado de nossas verdades é um caminho para compreender os pontos de apoio das ofensivas antigênero que se produzem na atualidade, seus modos de recepção, as estratégias e táticas que serão mobilizadas, os modos como se exercem os micropoderes a nível regional. Esses pontos de análise conduziram dois outros objetivos específicos da pesquisa, sendo eles: acompanhar articulações macro e micropolíticas envolvendo movimentos (neo)conservadores e seus desdobramentos nas pautas antigênero; mapear atores sociais e instituições que produzem um campo de forças em relação às políticas de gênero e sexualidades no contexto regional. Os movimentos em relação a esses objetivos partiram do trabalho com documentos de domínio público⁴, envolvendo a atuação legislativa dos 118 municípios que compõe administrativamente a macrorregião oeste de Santa Catarina, e que tem se configurado como espaços privilegiados para visibilizar discursos e congregar muitas das disputas em torno das questões abordadas neste estudo.

O trabalho com discursos-documentos, conforme Fischer (2001) não se direciona a investigar o que está por trás dos textos ou o que se queria dizer com aquilo, mas de descrever as condições de existência de um discurso ou conjunto de enunciados, enquanto acontecimentos dispersos em um jogo de relações que está imerso, uma singularidade que acontece naquele lugar e tempo e não em outras condições. Esse conjunto de documentos a serem analisados, arquivos de memórias e testemunhos, configuram um diagrama de saberes/poderes que em sua multiplicidade fazem aparecer, desaparecer, coexistir e definir espaços para conservar e/ou reativar enunciados, do qual emergirão materialidades discursivas em determinada sociedade. A noção de diagrama compreende as cartografias em diferentes registros: dos locais e temporalidades dos problemas, da produção e capturas dos corpos/sujeitos/desejos, nos pontos de inscrição e de inversão do poder, dos lugares de sua mutação (Gonçalvez, 2000).

⁴ O acesso das informações está regulamentado pela Lei 12.527/2011 que estabelece a transparência no conhecimento das atividades e eficiência do poder público, o combate a corrupção e o incentivo à participação social. No caso das Câmaras de Vereadores deve evidenciar as informações relativas as funções legislativas, a fiscalização das ações do executivo e o debate de assuntos de interesse daquela comunidade local.

Para mapear as materialidades das redes discursivas, utilizou-se estrategicamente dos arquivos das atividades legislativas das Câmaras de Vereadores, disponíveis em sites e redes sociais oficiais. Os documentos analisados compreenderam atas de reuniões, notícias, projetos de lei e gravações de sessões, privilegiando as informações no período entre 2021 e 2023, retratando o mandato e composição atual destes espaços. Apesar do recorte temporal estabelecido, foram considerados os registros de outros períodos, com a finalidade de demonstrar a emergência das discussões sobre os temas de estudo. A procura dos materiais observou a organização e categorização a partir da Associação⁵, município e composição do legislativo e executivo municipal (destacando os partidos e distribuição por gênero), seguindo com a procura de informações com base em descritores que se relacionavam com temáticas envolvendo direitos humanos, gênero e sexualidades que são reiteradamente mobilizados em debates promovidos pelo campo neoconservador.

Ao todo foram mapeadas mais de 500 atividades legislativas, considerando a inclusão da descrição de fragmentos de sessões transmitidas, como disposto no Apêndice 1. Para a análise deste material, apoiado numa inspiração arqueogenealógica, cabe observar criticamente algumas das escolhas teóricas e metodológicas que serviram para ampliar e/ou rearranjar possibilidades de compor o diagrama de forças que envolve o (neo)conservadorismo e as políticas antigênero. A primeira questão trata de entender que as Câmaras de Vereadores, enquanto um dos componentes do que se entende como Estado, não são os únicos locais de embate dos jogos envolvendo estes temas, mas que adquirem posição central em nível regional para assegurar a recepção, difusão e multiplicação de discursos e ponto de apoio para diferentes estratégias e táticas. Sobre isso, por mais que o conservadorismo se configure como uma das marcas da cultural local, torna-se necessário aprofundar as dispersões, descontinuidades e multiplicidades deste funcionamento nos seus (des)encontros com a atualidade das alianças neoconservadoras e neoliberais que tem disputado o Estado e a sociedade para fazer avançar agendas de oposição a demandas feministas e LGBTQIAPN+.

Outra questão é a polêmica que circula em relação a tais temas, perpassado por disputas e controvérsias em diversos contextos. Sobre a escolha desta categoria da polêmica, Foucault

⁵ Foi considerado a estrutura utilizada pela Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina (FECAM), que contempla administrativamente as seguintes regiões que formam o oeste catarinense: AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (19 municípios); AMERIOS – Associação dos Municípios do Entre Rios (16 municípios); AMNOROESTE – Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense (8 municípios); AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste Catarinense (20 municípios); AMAI - Associação dos municípios do Alto Irani (14 municípios); AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (14 Municípios); AMMOC – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (12 municípios); AMARP - Associação dos municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (15 municípios).

(2014) faz uma advertência sobre a moralidade no discurso do polemista à medida que se investe de privilégios e autoridade que ele próprio se atribuiu para autorizar uma guerra contra determinado inimigo, que vencido deve se submeter ou desaparecer, portanto, não é entendido como um sujeito com direito a palavra. Como consequência, os interlocutores não são encorajados a avançar em novas ideias, mas se fecham para reivindicar a validade de suas posições. Frente a isso, me aproximo mais das proposições de Jacques Rancière (2021) no qual a singularidade de uma cena polêmica provoca uma alteração na arquitetura do visível e dizível, em que sujeitos impõem o exame e discussão das coisas não consideradas anteriormente, em seu potencial de alargamento da experiência sensível. O discurso polêmico questiona o consentimento de uma ordem policial que distribui lugares e funções, naturaliza hierarquias, fixa identidades e valora as existências dos sujeitos, em um ordenamento que distribui de forma desigual as partes em uma sociedade e consequente provoca a ocultação dos seus danos. É justamente a nomeação polêmica deste dano que pode se contrapor aos limites do sensível compartilhado e da hierarquização entre humanos, de quem governa e quem deve obedecer.

Mesmo que Foucault prefira a ideia de problematizações de um determinado campo político ao invés da polêmica, entendo que a forma como ela movimenta o dissenso seja um recurso necessário para as possibilidades de política, ao articular microacontecimentos, operar nos desencaixes da polícia e exigir a presença dos sujeitos subalternos que até então não apareciam, de modo que possam ter voz, lugares e posições. A ideia não foi operar o método da cena⁶ na proposta de Rancière (2021), mas de estar alerta às suas considerações sobre a necessidade de redesenhar uma partilha desigual do sensível, das condições para verificação do princípio da igualdade que contribuam para a produção de tempos e espaços para aparição das diferentes vozes e como forma de expandir a democracia.

Com base nas perspectivas expostas pelos autores citados acima, foi possível produzir a seguinte questão para reflexão: quais as condições de possibilidade para a existência de processos democráticos nos espaços legislativos municipais quando se está em jogo o gênero e as sexualidades? Os caminhos desta análise, apresentados no capítulo 4, se estabeleceram com a busca dos documentos nos portais das Câmaras de Vereadores e a transcrição de sessões

⁶ Nas palavras de Rancière (2021) a montagem de uma cena busca alterar os regimes de visibilidade e inteligibilidade no contato com a alteridade, e de criação de novos imaginários com possibilidade de aprender e reconhecer os outros e seus modos de vida. Provoca, com isso, uma alteração na arquitetura do visível, em que sujeitos que não são considerados criam uma cena polêmica, impondo um exame e discussão de coisas que não eram visíveis ou consideradas anteriormente. Para desmontar tal arquitetura do imaginário hegemônico, do que está programado para ser visto, é preciso produzir fabulações, ficções que abrem fissuras para pensar outros tempos, intervalos para outros registros discursivos, imagens e tramas. Para aprofundar perspectivas essa proposta de politização do método e poética do conhecimento, sugiro os trabalhos de e Ângela Marques e Marco Aurélio Máximo Prado (2021; 2018).

legislativas, enquanto tentativa de configurar um mapa das forças em torno de uma política sexual no oeste catarinense. Com os fragmentos dos documentos e das sessões, buscou-se compreender a emergência dos debates públicos envolvendo a promoção dos direitos humanos e direitos sexuais e reprodutivos no cenário regional, localizando as possíveis barreiras e apropriações do discurso conservador em relação a estas temáticas. Na composição das linhas desse mapa, foram dispostas (des)continuidades com a atualidade do ativismo neoconservador e a mobilização de diferentes estratégias e táticas para avançar nas pautas antigênero, bem como, o acompanhamento dos deslocamentos de forças que revelam as caminhos-sinais para possibilidades de resistência à essas ofensivas.

2.3 CARTOGRAFANDO OS MODOS DE RESISTÊNCIA

A partir da proposição deste diagrama com suas polêmicas, buscou-se intensificar o entendimento da genealogia em sua aproximação com o movimento cartográfico⁷, visto que contribuem para configurar mapas das forças, jogos de verdade, processos e modos de subjetivação, rupturas e resistências, e no desemaranhamento dos dispositivos, compostos por linhas de visibilidade e enunciação, que produzem subjetividades e sujeitos em movimento de constantes fraturas, atualizações e mutações (Prado Filho; Teti, 2013). A ideia de acompanhar processos por entre os documentos (textos e descrições dos vídeos), possibilitou identificar os sujeitos que se envolveram em discussões, ou melhor polêmicas, no contexto das atividades legislativas, que foram posteriormente convidados/as/es para participar de encontros e diálogos com o pesquisador, observando a proposta do último objetivo específico da pesquisa, que consistiu em: problematizar os modos de governo, (contra)efeitos e as possibilidades de resistência às políticas antigênero.

Numa determinada trama discursiva, os sujeitos são posicionados e se posicionam em relação aos objetos que serão problematizados, e neste sentido, interessa aprofundar reflexões que se desdobram a partir dos documentos analisados, principalmente sobre as resistências. Sobre esse conceito, numa conversa entre Gilles Deleuze e Foucault (2019) afirmam que não

⁷ O diálogo com a cartografia toma como base as formulações de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) na consideração de um modelo rizomático, de múltiplas conexões e heterogêneo, que permite cartografar acontecimentos, percorrer territórios e intensidades, o campo de forças e de produção de subjetividades em relação a determinados objetos de estudo. Contempla perspectivas clínicas e políticas que não se pautassem pela hierarquização do método, da representação das coisas e reprodução de identidades, mas que pudessem percorrer e descrever novos territórios e caminhos, um saber que emerge do fazer coletivo e da ética dos afetos, ampliando sentidos e conectando novos devires e arranjos no cotidiano.

se sabe ao certo quem possui o poder, até pode-se visualizar quem explora, lucra e governa, mas ele ainda é muito difuso, pessoas se ligam a ele e o desejam, mas o que podemos saber é quem está assujeitado e como transformar as relações de poder no interior do diagrama. É nessa correlação de forças que se pode pensar as lutas e inversões do poder, onde ele se exerce e a partir de sua própria atividade, no qual são articuladas resistências possíveis, necessárias, improváveis, solitárias, selvagens, planejadas, violentas, enfim, existem em um campo móvel e múltiplo das estratégias de saber/poder (Foucault, 2015).

Como e quem resiste as ofensivas antigênero? Em relação a essa questão, por mais que nos objetivos anteriores a pretensão foi estabelecer um digrama desse campo de força, para esse movimento da pesquisa definiu-se a realização de entrevistas com pessoas que compõe possibilidades de oposição, deslocamentos e fissuras nestas agendas (neo)conservadoras. Sobre essa decisão, retomo o alerta de Foucault quanto ao cuidado com o polemista, algo presente nas estratégias e táticas de quem alimenta projetos antigênero, contexto que pode ser conhecido e analisado a partir de sua materialidade discursiva. Aliás, a própria proposição deste estudo pode se tornar alvo de tentativas de deslegitimação e perseguição por parte de quem não admite conhecimentos pautados no reconhecimento da diversidade sexual e de gênero. Nesse sentido, cabe reafirmar minha posição ético e política enquanto pesquisador, mobilizado por perspectivas teórico-metodológicas e pelo desejo de configurar uma crítica aos modos de impor modelos únicos, excludentes e violentos na produção da sociedade e das subjetividades.

Ao todo foram envolvidas/os/es 12 participantes, compreendendo pessoas nomeadas ou que se envolveram em debates sobre gênero e sexualidades a partir de atividades legislativas (vereadores/as, ex-vereadores/as, lideranças locais, integrantes de coletivos e movimentos sociais, entre outros), residentes de cidades da região oeste de Santa Catarina. O contato com os/as/es participantes se estabeleceu a partir da identificação que emergiu dos demais movimentos da pesquisa, sendo que um contingente significativo destes/as faz parte das relações prévias do pesquisador em outros cenários, tanto acadêmicos como de ativismo, ponto de apoio que também serviu para abordagem e convite aos demais participantes. O diálogo no processo de entrevista se estabeleceu entre os meses de abril e julho de 2024, sem um roteiro pré-estabelecido, fato que permitiu uma construção dialógica partindo dos seguintes temas: história do/a/e participante com a região oeste catarinense, reflexões sobre o conservadorismo

local, o funcionamento das atividades legislativas em matérias que envolvem gênero e sexualidades e como se estabelece o entrecruzamento local das ofensivas antigênero⁸.

A análise das práticas discursivas seguiu pressupostos epistemológicos já abordados anteriormente, principalmente das articulações entre a genealogia e a cartografia, portanto, não partem de uma estrutura pré-definida de organização, sistematização e discussão das informações produzidas. Dentre as linhas gerais, importante as considerações de Gustavo Zambenedetti e Rosane Azevedo Neves da Silva (2011) sobre a configuração de outros modos de narrar e interrogar a história, em que os objetos emergem como determinadas práticas de saber/poder e a tarefa analítica consiste em fazer emergir o devir e a diferença, ao invés de uma descrição de fatos e eventos e cronológicos. Envolve encontrar relações de simultaneidade e inseparabilidade entre presente e história, a coexistência de temporalidades diversas, descompassos e indeterminação das forças que buscam se atualizar, e que correm o risco de serem capturadas ou das condições de possibilidades para a criação de outros conhecimentos e modos de subjetivação. Nesse sentido, a construção dos diálogos com as/os/es participantes possibilitou abarcar o entrecruzamento dos diferentes modos de interpretar a história e o cotidiano vivido no oeste catarinense, remontando os contornos do conservadorismo colonial com suas bordas e impermanências na atualidade das ofensivas antigênero, e os desafios que se apresentam para quem busca lutar e afirmar existências diversas de gênero e sexualidades.

Ainda sobre essa tarefa genealógica, Gonçalves (2000) comenta sobre o interesse em interrogar a história em seus pontos de inflexão e margens, em que a paixão da pesquisa, em sua dimensão ética e estética, surge por explorar outros territórios e formas de viver, de afirmar alternativas diversas de existência. Ao pesquisar, como comenta Foucault (2019), o trabalho do intelectual consiste em assumir responsabilidades políticas, usando seu saber para lutar contra determinadas verdades em suas formas hegemônicas e as hierarquias que elas impõem, para isso fornece instrumentos de análise, localiza pontos frágeis e fortes a que estão ligados os poderes. Igualmente, reconhece que os sujeitos não precisam do intelectual para dizer a muda verdade de todos/as/es, pois estes/as sabem e dizem melhor sobre seus problemas, projetos, táticas e alvos. O campo de lutas, portanto, se constituiu coletivamente, contra as formas de poder totalizantes que barram, proibem e invalidam outros discursos e saberes em toda trama da sociedade. Das tramas que envolvem uma política sexual.

⁸ Registra-se que essa etapa da pesquisa foi submetida ao Comitê de ética em do Instituto de Psicologia, Serviços Social, Saúde e Comunicação Social IPSSCH/UFRGS, sendo aprovado com o Parecer 6.758.279 e CAAE: 78468924.7.0000.5334. O Termo de Consentimento Livre e Explicado está disponível enquanto Apêndice 2.

3. CONSERVADORISMO PARA QUEM? TRAÇOS DA COLONIALIDADE DE GÊNERO NA HISTÓRIA E CULTURA DO OESTE CATARINENSE

Queria poder justificar a escrita deste capítulo apontando para algo inédito e/ou inesperado envolvendo o contexto da região oeste do Estado de Santa Catarina, que pudesse servir de argumento absoluto para a problematização sobre a colonialidade de gênero e sexualidades, mas me questiono: qual seria a particularidade ou urgência em problematizar a história da colonização na região, com seus desdobramentos sociais, políticos, econômicos e subjetivos? Mais do que a busca por uma suposta excepcionalidade deste contexto, apostarei na possibilidade de mobilizar possíveis diálogos, aproximações e questionamentos em relação a outras tantas histórias, territórios e modos de vida que se produzem na/pela colonialidade do poder, com ênfase nas imposições sobre gênero e sexualidades. A ideia é produzir uma lente que tanto aproxima e captura instantes da construção desta região, quanto possa abrir o foco, tomar distância, para traçar paralelos as resistências aos modos de dominação do espaço/tempo e memória dos povos do Sul Global, mais especificamente da América Latina.

Propor uma análise localizada envolvendo a região oeste catarinense esbarra igualmente em uma “quase evidente” afirmação do caráter conservador desta sociedade, com sua defesa dos modos tradicionais sobre a cultura e instituições, da reafirmação de certos parâmetros civilizatórios coloniais articulados estrategicamente com as categorias de gênero e sexualidade. Não seriam poucas as pessoas e grupos, inclusive pautados por projetos políticos, que de forma inflamada defendem tais racionalidades e não se ofenderiam se chamadas de conservadoras. Contudo, mais do que aprofundar reflexões causais sobre os fundamentos ou razões desta ideologia/movimento, questiono: para quem interessa a continuidade do conservadorismo em sua dimensão fundamentalmente colonial?

Por muito tempo suspeitei que havia muito mais na história contada pela minha família, de como meus avós brancos descendentes de imigrantes europeus (alemães e italianos), que se instalaram no Rio Grande do Sul e que posteriormente vieram ao oeste de Santa Catarina buscando melhorar de vida e dar um futuro para seus filhos. Chamava atenção os relatos da vida difícil, do trabalho árduo na roça, de que tudo era distante (comércio, igreja escola...), que se somavam com as inúmeras rezas e defesa dos valores católicos, embalados pelas cantorias nostálgicas, em outras línguas, de um passado sempre rememorado. Dentre os comentários carregados de orgulho, referem que contribuíram para abrir estradas com facão e enxada, derrubando matas para a construção de casas, paiol, chiqueiros e estrebarias, de como ajudaram “erguer” a comunidade. Ainda, de como nos círculos de amizade e vizinhança conheceram seus

parceiros/as, com quem se casaram e constituíram família, do qual projetaram a continuidade dos valores e sonhos, a serem perpetuados entre os filhos e depois aos filhos destes filhos. Me reconheço na terceira ou quarta geração desta cena, por vezes desviando e outras repetindo mesmo que de forma naturalizada este projeto familiar, me constituindo entre as diversas histórias e afetos, incluindo as suas lacunas e ausências.

Acredito que outras tantas pessoas inseridas nesta região tenham ouvido e seguem reafirmando a perspectiva reiterada pelos descendentes europeus sobre a história local, que não adquire somente valor de registro do passado, uma vez que constroem mapas de realidade que buscam consolidar sistemas produtivos e orientar normativamente as práticas sociais. Neste ponto, cabe problematizar os limites daquilo que se consegue ver e ouvir destes imaginários partilhados, mas também de como nos responsabilizamos por aquilo que não foi possível ser apreendido, dos modos de existência que insistem em se produzir entre as lacunas e restos, apesar das imposições capitalistas, racistas e cisheteropatriarcais. Esse movimento de tentar percorrer o entre, dobrar o que se refaz incessantemente e fabular nas reticências se relaciona com a proposta desta escrita em analisar o contexto histórico e cultural do oeste catarinense numa perspectiva decolonial de gênero e sexualidades, bem como questionar as implicações das defesas conservadoras destes modelos coloniais. Ou quem sabe, denunciar que as lógicas conservadoras forjaram os modos de colonização e seguem perpetuam sua dominação.

Para a produção de reflexões que entrecruzam as questões apresentadas, ou quem sabe complicar ainda essa discussão, inicialmente apresentarei articulações entre perspectivas críticas, políticas e éticas envolvendo a colonialidade do poder, tensionando os modos como as intersecções entre raça, gênero e sexualidades se produzem enquanto eixos da dominação dos corpos e subjetividades. Em seguida, em diálogo com estudos historiográficos, sociológicos e antropológicos sobre o oeste catarinense, intento preencher certas lacunas sobre contextos, fatos e relações acerca das dimensões deste estudo, mesmo que ainda permaneçam muitas perguntas. Dentre os pontos de investigação, abarcarei os apagamentos e silenciamentos de identidades e experiências que envolveram a construção desta região, os embates no cotidiano colonial marcados pelas hierarquias e sistemas de classificação social, e os movimentos de luta dos sujeitos subalternizados contra os modos de dominação que revelam sua articulação conservadora colonial. Nesse sentido, interrogo: como a perspectiva histórica de caboclos/brasileiros, indígenas, prostitutas, pessoas LGBTQIAP+, imigrantes de outros países da América Latina, entre outros grupos às margens da modernidade colonial podem movimentar modos de arranjar outros mundos? Questão que poderá fomentar caminhos para

pensar os modos de re/existência às metamorfoses de um neoconservadorismo antigênero e sua emergência no jogo político no oeste catarinense.

3.1 COLONIALIDADE DO PODER E INTERSECÇÕES ENTRE RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADES

Traçando um paralelo entre a colonização do suposto vazio demográfico do que posteriormente seria denominado como oeste catarinense, por descendentes de imigrantes principalmente italianos, alemães e poloneses, no início do século XX, com a invasão/colonização da América Latina pelos espanhóis e portugueses, a partir do século XV, destaca-se as marcas da racionalidade eurocêntrica na ocupação dos territórios e dominação dos povos, sem a possibilidade de coexistência de diferentes modos de produção e de vida. Esse paralelo se estabelece observando as especificidades de temporalidades e das estratégias geopolíticas com seus múltiplos efeitos entre os contextos do colonialismo. Como afirma Aimé Césaire (2020) a Europa é indefensável, visto que seu empreendimento colonial etnocidário envolveu a exploração, classificação e hierarquização de imensas massas humanas na África e América Latina, se utilizando da violência, extermínio e inferiorização de culturas, instituições e existências. Em sua análise sobre o processo de dominação da América Latina, Aníbal Quijano (2005) refere que este momento coincide com a constituição de Europa Ocidental como centro de controle do poder do sistema mundo colonial⁹, fundando um espaço original e tempo inaugural que ainda hoje habitamos, com uma existência social circunscrita no que se denomina como modernidade.

Neste sistema mundo colonial/moderno, a perspectiva eurocêntrica se produz como superior e hegemonicamente válida na produção e controle do conhecimento e das subjetividades, distorcendo e bloqueando a percepção da nossa experiência histórica e social. Os fantasmas deste projeto histórico limitam a possibilidade de identificar nossos problemas e as suas soluções, o que nos mantém prisioneiros e dependentes da colonialidade do poder (Quijano, 2005). Nos argumentos de Eduardo Restrepo e Axel Rojas (2010), cabe a diferenciação entre o colonialismo enquanto aparato de domínio político e militar para exploração do trabalho e riquezas, em benefício do colonizador, do conceito da colonialidade que trata de processos históricos complexos que se estendem até o presente, e se referem aos

⁹ A categoria sistema mundo moderno postulada por Immanuel Wallerstein e discutida por Quijano, compreende que a América não se integrou a uma economia capitalista já existente, mas essa economia-mundo não teria ocorrido sem a América (Segato, 2021).

padrões de poder que naturalizam as hierarquias (raça, cultura, territórios...), reproduzindo padrões de dominação contra determinadas experiências e formas de vida tidas como subalternas. A colonialidade, portanto, não pode existir sem seu lado invasor, a modernidade, enquanto projeto civilizatório que intervém sobre territórios, grupos humanos, conhecimentos, corporalidades, subjetividades e práticas, produzindo e hierarquizando determinados modos de ser e saber.

Conforme Cesàire (2020) e Quijano (2005) a raça se estabelecerá como a primeira categoria social da modernidade, em que os dominados deveriam naturalizar novas relações de poder, não como vítimas de um conflito, mas enquanto inferiores em sua natureza material e subjetiva. Toda a pluralidade de memórias e redes de sociabilidade do mundo conquistado teve que se enquadrar na identidade de “índio”, o que também posteriormente também se relacionou com o sequestro dos habitantes da África, escravizados e racionalizados como “negros”, ao passo que se estabeleceu a ideia do padrão “branco”. Povos submetidos a um racismo epistêmico da branquitude, que os discriminou negativamente, a partir da reprodução de um sistema de exploração e de critérios de distribuição dos sujeitos e produtos, hierarquizando diversos âmbitos da experiência. Articulado a esse sistema de classificação racial, reconfigurou-se também as formas de dominação entre os sexos, em que a ordem social patriarcal e autoritária definia que todo homem era superior a toda mulher, observados os critérios de raça.

Em relação a esses argumentos que sobrepõe a raça ao sexo, Maria Lugones (2020) propõe uma crítica e busca ampliar o conceito de colonialidade do poder de Quijano (2000; 2005), defendendo que o gênero (e não o sexo em uma redução biológica), assim como a raça, serviram como justificativas para a dominação e a classificação universal, principalmente quando se considera as perspectivas interseccionais envolvendo as mulheres colonizadas, não-brancas, e os processos pelos quais foram subordinadas e subalternizadas. Ao tratar da configuração de um sistema moderno-colonial de gênero, a autora se utiliza da ideia de lado iluminado/visível para analisar como o binarismo de gênero, a heterossexualidade e o patriarcado europeu buscaram organizar as relações sociais e sexuais. Já o lado oculto/escuro deste sistema compreenderia os modos como o capitalismo eurocêntrico global e os medos sexuais dos colonizadores conduziram processos de apagamento, exclusão e violência que desintegrou sociedades pré-coloniais com outros sistemas e cosmologias. Comunidades que possuíam relações mais comunais e igualitárias, a exemplo das que se organizavam com base no igualitarismo ginocêntrico ou sem gênero, não se utilizavam da oposição binária e reconheciam o terceiro gênero (homossexualidade ou transexualidade), nos termos da autora.

Essa concepção que envolve a colonialidade e o gênero também é discutida por Rita Segato (2021), em igual diálogo com as formulações de Quijano, mas diferentemente do que pontua Lugones, considera que o patriarcado não é uma invenção colonial, uma vez que este processo capturou formas e categorias já existentes do mundo pré-intrusão, embora não letais como em sua face moderna e reproduzida permanentemente pelo Estado. O mundo-aldeia, que antecedeu a intervenção colonial, abarcou diversos povos atravessados por conflitos e dissidências, mas que partilhavam entre si uma inter-historicidade, não a mesma herança cultural, mas um passado e futuro comum pautados na vida comunitária. Em termos de gênero, apresentavam um patriarcado de baixa intensidade em relação à autoridade política, hierarquia social e organização tarefas, que passou a ser cooptado pela noção liberal de espaço público com a colonização, justificando a posição superior dos homens, a domesticação das mulheres e a fixação da heterossexualidade binária enquanto olhar pornográfico do conquistador.

Ao tratar das imposições de normas e punições introduzidas pelos colonizadores, estabeleço também aproximações com as contribuições de Anne McClintock (2010), ao analisar a dimensão sexual da colonização e sua relação com a sangrenta apropriação imperialista britânica da África do Sul. Pautada por leituras pós-coloniais, da psicanálise e história material, a autora argumenta sobre as relações entre a economia branca do capital, a política global do império (modernidade industrial ocidental), com a ordem reprodutiva masculina da monogamia patriarcal. Conforme a autora, a erótica da conquista da terra envolvia a paranoia dos conquistadores e seus rituais de masculinidade, na projeção de seus temores e desejos proibidos (fetiche) sobre os corpos das mulheres e as terras (a serem descobertas, violadas, penetradas, nomeadas, inseminadas e possuídas). Rituais que se estabeleceram para inscrever uma hierarquia de gênero, através da utilização de violências e estupros contra mulheres colonizadas para servir aos apetites sexuais dos homens brancos, quanto da aplicação da domesticação das famílias. O contexto abordado pela autora, assim como observado nas análises sobre a América Latina, revelam que a dominação envolvendo raça, classe e gênero resultou na invenção de espaços anacrônicos e tempos panópticos, que reafirmaram a herança patrilinear branca e a exploração sexual do trabalho das mulheres colonizadas. Essa reorganização do espaço-tempo colonial movimentou ligações, tensões, cumplicidades e ambiguidades entre força imperial, dinheiro, violência e trabalho, com sexualidade, fetiches, fantasias, desejos e resistência.

Considerando os múltiplas articulações e efeitos do empreendimento colonial, que segue organizando o sistema-mundo que vivemos, Segato (2021) reflete sobre as possibilidades de desestabilizar e abrir fissuras na colonialidade do poder e qual o papel das relações de gênero

em relação a essa tarefa, problematizando as tentativas de resolver os problemas da modernidade com ferramentas modernas, como a cidadania e a liberdade. Deste modo, a produção do giro decolonial não envolve um movimento restaurador das formas anteriores à intrusão colonial, mas trata da releitura da história, realocando os sujeitos e trabalhando nas brechas da realidade social para a libertação de projetos históricos interceptados e cancelados dos povos. Para Quijano (2005) os movimentos “afro-latino-americanos” reafirmam um projeto histórico aberto e heterogêneo para a América Latina, questionando a versão europeia da modernidade/colonialidade e de sua racionalidade como alternativa, que persiste reproduzindo a classificação racial e étnica, o capitalismo predatório e um Estado-Nação fundados na colonialidade do poder.

Tais perspectivas compreendem como tarefa da inflexão decolonial romper com a diferença colonial, desmascarando e recusando a cumplicidade modernidade/colonialidade (Restrepo, Rojas 2010), com isso, assumindo compromissos libertários frente às violências de gênero sistematicamente racializadas (Lugones, 2020). Nessa direção, para aprofundar discussões entre colonialidade, gênero e sexualidades, se fazem pertinente as proposições de Françoise Vergès (2020) em relação à defesa de um feminismo decolonial e não civilizatório branco, como forma de pautar a despatriarcalização das lutas revolucionárias e o enfrentamento da violência destruidora suscitada pelo capitalismo e legitimada pelo Estado. Ainda sobre essa proposta de afirmar resistências contra opressões sistemáticas, Jota Mombaça (2021) aposta na redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência, com o fim do mundo como conhecemos, enquanto possibilidade de confrontar as ficções de poder racistas e cisheteronormativas, que reafirmam um monopólio masculino e estatal da violência com seu projeto de extermínio e normalização social.

Considerando essas tarefas decoloniais, enquanto homem, branco, gay, pesquisador, psicólogo e alguém que habita o oeste catarinense, mantenho em aberto questões sobre como produzir outras máquinas para ver, escutar e dar passagem para singularidades daquilo que já foi dito (feito) do cenário regional? Será possível reimaginar as categorias de gênero e sexualidades, racionalidades históricas e outros mundos? Antes de seguir, mantenho uma certa autovigilância a partir das provocações de Jota Mombaça (2021) sobre o lugar de fala e escuta, e da necessária interrogação da apropriação branca dos discursos e práticas antirracistas e decoloniais, que operam no limite entre reencenar teatros de dominação e protagonismo privilegiados da racialização (“dar voz, espaço e visibilidades”), e a promoção de um programa negativo, numa ética autodestrutiva, de dividir privilégios e dar fim a mundos que estruturam uma divisão diferencial da violência.

3.2 A PRODUÇÃO DO OESTE CATARINENSE, SEUS TERRITÓRIOS E SUJEITOS

Falando de ficções carregadas de poder e as possibilidades de performatizar determinados mapas de realidade, me aproveito do fio condutor tecido por Arlene Renk (2004) para questionar: no que consiste esta ficção chamada região? Quem são os grupos sociais, de diferentes posições e existências singulares, que ocupam e produzem as paisagens regionais? Ainda, “(...) de que história e quantas histórias se faz uma região?” (p. 7). Nessa direção, de modo mais pragmático, Elison Antonio Paim (2011) destaca que são as semelhanças que explicam a divisão de regiões, seja com base nas diferenças naturais, mas principalmente de criações humanas, submetidas a uma historicidade, na construção de uma classe dominante que nega aquilo que foge do que é convencionalizado como daquela região. Compreende, portanto, tanto um ato jurídico e diplomático, quanto da produção de uma diferença cultural e um discurso performático regionalista, de fazer conhecer e reconhecer o que e quem pertence a esse local. É na região que se estabelecem experiências particulares e singulares dentro de uma organização social mais ampla (Nação), configurando o espaço onde acontecem as relações sociais e os sinais de um determinado modo de vida.

Mas existe um antes da formação da região? Nos registros sobre o oeste catarinense comumente há menção da existência de antigos habitantes destas terras, embora muitas análises se detenham mais especificamente ao processo de colonização pelos descendentes europeus. Pois mais que se trate de escolhas metodológicas, questiono o quanto isso pode favorecer recortes epistemológicos coloniais, dificultando a produção de novos sentidos históricos. Nesse sentido, faço o exercício de aproximar escritas e sensibilidades de autores/as locais que buscam ampliar para diferentes versões, vozes e sujeitos, fazendo coexistir e até mesmo disputar outros tempos/espacos desta paisagem que se conforma no que chamamos de região.

Dos passos que seguem o destino dos expropriados, como anuncia Renk (2004), importante destacar que este território em boa parte do século XIX e primeira década do século XX, foi retratado como inóspito, sertão desconhecido em disputa de fronteiras sociais e políticas com a Argentina, e internamente com o Estado do Paraná. Maria Bernadete Ramos Flores e Élio Cantalício Serpa (2005) analisam a perspectiva da hermenêutica do vazio adotada para representar esse cenário, em diferentes momentos históricos, utilizada para reafirmar a soberania do Brasil sobre estas terras e/ou aplicar uma política de re-povoamento. A suposta ausência ou escassez de população, se articulou com a defesa do projeto de interiorização do país a partir de um ideal de vocação agrícola, em que preencher o espaço significava fomentar o progresso que contrastasse com a forma de vida de antigos habitantes.

Numa proposta decolonial torna-se necessário reiterar: *Kanhgág Jamã Vỹ gé* (Aqui também é morada de povos indígenas). Sobre estes antigos habitantes, repercutindo análises arqueológica, Pedro Ignacio Schmitz (2011) comenta que objetos indígenas foram encontrados em diversos lugares e ambientes na região, populações que se estabeleceram na América Latina, em tempos e movimentos diversos, datando de 11 mil a 9 mil anos antes de Cristo. Destacam-se ocupações antigas nas várzeas do Rio Uruguai, onde foram encontrados estratos de carvão, material lascado, cerâmicas e casas subterrâneas, com origens atribuídas à cultura altoaranaense, Guarani, Umbu e Taquara/Itararé. Especificamente do povoamento da região oeste catarinense, registros indicam a dispersão do grupo linguístico denominado Jê Meridional (antepassados dos indígenas Kaingang e Xokleng), que se dispersaram do planalto central para a região sul do Brasil, há aproximadamente 3 mil anos¹⁰. Grupos que se tornam vizinhos das populações Guarani, ocupando terras férteis e florestadas próximas ao Rio Uruguai, mas que desaparecem entre os séculos XVI e XVIII (Schmitz, 2011).

Sobre os modos de “desaparecimentos” dos povos e culturas, Jaisson Teixeira Lino (2015) aborda que os Guarani, ligados à ancestralidade e à matriz linguística tupi, ocupavam amplos territórios do litoral e interior do Brasil, e foram os primeiros a travar relações (alianças matrimoniais e troca de produtos) com os europeus na colonização. Classificados como índios “mansos”, receberam bem espanhóis e portugueses e estabeleceram trocas interculturais, o que talvez tenha contribuído para sua rápida dizimação, visto que somente aos poucos perceberem as intenções dos invasores e ofereceram resistência. Grande parte da população indígena foi caçada como escrava e transportada para São Paulo e Assunção (no Paraguai), sendo que uma parcela significativa foi levada para as fundações jesuítas (na Argentina, Paraguai e região sul do Brasil). Apesar de não se ter notícias da retirada de indígenas da região oeste catarinense para as missões, neste período os bandeirantes paulistas desciam pelos rios para atacar os indígenas missionários e talvez sejam responsáveis pelo despovoamento das regiões do Alto Uruguai, Alto Paraná e Vale do Jacuí e Planície costeira do Atlântico, sendo que, quando se estabeleceu o povoamento europeu os indígenas supostamente não estavam mais no local (Schmitz, 2011).

Leonel Piovezana, Janete Facco e André Luiz Onghero (2017) relatam que o contato entre indígenas e os colonizadores não indígenas ocorreu de maneira sistemática somente a partir da metade do século XIX no Sul do Brasil, devido interesse do Império Brasileiro em

¹⁰ Segundo Schmitz (2011) estes grupos tinham como característica assentamentos com imensa movimentação de terra para construir casas, pequenos montículos para sepultamentos, fragmentos de cerâmicas entre outros materiais, que denotam interferência no ambiente, produção cultural, redes de comunicação e atividades social.

garantir as posses terras em disputa com as nações vizinhas, produzindo uma série de intervenções militares e políticas territoriais, que resultou no confinamento de indígenas na região, para exploração dos recursos naturais e a colonização. Na entrada das terras que compreenderiam o Campo de Palmas, os paulistas se utilizaram de diversas estratégias de dividir para governar, estabelecendo um espaço social hierarquizado e embates de percepção do mundo, inclusive jogando um povo indígena contra outro, acirrando conflitos entre os catequisados e tido como “mansos” contra os “arredios” - Xoklengs. Ainda, muitos indígenas foram militarizados e utilizados para abertura e conservação de estradas, enquanto outros se ocuparam da agricultura e da diligência de novas catequeses (Renk, 2007).

Especificamente no que se refere ao território que posteriormente seria designado como oeste catarinense, neste período foi atravessado por disputas de fronteira com a Argentina, que supostamente pretendia estabelecer colônias para trabalho com a erva mate próximo ao Rio Uruguai, fato que preocupava as autoridades brasileiras. As terras em disputa compreendiam a conquista dos Campos de Palmas, legalizadas em 1855/6, sobre as fronteiras do rio Xaçupé¹¹ e Chopin. Nas tentativas de evitar uma ocupação argentina em 1882 foram fundadas colônias militares nestes dois locais respectivamente, e somente em 1895, no processo de arbitragem da Questão de Palmas (Misiones), se decide favoravelmente ao Brasil. No contexto da Colônia Militar de Xaçupé, a área ocupada inicialmente pelos indígenas Kaingang enfrentou movimentos populacionais, inicialmente com a ocupação das áreas florestais por caboclos/brasileiros, e posteriormente, na década de 1920 ocorreu a colonização pelos chamados “colonos de origem” (Renk, 2004; 2005).

Após essa incorporação ao território nacional, a disputa pelas fronteiras também envolveu os Estados do Paraná e Santa Catarina, marcada pela Guerra do Contestado (1912-1916), perpassada pela busca por legalização das terras (grandes áreas destinadas à pecuária), incluindo a área contestada por fazendeiros e posseiros (antigos peões, agregados, escravizados, negros libertos e ou fugitivos) a partir da construção da estrada de ferro entre São Paulo e Rio Grande do Sul para cortar os sertões do Sul (Renk, 2005). Contudo, Rui Bragado Sousa (2013) argumenta que o mais correto seria denominar como Guerra *no* Contestado, uma vez que ambos os Estados enviaram forças militares para reprimir os caboclos posseiros, que se orientavam pelo poder da fé e misticismo para a resistência contra às tropas legais. A dimensão da religiosidade, baseada nas relações de batismo e compadrio com monges

¹¹ 4 A palavra Xaçupé é de origem Kaingang que possui várias interpretações, como “chapadão alto”, “chapéu feito de cipó” e “põe no chapéu”, termo que se origina dos termos “echa” + “apê” + “gô”, que na língua nativa significa “donde se avista o caminho da roça”.

peregrinos¹², é analisada tanto como um aglutinador social que mobilizou “surtos messiânicos” dos “fanáticos ou bandidos”, mas deve ser compreendida articulada com o processo de desenraizamento do sertanejo e desencantamento do mundo, frente as tentativas de apropriação de suas terras pela entrada do capital transacional.

Numa leitura a partir da geografia feminista e contra a reificação de versões androcêntricas no contexto da luta pela terra, Angela Zatta, Diego da Luz Rocha e Nilson Cesar Fraga (2018), analisam o papel da mulher na guerra. Neste cenário destacam-se as “virgens”, mulheres que se aliam com as figuras místicas dos monges, acompanhando nas rezas, preparo de chás e exercendo função de videntes, o que lhes conferia poder e influência no mundo dos caboclos. Dentre estas mulheres santas, ressalta-se a líder guerreira Maria Rosa¹³, posteriormente conhecida como Joana D’Arc do sertão catarinense, que com seus 15/16 anos dizia receber ordens do Monge, e com isso chegou a chefiar militarmente os revoltosos, entre os anos de 1913 e 1915, reunindo no mesmo espaço geográfico mais de 30 mil pessoas. Para os autores, os retratos de Maria Rosa são atravessados por discursos patriarcais, relacionando-a com a figura de “virgem” e “bonita”, mais do que sua subversão e atuação guerreira, inclusive por supostamente ter sofrido uma derrota que levou a sua morte devido o apaixonamento por um capitão oficial do exército.

Dos períodos que se seguem ao episódio que envolve Maria Rosa, configura-se a derrota de outros líderes caboclos e a dizimação dos redutos revoltosos, até chegar aos acordos finais da Guerra, no ano de 1917. Neste momento são atribuídos os limites da região oeste de Santa Catarina, e a criação de quatro municípios: Mafra, Porto União, Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó, bem como são expedidas concessões federais para a Brazil Development, subsidiária da Brazil Railway, que delegou outras empresas para a comercialização de pequenas propriedades¹⁴, novamente invocando o imaginário de suposto vazio demográfico do sertão

¹² As tradições envolvendo monges, profetas e messias são expressivas na região do Contestado, tidos como santos pelos fiéis. Destacam-se o Monge João Maria (italiano Giovanni Maria de Agostini), que entre 1844 e 1852 cruzou de forma penitente os sertões, promovendo pregações apocalípticas e curas pelo poder das águas, o que abriu caminho na fé dos sertanejos. O segundo Monge João Maria (Anastás Marcaf), também percorreu esses campos e desapareceu por volta de 1908, fazendo críticas abertas à República e profecia de guerras. O terceiro Monge José Maria, desertor militar é quem propaga a visão de mundo tradicional do caboclo, promovendo processos de organização social, fator que movimentou as lideranças governamentais contra os “fanáticos”.

¹³ Além de Maria Rosa, outra personagem marcante do mundo caboclo no contexto do Contestado é Francisca Roberta, conhecida como Chica Pelega, herdeira de João Maria. Conforme Adiles Savoldi e Josiani Geroldi (2010), Chica assumia papel de destaque pelas habilidades com ervas e cuidado com doentes, crianças e animais, mas também pelo senso de justiça, força de luta e coragem dada aos sertanejos. Mesmo tida como heroína e modelo de conduta e luta dos grupos subalternos, foi retratada pelas narrativas oficiais androcêntricas como tendo um papel coadjuvante e secundário, como as demais mulheres que fugiam dos modelos convencionais (inclusive dentro da própria cultura cabocla).

¹⁴ Conforme Elenice Nodari (2009) as terras não escrituradas e consideradas devolutas, que geralmente abrigavam indígenas e caboclos, foram concedidas às empresas colonizadoras através dos contratos com o Governo do Estado

catarinense e que deveria cumprir o acordo para garantir “terras limpas” ao projeto colonizador. De um lado, é desencadeado a colonização pelos imigrantes de descendência europeia (principalmente alemães e italianos, mas também poloneses e russos), classificados e identificados pelas autoridades como colonos, e de outro, se intensifica o silenciamento dos antigos habitantes do sertão, os caboclos e indígenas remanescentes (Renk, 2004).

Das linhas que separam a modernidade e o progresso do passado e atraso, reafirmou-se a posse da terra e da história ao colono com descendência europeia, pautada pelas estratégias políticas do Estado brasileiro de branqueamento da raça, na lógica da pequena propriedade e de vocação agrícola, na difusão das virtudes e religião verdadeira, e como consequência, operando uma verdadeira limpeza da área anteriormente habitada e a destruição dos conhecimentos e saberes dos povos originários (epistemicídio). Apoiado nas reflexões de Césaire (2020), cabe considerar que processo de dominação e barbárie promovidos pela empresa colonial mobilizou o desprezo pelo sujeito indígena e negro, no qual, de "boa consciência", o cidadão (homem) europeu visualizou e tratou o outro como um animal, transformando-se ele próprio num animal.

No espaço que futuramente se constituirá como oeste catarinense, o processo de coisificação do outro se estabeleceu de forma mais acentuada na década de 1920, com a vinda dos chamados “colonos de origem”, processo compreendido como marco zero da história oficial da região, instaurando um novo tempo. A ideia da descendência europeia estava associada à estilização da vida, *ethos do trabalho* e naturalização das virtudes étnicas, o que os tornava imigrantes desejados. Nesse sentido, “os de origem, pela posição hegemônica que ocupam no espaço social, tem maior possibilidade de terem voz e vez para falarem de si, de seus feitos, de marcarem suas fronteiras, e de lutarem para a imposição destas como fronteiras legítimas” (Renk, 2004, p.31). Portanto, diferem-se da população local expropriada, os “sem origem”, retratados enquanto elementos que infestaram a região, que não possuem qualquer registro civil ou vínculo com o Estado, destituídos de vocação agrícola por sua falsa consciência da posse das terras e acumulação de capital. Os mapas cognitivos e práticas sociais destes colonos de origem se diferenciavam da denominada “negrada”, como expresso num dos ditos

de Santa Catarina. Os empresários principalmente oriundos do Rio Grande do Sul, estimularam um novo processo de imigração, com a vinda de teutos e ítalo-brasileiros e seus descendentes, considerando o cenário de fim do tráfico negreiro (1850) e abolição da escravatura (1888). Destacam-se as seguintes empresas colonizadoras e regiões exploradas: Brazil Development and Colonization Company (Cruzeiro/Joaçaba e Chapecó); Empresa Colonizadora Luce, Rosa e Cia (Cruzeiro/Joaçaba e Concórdia); Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso (Chapecó- sede e outras áreas); Companhia Territorial Sul Brasil (Chapecó - Extremo Oeste); Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. (H. Hacker e Cia) (Cruzeiro/ Joaçaba); Empresa Chapecó – Peperi Ltda. (Chapecó – Mondai); Volksverein für die deutschen Katholiken in (Chapecó – Colônia Porto Novo/ Itapiranga); Barth, Beneti & Cia. Ltda. (Chapecó e região de São Miguel do Oeste); Angelo di Cali, Irmãos e Cia (Chapecó e Cruzeiro/Joaçaba); Nardi, Bizzo, Simon & Cia (Chapecó e Cruzeiro/Joaçaba).

desta época que fazia anunciar: “cachorros, negros e corvos são todos iguais” (Renk, 2004; 2005).

Para a imposição deste novo modo de campesinato, é necessário destacar o papel central das empresas colonizadoras, que segundo André Luiz Onghero et al (2017), adotaram estratégias de criar núcleos homogêneos, ética e confessionalmente, reforçando a ocupação enquanto um empreendimento familiar. O fortalecimento desta lógica familiar contribuía para promover maior relações de solidariedade para enfrentar as condições adversas das áreas pouco habitadas, e a criação de espaços comunitários próprios para evitar a animosidade entre as diferentes comunidades e grupos sociais. Tal estratégia traçou mapas da região a régua, o que intensificou a despossessão do território, com segregação e submissão da população cabocla, que conforme Arlene Renk e Priscila F. R. Confortin (2017), foram empurrados para áreas íngremes (declive e ribeirinhas), espaços não concorridos pelo mercado fundiário, cerceados do acesso à terra nos modos de uso tradicional (fazendas de plantar e fazendas de criar).

Somado à seleção dos habitantes que não se enquadravam nos sistemas produtivos e culturais, outro elemento importante da atuação das empresas colonizadoras na mercantilização da terra trata das relações paternalistas com os imigrantes. Iludidos com a ideia de progresso e sucesso (da terra farta), muitos logo entraram em contato com um ambiente perpassado por dificuldades de estrutura, isolamento social e abandono. Neste cenário, Renilda Vicenzi (2008), ao analisar a colonização do território de Chapecó pela Bertaso, Maia & Cia, observa como ganha força a figura do Coronel, do Desbravador, enquanto autoridade chancelada pelo Estado e apoiado pelas elites locais, que desenvolviam interesses oportunistas, oferecendo favores e proteção em troca de irrestrita adesão política. Isso envolve também outro imaginário da região naquele momento de terra de ninguém e paraíso da criminalidade (território conflituoso), em que o caudilhismo se estabelecia como forma de lidar com os conflitos entre colonizadoras e posseiros, uma vez que as empresas não queriam intrusos para inflacionar o preço das terras (Renk, 2005).

Aspectos sobre o cotidiano colonial e os embates éticos, serão abordados no próximo eixo de análise, mas antes de seguir, necessário mencionar a visita do Governador Adolfo Konder, em 1929, enquanto marco da história oficial da região, processo de dar a conhecer ao litoral o que é o interior, de tomar posse simbólica da terra enquanto forma de prescrever uma representação de mundo social (Renk, 2005). Conforme expõem Flores e Serpa (2005), a nomeada Bandeira Konder, teve como propósito fazer coincidir as fronteiras geográficas com

as fronteiras políticas, num ato performativo¹⁵ de civilizar o interior, constituir uma identidade e relação com a Nação (demarcar fronteira com Argentina) e vencer os poderes locais e conflitos entre os grupos (debelar as querelas da Guerra do Contestado). Sobre os mandonismos locais, mesmo a região sendo vista como pacífica, ordeira e respeitadora da lei, interpretava-se que a população poderia ser inflada e mobilizada pelos coronéis em suas disputas políticas, o que representava um atraso do ponto de vista civilizatório já que as relações de compadrio ditavam a hierarquia social. No tocante a busca por uma identidade aglutinadora e homogeneizada, observa-se os interesses das elites no branqueamento da população, seja pela cor da pele como pela reformulação da sociabilidade e das condutas, que deveriam ter como base o paradigma europeu. A definição de um contorno étnico brasileiro e catarinense servia como política vital para a formação de uma nação civilizada (nacionalismo), na desqualificação de uns (descendentes de índios, africanos e antigos povoadores) e qualificação positiva de outros (descendentes de europeus).

Nas palavras de Quijano (2005), os mais densos e profundos problemas dos fantasmas históricos da América Latina são a identidade e a modernidade, que reproduzem a invisibilidade sociológica dos não-europeus (indígenas, negros e seus mestiços) na produção de subjetividades, memórias e conhecimentos. Padrão da colonialidade do poder que discrimina saberes, reduz civilizações, valores, capacidades e crenças, fazendo com que os povos sejam impedidos de objetivar suas imagens, símbolos e experiências subjetivas (Segato, 2021). O conflito “de origem” versus “sem origem” na produção histórica da região oeste catarinense exemplifica essa relação social hierárquica e o racismo epistêmico (epistemicídio), que desqualificou e invisibilizou sujeitos indígenas e caboclos, servindo para bloquear projetos históricos não fundamentados na racionalidade capitalista e moderna, difundido principalmente pelas Empresas Colonizadoras, o Estado e elites locais, a partir da propagação de ideais de progresso e civilização com os descendentes de europeus. Mesmo assim, permanece como questões: apesar das tentativas de ordenamento deste sistema mundo, como articular perspectivas que faça coexistir muitas memórias, passados e possibilidades de futuro? E como enfrentar uma mentalidade colonial que busca conservar o reconhecimento de certos sujeitos em detrimento da desumanização de outros?

¹⁵ À medida que a Bandeira avançava ia deixando sinais dos seus ritos de passagem, reafirmando a organização administrativa, ordem pública, inaugurando escolas e praças, fazendo promessas de estradas, nomeando lugares topográficos e modificando o nome das colônias (futuros municípios).

3.3 EMBATES NO COTIDIANO COLONIAL E AS IMPOSIÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Tomando o gênero como eixo da colonialidade do poder, e reconhecendo sua intersecção com as diversas formas de reconhecimento e expressão das sexualidades, importante para além das análises dos modos de dominação, inferiorização e desumanização, entender como estas categorias contribuem para operar questionamentos e inversões nos fantasmas históricos do sistema colonial e moderno. Interessa na apresentação de um panorama da região oeste catarinense captar fragmentos do cotidiano das práticas sociais no contexto da colonização, enquanto tentativa de desacelerar e deslocar olhares, produzindo novos enunciados e outros imaginários que desafiam a perspectiva hegemônica, com suas incoerências e injustiças das representações hierarquizantes.

Na perspectiva de produzir uma política de texto, são necessárias as provocações de Mombaça (2021) em relação às posições inconformes e desobedientes da matriz colonial cisgênera, racista e heteronormativa, ao abordar as vidas quebradas pela violência normalizadora, que vão além dos efeitos de violências individualizantes e das lógicas coletivas generalizadas. A arista e escritora propõe epistemologicamente abarcar “a quebra”, menos como entidade autônoma, mas enquanto força incapturável, menos pelo heroísmo pós-moderno, mas pelo fracasso e insuficiência. Na metáfora da vidraça que se arrebenta e os estilhaços correm para longe, sem nenhuma ordenação plausível, a quebra não seria os pedaços, mas o movimento abrupto, errático e desordenado. Movimento de estilhaçamento cuja proposta não é de contar e/ou colar os pedaços, das rupturas entre passado e presente, do antigo e o progresso, mas do exercício de arriscar nos descompassos, nas pontas soltas, na abertura para outros movimentos.

Seguindo o diálogo com autores/as que abordam a história e cultura da região, optarei por abarcar as perspectivas dos sujeitos e modos de existência quebrados pelo processo de colonização, os apagamentos pelas marcas do poder, buscando também registrar e até mesmo inferir sobre momentos e movimentos de resistência e abertura para outras histórias e chances de afirmar possibilidades de existência. Neste sentido, contextualizarei inicialmente sobre as práticas sociais de indígenas e caboclos, mesmo que atravessados por interpretações externas e já viesadas pelo contato com os colonizadores, com destaque para agência das mulheres nestas comunidades. Sobre a imposição da perspectiva dos descendentes de imigrantes europeus, registra-se a relação entre as ideias de progresso e civilização com o binarismo de gênero e a intensificação do patriarcado, fortemente expresso pela autoridade masculina no uso

da violência, que também coexiste com as contradições e dissidências que se produzem apesar da modernidade colonial.

3.3.1 Nas bordas do destino dos expropriados

Sobre a presença de indígenas na região cabe considerar que em Santa Catarina existem 25 terras/reservas indígenas¹⁶, com diferentes situações fundiárias (demarcadas ou aguardando decisão de procedimento administrativo), contemplando principalmente os povos Guarani, Kaingang e Xokleng. Especificamente sobre os últimos povos, de matriz Jê, Lino (2015) aborda que os Kaingang ocuparam as áreas mais frias do Sul, socialmente se organizando em torno de uma chefia forte e entrando em conflitos com outros povos em busca de dominação territorial. Da sua cultura, ressaltam-se elementos como os enterramentos em montículos, rituais como o “kiki” de culto aos mortos e as divisões em metades clânicas (“*kamé* e *kanhru*”). Já quanto aos Xoclenges, alguns aspectos se aproximam e outros o afastam dos caingangues, como o movimento de nomadização, principalmente depois da colonização alemã e italiana na região, que avançou sobre suas terras tradicionais e promoveu a dizimação dos povos. Um dos registros deste momento é a figura do bugreiro, de origem mestiça, contratados pelos não índios para promover grupos de captura e morte, inclusive utilizando da prática de cortar as orelhas para “provar” o número de mortos.

Como lembra Césaire (2020), a colonização além de provocar o extermínio de povos, também aplicava a dizimação de culturas, religiões, instituições, artes e possibilidades de existências. Piovezana, Facco e Onghero (2017) referem que na região, mais especificamente do município de Chapecó, durante o processo de colonização havia muito mato e indígenas, contudo, muitos com a intrusão dos imigrantes resolveram “desistir” das terras e culturas para serem brancos, trabalhar como agregados nas terras que lhe pertenciam anteriormente. A recuperação das terras está relacionada com a emergência de lutas e movimentos sociais entre 1970 e 1980, como a formação do Toldo Chimbangue, e posteriormente a Aldeia Kondá¹⁷ na década de 1990, que foi atravessada por interesses envolvendo a implantação de uma Pequena

¹⁶ Nas cidades do oeste catarinense tem-se as seguintes terras/reservas, com as respectivas etnias: Terras Araçá'i (Guarani) e Kondá (Kaingang) em Chapecó; Toldo Chimbangue (Guarani e Kaingang) em Chapecó, Toldo Imbú (Kaingang) em Abelardo Luz, Toldo Pinhal (Kaingang) em Seara; Terra Indígena Xapecó (Kaingang e Guarani) em Entre Rios e Ipuçu.

¹⁷ O nome Kondá diz respeito a atuação do líder Kaingang Vitorino Condá, que é homenageado em vários espaços públicos e inclusive é símbolo do time de futebol Chapecoense, em alusão à sua colaboração com a colonização e pacificação de grupos indígenas resistentes. Para os Kaingang esta referência os identifica com suposta ancestralidade, mas ao mesmo tempo evidencia o faccionalismo que marcou seu povo (alianças com grupos políticos e exército).

Central Hidroelétrica e polêmicas com agricultores que foram desapossados das propriedades. Mesmo com a demarcação oficial, a população sofreu com as marcas de quase um século de exploração, seja das suas terras que foram reduzidas e ambientalmente empobrecidas, da desarticulação de seus costumes e modos de vida (como a relação comunitária e a língua), lidando ainda com o imaginário negativo do que para a sociedade “moderna” seria um “índio de verdade”.

Ao abordar sobre o modo de vida dos Kaingang na região, Aneliese Nacke (2007), comenta sobre a importância da língua (Macro-Jê) e da ancestralidade de seu povo (metades clânicas) para a constituição de sua identidade. O dualismo *kamé* e *kairú* se estabelece como um classificador da cosmologia Kaingang, tanto na forma de perceber a natureza, como também no casamento entre metades opostas e no batizado do “nome do mato” da criança, que provém da metade do pai, considerando as regras e descendência patrilinear; nome que será utilizado após a liberação no ritual do *kiki*. Ainda sobre o casamento, no passado observa-se relatos de casamentos arranjados entre as famílias ainda na infância dos noivos, que depois adotavam o padrão de residência uxorilocal (matrilocalidade), em que o genro passa a integrar o grupo doméstico da esposa para ampliar a influência do sogro e para que a filha ficasse próxima da casa da mãe, mantendo vínculos com as mulheres da mesma família, inclusive para os cuidados na velhice.

Para Andreza Bazzi (2019), as relações de gênero nas sociedades indígenas não são homogêneas, embora seja comum abordar a categoria “mulher” por um viés masculino, retratando questões sobre matrimônio, núcleo doméstico e relações de parentesco, sem considerar sua representação política na comunidade (a exemplo do protagonismo feminino e liderança no Toldo Chimbangue)¹⁸. Antigamente a mulher não devia submissão ao homem e não ocupava um lugar de inferioridade, as relações apresentavam dualidade, mas não eram opostas (binárias), inclusive a divisão sexual do trabalho (doméstico X público - política e caça) que não operava numa lógica capitalista. A autora ao dialogar com algumas mulheres líderes, registra algumas mudanças nos padrões de gênero na atualidade, como no sistema de casamentos, em que a formação do casal não perpassa mais a interferência externa, embora persistam alguns tabus pelas gerações mais antigas, como o casamento da mesma metade

¹⁸ Sobre a organização social entre os Kaingang destaca-se as redes de sociabilidade entre diferentes territórios e grupos familiares, com intensa mobilidade para visitar parentes, buscar cônjuge, trabalho, e refúgio por motivos econômicos ou políticos. Politicamente tem-se a figura do cacique, apoiado pelo Conselho e pela Polícia Indígena, que se reafirma mais pela solidariedade e generosidade do grupo do que pela autoridade formal no controle social. Dentre os desafios político está a manipulação do processo eleitoral, o faccionalismo nas comunidades e a cooptação do cacique por autoridades não indígenas (Nacke, 2007).

clânica, o envolvimento com não indígenas e o divórcio. Essa questão do casamento com não indígenas (*Fóg*) também foi questionado pelas mulheres, visto que se um homem indígena se casasse com uma mulher *fóg* poderia trazê-la para morar junto com ele na comunidade, o que não acontecia se fosse o contrário. Sobre o divórcio, este não implica vergonha ou desvalorização social do homem ou mulher, admitindo-se novos casamentos, mas casos de traição ou de violência contra umas das partes por muito tempo foram alvos de castigos.

Alguns historiadores divergem sobre os registros da prática da poligamia, seja de relatos do casamento de um homem com mais mulheres de uma mesma família, ou de que apenas o cacique tinha esse direito de possuir outras mulheres (Nacke, 2007; Bazzi, 2019). Sobre este aspecto, Geni Núñez, João Manuel de Oliveira e Mara Coelho de Souza Lago (2021), puxam alguns fios sobre a (não) monogamia, a partir de perspectivas guarani e de gênero dissidentes, questionado como a imposição colonial e a cristianização de monoculturas, com suas marcas machistas e racistas, suprimiu as possibilidades de pluralidade das existências, com suas diversas práticas sociais e sexuais. Ressalta-se que na colonização, ao passo que muitos padres em suas missões não ofereciam repúdio aos estupros, invasões e escravização realizadas pelos europeus, buscavam condenar como pecado e inculcar a culpa, vergonha e arrependimento em relação à multiplicidade de línguas, costumes, rituais e modos de vida (como condenar a nudez, impor práticas monogâmicas e retirar a autonomia sobre as possibilidades de interromper e transformar o vínculo afetivo-sexual).

Em diálogo com estes aspectos da imposição colonial, desdobro a produção de outras problemáticas que se acentuam na realidade regional entre os Kaingang¹⁹, como os estupros, a prostituição e a violência contra mulher. Como observa Bazzi (2019), os estupros serviram para reafirmar a superioridade dos homens brancos em relação às mulheres indígenas e enquanto tentativa de dominação e desestruturação de toda a aldeia, o que pode se relacionar na atualidade com a prostituição e os casos de contaminação por HIV/AIDS (Nacke, 2007). Já a violência doméstica contra a mulher, aparece principalmente relacionada ao abuso do álcool pelos homens indígenas, com suas raízes na forma com que o álcool foi utilizado para refrear as

¹⁹ No que se refere as dissidências sexuais, destaco não ter encontrado estudos publicados que relacionassem especificamente o contexto local, apenas menções sobre a homofobia como uma das marcas da colonização do Brasil. Registro uma notícia atual vinculada pelo Portal NSC, de 14/08/23, em que o direito à diversidade foi um dos temas do evento ATL Sul, com representantes do Guarani, Kaingang e Xokleng, visto que os jovens têm levantado a questão da inclusão nas comunidades, como forma de “tirar o pensamento colonial da cabeça das pessoas”. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/indigenas-discutem-terra-e-direitos-glbts-em-encontro-no-morro-dos-cavalos-em-sc>

resistências e/ou como também para anestesiar os efeitos das perseguições e discriminações coloniais.

Sobre o papel social da mulher no contexto da TI Xaçecó, Getúlio Narsizo e Cláudia Battestin (2022) referem sobre a importância feminina na mediação das famílias e educação dos filhos aos costumes, inclusive no ensino do artesanato às meninas e posterior comercialização nas cidades vizinhas. Mencionam que, na atualidade, com o apoio para escolarização e entrada no ensino superior muitas mulheres além de exercerem funções domésticas e do cuidado aos filhos, tem assumido outras funções e auxílio aos esposos na comunidade, em diversas funções (professoras, vereadoras, trabalhadoras da saúde, assistentes sociais, entre outras), o que denota a busca por maior protagonismo na história de seu povo originário.

As questões apresentadas sobre as relações de gênero no mundo Kaingang se aproximam do exposto por Segato (2021), da existência de categorias e hierarquias na vida social pré-intrusão, no tocante a um patriarcado de baixa intensidade, mas que é impactado pelo contato moderno-colonial e a imposição de uma lógica binária. Como observado na questão da violência contra mulher (e o feminicídio), a promoção de uma masculinidade racializada rebaixa a condição do homem indígena à condição de não branca na cena colonial, mas “os empodera sobremaneira na aldeia, obrigando-os a exibir sua capacidade de controle na aldeia, para recuperar a masculinidade que foi afrontada lá fora” (p. 106). Tal realidade também se sustenta na despolitização das mulheres, com privatização e marginalização do âmbito doméstico, tornando-a vulnerável, frágil e distante da proteção da vigilância comunitária e familiar.

Embora o tema do estupro não seja amplamente abordado nos estudos que embasam este capítulo entendo que vale sinalizar o exposto por Vergès (2021) de que não há colonização ou imperialismo sem estupro, mas que este fenômeno não deve ser entendido enquanto uma especificidade masculina, mas como estruturante do patriarcado e capitalismo, no qual o Estado atua na naturalização das violências e arma aqueles que golpeiam as mulheres racializadas, as/os/es dissidentes sexuais e os homens minorizados. Esse patriarcado que estrutura violências sistemáticas e que racializou o gênero e as sexualidades, também reproduz sua legitimidade a partir de leis coloniais, que “criminalizaram a homossexualidade, as identidades de gênero não binárias e os arranjos familiares que não obedeciam às normas da família patriarcal burguesa branca; separaram as crianças de suas famílias para civilizá-las” (p. 14).

Para seguir com reflexões que contemplam mais efeitos do patriarcado moderno sobre os povos colonizados, acredito que seja oportuno aproximar a produção de outro grupo étnico

que perpassa o cenário do oeste catarinense, os caboclos, que segundo José Carlos Radin e José Carlos Gentil Corazza (2018) tem suas raízes no período colonial brasileiro, e envolvem modos de identificar as pessoas que vivem nos campos e são resultantes da miscigenação entre indígenas, negros e os brancos descendentes de europeus, embora cada região tenha seus modos de classificação. A aproximação dos caboclos como o contexto indígena remete ao processo de expropriação das terras, inferiorização e tentativas de apagamento dos seus modos de vida, mesmo que se reservem certas especificidades entre os grupos étnico-raciais. No caso dos caboclos, cabe considerar outros modos de ocupação das terras e organização do trabalho, da relação com a religiosidade e de constituição de determinadas práticas sociais em sua articulação com a dimensão de gênero e sexualidades.

Radin e Corazza (2018) referem que o povoamento da região oeste catarinense se estabeleceu principalmente no século XIX, por luso-brasileiros excedentes das fazendas que percorriam o Caminhos das Tropas e avançavam para o interior das matas. Neste momento representavam a maioria da população local, em sua maioria vivendo de forma isolada e sem relações comerciais, compreendendo a terra como uma fonte de subsistência e vida, não de posse. Contudo, passam a ficar em situação de insegurança com a Lei das Terras de 1850, que favoreceu a desapropriação e comercialização das colônias (pequenas propriedades). No imaginário do colonizador, o caboclo é descrito como alguém que é pobre e vive toscamente (mais do que a dimensão racial), despossuídos e às margens da sociedade, o que faz com que sua identidade seja definida em oposição ao *ethos do colono*. Essa separação social se consolidou como marca constitutiva do tempo/espço regional, que inclusive passa a ser internalizada por muitos caboclos, que mesmo marcados socialmente, quando melhoravam de vida e se tornavam proprietários e comerciantes, rejeitavam a denominação de sua identidade. Do ponto de vista étnico, essa população internamente se identificava como brasileiros, no entanto, alguns teóricos divergem desta compreensão, entendendo que as terminologias caboclo/brasileiro são perspectivas dos colonizadores/Estado.

Para aprofundar aspectos da realidade social e cultural deste grupo, principalmente dos confrontos étnicos no processo de colonização a partir de 1917 com os acordos do Contestado, aproximarei pesquisas que partem de territórios diferentes, mas que partilham deste mesmo passado, a saber: Ourora Rosanila Bolzan sobre a região de São Domingos; Arlene Renk em relação a Vargeão, Ponte Serrada e Chapecó, e; Eunice Sueli Nodari tratando de Chapecó e Cruzeiro/Joaçaba. Inicialmente Bolzan (2011) analisa como o modo de produção agrícola de subsistência do caboclo, que sem razões ou possibilidades de acumular terras e riquezas, sem pagar impostos ao governo, apresentando intensa mobilidade social e com fortes relações de

trocas solidárias com as vizinhanças, foi atravessado por um amplo processo de expansão capitalista que provocou sua progressiva exclusão e desestruturação dos modos de vida.

Retirados das compras das terras ofertadas pelas Empresas Colonizadoras, sua presença era tida como indolente e poderia inibir a vinda do imigrante, sendo vistos e tratados como chucros e vistos como atrasados, violentos, fanáticos, pouco afeitos ao trabalho, e seguidores de líderes messiânico. Com a chegada das famílias de imigrantes, com documentos e se oficializando como donas das terras, aos poucos foram se “extraviando” para outras regiões, empurrados para áreas menos produtivas, cercados em pequenos espaços e destinados para serem peões nas madeireiras ou tarefeiros na erva mate (Nodari, 2009; Bolzan, 2011). Contrastando com tal imaginário, interessante registrar que muitas famílias de caboclos acolheram os imigrantes em suas próprias casas ou galpões, até estes se acomodarem nas terras e construírem suas moradias.

Segundo Bolzan (2011) a relação entre caboclos e imigrantes envolveu desde estreitas amizades até o afastamento, mas a propagação da imagem de vadios por natureza acentuava a discriminação de sua cultura, inclusive provocando proibições das brincadeiras entre as crianças. Nos conflitos existentes, quando revidavam alguma situação, geralmente eram interpelados pela polícia que os fazia sofrer e estava a serviço da justiça e segurança dos colonos. Foi justamente o embate entre as diferenças culturais que serviu como meio para auxiliar na retirada dos caboclos das terras, com a utilização da intimidação e atemorização. Devido seu medo das “visagens”, os colonos adotaram práticas de assustar como estratégia para a “limpeza das terras”, exemplificando por Renk (2006), no costume de besuntar corvos em óleo e colocar fogo, soltando próximo a região ocupada pelos posseiros e fazendo barulhos com um megafone, dando a impressão que o diabo anunciava o fim do mundo.

Se não o fim do mundo, mas de certas possibilidades de co-existir no mundo, com imposição do modo de vida dos imigrantes descendentes de europeus, como anunciado por um dos caboclos entrevistados por Renk (2006): “tocou de fazer tudo mais ou menos igual”. Isso representou uma desestruturação em relação aos hábitos, concepções e relações entre famílias, habitação, vestuário, nas formas de cultivar e produzir, e na sua religiosidade. Conforme Anderson Luiz Tedesco e Cláudia Battestin (2022) o *ethos do caboclo* marcado pela simplicidade, bons relacionamentos, ajuda mútua para garantir a subsistência e busca coletiva do bem comum, foram ocultados e negados pelas comunidades conservadoras formadas pela colonização. No tocante a religião, ignorou-se as crenças e práticas do catolicismo antigo, forçando a conversão ao catolicismo oficial, mas muitos em protesto se converteram ao pentecostalismo. O idioma religioso foi um forte marcador da distância social entre as práticas

dos colonos (católicos oficiais, batizados) dos brasileiros (terço cantado, rezas fortes, Festas do Divino, profecias de São João Maria) (Renk, 2004; 2006)

No tocante ao trabalho, foram impelidos cada vez mais para o interior em busca de trabalho na extração da erva-mate, nas serrarias e lavouras na região, geralmente como agregados, o que envolvia a exploração de mão de obra barata para desenvolvimento econômico do imigrante. Até mesmo mulheres e crianças foram obrigadas a trabalhar para garantir a sobrevivência das famílias (Bolzan, 2011). Ao abordar sobre a divisão do trabalho e sua relação com as posições ocupadas no espaço social, Renk (2006) comenta sobre o contexto da luta da erva-mate que transformou os caboclos em estrangeiros, não podendo ocupar sincronicamente o espaço dos italianos (grupo étnico predominante na região estudada), e tendo que abandonar práticas do tempo *d'antes* da colonização, como o sistema de rotação das terras de criar e plantar e da criação dos animais soltos.

Sobre a vida *d'antes*, Renk (2006) em suas entrevistas com a população cabocla, remanescente do trabalho com a erva, descreve um passado de terra com fartura de comida, de união e respeito, principalmente em relação a autoridade dos velhos (“pedir a benção”), sem tempo para competição e intrigas, que se diferenciava da imposição do *ethos do colono*, com sua ganância e obsessão pela terra, da necessidade de acumular capital (gastar pouco e pensar no amanhã). Nas representações dos caboclos, dentre outros pontos de tensão interétnica ainda estavam: o acesso à escola, a pesagem e vacinação das crianças, o aumento de banhos e a necessidade de registro civil, o que era percebido como uma italianização e imposição social “dos modernos”.

Reitero a dificuldade na abordagem sobre questões de gênero e sexualidade entre essa população, mas alguns pontos são apresentados por Renk (2004; 2006), como na divisão sexual do trabalho, ocupada principalmente pela pecuária, no qual a mulher era responsável pelo trabalho doméstico e pelas atividades agrícolas, o que refletia sua inferioridade visto serem atividades depreciadas em relação àquelas que envolviam o serviço prestado e dinheiro que vinha de fora para dentro da casa (como a condução de tropas, marcação de florestas e colheitas da erva-mate). O marcador geracional é um componente importante de intersecção com o gênero, à medida que o homem adulto é considerado o chefe do grupo e cuida do trabalho “pesado”, cabendo às mulheres e crianças o trabalho mais “miúdo”. Dentro de casa é a mulher que assume maior autoridade e obrigações, enquanto ao homem lhe cabe “só comer”. Ressalta-se que na cultura cabocla não havia valorização da família nuclear, existindo vários arranjos internos em que convivem até três gerações, inclusive a prática da “criação” de crianças sem vínculos consanguíneos, os “criadinhos”.

Um dos traços do protagonismo das mulheres na família e comunidades caboclas, abordado por Taiza Gabriela Zanatta Crestani, Silvio Antonio Colognese e Paulo Ricardo Bavaresco (2022), compreende a prática enquanto benzedeiras, curandeiras e rezadeiras. Ao abrirem a porta de suas casas para atender e oferecer apoio as pessoas frente as adversidades de suas vidas, contribuíam para enfrentar as contradições do cotidiano e da estrutura social, portanto, assumiam funções políticas na comunidade. Analisa-se que essa posição tem historicamente relação com o prestígio das “virgens” no Contestado, que utilizaram da fé como elemento mobilizador para as revoltas sociais. No entanto, essas práticas holísticas foram vistas como transgressoras e combatidas pela Igreja Católica, que encarava as enfermidades enquanto castigos divinos, cujo tratamento e orientação espiritual estava a cargo do padre (homem), e que progressivamente produziu embates na posição das mulheres, realocando-as no espaço privado. Apesar disso, mesmo com o avanço da medicina (e demais profissões da saúde), ainda hoje muitas pessoas recorrem a estes serviços, pela ausência de recursos e/ou pela reprodução de suas crenças, um meio de resistência ao catolicismo oficial e ao mundo do colonizador europeu branco.

Sobre os laços matrimoniais entre a população cabocla, um marco para os homens era chegar na “maioridade” para sair do governo do pai e passar a se governar, o que não acontecia com as mulheres, que saíam do mando do pai para o do marido. O casamento precoce para as meninas era visto como uma forma de salvaguardar a honra feminina para não cair em desgraça. Neste quesito observa-se uma relação entre atividades laborativas e mercado matrimonial e sexual, considerando o número reduzido de celibatários, inclusive entre as mulheres viúvas. Dentre os aspectos condenados pelos caboclos estavam o casamento com idade inferior e uniões com grande diferença de idade entre os cônjuges. Já para os colonos e sua moral cristã, reprovava-se os costumes destes grupos em raptar a noiva para casar-se (fugir) e de que os casais só pensam em ter filhos, como também o fato de que as mulheres tinham maior liberdade para escolher o marido, se separar e manter novas uniões (Renk, 2004; 2006). Registra-se que o processo de raptar mulheres também perpassou relações interétnicas (com homens brancos), acionando uma dimensão de controle/posse dos corpos de mulheres caboclas que ainda hoje se apresenta nos relatos desta população e segue sustentando imaginários de que reforçam desigualdades raciais e de gênero.

Retomo aqui o desafio em configurar uma reflexão sobre a população cabocla, especificamente em relação as mulheres no contexto do oeste catarinense, seja em encontrar produções científicas e relatos empíricos, mas também devido ao privilégio de análises de viés socioeconômico (classe), que não abarcam as intersecções entre raça e gênero. Essa questão se

alinha com o argumento de Lugones (2020) de que sem o sistema moderno/colonial de gênero não existe a colonialidade do poder, e que a ausência dessa compreensão não permite abarcar a profundidade da imposição colonial. Outro ponto, envolve a categoria caboclo, enquanto uma identidade atrelada aos processos de colonização, o que torna desafiador analisar seus modos de vida e existência sem considerar os atravessamentos coloniais, no entanto, cabe considerar que estamos falando de pessoas/grupos classificados e hierarquizados na zona do não ser, ou seja, não-brancos.

As produções de Arlene Renk são fundamentais para abrir diálogos e compreensões sobre a dimensão de gênero, o que indicam padrões de divisão sexual do trabalho, a posição das mulheres nos agrupamentos familiares, e modos de configurar relacionamentos conjugais que se diferem e ao mesmo tempo são capturados pelo *ethos do colono* colonizador. Mesmo ciente da fragilidade de recursos para sustentar certas afirmações desta realidade histórica e social, quero aproximar problematizações sobre os imaginários e os lugares destinados para as mulheres indígenas e caboclas a partir desta organização colonial, com ênfase nas dimensões que articulam trabalho, sexualidade e dominação.

Como menciona McClintock (2010), o imperialismo provocou desequilíbrios impostos às mulheres colonizadas e racializadas, submetidas às violências dos homens brancos europeus, mas também dos seus próprios homens, e das ambiguidades com as mulheres brancas, que exerciam mais poder de dominação tomado de empréstimo pelos privilégios da raça. Aplicou-se uma política de domesticidade contra as mulheres de cor (nos termos da autora), em que a lógica da degenerescência foi empregada para demarcar e policiar os corpos, institucionalizando o medo e os rituais de limpeza contra as classes tidas como degeneradas, pois poderiam provocar transgressões das distribuições de dinheiro, sexualidade e propriedade. Projetadas para fora do espaço anacrônico da modernidade, essas mulheres foram vistas como tendo apetite sexual e órgãos primitivos, que ameaçavam a pureza sexual do homem europeu branco, o que servia como metáfora para a contaminação da pureza racial, econômica e política. Ao passo que a união interracial e a mestiçagem eram combatidas por ameaçar as hierarquias sociais dos rituais de filiação e subordinação patrilinear, as mulheres de cor foram reposicionadas como trabalhadoras agrícolas, serventes domésticas, mães, prostitutas e concubinas...

Os modos de espoliação da população cabocla no oeste catarinense, mas também poderíamos contemplar os povos indígenas, observados temporalidades e cenários diferentes do que argumenta McClintock, reproduzem certas lógicas contra os grupos considerados degenerados, em seus hábitos, relacionamentos e trocas sociais. No caso das mulheres

racializadas, interessante considerar a questão da objetificação e hiperssexualização de seus corpos, com seus múltiplos efeitos: prostituição, estupros, exploração sexual e outras possíveis violências. Além destes contextos mencionados, as proposições de Vergès (2020) também auxiliam na discussão sobre o trabalho de cuidado e limpeza, que se tornou indispensável para o funcionamento do patriarcado e capitalismo, no qual as mulheres, as outras que a colonialidade fabrica (negras, não-brancas), assumem a função de “abrir a cidade” e “limpar os espaços” produzidos por este sistema. Este trabalho, deve permanecer invisível, para seguir explorando e esgotando seus corpos, e para garantir o conforto e bem-estar de quem é beneficiado pelo heteropatriarcado.

No contexto regional, a questão do trabalho doméstico e cuidado pode se relacionar com a produção da invisibilidade e precariedade das mulheres racializadas (indígenas e caboclas). Em uma breve discussão, mas sem aprofundar uma marcação de raça, Winckler e Renk (2017) comentam que estava arraigada na mentalidade chapecoense a domesticidade da mulher, relatando casos em que a entrevistada para sair de casa trabalhou como babá dos vizinhos, de outra que substituiu o trabalho na extração da erva-mate pela função de doméstica, e uma situação que mesmo trabalhando em um estabelecimento comercial compatibilizava as atividades de limpar a casa, cozinhar e lavar as roupas do patrão. Estes exemplos contribuem para inferir que estas mulheres, ao serem inseridas nas novas trocas econômicas e sociais que se produzem a partir da colonização do oeste catarinense, são submetidas a domesticação, objetificação e cerceamento de seus corpos.

3.3.2 Binarismo de gênero, cultos à masculinidade e suas violências

E quem são os privilegiados pelas marcas da colonialidade na região? Como mencionado, buscamos enquanto opção política e estética refletir sobre o destino dos expropriados, questionando como seus modos de vida, identidade e noção de mundo conflitam com a vinda dos descendentes de europeus oriundos do Rio Grande do Sul, para neste momento aprofundar aspectos sobre os “modernos”, os “gringos polenteiros”, “os gananciosos”, aqueles povos que internalizaram o imaginário do “progresso”. Paralelamente ao processo de exclusão, McClintock (2010) expõe que a ideia de progresso institui um espaço anacrônico na cena pós-colonial, com a imposição de um tempo linear europeu, de deixar para trás um passado superado, sem nuances políticas, para adotar um passado e presente comum. Tempo panóptico que consumiu a história com um olhar, em um único espetáculo e a partir de um ponto privilegiado, de tal forma que a raça e o gênero se tornaram alegoria para a evolução

e a visibilidade. No caso do oeste catarinense, a dominação de gênero e raça podem ser pensadas em sua intersecção com a etnicidade, dimensão expressivamente abordada nas análises de autoras/es sobre o cotidiano colonial e que envolve as marcas tornadas visíveis do modelo de patriarcado moderno.

Ao tratarmos dos colonos, categoria utilizada administrativamente para se referir aos imigrantes “desejados”, com seu modo de campesinato inserido nos sistemas produtivos capitalistas, Nodari (2009) questiona as tentativas de uma leitura universal da história, apostando na compreensão das diferenças e negociações étnicas em diferentes relações e instituições. Em relação à igreja, para as comunidades formadas por italianos e poloneses, sendo católicos fervorosos, a religião se estabeleceu como fator de integração cultural, de convívio social fora da família e de prevenção contra acaboclamento. As escolas apesar de geralmente ligadas à igreja, não recebiam muita atenção dos pais, que preferiam que os filhos ajudassem nas tarefas da colônia. Já os alemães (teutos), ligados mais à cultura e ao nacionalismo germânico (reafirmado pela língua), reproduziam a confessionalidade luterana, contudo, a construção da escola precedia a igreja. Necessário destacar o rigoroso controle da igreja exercido nas comunidades étnicas, que articulava decisões sobre o poder político e a interferência nas famílias. Nessa direção, Renk (2004) analisa que a construção de escolas, igrejas, hospitais e clubes se estabeleceram como marcos da civilização, representando o autoenaltecimento das culturas de descendência europeia.

No que se refere a produção do espaço doméstico e a “defesa” da família, para o colono a família nuclear se constituía como unidade social e política, voltada a produção de bens para consumo e para o mercado, e na socialização das posições culturais para as crianças. Nesse contexto, o casamento se estabelecia como um ponto crucial entre as famílias, para continuidade do nome e aumento da força de trabalho da agricultura, se estabelecendo de modo endogâmico, a partir de afinidades étnicas ou religiosas (consuetudinário). A ideia do casamento de diferentes credos e etnias sofria intensas oposições familiares, com pena de morte social e/ou rompimento de vínculos, sendo relativizado em alguns casos interétnicos no contexto urbano (entre italianos e alemães, e com a fração brasileira com poder econômico ou cultural) (Nodari, 2009). Como observa Renk (2001; 2004; 2006), a própria política colonial privilegiava a colonização de grupos familiares, sendo que a Igreja mantinha vigilância das escolhas entre os colonos, condenando o casamento interétnico com a justificativa de não contaminar a honra das famílias (medo da caboclicização). Tais elementos reforçam a noção do casamento como um contrato de negócios entre as famílias, mais do que pautado em escolhas afetivas, que também está aliado a necessidade de conhecimento prévio entre as famílias (“de que gente são”) e de obedecer a

ordem de nascimento (primeiro o filho mais velho), pois o intervalo entre os casamentos era importante para rearranjar as forças produtivas da família.

Das hierarquias de gênero para a efetivação das uniões conjugais, caberia ao homem ter a posse da terra, ficando ao seu encargo a administração das transações econômicas e autoridade na família, ou seja, o direito de decidir sobre os destinos da terra, da mulher e dos filhos. Dificilmente o homem não contraía o matrimônio visto que a condição celibatária era considerada “algo errado”, contudo, essa realidade se estabelecia de forma mais intensa para as mulheres, que desde a infância eram socializadas para o casamento, o ditado da época afirmava: “se não casar fica para benzer tormenta”. Para a mulher, casar significava adquirir o sobrenome do marido, viver em sua propriedade, ou seja, ser sua mulher. Uma opção para fugir do contexto rural consistia em trabalhar na casa de famílias conhecidas na cidade, mas que também era considerado um ritual de passagem para o casamento (Nodari, 2009).

Conforme Renk (2001; 2004) no campesinato sulista, com visão androcêntrica, os homens recebiam as posses familiares da terra e tinham maiores chances de instrução, enquanto as mulheres eram geralmente excluídas da partilha dos bens familiares, recebendo somente como herança a máquina de costura, enxoval e/ou vaca de leite. Anterior ao casamento, detinham menor condição para escolarização, sendo vigiadas pelas mães para garantia de recato e pudor (ser mulher decente), impregnadas com um tabu sobre a contracepção e o uso do corpo, visto como algo feio, impuro, sujo e passível de contaminação quando menstruavam, portanto, deviam internalizar um sentimento de culpa, administrando e autopunindo os pequenos temores íntimos. Durante o namoro contavam com vigilância familiar e comunitária, com sanções se os padrões fossem quebrados, desde zombaria ou proibição de casamento no caso de a noiva estar grávida. Após a união, a lei era obedecer e acompanhar o marido, sendo uma boa mãe e boa esposa, geralmente tinham uma prole numerosa, dividindo-se entre uma dupla jornada, na lavoura e nas tarefas domésticas, o que incluía a educação dos filhos (Nodari, 2009).

No tocante a vida social do casal e família destacam-se a relação com a vizinhança e participação comunitária associada à Igreja, que reproduziam as hierarquias sociais e de gênero. Nas rezas era comum a distribuição de espaços diferentes para homens e mulheres, e também entre as elites e pessoas leigas, de quem ficaria mais perto do padre/pastor. Sobre as festas religiosas, Nodari (2009) expõe que para italianos e alemães, destacam-se as comemorações do Natal, Semana Santa e a festa do/a padroeiro/a municipal, vista com interesse pelas autoridades e elites locais, e que em sua organização mantinha a divisão de gênero, de maior visibilidade do homem (festeiro), que detinha as responsabilidades pelo financeiro, das tarefas atribuídas às mulheres, envolvendo a alimentação e arrecadação de prendas. Das festas laicas, promovidas

pelos clubes e sociedades recreativas e esportivas, tem-se a realização de bailes (como as Festas da Primavera), grupos de bolão e tiro ao alvo, ações de teatro, música e cinema, e o carnaval (visto como evolução das cidades, mas perpassada por preconceitos). Por muito tempo para as mulheres não lhe cabia tomar iniciativa da dança, embora pudessem recusar o parceiro (Renk 2001).

Outro aspecto das festas consistiu na renegociação da etnicidade, visto que apesar do contato entre as diferentes etnias dos colonos, os caboclos foram excluídos destes encontros sociais, só aceitos após as ações do Estado Novo (1937-45), em um cenário de adequação das brasilidades desejadas pelo governo. Neste momento, passou-se a celebrar a ingenuidade, rudeza e pouco conhecimento do mundo dos brasileiros (nativos), que deveria ser preservado para a salvação da nação, buscando neutralizar algumas das tradições anarquistas e comunistas dos trabalhadores imigrantes. (Nodari, 2009). Este período contemplou a nacionalização das escolas e uso obrigatório da língua portuguesa (com confisco de materiais em língua estrangeiras e proibição de expressão pública), e o serviço militar do jovem rural (Renk, 2004), fato que contribuiu para maior um convívio entre as etnias, mas também para a intensificação da animosidade local.

Outro elemento sobre a organização do espaço público no campesinato dos imigrantes, trata da liderança política e sindical enquanto competência masculina, sendo que os sinais de autonomia feminina indicavam subversão dos valores tracionais, como expresso: “lá quem veste as calças é a mulher”. Alguns exemplos apresentados por Renk (2017), demonstram algumas singularidades no que tange as mulheres que residem nas cidades e fazem partes das elites, com possibilidades de qualificação acadêmica e/ou inserção em alguns espaços profissionais (como comércio, docência, áreas da saúde...), mesmo que fosse naturalizado o poder de decisão e autoridade dos homens.

As dicotomias que se produzem pela colonialidade, envolvendo o rural/urbano, público/privado e homem/mulher, passarão por intensas mobilizações somente na década de 1980, com ampliação dos horizontes do mundo camponês e ressignificação das identidades e espaços sociais. Como expresso até o momento, o horizonte que se articulava no cotidiano dos colonos descendente de europeus refletia um padrão binário colonial-moderno, que segundo Segato (2021) envolve a aplicação da matriz universal de “um” que se aplica a seus outros, que passam a ocupar o lugar da outridade e devem submeter-se ao processo de conversão da sua diferença em uma identidade pública, recebendo valores e considerações universais. Especificamente sobre as mulheres, em diversos momentos das análises e entrevistas realizadas pelas autoras sobre a história regional citadas neste texto, aparecem alegações do machismo, de

submissão a autoridade do pai e obediência ao marido-patrão, que serviram para interceptar e limitar seus projetos históricos.

Considerando uma perspectiva interseccional, pode-se observar aproximações e distanciamentos entre as experiências de mulheres brancas, caboclas e indígenas, com múltiplos efeitos no cenário pós-intrusão do patriarcado moderno. Mesmo que persistam os privilégios da raça, como a maior circulação nos espaços públicos e empréstimos de poder na dominação sobre outros grupos étnicos, importante refletir sobre o silenciamento público e a naturalização das violências aplicadas às mulheres colonas. Compreendidas como inferiores e tendo menor força física que os homens, retiradas da partilha das heranças, das decisões sobre a terra, vigiadas em seus corpos e escolhas conjugais, isoladas no intenso trabalho (da lavoura, de casa e com os filhos), também sofreram com a distância dos vínculos comunitários, o desincentivo ao protagonismo e agência feminina, e a privatização de seus afetos. Aprenderam desde cedo a “varrer para debaixo do tapete” os sonhos, vontades e as denúncias das tantas violências de seus companheiros²⁰.

A reflexão sobre a condição da mulher na cena colonial, numa perspectiva crítica do binarismo de gênero na região, necessita também contemplar aspectos da construção das masculinidades e sua relação com o monopólio da violência. Sobre essa questão, Raewyn Connell (2014) propõe uma análise que considere categorias do Sul Global, entendendo o gênero enquanto estruturante das relações sociais atravessadas por uma multiplicidade de ordenamentos do patriarcado, portanto, não deve ser compreendido de uma maneira uniforme, uma vez que os homens não compartilham de forma igualitária o dividendo patriarcal (participação econômica, acúmulo de riquezas, propriedades...). Tendo em vista a configuração do Estado nas periferias (e não nas metrópoles globais), bem como o modo de expropriação da terra, interessante questionar: o quanto a construção do imaginário da descendência europeia dos imigrantes no oeste catarinense produzem benefícios aos homens colonos quando se leva em conta as desigualdades materiais?

Sobre as trajetórias das masculinidades que se produzem na região perseguirei as linhas que entrelaçam a poder, violência, conservadorismo e as existências marginais. Délcio Marquetti (2008), ao retratar a história do crime no oeste catarinense na primeira metade do

²⁰ Um forte relato sobre essa realidade da violência doméstica contra a mulher pode ser visualizado no trabalho multimídia: “Sozinhas - histórias de mulheres que sofrem violência no campo”, da jornalista Ângela Bastos e fotógrafo Felipe Carneiro (2017). Nas palavras da autora: “E não só contra a mulher, mas a mulher que vive no campo, isolada, distante dos serviços de proteção, que não tem nem vizinho por perto para correr, que muitas vezes carrega as marcas da violência em seu corpo, mas ninguém vê, porque ela não recebe visitas ou porque precisa se cobrir durante o dia para o trabalho”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XEuJ9XT2yX8&t=2s>

século XX, entre 1917 e 1942 (último ano de vigência do Código Penal de 1890), descreve o cenário local como palco de intensa criminalidade e tensões sociais, onde se matavam pessoas por divertimento. O Estado e organização policial²¹ seguiam acordos de interesse com as elites locais, buscando infundir o universo conquistador/colonizador, com isso, separavam de um lado os homens honestos, trabalhadores e honrados, e do outro os intrusos (indígenas e caboclos), desordeiros, bandoleiros, desordeiros ou foragidos.

Sobre as dimensões de gênero, Marquetti (2008) menciona a mentalidade machista do homem forte, superior e inabalável, e do hábito de andarem armados (revólver e chicote), como se exibir a arma se configurasse parte da identidade masculina naquela época. Outros aspectos que tangenciam os crimes envolviam as encrencas e fama da família, a embriaguez (vista como hábito cultural) e os locais de ocorrência, no qual destacam-se as casas de prostituição, casamentos, corridas de cavalo e bailes, sendo que a regra/boato era de que “não se pode atirar no gaitero, sob pena de terminar o baile”. As mulheres eram qualificadas conforme sua posição, retratadas como frágeis, vítimas de estupro, defloramento e outras violências promovidas pelos homens (muitas vezes de confiança da família, que mediante promessa de casamento poderia não ser condenado), mas também como mulheres públicas (no caso das prostitutas e de vida alegre) que se envolviam em desentendimentos nas casas de prostituição. Nos poucos casos de mulheres autoras dos crimes, são notificadas as rixas com outras mulheres ou cúmplice dos atos dos homens.

Sobre os usos da violência e produção de imaginários violentos, me apoio nas proposições de Mombaça (2021) sobre como a colonialidade moderna implicou na configuração de um sistema de justiça que distribuiu de forma desigual as violências, com controle sistêmico do trânsito de pessoas africanas livres e afrodescendentes, da aplicação do terror nas comunidades empobrecidas e racializadas, provocando vidas matáveis. O Estado e sua polícia, formam uma coreográfica ficcional de poder baseada na promessa de posição neutra para a mediação de conflitos, mas que se move com e pelo desejo, garantindo ao homem cisgênero branco o acesso à violência legítima, uma arma de extermínio, normalização e controle social contra corpos racializados e dissidentes de gênero. Em contrapartida, as posições afeminadas, das mulheres cis, bichas, travestis e outras corporalidades, são retratadas como

²¹ A organização policial compreendia o inspetor de quartirão, juízes de paz e subdelegados, com relatos que anunciavam a má fama da Comarca de Chapecó, atravessada por burocracias, excesso de trabalho, carência de pessoal qualificado, a existência de lugares despoliciados e a inoperância da justiça, o que contribuía para a impunidade dos criminosos e intensificação da justiça particular (vingança pessoal) como forma de defender a honra ferida (Marquetti, 2008).

passivas e frágeis e devem internalizar o medo, o que resulta na diminuição do seu potencial de enfrentamento e reação contra a redistribuição desigual das violências que favorece os homens.

Uma característica do domínio masculino e uso da violência na esfera política da região trata do coronelismo, que conforme sinalizava Monica Hass (2015), envolvia o mandonismo local dos coronéis, geralmente os proprietários das Empresas colonizadores, que nomeados sem um vínculo militar se transformaram em chefes políticos, em posições de concentração de poder nas comunidades criadas²². Marca da Primeira República (1889-1930), esse sistema se configurava pelo empreguismo, nepotismo, corrupção eleitoral (voto de cabresto), clientelismo, e por atrapalhar iniciativas e violência contra os inimigos políticos. Mesmo que tal prática morreu simbolicamente em 1930, devido prisão de grandes coronéis da Bahia e do Rio Grande do Sul, devido ao processo de industrialização e urbanização, o aumento do sufrágio universal, o aperfeiçoamento da justiça eleitoral e a libertação do eleitorado rural, o traço autoritário do Estado faz com que essas práticas estejam enraizadas na estrutura política e social, que segue produzindo novos personagens. Políticos que não respeitam as regras democráticas, possuem a convicção de estar acima da lei, são incapazes de distinguir público e privado, e se utilizam do poder para formas de enriquecimento pessoal e dos parentes políticos.

Esse casamento de interesses que envolve as práticas coronelistas impactou significativamente os princípios democráticos, deixando marcas conservadoras na organização do Estado e suas instituições. Para retratar esse funcionamento e sua relação com a violência, torna-se fundamental registrar o episódio do linchamento, ocorrido em 1950. Em suas investigações, Monica Hass (2013) revela que muitos querem (ou fazem) esquecer o crime em que aproximadamente 200 homens invadiram a cadeia pública do povoado de Chapecó e lincharam (trucidaram e incineraram) quatro presos²³ acusados de atear fogo em comércios e na Igreja local. Neste episódio constatou-se práticas de intimidação, perseguição e violência política (representado pela figura do delegado), somadas ao poder inquestionável e instigador do padre (liderança religiosa) e a conivência da imprensa e poder judiciário, que submeteu os presos a um julgamento moral, visto que os forasteiros/intrusos supostamente ameaçavam os valores ligados à ética do trabalho e à fé religiosa do *ethos colono*, sua luta e sacrifício.

Como destaca Hass (2013) o mito do colonizador trabalhador e ordeiro foi contrastado por motivações conservadoras que moveram uma multidão para o linchamento (fazer justiça

²² No município de Chapecó o coronel Ernesto Bertaso, sócio da empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia, representava esse modelo coronelista, comercializando as maiores terras ao passo que mantinha uma relação de paternalismo com os imigrantes. Os favores à comunidade e doação de lotes para obras públicas e da Igreja, geravam gratidão, admiração e prestígio da comunidade, o que lhe garantia o controle econômico, político e social.

²³ Romano Ruani, Ivo de Oliveira Paim e dos irmãos Orlando e Amando Lima.

com as próprias mãos), para a defesa de valores e manutenção da ordem e interesses dessa comunidade que, ao mesmo tempo, vivenciava profundas transformações econômicas, política e sociais²⁴. Após o episódio do crime, a comunidade ficou em silêncio, o comércio fechou temporariamente, a imprensa propagou informações contraditórias sobre linchados e linchadores, muitos moradores envolvidos se mudaram ou se ausentaram durante um tempo, os viajantes não chegavam ao povoado e os imigrantes deixaram de vir para região. Como efeito, a elite local buscando aliviar a imagem negativa da região e lidando com um período de certa estagnação econômica, intensificou o modelo de desenvolvimento centralizado na agroindústria, o que deu início a uma reorientação produtiva, e como argumenta um dos entrevistados da pesquisa de Hass (2013): “Chapecó começou a se desenvolver bem mais depois da chacina. De certa forma o fato foi bom para a cidade”.

Imagem 1: Registro de notícia sobre o linchamento de Chapecó



Fonte: reprodução da revista Cruzeiro, edição de 1950 - Arlei Serrano.

²⁴ Na década de 1940-50 os chapecoenses aparentemente viviam tranquilamente tomando chimarrão e “proseando” com os vizinhos, assistindo às missas nos domingos, indo ao cinema e participando de jogatinas, sendo que a rotina era interrompida por alguns tiros de brigas nas casas de prostituição e a mendicância infantil de caboclos nas portas de bares e clubes frequentados pelas elites locais (Hass, 2013).

Ainda hoje há tentativas de acobertamento deste episódio, aplicando o silenciamento e esquecimento, que funcionam enquanto mecanismos que reforçam lógicas de dominação heteropatriarcal e racista, e que atuam para preservar o patrimônio e os valores dos imigrantes descendentes, em suas buscas por progresso e fartura. Aqui, a violência do linchamento se articula com a defesa conservadora que historicamente reafirma a dominação masculina no espaço público e na mobilização de sujeitos forjados para a cumplicidade com certos projetos de dominação. Contudo, inseridos em estruturas desiguais, importante considerar a inscrição de modos de diferenciação entre as elites e seus coronéis dos colonos (agricultores, agregados, trabalhadores...), ocupando posições ambíguas e contraditórias na partilha de privilégios simbólicos, sociais e materiais.

Seguindo essa compreensão de como a masculinidade se configurou como um elemento indispensável para a construção da identidade regional, Fernando Vojniak (2004) busca evidenciar como o discurso de “região do progresso” envolveu a exigência do perfil de homem capaz de contribuir com o desenvolvimento local e do “país”. Esse discurso passou a ser fortemente assimilado pela imprensa, autoridades, instituições religiosas e de ensino, entre as décadas de 1950 e 1960 (inclusive perpassado pela vinda do Governador Irineu Bornhausen ao Oeste em 1951), enquanto tentativas de descaracterizar a imagem de sertão violento, lugar de banditismo e contrabando. Para uma região que queria se modernizar foi necessário homens que internalizassem o *ethos do trabalho*, apresentando um comportamento mais nobre, progressivo, pragmático e corajoso, diferente da imagem dos coronéis, tido como machos, autoritários e que lidavam com violência com os inimigos. A que pese a promoção de uma visão progressista, o conservadorismo e a oligarquia ainda caracterizavam as elites locais, que desejam o desenvolvimento econômico, mas mantinham costumes que associavam o homem como provedores e chefes da família, enquanto as mulheres eram convocadas a “assumir o seu papel” no espaço doméstico, os “anjos do lar”, com suas virtudes naturais para a maternidade e cuidado da família.

A manutenção do binarismo homem/mulher se estabelecia de acordo com as aptidões e características associadas ao gênero, marcando os lugares a serem ocupados na sociedade. Uma das preocupações daquela época, analisadas por Vojniak (2004) foi a educação moral das crianças das elites e classe média, que buscavam a formação dos “bons cristãos e virtuosos cidadãos”, uma juventude nacionalista e patriota, com novas sociabilidades e hábitos, mas que conservasse as “antigas posturas”, e que no futuro assumisse os importantes postos políticos e

econômicos da região²⁵. Para tanto, as Escolas estimulavam a competitividade, o trabalho escolar como treino e o auto engrandecimento, como expresso no discurso do diretor da Escola Marista São Francisco, na aula inaugural de 1967: “(...) Quanto mais difícil for um exercício, tanto mais ele será interessante, quando a gente quer se tornar um homem e não um molusco”. (p.172). A ideia era a formação de homens com fome de progresso, para impulsionar o oeste catarinense como Celeiro do Brasil.

Mas esse “celeiro” também foi configurado pelas mãos de homens anônimos e marginais na história oficial, mas que semeavam em diferentes posições o imaginário do progresso. Um relato emblemático é fornecido por Paulino Eidt (2009) que em seu livro literário/tese intitulado *os Sinos se dobram por Alfredo*, busca reinterpretar os cenários da colonização alemã no extremo-oeste catarinense, mais especificamente no Projeto Porto Novo (atualmente abrange os municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis). O autor descreve a trajetória de Alfredo, partindo de seu nascimento, em 1927, em um contexto familiar, social e político em “comunhão” com intensos valores morais e religiosos, perpassados por conflitos e tensões na imposição de um modelo único de civilização e organização social. Na infância, acompanhava o pai (Arthur) nas atividades, homem de poucas palavras e que decidia o destino da família, e enxergava o mesmo ir às reuniões da Sociedade de Autodefesa e em eventos integralistas, no qual uma parcela da população local ostentava com orgulho a bandeira da Alemanha Nazista. Sobre a mãe Teresa, observava sua devoção para o cuidado da casa, filhos e o marido, sendo que nas brigas entre o casal ela sempre era culpada, ouvindo do pai: “Neste terreiro quem canta é o galo e não a galinha!” (Eidt, 2009).

Da catequese e missas, aprendeu que deveria resistir as tentações e evitar a “insidiosa invasão do diabo preto no corpo”, sempre pronto para desviar as crianças, e com isso repetia orações em defesa de Deus, da Pátria e da Família. Durante um retiro espiritual recebeu palestra sobre o bem o mal, aprendendo que deveria refrear os impulsos do autoerotismo (masturbação) e outros pecados como: “observar a amamentação de crianças, trocar de roupas em lugares onde pudesse ser visto, sentir-se atraído por uma menina, mexer nos órgãos genitais, participar de conversas de adultos, caminhar com alguém do sexo oposto sem a companhia de um adulto (...)” (Eidt, 2009, p.109). O contexto religioso também impregnou o terror contra pessoas de

²⁵ Mesmo que aquele momento representasse o avanço da presença das mulheres nos espaços educativos mistos, para além das Escolas Normais, a sua admissão era feita com precauções, sempre pautada na diferença com os homens, ou seja, relegando-as ao domínio da sensibilidade e naturalizando sua vocação para o cuidado e assistencialismo, a exemplo da valorização para as funções de professoras (Vojniak, 2004).

cor preta e indígenas (ferocidade), e na primeira vez que viu um homem preto o “mundo apagou-se ao seu redor”, fugindo assustado.

Referente aos irmãos de Alfredo, naquela época muitas crianças morriam de desnutrição e falta de amparo em casos de doenças, como o caso da irmã Madalena. Quanto à Jacó, o mais velho, recusava-se insistentemente em casar, não demonstrando interesse por mulheres, mesmo que o destino lhe obrigasse a tal infortúnio. Caso emblemático foi o de Nair, orgulho da família por decidir ir estudar em convento em Porto Alegre, mas que aos 16 anos retornou por não se adaptar ao local, causando tristeza e silêncio dos pais. Seu constrangimento prolongado só foi rompido quando a mesma, não ouvindo os conselhos do pai, engravida de um balseiro (tido como aventureiro, que não segue Deus e tem pele escura), sendo expulsa de casa, à qual nunca mais retornou. Observa-se aqui as lógicas de reprovação do casamento interétnico e a não aceitação da miscigenação, concomitante a um momento de intensificação dos fluxos migratórios (Eidt, 2009).

Como essa mentalidade, Alfredo avançou para sua vida adulta, orientado pela ideia de “trabalhar, se sobrar tempo orar”. Em 1946, com 18 anos passa a receber algumas notas de dinheiro, autorização para participar de eventos e a votar de acordo com indicação do pai. Também, timidamente vai percebendo e aceitando as investidas de Rosa Maria, sua colega de escola, namorando por dois anos e se casando, após comum acordo entre as famílias. Com ajuda constrói uma casa de madeira nas terras de Arthur, passando a viver com Rosa, mulher virtuosa, dedicada ao trabalho doméstico, reclusa em casa, que não contestava o marido e não se corrompia com vaidades. Dedicado a comunidade, Alfredo acompanha a emancipação da colônia em 1953 e a emergência do progresso econômico, com a instalação dos frigoríficos. Com a chegada dos filhos, entende que deve zelar pelos limites da virtude e moral, desejando que a família siga vocação religiosa (Eidt, 2009).

No final dos anos 1970 a eletricidade chega na região, e na década 1980 acompanha a contragosto o Bispo Dom José ir na contramão da Igreja, querendo atacar a desigualdade social, defender minorias, organizar movimentos e incitar a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), fazendo com que Alfredo desincentive o interesse de Rosa Maria na participação nas reuniões das mulheres camponesas. Progressivamente vê os filhos migrarem para a cidade em busca de oportunidades de emprego nos frigoríficos, mantendo uniões conjugais sem casamento, e até dos netos que não querem mais se interessar pela educação religiosa. Nos anos 2000, aposentado, velho e adoentado, precisa encarar as mudanças da modernidade, mesmo admirando os avanços da ciência, condena o controle da natalidade pelo Estado, o “homossexualismo” e as mulheres que abrem mão dos seus três compromissos: “*kinder, kirche*

e kuche” (filhos, igreja e cozinha). Como isso, Edit (2009) refere que Alfredo teme perder-se no vazio e insignificância, assim como muitos outros tantos personagens do seu passado, e ao final do livro não consegue morrer, mas algo deixa sua memória atçada e com esperança para continuar a vida: "(...) sente que a modernidade não consegue se desfazer total de antigas práticas. Os homens estavam, por meio dos avanços e recuos, marchas e contramarchas, retornando às formas anteriores de convivência (p. 362).

A que pese os fragmentos e saltos na linearidade da história, necessário registrar que o autor deixa em aberto o que acontecerá com Alfredo, recurso estrategicamente formulado para argumentar que o mesmo continua vivo, nas suas formas mais originais. Um homem do seu tempo e/ou a representação de uma ideia/modelo que busca se reatualizar no contexto contemporâneo? Nas práticas discursivas de políticos, dos avós, pais, tios, primos, vizinhos, entre outros tantos homens (e mulheres) observamos a repercussão da mentalidade conservadora das antigas práticas que enaltecem as conquistas e virtudes dos colonizadores, de um progresso que se produziria na defesa dos cultos à masculinidade e seus mitos, na normalização do binarismo de gênero e da heterossexualidade, e da família como local para formação moral do indivíduo que “salvará” a nação/região.

Cabe analisar que esse projeto salvacionista produz apagamentos e silenciamentos de sujeitos histórico/políticos e seus projetos de futuro, afinal: e por quem os sinos não se dobram? Assim como na ficção de Alfredo, poderíamos mobilizar uma escrita sobre a vida dos inúmeros Jacó, Nair, Rosa Maria e outros tantos personagens que foram (e ainda são) feitos de coadjuvantes. Em mais um paralelo com McClintock (2010), necessário problematizar as rotinas cotidianas de vigilância e policiamento daquilo que ameaça o poder e dominação colonial. Paradoxalmente, ao mesmo tempo que produz a abjeção de grupos que são expulsos ou obrigados a habitar as margens impossíveis da modernidade, não pode prescindir da exploração dos colonizados, os escravos, prostitutas, loucos, trabalhadores domésticos, desempregados, e no caso do oeste catarinense, dos indígenas, caboclos, forasteiros, entre outros personagens que não contam (mulheres, pessoas LGBTQIA+). E assim, “habitando o espaço entre domesticidade e mercado, entre indústria e império, o abjeto retorna para assombrar a modernidade como seu repúdio íntimo e constitutivo: o rejeitado de que não conseguimos libertar-nos” (p. 119).

3.4 A LUTA DOS EXCLUÍDOS E O IMAGINÁRIO DE OUTROS MUNDOS

Nas fendas da colonialidade do poder também se produzem metamorfoses para outros mundos possíveis, e isso pode ser identificado nos diversos movimentos sociais que emergem e/ou se aprofundam no cenário do oeste catarinense. Movimentos que buscam configurar condições para resistência e luta contra o capitalismo e suas estruturas desiguais, que provoca modos de expropriação e degradação da terra, água e ar, a precarização das vidas de sujeitos e grupos sociais, a violência em sua articulação com o Estado, entre outros efeitos. Da mesma forma, possibilitam novos modos de reconhecimento social, reivindicações de direitos, afirmação da solidariedade social e sistemas alternativos para trocas econômicas e comunitárias, ou seja, outros projetos de futuro compartilhado. Nesse contexto, interessa demarcar como as dimensões de gênero e sexualidade se inserem nas pautas e demandas de alguns destes movimentos, ao passo que igualmente transformam sua forma de atuação e a formação dos sujeitos em/na luta.

Mesmo marcada por diferentes formas de opressão e exclusão, que se reafirma pela mentalidade conservadora, a região se destaca por seu protagonismo nos movimentos sociais. Conforme Sirlei Antoninha Kroth Gaspareto, Rosana Maria Badalotti e Odilon Luiz Poli (2017), os movimentos populares do campo surgem entre a década de 1970 e 1980, em um contexto de transformações das dinâmicas regionais e nacionais, que perpassam a modernização da agricultura, o endividamento dos pequenos agricultores com os bancos, a crise no *ethos do colono*, em paralelo com a ditadura militar e os embates para retomada dos processos de redemocratização. Os novos movimentos sociais se definem pela identificação de atores que coletivamente constroem sua consciência social e começam a exercer pressão para exigir direitos a grupos oprimidos e discriminados, almejando a transformação social das estruturas hegemônicas a partir de elementos culturais e materiais do campesinato, a viabilização de outras formas de produzir e viver. Internacionalmente se organizam em rede, com a Via Campesina²⁶, a partir do ano de 1994.

Registra-se que os movimentos sociais sofrem influência da Teologia da Libertação em sua vertente latino-americana, tendo apoio decisivo da Igreja Católica e Comissão Pastoral da Terra. A tradição ligada à fé favorecia processos de organização, que articulada com perspectivas de educação dialógica e problematizadora contribuía para a conscientização em relação aos problemas cotidianos. Em Chapecó e região, é notável a influência de Dom José

²⁶ No Brasil, ela é representada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), pelo Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, pelo Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, pelo Movimento das Mulheres Camponesas – MMC, pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Pela Pastoral da Juventude Rural (PJR) e pela Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Gomes (mandato entre 1968-1998) que atuou na constituição de grupos de reflexão sobre problemáticas da região, como: a criação e sustentação de sindicatos de trabalhadores da rurais, a defesa de comunidades indígenas, a reforma agrária, a questão das barragens e agricultores atingidos por elas e o acompanhamento de lideranças femininas (Gaspareto, Badalotti e Poli, 2017).

Como forma de demonstrar o jogo de forças que se estabelecia na região contrária aos movimentos e organizações sociais populares, registra-se a construção da estátua a “Desbravador”²⁷. Para Anderson José Guisolphi (2011), a emergente elite local desejava homenagear os sujeitos étnicos responsáveis pelo “milagre do progresso”, e ao mesmo tempo atacava a nova opção ideológica da Igreja diocesana, organizando passeatas, debates nas rádios e colunas nos jornais, frente às ações e pronunciamentos de Dom José Gomes a favor dos sem-terra e por questionar as agroindústrias. Esse dualismo político e ideológico, saudoso do catolicismo político conservador, é marca da Convenção do Lions Clube (1977) durante idealização da estátua²⁸, que ressaltou o processo de colonização com sua formação patrimonial sólida e de miscigenação eclética, alicerçada em fortes bases patriarcais e de produção agropecuária. Para o autor, essa concepção reforça preconceitos étnicos contra aqueles que supostamente não contribuíram para a construção de patrimônio (indígenas e caboclos) e preconceitos de gênero, numa pretensa superioridade dos homens sobre suas mulheres e filhos. Outrossim, o enaltecimento das classes dominantes através da figura mítica do desbravador idealizado, trajado com sua indumentária gaúcha, remete mais à imagem dos Centros de Tradição Gaúcha (CTG), do que à indumentária e identificação dos imigrantes descendentes.

²⁷ A estátua antropomorfa, feita de bronze, tem 14 metros de altura e 5,70 de largura, está localizada em espaço de alta visibilidade na Avenida Getúlio Vargas de Chapecó, ao lado da Igreja Matriz, Praça Central, bancos, hotéis e outros pontos comerciais. Sua imagem representa um gaúcho que na mão direita segura um machado, que simboliza o trabalho, e na esquerda um louro, que remonta a ideia de vitória.

²⁸ Para a efetivação da estátua foi realizada a contratação de Paulo Batista Siqueira (1949-1996), artista plástico autodidata, que era apoiado por políticos influentes e frequentava os espaços da elite local. Paulo produzia pinturas, fotografias e esculturas com materiais não convencionais (sucata), era carnavalesco e decorava festas, segundo constam declarações informais, tinha uma “faceta homossexual” e sua morte teria ocorrido devido complicações do HIV/AIDS.

Imagem 2: Registro do monumento Desbravador na 1ª Parada de Luta LGBT do Oeste Catarinense



Fonte: página do Facebook da UNA LGBT - Chapecó, 2016.

Justamente no questionamento das pretensões civilizatórias que se expressam nesse monumento, e da consciência de que alguns poucos seguram os louros às custas dos muitos outros que levantam os machados, que são engendrados os movimentos de resistência e a polissemia social que se estabelece no cenário regional. Sem estabelecer uma linearidade e qualificação da história e das lutas entre os movimentos, busco articular as intersecções com gênero e sexualidades. Inicialmente menciono a luta pela terra que envolveu a demarcação do Toldo Chimbangue, que se relaciona com a afirmação no movimento indígena nacional na década de 1980. Conforme Bazzi (2019), esta foi a primeira comunidade a recuperar as terras que estavam totalmente escrituradas nas mãos dos camponeses, e dentre seus principais protagonistas estavam Fen`Nó e seu irmão Clemente Fortes do Nascimento.

Fen`Nó, liderança feminina kaingang, nasceu em 1898 e faleceu em 2014, com 116 anos, e desde jovem mostrava iniciativa, inclusive fugiu família para não ser obrigada a casar com quem os pais haviam escolhido. Na comunidade desenvolvia várias atividades, como trabalhar na roça, fazer artesanato, manipular e receitar ervas, também foi a primeira professora

indígena a lecionar no local. No campo político, estabeleceu laços de amizade com Dom José Gomes e estava em permanente diálogo com a CIMI – Pastoral Indígena da Diocese de Chapecó, e embora não fosse Cacique, viaja para negociações em Brasília, organizava e orientava os processos de resistência, com propósito de “fincar o pé” nas terras. Nota-se que esse processo de demarcação foi atravessado por tensão e violência, ameaças dos agricultores aos indígenas, principalmente contra as mulheres. Frente a esse panorama, a atuação de Fen`Nó e suas “parentes” evidenciam o protagonismo feminino no Chimbangue, que ainda hoje repercute nas batalhas por direitos e autonomia, ampliando a participação das mulheres nos espaços representação e nas decisões das comunidades indígenas.

Das linhas do protagonismo das mulheres nas lutas sociais da região, registra-se igualmente a formação do Movimento das Mulheres Agricultoras, atualmente Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), e transversalmente no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Dos pontos que entrelaçam esses movimentos podemos observar: o desafio em enfrentar a cultura patriarcal machista e submissão imposta às mulheres pobres; a defesa da alimentação saudável, agroecologia e biodiversidade, e; a busca por assegurar uma vida digna no campo e na cidade. Um elemento de contradição reside no apoio ofertado pelo catolicismo, que incentivava a participação e emancipação das mulheres, mas limitava uma ampla discussão feminista e a inclusão em certos espaços de prerrogativa masculina, como o sacerdócio. Reitera-se que a entrada destes movimentos na Via Campesina ampliou e diversificou as pautas envolvendo gênero e sexualidade (Santos, 2020; Renk, 2001).

Especificamente sobre o MMC, Renk (2004) comenta que sua criação envolveu a articulação de mulheres de diversas cidades (destaque para Nova Itaberaba), que se organizam em torno de uma agenda de paridade com os homens, na luta pela aposentadoria, direito ao salário maternidade e identidade profissional de agricultora²⁹. O processo de autoconvencimento de que trabalham e não “ajudam marido” também envolvia o enfrentamento com seus companheiros, que não concordavam que as mulheres tivessem os mesmos direitos, o que poderia representar a perda de sua autoridade familiar. Dentro deste leque de reivindicações, a conquista da aposentadoria com a promulgação da Constituição de 1988 foi um marco para as mudanças nas relações de poder nas famílias, proporcionando ainda a

²⁹ O MMC tem sua sede estadual em Chapecó/SC no Centro de Formação “Maria Rosa”, que recebeu esse nome em função da liderança feminina da Guerra do Contestado e por integrar um considerável número de mulheres caboclas em seu movimento.

possibilidade de maior tempo livre e diminuição da intensidade do trabalho, a migração para a cidade e o momento em que “decidiu viver” (Renk, 2001).

Mesmo não se constituindo como um movimento especificamente marcado pela discussão de gênero, Raquel Forquesatto (2018) refere que no MST as mulheres estiveram presentes em todos os processos de acampamentos e assentamentos da reforma agrária, se colocando na linha de frente dos enfrentamentos e contribuindo decisivamente para que muitas famílias tivessem garantido seu direito à moradia, acesso às políticas públicas e condição digna de vida. No interior do MST, os debates sobre gênero foram se fortalecendo na década de 1990, questionando as desigualdades e hierarquias das práticas machistas nos espaços urbanos e rurais, e que também se desdobravam na própria organização do movimento. A consolidação do Coletivo Nacional de Mulheres do MST e o Setor Gênero, a partir de 2000, retratam uma aproximação com as pautas do movimento feminista, e se relacionam com a defesa da emancipação feminina, a construção de novas relações sociais equânimes no cotidiano do movimento, a participação da mulher na tomada de decisão das atividades do lote, a paridade efetiva nos contextos de formação e nas coordenações, o combate às formas de violência, entre outros pontos que buscam coletivizar as lutas contra o patriarcado e machismo, bases de uma sociedade capitalista.

Nas linhas destas lutas, Jordan Brasil do Santos (2020) aborda sobre o fortalecimento das lideranças femininas contrárias à construção das usinas hidroelétricas na bacia do Rio Uruguai, na década de 1970, em meio à crise do petróleo e o plano de desenvolvimento da ditadura militar. Para as mulheres, a preocupação dos homens do MAB muitas vezes estava voltada ao ressarcimento da propriedade e residência, abordando aspectos da luta por um novo modelo energético alternativo ao modelo capitalista de geração e exploração de energia, mas tangenciando o enfrentamento da destruição da soberania alimentar e do meio ambiente³⁰. Nas reflexões do autor, as mulheres são a parcela da população que mais sofre violações com a construção de barragens, sua discriminação e vulnerabilidade é ampliada com a degradação ambiental e pela perda da terra e da moradia. Da mesma forma, as barragens provocam outros cenários que afetam a vida das mulheres nestes locais, visto que o aumento do fluxo de homens impacta na quantidade de casas de prostituição, no tráfico de mulheres, na exploração do corpo de adolescentes e de estupro.

³⁰ Dentre os principais marcos teóricos e ideológicos das mulheres no MAB, assim como do MST e MMC, está o ecofeminismo, que problematiza a associação entre a dominação da natureza com a dominação das mulheres, e a pauta da soberania alimentar, que reforça a importância da mulher na produção, distribuição e preparo dos alimentos, principalmente orgânicos (Santos, 2020).

No tocante aos discursos que abordam o envolvimento das mulheres nos movimentos sociais do oeste catarinense, analisamos como as lutas camponesas, em sua articulação com coletivos urbanos, buscam enfrentar as violências sistemáticas da opressão cisheteropatriarcal, que atuam na precarização de seus corpos, na exclusão dos espaços de representação e decisão, e na negação do direito à posse da terra e de seus destinos. Os relatos das/os/es autoras/es citadas/os/es sobre as personagens e enredos desta história regional, apontam que o protagonismo das mulheres provoca deslocamentos nas racionalidades conservadoras que projetam a essencialização da mulher, inclusive que perpassam a própria organização dos movimentos/comunidades. Suas pautas e força de luta não contemplam somente mudanças nas relações desiguais de gênero, mas mobilizam outros horizontes para a justiça social. Sobre esse conceito de justiça, aproximo as proposições de Connell (2014) ao anunciar que os feminismos sulistas realocam a questão da multiplicidade das formas de gênero em uma escala social, exercitando o reexame das diferenças nas experiências históricas e contemplando a relação entre igualdade de gênero e direito à terra.

Importante considerar que a discussão de gênero nos movimentos sociais envolve sua intersecção com outros marcadores como classe e raça, e mais recentemente tem incorporado a questão das sexualidades. Registra-se o processo de organização da fração LGBTQIAPN+ nestes espaços³¹, como no MAB, que em 2010 iniciou discussões sobre como essa dimensão atravessa a realidade de suas famílias, e em 2017 consolidou o Coletivo da diversidade sexual (Santos, 2020). No que se refere ao MST, Thaisson Rodrigues de Campos (2022) aborda que inicialmente a bandeira LGBT não se encontrava nos espaços da reforma agrária e as pautas tidas como identitárias eram acusadas de dividir as lutas mais amplas, mas que aos poucos o Movimento foi agregando conhecimento e acolhendo a diversidade de sua militância. Nesse contexto, foi instituído o Coletivo LGBT Sem-Terra³², a partir de grupo de estudos sobre diversidade sexual, vinculado ao Coletivo de Mulheres, entre 2015 e 2017, que tem mobilizado novas formas de representação e pautado a demandas sociais relacionadas à equidade, enquanto possibilidade de viver e amar em espaços sem LGBTfobia.

³¹ A Via Campesina tem organizado seminários envolvendo a temática da diversidade sexual e identidade de gênero, que está em sua terceira edição, e tem pautado o debate sobre a existência LGBTI+ nas lutas dos povos do campo, floresta e águas, bem como a mobilização de uma luta internacional contra a LGBTfobia. Mais informações disponíveis em: <https://mmcbrasil.org/lgbti-de-sete-paises-participam-do-3o-seminario-sobre-diversidade-sexual-e-de-genero-na-via-campesina-brasil/>

³² Seu lema é “Lutar, resistir e produzir”, e propõe que cada sujeito que compõe o Coletivo “ergue a bandeira e grita por reforma agrária, já que seguem em marcha rumo ao arco-íris, rumo a uma sociedade que seja socialmente igualitária e humanamente diferente” (SANTOS, 2022).

Adentrando na questão da violência contra as dissidências de gênero e sexualidades, cabe uma problematização sobre os processos de apagamento e aniquilamento das subjetividades LGBTQIAPN+, ainda mais em uma região marcada pelo conservadorismo. Em algumas frestas das análises históricas e culturais apresentadas neste texto, podemos inferir sobre sujeitos e práticas que borram as fronteiras da cisheterossexualidade, como observado nas experimentações homossexuais no mundo camponês, nas obrigações de firmar contratos matrimoniais sem consentimento das partes que impediam outros arranjos possíveis de relacionamentos, nos rumores em relação aos/dos solteirões/solteironas/solteires que ficavam para cuidar de membros da família e/ou adotavam o celibato, no drama sobre tomar posição dos desejos em um cenário perpassado por referências negativas da diversidade, na migração do interior para cidades maiores e capitais para poder afirmar e/ou expressar sua identidade e/ou orientação sexual, nos classificados nos jornais da prostituição de mulheres transexuais/travestis, nas liberações durante o carnaval, entre outros tantos elementos. Nessa direção, sugere-se futuramente um esforço empírico de reexame e reordenamento desta história, para abarcar o lugar das pessoas LGBTQIAPN+ na formação do oeste catarinense.

Sobre a visibilidade e luta desta população, Daian Cattani, Mara Coelho de Souza Lago e Myriam Aldana Vargas (2021) ressaltam o desafio de afirmar a identidade de gênero e orientação sexual em municípios do interior onde o conservadorismo se acentua frente aos vínculos religiosos, as relações de vizinhança, a menor abertura para transformações sociais, mas que também criam condições para formas coletivas de enfrentar a precariedade e vulnerabilidade e de ocupação dos espaços públicos. Conforme Luiz Fernanda Greiner Barp, Daian Cattani, Myriam Aldana Vargas e Lucas Guerra da Silva (2022), apesar de meio século de mobilizações internacionais e nacionais em torno da pauta LGBT, o oeste catarinense somente teve conhecimento de um movimento organizado a partir do ano de 2013. Um movimento de jovens urbanos que utilizou principalmente de eventos de entretenimento e das redes sociais para mobilização coletiva (Silva, 2018).

Neste período, associações (como o Grupo de Apoio e Prevenção a AIDS - GAPA), grupos de pesquisa universitários (Fogueira, da Unochapecó), partidos de esquerda (com destaque para a União da Juventude Socialista - UJS do PCdoB) e movimentos sociais (União Brasileira de Mulheres – UBM), promoviam debates públicos, estudos e ações que perpassavam as dimensões de gênero e sexualidades³³. A divulgação das festas destinadas as pessoas LGBTQIAPN+ geralmente eram feitas nas redes sociais, de modo privado, para não revelar

³³ Em 2011 e 2015 foram organizadas respectivamente a Conferência Regional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT do Oeste Catarinense.

amplamente o local e permitir rotatividade, como forma de manter as pessoas seguras. Na arena política, no ano de 2010 repercute o projeto de lei nacional que tenta criminalizar a homofobia, que é rejeitado pelos vereadores, e em 2014, ganha notoriedade o projeto de lei da “cura gay”, que visa alterar o código de ética da psicologia, pelo deputado pastor Marco Feliciano, então presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (Barp, Cattani, Vargas e Silva, 2022). Neste panorama social e político, segundo Lucas Guerra da Silva (2018) foi criado um grupo virtual intitulado: “Movimento LGBT do oeste catarinense”, com objetivo de reunir lideranças e ativistas da região, e como desdobramento do encontro destes atores sociais foi realizada a fundação da União Nacional LGBT em Chapecó³⁴, em 25/02/2016, a primeira do Estado de Santa Catarina e de uma cidade do interior do Brasil.

Sobre a UNA LGBT, Cattani Lago e Santin (2021) analisam que a entidade inaugurou outras formas de atuação política em relação à diversidade sexual e de gênero, e sua relação com partidos de esquerda e universidade teve impactos em suas diretrizes, como a definição de princípios socialistas e o objetivo de trabalhar a formação política dos integrantes. Uma das principais ações da entidade é a organização da Parada de Luta, que teve sua primeira edição em 24/07/16, com o tema: “Pelo direito de amar sem Temer”, organizada após uma vigília na praça central em decorrência do Massacre Boate Pulse em Orlando/EUA, e como oposição ao golpe que destituiu a presidenta eleita Dilma Rousseff. Sobre as Paradas³⁵, Barp, Cattani, Vargas e Silva, (2022) refletem sobre os desafios em sua organização, que envolve atravessamentos nos processos democráticos de gestão da entidade, dificuldades na captação de recursos próprios através de festas e doações, e de tentativas de deslegitimação por setores da mídia e falta de apoio dos setores públicos (como a prefeitura e polícia), fatores que mobilizam ambivalências entre o desejo de ocupação do espaço público, e de outro, o medo coletivo como elemento constituinte das identidades LGBTQIAPN+ na região.

³⁴ Atualmente a UNA LGBT conta com frações em outras cidades da região, como: Xanxerê, Pinhalzinho, Concórdia e Herval d’Oeste.

³⁵ A Parada de Luta está em sua sexta edição, e envolveu os seguintes contextos: Segunda Parada, realizada em 17/07/2017, com o tema “TRANSformando a Cidade”, perpassou a denúncia de transfobia no ano em que Dandara foi brutalmente assassinada, teve presença da cantora Pablo Vittar e um momento emblemático quando uma rede de TV rejeitou entrevistar a presidenta da UNA LGBT, Karla Muniz, mulher trans/travesti; a Terceira Parada ocorreu em 10 de junho de 2018 com o tema “Nossas cores pela Democracia”, ressaltando a posição de esquerda da entidade e denunciando os acontecimentos na esfera política nacional, teve pela primeira vez a participação do coletivo Mães pela Diversidade e resultou na proposição de um calendário de eventos durante o ano; a Quarta Parada, em 16 junho de 2019, relembrou os 50 anos da revolta de Stonewall, com o tema “Ninguém solta a mão de ninguém” e se estabeleceu como uma forma de resistência a eleição de Jair Bolsonaro e demais parlamentares com ações LGBTQIófobas, e que também serviu para consolidar o evento na região (Cattani, Lago e Vargas, 2021). Após o período da pandemia, a Quinta Parada foi efetivada em 26 de junho de 2022, com o tema: “Que Amanhã não seja só um ontem”, a Sexta Parada em 25 de junho de 2023, reunindo mais de 6 mil pessoas em torno da reflexão sobre “Trabalho, Educação e Saúde”, e Sétima Parada em 30 de junho de 2024 com o tema: “Liberdade é não ter medo”, uma expressão de luta contra os atuais retrocessos e pautas anti-LGBT no legislativo municipal.

Barp, Cattani, Vargas e Silva (2022), apesar de abordarem as particularidades do contexto da UNA LGBT, fornecem contribuições para pensar os desafios na atuação dos movimentos sociais, que internamente precisam lidar com os processos de institucionalização e a perda de certa liberdade de organização, de como irão construir decisões sobre quem representa quem para fazer reivindicações frente ao Estado, e externamente na produção de narrativas e práticas para fazer embates contra os modelos hegemônicos que se propagam nas decisões econômicas, sociais e políticas do cotidiano regional. Em diálogo com estes pontos, vale retomar as provocações de Segato (2021) sobre as contradições e deslocamentos na produção de soluções para as formas de dominação/exploração/violência, que devem confrontar as ferramentas do par modernidade/colonialidade e suas pretensões universais.

A ideia não é tecer uma análise dos movimentos sociais, sua organização, pautas e lutas, mas de configurar possíveis contribuições a partir de uma perspectiva decolonial, reconhecendo a importância deles no resgate de memórias históricas que produzem vínculos solidários e comunitários e na potência de provocar rupturas em um cotidiano orientado pela lógica capitalista/colonial/patriarcal. Muito do que conhecemos sobre o mundo que vivemos já foi atravessado e reinterpretado pela intrusão colonial, o que torna complexo pensar as identidades políticas sem ter como referência as capturas universalizantes, e por mais que se desafie certas lógicas, aparentemente algo/alguém sempre fica de fora. Tal ponto de reflexão amplia a necessidade de um olhar atento para o lugar destinado à raça e ao enfrentamento ao racismo nas lutas, em uma região formada pelas estratégias de embranquecimento, para além da retórica que submete essa questão a sua intersecção com outros marcadores como etnia e até mesmo gênero e sexualidades. Registra-se que a categoria raça historicamente demarca a classificação e inferiorização das existências, os modos de conhecer e saber, e nas reflexões de Tedesco e Battestin (2022) mesmo em um processo de estilhaçamento com a intrusão colonial, é preciso reconhecer que o *ethos caboclo* (e indígena) demonstra re/existência no oeste catarinense, cultivando outros horizontes de solidariedade, cuidado com o futuro do planeta e dignidade para todos/as/es.

Como anunciam os feminismos decoloniais, tanto a raça como o gênero atuam como ficções que organizam hierarquicamente as relações sociais, com isso, cabe reafirmar o tensionamento provocado pelo protagonismo das mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, que ao se utilizarem das análises de gênero e sexualidade provocam outros olhares para realidades e reivindicações invisibilizadas e/ou subalternizadas. Observa-se, conforme demonstram os textos citados, que o conservadorismo no interior dos movimentos sociais expressa lógicas arraigadas em outros âmbitos sociais, como no Estado, que se não forem devidamente

confrontadas seguirão reafirmando os padrões coloniais que distribuem de forma desigual os privilégios e opressões. Aqui, cabe discutir sobre a abolição das estruturas que seguem reproduzindo desigualdades, e para fazer frente a esse contexto, como afirma Mombaça (2021), devemos apostar em uma leitura pessimista que percorre cartografias dos deslocamentos de forças e das possibilidades de reposicionar as coreografias do poder, no fim do mundo que nos é dado.

Contra a adoção de ferramentas modernas colonizadoras, Walter D. Mignolo (2017) refere que a decolonialidade faz uma opção desobediente para combater a reprodução da morte dos povos, produzindo alternativas a partir da perspectiva epistêmica das pessoas cujas vidas foram declaradas dispensáveis. E não se trata de redefinir outras bases universais, de redefinição do Estado ou de legitimação dos direitos do proprietário individual, mas de imaginar um mundo no qual muitos mundos podem co-existir. Acrescentamos aqui a ideia de que os questionamentos à colonialidade de gênero e sexualidades, inspiradas pelas lutas feminista e LGBTQIAPN+, tem contribuído para radicalizar não só a lógica das identidades e suas opressões, mas enquanto potência para rearranjar outros mundos. Como podemos seguir resistindo aos esgotamentos dos mundos possíveis produzidos pelo conservadorismo?

A ideia de esgotamento aqui remete a tentativa de desqualificação e extinção de outros modos de existência (de ser, conhecer, expressar a fé, experienciar os corpos e desejos) de relações mais solidárias e dos recursos do próprio planeta. Nesse sentido, se torna contraditório quando as lógicas conservadoras se colocam com uma forma de proteção de valores e tradição, mas se pautam na imposição de um modo único de mundo (a imagem do colonizador) que sustenta violências, exclusão e projetos de morte. Confrontando essa matriz colonial, é preciso reafirmar as lutas dos povos e movimentos de resistência, inclusive de assumir perspectivas libertárias, decoloniais e insubmissas, e nos contornos deste estudo, de um oeste catarinense que também é feito de gente que pega na enxada e foice, se suja de terra vermelha, abre o leque com as cores do arco-íris e carrega grãos para germinar outros mundos possíveis.

4. OFENSIVAS ANTIGÊNERO E AS METAMORFOSES DE UMA POLÍTICA SEXUAL

Pelos olhares de tantas/os/es companheiras/os de luta, amigos/as/es e daquelas/es que partilham desejos de um mundo mais respeitoso, plural e democrático, sinto a expressão de derrota, do medo e incertezas sobre nosso tempo. Pode ser a projeção de um olhar cansado do processo de escrita de uma tese, e certamente os sentimentos não são somente estes, existem aquelas/es que vibram com as alegrias das conquistas e pequenas vitórias. Frente a isso, o que busco são formas de analisar e atravessar a violência, o desprezo e a mentira, tão presentes em outros olhares e vozes que podem se usar da palavra, ampliada e legitimada pelos lugares que supostamente representam e do qual usam para fazer valer certos interesses. Nesse jogo entre política, corpos e afetos, o que se busca conservar, mesmo em aparência, trata a/o/e outra/o/e, as/os/es diferentes das/os/des “normais”, com um alvo a ser derrotado, a partir de incessantes tentativas de seu apagamento do discurso e do reconhecimento. Mas, quais as chances de cruzamento destes olhares, do encontro com as palavras (não) ditas, para a produção de horizontes de outros mundos possíveis?

Nas tentativas de registros desse nosso mundo, cabe inicialmente refletir sobre esse campo denominado de ofensivas antigênero, que tem mobilizado distintos sujeitos e instituições numa política neoconservadora contrária à agenda promovida principalmente por movimentos feministas e LGBTQIAPN+. Agenda essa que ameaçaria ideologicamente instituições consideradas estáveis, coerentes e naturalmente definidas, como a família, o binarismo ontológico que diferencia homens e mulheres, a heterossexualidade e sua ligação com a reprodução, os valores e moralidades cristãs, inclusive o que normativamente se entende como vida. Frente as ameaças do “gênero”, propagado como um fantasma com força de destruição, se produzem distintas estratégias, de vários lugares, articulando mobilizações transnacionais e locais, para barrar e reverter legislações e iniciativas que intentam avançar na promoção da igualdade/equidade de gênero e da diversidade sexual, atacando os direitos sexuais e direitos reprodutivos enquanto marcos fundamentais para os Direitos Humanos.

Considerando as linhas deste complexo e desafiador cenário pretendo pensar o entrecruzamento destas ofensivas em nível micropolítico no oeste de Santa Catarina, enquanto território que se configura a partir de características coloniais específicas e seus modos conservadores de organização social e política. Portanto, cabe problematizarmos sobre a atualidade dos persistentes processos de exclusão racial e étnica, dos interesses coronelistas e das elites locais (com suas fortes ligações religiosas) e da reificação do imaginário de

desbravadores do progresso, forjados em meio a violências e linchamentos para a defesa dos valores familiares patriarcais, da propriedade privada e das virtudes do trabalho inscritos numa lógica de exploração capitalista. A ideia é pensar como as metamorfoses destes contornos históricos e culturais se aprofundam, se sobrepõem e se deslocam com os movimentos de avanço do neoconservadorismo antigênero. E sobre isso, torna-se necessário uma mirada sobre o Estado, que se reorganiza entre estas lógicas e que passa a ocupar um contexto estratégico do campo de forças para uma gestão dos corpos.

Configuro como objeto, portanto, a análise da produção de políticas que envolvem as dimensões de gênero e sexualidade nos municípios que fazem parte do que administrativamente se denomina como oeste catarinense, buscando acompanhar articulações macro e micropolíticas das ofensivas antigênero, e mapeando atores/atrizes sociais e instituições locais que mobilizam diferentes estratégias e táticas, de modo a configurar um diagrama do campo de forças, entre modos de dominação, (contra) efeitos e suas resistências. Nos desdobramentos desta proposta, inicialmente apresento reflexões sobre a continuidade e descontinuidades do conservadorismo com o movimento contemporâneo do neoconservadorismo antigênero. Após, segue uma descrição dos caminhos metodológicos para a produção das informações da pesquisa com base nas atividades legislativas dos municípios da região, que se desdobram nas análises sobre a composição do cenário político, a emergência de discursos ligados a pautas articuladas pelos movimentos feministas e LGBTQIAPN+, e as temáticas que tem se relacionado diretamente com as ofensivas contra o “gênero”, a saber: ideologia de gênero, escola sem partido, linguagem neutra/inclusiva e banheiro unissex.

4.1 NOTAS SOBRE O CONSERVADORISMO REGIONAL E O NEOCONSERVADORISMO ANTIGÊNERO

A vontade de pesquisar a produção local das ofensivas antigênero, se alia a provocação realizada por Fernando Serrano-Amaya (2021), quando argumenta sobre o cuidado em não aplicar temporalidades do Norte Global sobre os processos que ocorrem na América Latina, defendendo análises sobre: como as alianças neoliberais e neoconservadoras surgem e se instalam em contextos específicos? se são ou não de base religiosa? quais pessoas e instituições se fazem presentes? e que articulações são estabelecidas com as agendas políticas? Mesmo

considerando o caráter transnacional³⁶ das ofensivas, caberia, portanto, um olhar para além de uma recepção mecânica de visões e discursos e possíveis manipulações religiosas, de modo a compreender as aderências ou não dos discursos em nível local, e permitindo explorar fraturas e fragilidades nessas forças. Como pontuam José Manuel Morán Faúndes e María Angélica Peñas Defago (2020), ao propor análises de como os tradicionais conservadorismos latinoamericanos, com forte apego à tradição cristã, à defesa de uma ordem considerada natural/estável, a moralização da esfera pública e à manutenção de estruturas sociais, políticas e econômicas, mantém certos vínculos e continuidades com as novas formas de mobilização política neoconservadora, as quais tomam o gênero e sexualidade como eixo central de dinâmicas antidemocráticas.

Para uma reflexão latinoamericana das ofensivas antigênero, parto de uma perspectiva decolonial que pode contribuir para a compreensão das dinâmicas que historicamente se produzem na geopolítica dos territórios e povos colonizados do continente, na qual se situa o Brasil e em continuidade o oeste catarinense. Nesta direção, inicialmente destacam-se os contornos de um projeto colonial que articulou estrategicamente o mercantilismo/capitalismo com a imposição de uma moral religiosa articulada na sociedade e embrenhada no Estado. Sobre a tradição religiosa na região, Flavia Biroli, Juan Marco Vaggione e Maria das Dores Campos Machado (2020) analisam que esse movimento busca reafirmar em diversos espaços a ordem sexual e familiar heterossexual e reprodutiva, sob supervisão do poder patriarcal, e que se coloca contrário à ideia de autonomia e prazer. Essa ideologia e seus modos de regulação da vida social, tendem a mobilizar iniciativas conservadoras quando grupos sociais minoritários ameaçam a ordem e os fundamentos destas instituições. Registra-se, para além do catolicismo europeu a partir do século XVI, o reforço do movimento (neo)pentecostal norte-americano, a partir do início do século XX, que segue perpetuando agendas de defesa da moralidade sexual cristã, da família e da liberdade religiosa.

No que se refere à moralidade cristã, retomo as proposições de Foucault (2015; 2020) ao mencionar como o modelo pastoral e sua confissão da carne, a partir do século XVII, contribuíram para uma explosão discursiva sobre o sexo e a exigência do exame de si para os indivíduos. Essa governamentalidade cristã mobilizou diversas técnicas de direção da

³⁶ Os movimentos antigênero podem ser observados em diferentes países, como na França com *Manif pour Tous* (Manifestação para Todos) para contestar o casamento igualitário e o “gênero não natural”, a difusão da noção de ideologia de gênero no Leste Europeu, a campanha *#ConMisHijosNoTeMetas* contra a educação sexual que iniciou no Peru, a circulação do ônibus laranja criado pela ONG espanhola *HazteOír* e propagado pela *CitizenGo* em países como México e Chile, a interferência da noção de ideologia de gênero no Acordo de Paz na Colômbia, ações contra os direitos e organização de pessoas transgêneros no Uruguai, entre outros exemplos de interferência nas disputas políticas de outros países (Parker e Correa, 2021).

consciência dos indivíduos, visando a sua salvação, de modo a provocar efeitos específicos sobre os desejos, como o domínio, desinteresse, retorno a Deus e a supressão das “ferroadas no corpo” contra a tentação e o amor. Mesmo com as transformações no século XVIII, essa moralidade contribuiu para que o sexo passasse a ser objeto de uma racionalidade e administração científica, de gestão e regulação conforme sua utilidade e para o bem da população, ou seja, um objeto de disputa em uma teia discursivas entre o Estado e o indivíduo. Para o autor, a questão não envolve mais silenciar sobre o sexo e sexualidade, mas falar de outra maneira, por outras pessoas e pontos de vista, com isso, objetivando obter outros efeitos.

Quero argumentar que a governamentalidade cristã ainda encontra meios de se legitimar e se fortalecer no cenário latino-americano, fazendo com que a versão religiosa do conservadorismo assuma novos contornos na atualidade, e certamente as ofensivas antigênero tem uma parcela de contribuição na expansão/retomada deste campo. Nesse sentido, cabe observar a coalisão de diferentes atores religiosos (católicos e evangélicos) e não religiosos para manter a ordem familiar heterossexual, em que a proliferação dos discursos da salvação não envolve somente uma promessa após a morte, mas que passa a ser influenciado fortemente por uma ideologia/teologia do progresso, fato que é reforçada pela multiplicação dos templos (neo)pentecostais nas últimas décadas³⁷. Ao pensar na sexualidade, tal panorama amplia os contornos da vigilância e do exame sobre si, mas principalmente redesenha suas vinculações estratégicas com a política e o Estado.

E quais os alcances da moralidade cristã no funcionamento do Estado e nos discursos e práticas sobre a sexualidade? Sobre essas possíveis conexões, Mario Pecheny e Rafael de la Dehesa (2011), alertam sobre a heterogeneidade e cacofonia que envolve o contexto latino-americano, na definição organizações sociais e sentidos atribuídos ao desejo sexual, corpo, gênero e reprodução. As marcas das transições autoritárias, ditaduras e influências das elites econômicas e religiosas, com suas polarizações econômicas e modos de exclusão social, revelam a dificuldade de definir políticas públicas e legislações em torno do campo da sexualidade. Mesmo nos períodos de transições para os regimes democráticos (entre as décadas de 1980 e 1990), com um panorama internacional favorável para a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, pautados pelos movimentos feministas e LGBTQIAPN+, muitos dos temas centrais da região foram marginalizados e contidos, como a crítica ao patriarcado, a crítica ao

³⁷ No caso Brasileiro observa-se um crescimento de 543% dos templos evangélicos a partir de 1990, como demonstra reportagem do Portal BBC News Brasil, disponível no seguinte link: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgl7x0e0lmo>

poder colonial e a reafirmação de direitos sexuais por outras vias que não de forma negativa (proteção da violência).

Apesar das eleições de partidos de centro esquerda a partir da década de 1990, demonstrando resistência à hegemonia neoliberal, mas ainda apoiados por morais conservadoras, representarem alguns avanços nas políticas e direitos das mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, a militância da região segue com dificuldade para fazer avançar os direitos sexuais e direitos reprodutivos, em meio a dilemas e entraves legais, ausência de força política, dificuldade de acesso a programas que garantam a cidadania, entre outros pontos (Pecheny e Dehesa, 2011). A percepção desses desafios contribui para refletir sobre as práticas sociais de reafirmação de uma ordem familiar heterossexual e reprodutiva, e que provocam barreiras para o reconhecimento e proteção social de modos diversos de identificação, expressão e decisão sobre os próprios corpos. Ainda, anunciam que o conservadorismo, não se limita a produção de uma moralidade religiosa, formando múltiplas entradas com a economia, a política e a ciência, o que potencializa seus efeitos de governamentalidade.

Sobre as racionalidades conservadoras que disputam o Estado, Roberto Romano (1994) propõe uma releitura das proposições de Thomas Hobbes (1588-1679) e Joseph-Marie de Maistre (1753-1821) sobre as políticas para controle da população. Esses autores reafirmam a noção de soberania enquanto vontade divina (de Deus ou do príncipe), enquanto autoridade do governante para aplicar o poder contra uma massa indisciplinada e provocadora de caos, o que serve de argumento contrário ao pensamento liberal e ideal de cidadania democrática. Essa lógica entende que o povo não tem capacidade de reformar o Estado, portanto, deve suportar a vontade da/o soberana/o, não esperando justiça e bondade, mas hierarquia e ordem, para se evitar um estilhaçamento provocado pelos democratas. A política conservadora, portanto, pressupõe que a/o soberana/o possui onipotência social, todos os direitos são seus, pela mesma razão as obrigações estão fora dela/e, porque se tivesse que cumprir seria súdita/o. Soberana/o é quem manda e súdita/o obedece, deste modo, a soberania popular é ateia e ocasiona tirania. Nesta mentalidade, o povo tem o direito de ser governado e tem dívidas com a/o/e soberana/o/e, devendo a ela/e sua existência social e os bens.

As noções de soberania, estilhaçamento e necessidade de ordem social, estão presentes nas proposições de um influente propagador do conservadorismo na contemporaneidade, Roger Scruton (2015), que inspirado em Edmund Burke e Immanuel Kant, defende que essa forma de política não representa o gosto nostálgico pelo passado, mas propõe o aproveitamento dos arcabouços positivos das sociedades precedentes, não para rejeitar possíveis mudanças, mas aquilo e aquelas/es que provocam desconforto, perturbação e sofrimento social. Dentre suas

concepções, argumenta que as liberdades individuais só são possíveis com instituições estáveis, obedecendo a autoridade, costumes e símbolos comuns à sociedade, um povo orgulhoso do seu patriotismo, ou seja, não se produz a partir da autonomia e desejo, mas numa perspectiva que reforça as obrigações com as instituições, que são as únicas capazes de promover a felicidade daquelas/es que se sujeitam a elas.

No que se refere a preservação das instituições, Scruton (2015) destaca que para evitar uma desintegração ou padecimento da sociedade, deve-se combater o projeto de um Estado de Bem-estar que corrói a livre iniciativa e a própria autoridade estatal, visto que as riquezas não devem ser redistributivas com gastos sociais, mas conservadas por meio da propriedade, principal elo entre a população e a natureza, compartilhada na família. Não cabe ao Estado a correção da desigualdade de oportunidade ou o progresso social, mas proporcionar meios políticos para que os vínculos da família com a propriedade sejam respeitados, um meio natural para preservar os bens para a posteridade e garantia da continuidade da espécie. Para esse progresso evolutivo, também se torna fundamental fazer com que indivíduos sejam guiados pelas aspirações das doutrinas religiosas, uma vez que contribuem significativamente para os laços e a harmonia social.

Questionando os efeitos desta racionalidade conservadora, Romano (1994) argumenta contra a ideia de um/a salvador/a político/a soberano/a que se autoriza a decidir o destino de milhões, e de seus intelectuais que se aliam sem vergonha aos donos do capital, fugindo das leis e as utilizando para cassar seus opositores, enquanto ao povo resta apenas ser suporte desse projeto, espectador da vida política (a ideologia dominante só se torna dominante se é incorporada pela/o dominada/o). Modos de funcionamento que produz ligações entre o conservadorismo com violências racistas, de movimentos e formas de pensamento que contribuem para consolidar tiranias totalitárias modernas. Tais problematizações se aproximam das análises de Michael Löwy (2015) sobre o levante da extrema-direita abertamente conservadora na Europa a partir da década de 1930, que envolveu os interesses da burguesia favoráveis à globalização capitalista neoliberal e adepta ao nacionalismo chauvinista (entusiasmo militar e patriotismo exaltado), com suas aspirações antissemitas.

Em relação ao contexto brasileiro, Löwy (2015) observa que a extrema direita teria pouca relação com a matriz fascista, pela marginalidade política destes grupos, e que trata mais de uma agitação conservadora reacionária, autoritária e populista em temas como corrupção, culto à violência policial, intolerância às minorias sexuais (notadamente promovida por líderes neopentecostais) e o saudosismo da ditadura militar. Certamente que diferente de muitos países Europeus, no Brasil não há partidos que abertamente disputam votos com pautas xenofóbicas e

racistas, mas entendo que os movimentos contemporâneos que formam esta cena patriota, defensora da família e que preenche os bancos das igrejas, em seus bastidores e nas bordas de suas ações não buscam combater e não se ofendem em serem relacionados com instituições e práticas de classificação e hierarquização colonial, articuladas com ferramentas de intrusão e dominação capitalista, e sua atualidade pautada em racionalidades neoliberais.

A exposição destes breves argumentos que entrelaçam aspectos religiosos, morais, intelectuais, políticos e econômicos do conservadorismo, e que consideram processos históricos latino-americanos, serve de base para contextualizar a continuidade, ou mais adequado, a metamorfose de matrizes contemporâneas que formam o neoconservadorismo antigênero. E aqui cabe problematizar como o “gênero” tem sido produzido enquanto ameaça central do estilhaçamento de uma determinada ordem social. Para adentrar propriamente na produção de uma agenda de oposição às demandas de feministas e LGBTQIAPN+, sigo a proposta de Judith Butler (2024) de analisar como o “gênero” tem condensado inúmeros medos e ansiedades sociais, políticas e econômica, que são deslocadas e acabam perdendo a referência de sua origem e de seus nomes, fazendo com esse termo se torne um fantasma totalizante para as (extrema) direitas, igrejas e Estados em sua movimentação contra aquilo que supostamente tem colocado o mundo em perigo.

Essa retórica que contempla a ideia de que haveria um caráter destrutivo nas teorias e agendas de gênero, conforme Marco Aurélio Marco Prado e Sônia Correia (2018), se relaciona com uma onda transacional de cruzadas/ofensivas antigênero que tem se formado na segunda década do século XXI, em amplos e complexos processos envolvendo religião e democracia, se fortalecendo a partir de clivagens políticas atuais e das alianças com neoliberalismo (Vaggione, Machado e Biroli, 2020). Essa onda compreende uma dimensão reacionária à consolidação de estudos que abordam a desigualdade e hierarquia entre homens e mulheres, a construção social de uma corporeidade generificada, e aos avanços das agendas de direitos humanos em matéria de sexualidade e reprodução. Mas não somente de reação, visto que segundo Morán Faúndes (2023), se trata da configuração de uma série de dispositivos discursivos e de gestão das instituições para uma biopolítica orientada ao controle dos corpos e desejos, tendo como padrão normativo a família reprodutiva cis-heteronormativa.

Para Vaggione, Machado e Biroli (2020) mesmo que até a década de 1990 os movimentos feministas tenham inserido novas temporalidades políticas nos processos de consolidação das democracias liberais, apesar do conservadorismo em diferentes países, observa-se neste período, os primeiros registros provenientes da Igreja Católica condenando o que denominariam de “ideologia de gênero”, e produzindo argumentos que serviriam de base

epistemológica para campanhas (nas ruas e parlamentos) contra a igualdade de gênero e a diversidade sexual. Ao aprofundar sobre a produção deste sintagma, Rogério Junqueira (2018) resgata que seu surgimento em setores da Santa Sé (Vaticano) e se estabeleceu como reação às discussões envolvendo os direitos sexuais e reprodutivos presentes na Conferência sobre População e Desenvolvimento do Cairo (1994) e Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim (1995), entre outros contextos políticos internacionais sobre direitos humanos. Dentre os argumentos contrários às “teorias de gênero” ou ao “genderismo”, está o deslocamento das perspectivas críticas envolvendo o construcionismo radical, acusando as feministas de propagar “ideologias comunistas” e “charlatanismo linguístico” (nas palavras do cardeal Alfonso López Trujillo). Ainda, que esses debates seriam contrários as leis naturais do casamento e maternidade, pautadas pela Teologia do corpo e doutrina da complementariedade³⁸, defendida pelo Papa João Paulo II e reafirmada pelo Papa Bento XVI e o atual pontífice Papa Francisco³⁹.

Para muitas autoridades da igreja católica, as campanhas antigênero são uma prioridade política, conforme David Paternotte e Roman Kuhar (2018) são formas de buscar recuperar suas influências no mundo secularizado e reafirmar a fé de seus seguidores, para isso, oferecem espaços para intelectuais e ativistas desenvolverem estratégias para mobilização política e nas ruas. Uma das principais estratégias é a instauração de pânico morais, com utilização de notícias falsas e alarmistas, mas revestidas de teor científico e civilizatório, que são mobilizadas se forma autoritária, inflamada e sem abertura para o debate, que almejam principalmente ridicularizar e demonizar os defensores da “ditadura da teoria feminista violenta do lobby gay pró aborto” (Junqueira, 2018). Essa desconfessionalidade dos discursos são tentativas de apagar as matrizes religiosas dos discursos, o que reforça o questionamento de Sonia Corrêa e Richard Parker (2021) de que o truque/espantalho está em utilizar este sintagma como um dispositivo que faz supor que as agendas das feministas e LGBTQIAPN+ propagam ideologias, enquanto quem as/os criticam estariam isentos de fundamentos ideológicos e de relação com a realidade objetiva.

Para compreender o movimento contemporâneo das ofensivas antigênero, para Prado e Correia (2018) torna-se necessário ir além do conservadorismo religioso, compreendendo a

³⁸ A compreensão expressa pela Teologia do Corpo reafirma uma dimensão ontológica que naturalmente diferencia homens e mulheres, que se complementam em amor e doação, em que a plenitude e felicidade pode ser alcançada pela vida celibatária e posterior união conjugal pelo matrimônio.

³⁹ Nas análises de Patternot e Kunhar (2018), apesar do Papa Francisco não adotar a postura de Ratzinger ao afirmar que homossexuais são maus/desordenados, ele não altera ideias da teologia do corpo e das teses não negociáveis, ou seja, pregar a não violência contra homossexuais não implica em reconhecimento ou direitos. Ainda, o atual pontífice reatualiza as noções de ecologia humana, que converge preocupações com o meio ambiente e visões conservadoras sobre vida, gênero e sexualidades, o que tem reforçado a adoção de argumentos contrários a transexualidade e as modificações corporais.

produção de novas semânticas e mobilizações, que congrega uma heterogeneidade de forças sociais, o que formaria o campo do neoconservadorismo. Esse campo perpassa essas matrizes tradicionais, mas vai além de um processo defensivo ou de obter maior representação no Estado, buscando se consolidar como um modelo de governança e cidadania, e que ganha identidade política com a maximização do antagonismo contra os movimentos feministas e LGBTQIAPN+ (Vaggione, Machado e Biroli, 2020). Neste contexto, Éric Fassin (2021) observa a existência de dois discursos conservadores concorrentes e potencialmente contraditórios que têm disputado a noção de democracia sexual, enquanto possibilidade de as sociedades definirem as normas e leis relativas à sexualidade, com a imposição de preceitos transcendentais (Deus, natureza, tradição e até mesmo a ciência). Para o autor, o primeiro envolveria os preceitos religiosos em que a ideia de democracia sexual ameaçaria os fundamentos naturais da ordem sexual, e o segundo, uma dimensão política nacionalista, que articula racismo e xenofobia, do “nós” (feministas civilizadas e gayfriendly) em oposição à cultura “deles”, os migrantes e muçulmanos, presumidamente sexistas e homofóbicos.

Sobre esses discursos mencionados por Fassin, cabe aprofundar dois elementos no que se relacionam com o contexto latino-americano. Em relação a posição central da hierarquia católica na região, Morán Faúndes e Peñas Defago (2020) comentam que o ativismo antigênero diversificou suas táticas e atores, tecendo complexas e heterogêneas articulações com segmentos seculares (ou estrategicamente seculares, uma vez que ocultam suas marcas religiosas para adentrar mais facilmente nas estruturas do Estado) e com o mainstream evangélico, que não tomam mais a política como espaço de pecado e corrupção, mas como posição estratégica para sua proposta de moralização social e institucional. Complementando essa ideia, José Fernando Serrano Amaya (2021) entende que não tratam somente de forças religiosas que buscam ganhar espaço ou poder na esfera pública, mas de reafirmar uma ordem colonial de gênero e sexualidade na identidade nacional, projeto eurocêntrico e heteronormativo, que historicamente impacta as instituições e políticas públicas na região. Interessante registrar, como anuncia Butler (2024) que a colonização funciona de maneira paradoxal nos movimentos contra a ideologia de gênero, que não distinguem a imposição do dismorfismo e heteronormatividade, criticado pelas feministas decoloniais, da posição do Vaticano que reafirma que as teorias de gênero vêm operando uma tentativa de colonização que nega a especificidade biológica dos sexos, principalmente no Sul Global.

Os deslocamentos no entendimento sobre os processos coloniais abrem caminhos para pensar que a “ideologia de gênero” além de sua característica transnacional, de aproximar diversos atores sociais neoconservadores (religiosos ou não) que buscam conquistar o Estado e

o sistema regional dos Direitos Humanos, também atuam para estabelecer alianças com aqueles que não são “os convencidos de sempre”, ou seja, os neoliberais. Ao passo que se usa da moralidade sexual para dominar a agenda pública, também são inseridos um conjunto de ações para justificar a austeridade no Estado enquanto reações às crises econômicas, de restrição a um suposto intervencionismo nas liberdades individuais, e de mobilização das elites contra às minorias sexuais, transformadas em bodes expiatórios por conferirem riscos para a organização tradicional da sociedade (Morán Faúndes e Peñas Defago, 2020; Paternotte; Kuhar, 2018). Essa ideia de risco é fortemente mobilizada nas campanhas antigênero⁴⁰ na América Latina, utilizada enquanto argumento para limitar ainda mais as frágeis democracias regionais, minando a laicidade do Estado e sua contribuição para a promoção de igualdade de direitos das minorias (Biroli, 2019).

Importante considerar, como menciona Fassin (2021), que o programa neoliberal sempre mobilizou uma dimensão moral, visto que se o Estado de providência desaparecer, caberá a família assumir naturalmente esse papel no cuidado, ou seja, a família é convocada para lutar contra a subversão moral e arcar com as responsabilidades dos fracassos individuais. Essa forma de posicionar a família “convencional/tradicional” no centro de uma concepção mais ampla de sociedade, garante alianças entre neoconservadores e neoliberais, que contribui para a formação de cidadãos antidemocráticos que não se ofendem com a perda de direitos, revogações e privatizações estatais e com a grande concentração de poderes políticos e econômicos (Biroli, 2019). Ao analisar a família como catalizador dessas alianças, Wendy Brown (2006) problematiza os (des)encontros de racionalidades em que um projeto centrado no oportunismo religioso para impor significados, conversar certos modos de vida e reprimir e regular o desejo, se cruza com um projeto de negócios que esvazia o mundo de significados, barateia e destrói a vida, e explora abertamente o desejo.

Sobre a lógica familista do Estado, para Melinda Cooper (2021) os princípios de responsabilidade privada da família pelo bem-estar dos seus dependentes, se relaciona com a tradição britânica e norte-americana da lei dos pobres (poor law⁴¹), e que na vertente neoliberal,

⁴⁰ Para Biroli (2019) nas análises das diversas campanhas, observa-se os seguintes enquadramentos: a família “da maioria” está sendo ameaçada pelos lobistas feministas e LGBTQIA+, com mudanças nas leis e políticas públicas; elites econômicas globais e nacionais (como a ONU) rompem com a tradição local, utilizando a agenda de gênero; os pais (famílias) precisam retomar sua autoridade na educação infantil, reduzindo a interferência do Estado e protegendo da ameaças das feministas e LGBTQIA+; o feminismo é um agente do “marxismo cultural”.

⁴¹ A lei dos pobres, no século XIV e XV, serviu para o Estado conter os custos da transformação dos costumes sexuais (supostamente enfraquecidos pela revolução/liberação sexual), por meio da imposição do apoio conjugal e familiar como uma obrigação econômica, e se o indivíduo gerasse despesas recairia à sua família a responsabilidade dos custos, que também poderia sofrer punições como trabalho forçado, prisão e retirada de propriedades (Cooper, 2021).

tem servido de argumento para fortalecer as obrigações do parentesco como alternativa para os encargos públicos e distribuição de renda pelo Estado. Trata-se de uma crítica ao Estado de bem-estar social, frente a um cenário econômico, político e social de aumento da inflação, desemprego, militância da esquerda e expansão das liberdades sexuais enquanto direitos constitucionais, neste caso, o entendimento dos neoliberais é de que tais liberdades podem fragilizar as obrigações da família privada, expandindo reivindicações ao Estado, o que ameaçaria exacerbar o problema da inflação. Essa convergência de interesses, faz com que os neoliberais não queiram livrar o Estado e a sociedade de normas morais e políticas, mas de promulgar uma organização por meio de mecanismos de incentivo de mercado, o que não encontra oposição dos neoconservadores, que também se opõem a temas como a distribuição estatal da riqueza, e se utilizam deste espaço governamental para intrusão seletiva na população pobre e de posição contrária aos intelectuais críticos (Brown, 2006).

Esse campo de forças que buscam capturar e reorientar o Estado provoca um “pesadelo” que impacta diretamente os faróis da democracia liberal, como anuncia Brown (2006), ao argumentar que o neoliberalismo não exige o igualitarismo, direitos civis, eleições justas e a regra do direito, e que a prioridade neoconservadora dos valores morais e do poder do Estado os supera. Sobre esta questão, Serrano Amaya (2021) faz um alerta sobre as análises do contexto norte-americano, como expresso por Brown, ao entender que nas temporalidades latino-americanas o processo redemocratização foi atravessado por uma modernização conservadora, em que algumas áreas foram impregnadas pelas lógicas democráticas, modernização capitalista e de laboratórios para o neoliberalismo, enquanto outras permanecem dominadas por formas tradicionais e elitistas da política e das hierarquias sociais. Ao abordar as (des)continuidades entre políticas globais e locais antigênero, o autor argumenta sobre a generificação e sexualização das transições políticas na região, em que os usos da “ideologia de gênero” não compreenderam meras resistências em contextos culturais conservadores, mas são articuladores das políticas populistas e totalitárias no Estado e por grupos paraestatais (armados, milícias, tráfico...), que buscam conservar e reproduzir hierarquias⁴²; de como o poder se estrutura incorporando a sexualidade e como a sexualidade estrutura o poder (Serrano-Amaya, 2019).

Ao relacionar essas análises, importante reforçar que apesar da atualização das racionalidades e estratégias neoconservadoras e neoliberais, torna-se fundamental manter

⁴² Especificamente sobre o caso da Colômbia, Serrano –Amaya (2019) demonstra como atores parcialmente estatais e privados produziram políticas de gênero e sexualidades, a partir do controle de aspectos da vida cotidiana que foram fundamentais nas disputas dos corpos e territórios, com mecanismos que atualizam as violências contra mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ nos contextos de transição política, como o processo que levou rejeição do Acordo de Paz em 2016.

questionamentos sobre o conservadorismo religioso e político, impregnado por lógicas coloniais, que historicamente minam a democracia em nível regional e produzem descompassos nas políticas envolvendo o gênero e a sexualidade. E sobre este elemento, importante considerar que as articulações antidemocráticas destas racionalidades e das movimentações em torno das ofensivas antigênero, se configuram como linhas dos modos de subjetivação na contemporaneidade e de uma biopolítica das populações. Como expõe Biroli (2019), a combinação dos ataques às garantias das minorias políticas e igualitárias e a moralização das incertezas em torno da família, se estabelecem como condição para ascensão de lideranças autoritárias e de extrema direita na América Latina, e servem de artifício para a restrição da democracia e modos de controle dos corpos.

Retomando as proposições de Brown (2006), esse cenário atua na produção de um sujeito antidemocrático e cidadão governado, suscetível à despolitização dos problemas sociais e a privatização das suas soluções, em que suas escolhas subjetivas devem operar conforme registros compatíveis com os interesses da autoridade estatal, econômica e/ou religiosa, confundindo satisfação das necessidades com liberdade. Aprofundando essa ligação entre cidadania e ódio à democracia, Jacques Rancière (2014) reflete que, historicamente, no liberalismo se produz a ideia de que democracia boa é aquela que reprime a vida democrática, visto que a intensidade da democracia pode provocar uma crise no governo, deste modo, o excesso deve ser orientado para a busca de prosperidade material, felicidade privada e laços de sociedade. Mas à medida que se favorece a vida privada, uma série de demandas e aspirações pessoais são multiplicadas, o que produz um efeito duplo: ao mesmo tempo que torna o cidadão indiferente ao bem público, pode também afetar a autoridade do governo que deve responder com retração às demandas que surgem da população.

Esse indivíduo supostamente livre e consumidor é capturado na contemporaneidade por um imaginário biopolítico, que segundo Morán-Faúdes (2023), tem reorientado a gestão e priorização dos corpos, a partir da relação entre linguagens biotecnológicas e uma moralidade sexual específica. Sobre os marcos que envolvem a materialidade sobre o corpo, os argumentos morais contra as práticas e desejos não heterossexuais foram substituídos por uma normalidade inscrita nos genes, hormônios e neurônios, que reforçam explicações científicas e seculares da heterossexualidade inscrita na lógica de uma vida em si, que desconsidera os efeitos sociais e políticos na materialidade biológica. Em paralelo, o autor se aproxima de Brown e Cooper, ao analisar que na América Latina tem se intensificado uma política do corpo baseada na responsabilidade individual e familiar, que tem buscado dismantelar a esfera pública, transformando direitos em bens de consumo privado, em favor do fortalecimento da família que

se torna responsável pelo cuidado e progresso de seus membros. Essa “vitalpolitik” alia a ideia de autossuficiência e capacidade dos indivíduos para forjar seu futuro, com um projeto socioeconômico moralizante que precariza a vida.

A proposta de um dispositivo capaz de reordenar os corpos e subjetividades em torno de uma ordem neoconservadora da família cis-heteronormativa, também está presente nas observações de Sérgio Carrara (2015) sobre o “aggiornamento”, e não a rejeição, do projeto anátomo-político em torno da sexualidade, como exposto por Foucault (1988). Mesmo que não se fale em “sexo” ou “direitos” enquanto obrigações (direito matrimonial heterossexual), os efeitos do regime de controle normativo da sexualidade se fazem sentir de modo sutil e indiretos, por mecanismos refinados de controle jurídico-legais (consentimento/crime) e biopolíticos (vulnerabilidade/risco). Deste modo, as expectativas relacionadas à responsabilização e ao controle de si, se ligam com as lógicas de felicidade, saúde e bem-estar, provocando a atualização de regulação em uma nova geopolítica sexual. Essa posição de Carrara, remete à proposta de Sonia Correia sobre a hidra antigênero⁴³, do monstro de muitas cabeças, contudo, entendo que pode se relacionar também com a figura do metamorfo, que se usa da transmutação para mudar suas formas e ampliar as habilidades, e com isso, poder operar suas trapaças, neste caso, de metamorfosear os modos de governamentalidade colonial, cristã, moderna e capitalista.

Nas linhas desse campo de forças em torno das ofensivas antigênero, me utilizo da ideia de metamorfose para pensar a atualização do conservadorismo religioso e político, pautado em matrizes coloniais, que faz operar diferentes estratégias de intrusão para ordenação do mundo conforme um padrão familiar cis-heterossexual. As alianças contemporâneas entre a articulação de diversos atores do campo neoconservador e neoliberal, situada numa perspectiva latino-americana, permite aprofundar as ligações locais e global destas racionalidades, que tem disputado os sistemas internacionais de direitos humanos em temas de gênero e sexualidade e impactado ainda mais as já fragilizadas democracias regionais. Como efeito, além das condições para o avanço de projetos de extrema direita que atacam o Estado e suas instituições, se utilizando da própria democracia, também são favorecidos os modos de governo das populações, que já submetidas a processos de subjetivação que buscam silenciar a afirmação de

⁴³ A ideia de uma hidra foi abordada pela pesquisadora no XI Simpósio de Psicologia Política, em 2021, que entende que os movimentos antigênero atuam como o monstro mitológico que possui várias cabeças, em um conjunto de forças em distintas direções e fontes ideológicas, por vezes contraditórias. Dentre os seus perigos, se utiliza da atmosfera de perseguição política, das experimentações fascistas e autoritárias nas políticas de Estado, das transgressões morais e institucionais para defesa dos valores tradicionais, do anti-intelectualismo, entre outras tantas cabeças que possam surgir.

existências diversas ao padrão normativo colonial, são seduzidas (inclusive pelo medo e incertezas) pelas lógicas de liberdade enquanto empresários de si, autossuficiência na satisfação de suas necessidades, e de um reconhecimento pela via de condutas antidemocrática inflamadas. A partir destas e outras análises possíveis, a pretensão deste estudo é aprofundar as micropolíticas destas relações poder-saber-subjetivação no contexto do oeste catarinense.

4.2 DA CONSTRUÇÃO DE UM MAPA DAS FORÇAS LOCAIS DAS OFENSIVAS ANTIGÊNERO

Pesquisar um território não apenas geográfico, mas enquanto cenário psicossocial que comporta as relações cotidianas de pessoas que se reconhecem nesse espaço-tempo, a partir de velocidades e intensidades próprias, mobiliza interrogações sobre as continuidades, contradições e fraturas de uma população em suas defesas conservadoras do ethos do trabalho, da família e da virtude religiosa, que contrasta também com movimentos populares de luta por transformação social. É com base neste contexto que busco pensar as múltiplas conexões com as ofensivas antigênero, constituindo como entrada de investigação as estratégias e táticas que buscam disputar o Estado, em que a novidade não é somente o local e atores envolvidos neste jogo de forças, muitas vezes “velhos conhecidos”, mas das metamorfoses que colocam em jogo uma renovada biopolítica dos corpos e desejos, e que aprofunda o questionamento sobre as condições para resistência a partir das forças dos movimentos feministas e LGBTQIAPN+, entre outros parceiros em aliança nas lutas.

Para caracterizar inicialmente o “campo” objetivado para pesquisa, importante retomar que historicamente e administrativamente a chamada mesorregião oeste catarinense (atualmente designada por áreas intermediárias e imediatas) compreende 118 municípios, que integram 8 associações de municípios conforme estabelecido pela FECAM. Conforme dados do IBGE 2021/2022, Santa Catarina possui 295 municípios, numa área de 95,7km² e aproximadamente 7,6 milhões de habitantes, sendo assim, apesar do oeste catarinense possuir o maior território e quantidade de municípios, sua população de aproximadamente 1,4 milhões, representa 18,4% do percentual estadual. Outro ponto relevante é que a região é composta predominantemente por municípios de pequeno porte, sendo que 11 municípios possuem menos de 2 mil habitantes (destaque para Santiago do Sul, o menor com 1651)⁴⁴, e apenas 1 município

⁴⁴ Caracterização dos municípios: Pequeno porte I - até 20mil habitantes: 102 municípios; Pequeno porte II - até 50mil: 9 municípios; Médio porte – mais de 50mil até 100mil: 3 municípios; Grande Porte – mais de 100mil: 1 município.

de grande porte, com mais de 100 mil habitantes (Chapecó, com aproximadamente 254.785). Segue mapa para evidenciar a localização da região oeste catarinense e suas respectivas Associações de Municípios:

Imagem 3: Mapa do municipalismo de Santa Catarina



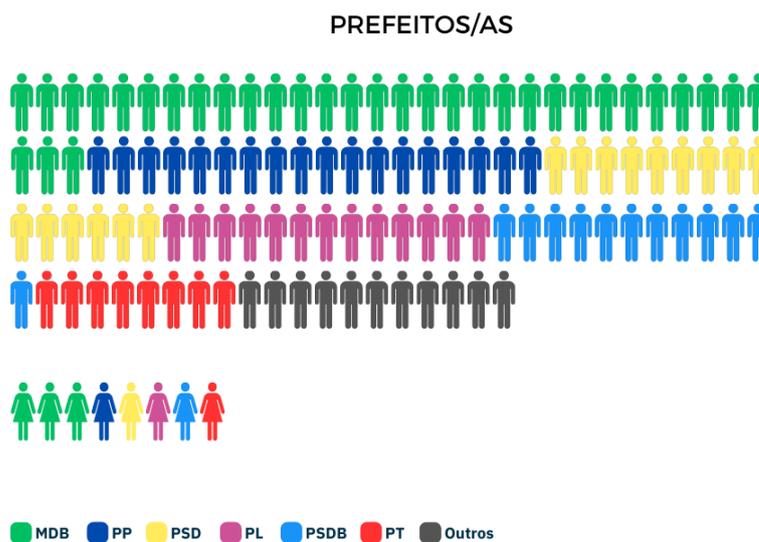
Fonte: site da FECAM, 2024.

Conforme os caminhos metodológicos definidos na pesquisa, proponho a configuração de um mapa das atividades legislativas dos municípios, partindo de informações de domínio público disponibilizadas nos sites das ações das Câmaras de Vereadores, principalmente envolvendo os anos de 2021 e 2023 (Apêndice 1). Sobre o período delimitado, observa-se que o atual do executivo e legislativo em nível municipal tomou posse no ano de 2020 e finaliza seu mandato agora em 2024, o que se relaciona com o final do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) e início da gestão presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026). Nesta perspectiva, ressalto inicialmente os dados compilados que tratam da composição do governo dos municípios⁴⁵, observando o partido e a identidade de gênero. Referente ao executivo municipal, dentre os partidos dos/as prefeitos/as eleitos/as tem-se a maior representatividade com: MDB 30,5% (n=36 municípios), PP 16,1% (n=19), PSD 13,6%

⁴⁵ Como referência para estes dados foram utilizados dados compilados dos seguintes portais: Câmara de Vereadores do respectivo município, Portal Gazeta do Povo e G1 – Portal de notícias da Globo. Considerando a dinâmica própria da composição dos poderes a nível municipal, que envolve assumir funções no executivo, trocas entre bancada e processos de cassação e afastamentos, optou-se por demarcar a primeira configuração após o pleito eleitoral, que podem retratar a representatividade das escolhas daquela população.

(n=16), PL 11,9% (n=14), PSB 11% (n=13), outros 9,3% (n=11)⁴⁶ e PT 7,6% (n=9). No tocante à identidade de gênero 93,2% (n=110) se identificam como homens e 6,8% como mulheres (n=8) entre os/as prefeitos/as (como disposto no gráfico 1), e de vice prefeitos/as 91,5% (n=108) de homens e 8,5% (n=10) mulheres.

Gráfico 1: Representação do executivo municipal segundo identidade de gênero



Fonte: elaboração própria

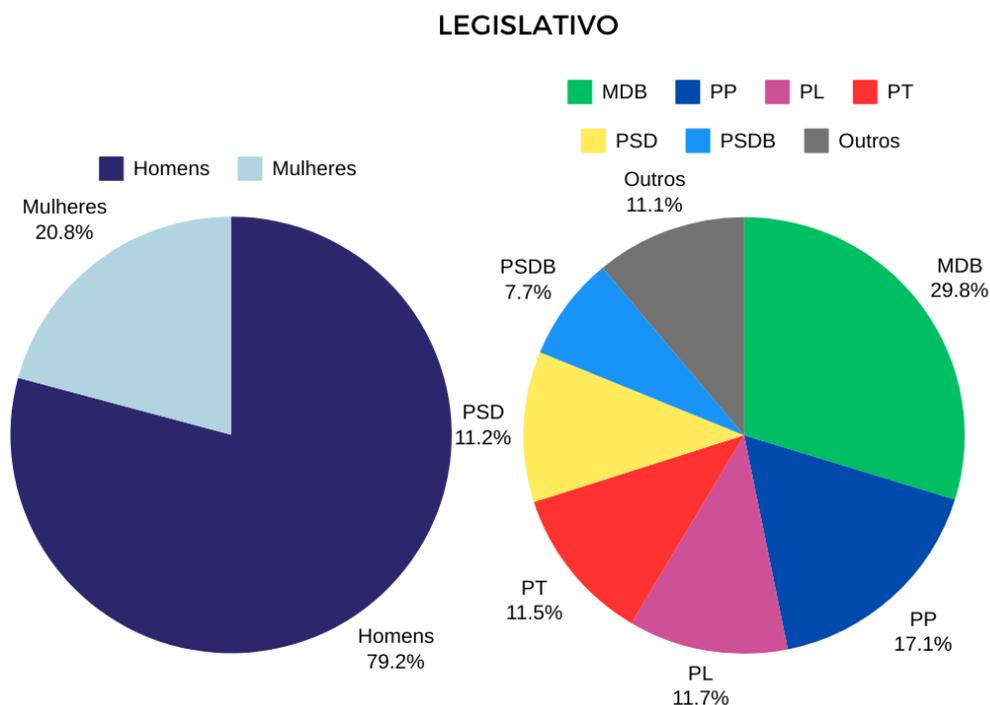
Das especificidades chama atenção alguns pontos, como: em 24 municípios os/as prefeitos/as e vice-prefeitos/as são do mesmo partido; apenas o MDB e PSDB estão representados em todas as Associações de municípios; presença do PT como vice-prefeito/a em 13 municípios, e de forma expressiva no extremo oeste do Estado; a região AMNOROESTE é composta somente por homens no executivo; a cidade de Paraíso na AMEOSC é a única com prefeita e vice-prefeita; em Xavantina a chapa eleita (PL prefeito e vice PT) foi cassada, sendo que foram eleitos novos representantes seguindo a mesma coligação⁴⁷. Observa-se a coligação entre PL e PT em muitos municípios, apesar das disputas e oposições que ocorrem em âmbito nacional, contudo, na ocasião da eleição municipal de 2020 o presidente na época (Bolsonaro) estava filiado no PSL, e somente migrará para o PL em 2021.

⁴⁶ Neste campo de outros, trata de partidos que constam entre 1 até 3 prefeituras, como Democratas, PSL, PSB, Republicanos, Cidadania, PDT e sem partido.

⁴⁷ Notícia do Portal G1, em 26/11/22, Prefeito do PL e vice do PT têm cassação mantida e município de SC terá novas eleições. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/11/26/prefeito-do-pl-e-vice-do-pt-tem-cassacao-mantida-e-municipio-de-sc-tera-novas-eleicoes.ghtml>

Sobre a composição dos legislativos municipais, das 1102 vagas⁴⁸, foram eleitos/as: 28,9% (n=328) pelo MDB, 17,1% (n=188) pelo PP, 11,7% (n=129) pelo PL; 11,5% (n=127) pelo PT; 11,2% (n=123) pelo PSD, 11,1% (n=122) outros e 7,7% (n=85) pelo PSDB. Destes, 79,2% (n=873) são homens e 20,8% (229) mulheres, conforme demonstrado no gráfico 2.

Gráfico 2: Representações no legislativo conforme identidade de gênero



Fonte: elaboração própria

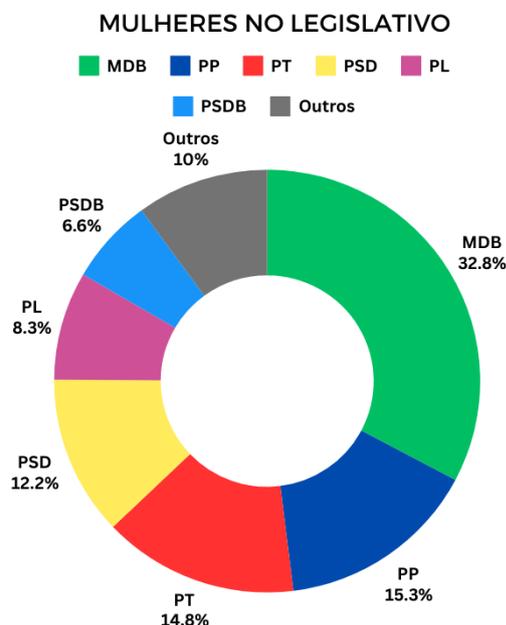
Especificamente envolvendo as vereadoras, destaca-se o MDB com 75 representantes, seguindo do PP com 35 e PT com 34 (gráfico 3). Em 14 municípios as Câmaras de Vereadores são formadas por apenas homens⁴⁹, e apenas 1 município elegeu um contingente maior de mulheres (Ipira, na AMAUC). Ainda, de forma geral observa-se: o menor percentual de mulheres (com menos de 20%) estão na AMAI (16,2%), AMEOSC (16,4%), AMMOC (17,6%) e AMARP (18,4%), e os maiores ficam com AMNOROESTE (27,8%) e AMAUC (25,8%). Na

⁴⁸ As vagas disponíveis são definidas pela Lei Orgânica de cada município, respeitando o que diz o art. 29 da Constituição Federal, que estabelece: até 15 mil habitantes – 09 vereadores/as; mais de 15 até 30mil – 11 vereadores/as, mais de 30 até 50mil – 13 vereadores/as; mais de 50mil até 80mil – 15 vereadores/as; mais de 80mil até 120mil – 17 vereadores/as; mais de 120 até 160mil – 19 vereadores/as e; mais de 160mil até 300mil – 21 vereadores/as – que é o caso de Chapecó, maior cidade da região, depois seguem outros percentuais.

⁴⁹ Os municípios que elegeram apenas homens foram: Barra Bonita; Guaraciaba; Palma Sola, Santa Helena, Riqueza, São Miguel da Boa vista, Guatambu, Xanxerê e Xaxim, Seara, Ibicaré, Macieira, Matos Costa, Timbó Grande.

AMARP o PT não elegeu nenhum representante, e na AMMOC apenas 1, que é uma vereadora, ambas da região meio oeste do Estado.

Gráfico 3: Representação de mulheres no executivo dos municípios



Fonte: elaboração própria

Para uma possível reflexão deste panorama regional, proponho algumas questões, que podem desdobrar em outros estudos, visto que não compreendem diretamente os objetivos deste trabalho, como: qual a vertente política é predominante no oeste catarinense? Como se dá a participação dos partidos alinhados à esquerda em um contexto cultural marcadamente conservador? Quais as condições para a elegibilidade das mulheres no executivo e legislativo municipal? Qualquer tentativa de um enquadramento pode esbarrar na dicotomia esquerda/direita, liberalismo/conservadorismo, comunismo/capitalismo e homem/mulher, o que implicaria em uma discussão ampla sobre os critérios desta definição, que deve envolver o recorte partidário e suas bases ideológicas, mas que necessita também de uma análise empírica dos planos de governo e práticas que se operam em cada localidade, que muitas vezes demonstram casamentos de interesses para avançar determinadas pautas e manter a representação política local⁵⁰. Quero argumentar, contudo, tomando como base as proposições

⁵⁰ Necessário observar que na realidade das cidades de pequeno porte, maior contingente dos municípios oeste catarinense, as alianças políticas nem sempre seguem uma ideologia partidária ou as coalizões que se estabelecem em âmbito estadual e nacional, abarcando outras disputas nos jogos de poderes locais, isso faz com que as definições pelos votos sejam influenciadas por aspectos como: o pessoalismo e as relações compadrio, a influência das elites econômicas,

de Biroli (2019), sobre a importância de considerar o cenário de polarização política que se intensifica pós-golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e com o processo de ascensão de lideranças e projetos autoritários da direita e extrema direita, consolidados com a eleição de Bolsonaro (2019), e que já encontravam terreno para suas articulações com a regressão democrática a partir da década de 1990, com o avanço das políticas neoliberais que restringem o alcance dos governos centro-esquerda e as lutas por regimes igualitários numa perspectiva de gênero. Especificamente sobre as contradições em relação às políticas de gênero e sexualidade na América Latina, Pecheny e Dehesa (2011) já alertavam que mesmo com a transição de regimes autoritários para governos democráticos, nos anos 1980, os impactos das polarizações nas dinâmicas eleitorais, fortemente marcadas pela interferência religiosa e neoliberal, produzem as restrições de direitos e formas de exclusão social.

Com base neste cenário, sigo a proposta de Carrara (2015) de analisar a configuração de uma política sexual que tem interpelado o Estado e produzido significantes políticos para gestão dos corpos, a partir do contexto de atuação dos legislativos municipais, que tem se configurado como local estratégico para discussões, normativas e polêmicas em torno de temáticas que se articulam com o campo das ofensivas antigênero. Para tanto, um segundo movimento da pesquisa nos sites das Câmaras de Vereadores envolveu a busca de informações nas atas de sessões, projetos de lei e notícias em relação ao seguinte conjunto de descritores: direitos humanos e cidadania, gênero e sexualidades, pautas antigênero, direitos sexuais e reprodutivos, e as violências (de gênero e exploração sexual)⁵¹. Deste banco de informações, foram mapeados mais de 500 registros/arquivos entre os 118 municípios, destacando-se os seguintes municípios com maior menção aos temas de estudo: Chapecó (75); São Miguel do Oeste (40) e Concórdia (33). Em 30 municípios (aproximadamente 25%) não foram localizados registros ou notícias (Apêndice 3).

Em relação ao processo de busca das informações pode-se inferir inicialmente que muitos dados anteriores a Lei nº 12.527/2011 possam não ter sido digitalizados e disponibilizados publicamente. Outra questão envolve o fato que os sites das Câmaras de Vereadores estão predominantemente hospedados em duas principais plataformas, sendo que

religiosas e políticas, e outras moralidades específicas (quem roubou, mas fez obras de melhoria; quem visitou em época eleitoral e/ou participou dos eventos da comunidade; buscar eleger para não perder o voto, entre outros).

⁵¹ A partir dos conjuntos de descritores foram utilizadas as seguintes palavras-chave para procura das informações foram: a) gênero e sexualidades: orientação sexual; identidade de gênero; LGBT; LGBTQIAPN+; LGBTfobia; transexualidade; Homofobia; b) Direitos humanos e cidadania: diversidade; educação sexual; igualdade de gênero, feminismo; mulher na política; c) pautas antigênero: ideologia de gênero, escola sem partido, linguagem neutra, banheiro unissex; d) Direitos Reprodutivos e Sexuais: aborto, menstruação, gravidez, planejamento familiar, DST/AIDS; e) violência de gênero: violência doméstica, violência contra mulher, feminicídio; f) violência e exploração sexual: estupro, prostituição, pedofilia e pornografia.

uma delas dificulta a procura por palavras-chaves, tornando inviável uma leitura individualizada dos documentos⁵². No tocante ao acesso à informação, analiso que a não inserção e/ou dificuldade no sistema de busca, podem servir como limitadores para uma maior amplitude do conhecimento das proposições legislativas, ações e posições dos/as/es vereadores/as, que também pode ser intensificado pelo fato que a menção as temáticas elencadas na pesquisa aparecem de maneira desarticulada ou “soltas” nos documentos da grande maioria dos municípios, impossibilitando a compreensão sobre o impacto de sua discussão. Como efeito, esses fatores podem indicar restrições à população no acompanhamento de decisões envolvendo as políticas públicas municipais, desmobilizando sua participação política em aspectos que podem afetar o exercício de sua cidadania.

Apesar da ausência ou dispersão destas temáticas nos documentos, me apoio no argumento de que isso não significa que as atividades legislativas estão isentas de operar modos de regulação do gênero e sexualidade. Pelo contrário, são parte da teia discursiva e de práticas sociais que reafirmam um consenso em torno de uma ordem sexual, e me utilizando da proposição de Rancièrè (2021), questiona-se a arquitetura do visível e audível que policialmente distribui lugares e funções, naturaliza hierarquias, fixa identidades e valora às existências dos sujeitos, em um ordenamento que distribui de forma desigual as partes em uma sociedade e conseqüente provoca a ocultação dos seus danos. Sobre isso, retomo a instigante pergunta de Butler (2024): quem tem medo do gênero? Reflete-se aqui que a categoria gênero tem sido descolada de sua produção científica e política pelos movimentos feministas e LGBTQIAPN+, e utilizada para mobilizar fantasmas psicossociais por figuras autoritárias e tendências neofascistas contra aquilo/aqueles que supostamente tem ameaçado a família cisheteronormativa, e que servem de argumento para negar outros enquadramentos sociais que poderiam abarcar a realidade e direitos de pessoas trans, intersexo e não-binárias, os efeitos da história racial e colonial do dismorfismo de gênero, a restrição do Estado às liberdades reprodutivas, dentre outros pontos. E para a autora, esse enquadramento é alcançado com mais eficácia quando a moldura estiver oculta, ou como aborda Foucault (1988) de como o silêncio pode possibilitar uma produtividade tática do discurso para dar guarida ao poder, aumentando assim a eficácia da polícia do gênero.

⁵² A maioria dos municípios faz hospedagem do portal da Câmara de Vereadores no CIGA Câmara, com domínio exclusivo para divulgação de informações e serviços do legislativo. Já uma parcela utiliza a ferramenta gratuita do LEG.br, desenvolvido pelo Interlegis, oferece este serviço de forma gratuita a todas as Casas Legislativas do Brasil, mas neste caso ressalta-se o desafio no sistema de busca dos documentos.

Antes de abordar propriamente o campo das ofensivas antigênero nas atividades legislativas do oeste catarinense, pretendo apresentar alguns caminhos envolvendo a emergência e mobilização dos enunciados em torno dos direitos humanos, principalmente quando relacionados com a promoção da igualdade de gênero e sexualidades. A ideia é analisar a micropolítica de forças que de um lado seguem buscando consolidar um sistema regional de direitos humanos e fazer avançar pautas históricas dos movimentos feministas e LGBTQIAPN+, bem como do seu contraditório com as ações que tomam o “gênero” como inimigo e ameaça destrutiva da segurança nacional e do que sustenta ideologicamente a relação entre ordem social e familiar.

4.3 DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E DIVERSIDADE NAS AÇÕES LEGISLATIVAS

O presente eixo de análise articula o debate que envolve os direitos humanos, apoiados em valores universais e naturais, exposto pela Declaração de 1948, e o exercício da cidadania, a partir do que dispõe a Constituição de cada país, como pressupostos centrais da democracia. Para Maria Victoria Benevides (2009), no contexto brasileiro, marcado por ambiguidades entre regimes autoritários (ditadura) e períodos democráticos, a incorporação dos Direitos Humanos na vida política é marcado por conquistas, mas também de deturpação e julgamento moral contra grupos jogados para fora dos limites de reconhecimento da sua humanidade. Sobre isso, Carrara (2010) aponta que no processo político envolvendo a Constituição Cidadã de 1988, os movimentos sociais, dentre eles grupos feministas e de mulheres e de pessoas LGBT, buscaram transportar para a esfera pública um conjunto de questões consideradas até então privadas. Apesar de temas como equidade de gênero e reconhecimento legal de diversas formas de família terem se efetivado enquanto direitos, outras questões como a aceitação da “identidade de gênero” e “orientação sexual” e o combate à discriminação não foram incluídos. Destaca-se, contudo, que a estrutura constitucional comprometida com os direitos humanos tem permitido a implementação de compromissos firmados internacionalmente para o exercício de direitos relacionados a sexualidade e reprodução.

A busca de informações sobre direitos humanos nas atividades legislativas no oeste catarinense compreendeu sua relação com temáticas como cidadania, diversidade, igualdade de gênero e orientação sexual, feminismo e mulheres na política. Essa proposta buscou identificar os usos destes significantes em diferentes ações, que permitem abarcar a análise de

determinadas dinâmicas que atuam para legitimar e reconhecer ou negar e desqualificar a incorporação desse conjunto de reivindicações e demandas direcionadas ao Estado. De forma geral, os direitos humanos aparecem como normativa para atuação de vereadores/as, em código de conduta e regimento de funcionamento da Câmara, no contexto de 3 municípios, e no plano plurianual em 6 municípios (observa-se que 5 são da região da AMOSC, referente ao ano de 2021, e propõem ações para a garantia de direitos humanos com a redução da desigualdade étnico-racial e de gênero)⁵³. Ainda, são mencionados em 22 municípios ações que envolvem diferentes grupos sociais, como: crianças e adolescentes, mulheres, pessoas em privação de liberdade, idosos, migrantes, juventude, pessoas com deficiência (principalmente com a temática do autismo). De forma menos articulada aparecem temáticas sobre direitos humanos e diversidade em planos municipais de cultura, ações de combate ao racismo e diversas violências, prevenção ao suicídio, cuidados à saúde mental e escolha de diretores nas escolas públicas.

Numa breve análise das movimentações das ações que mencionam diretamente os direitos humanos pautadas na promoção da igualdade e dignidade para determinados grupos, observa-se no período entre 2013 e 2015 questões que tangenciaram o campo da educação, e que também envolveram a incorporação do debate envolvendo questão da ideologia de gênero. Entre 2016 e 2019 pautas que tratam da implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a consolidação dos mecanismos de controle e participação social, principalmente para mulheres, em seguida para crianças e adolescentes, cultura e juventude. E a partir de 2020, ganha relevo temas envolvendo população LGBTQIAPN+, mulheres na política, orientações para a estrutura e trabalho dos Conselhos Tutelares⁵⁴, autismo, inserção da psicologia e serviço social⁵⁵ na educação e imigração.

⁵³ Registra-se que a articulação em torno de Associações de Municípios e de Câmaras de Vereadores, através da FECAM e da UVESC (União dos Vereadores de Santa Catarina), é um elemento que deve ser considerado na construção das obrigações normativas, visto que o apoio das suas áreas (equipes) técnicas contribuem para a discussão e elaboração de legislações, o que permite verificar uma semelhança nos textos e propostas de ações entre os municípios.

⁵⁴ Foram identificadas 19 legislações de municípios envolvendo a estrutura e funcionamento do Conselho Tutelar no cumprimento de sistemas de proteção de crianças e adolescentes. E um dos tópicos mencionados trata da preservação da dignidade sexual, que quando em risco pode justificar o afastamento do convívio familiar e colocação sob guarda de família extensão, após decisão judicial.

⁵⁵ A questão da equipe multidisciplinar na educação, aparece em 5 municípios, com textos que se aproximam do exposto no Projeto de Lei 05/2023, da cidade de Lebon Régis, que em síntese busca regulamentar a lei federal 13935/19, dispõe sobre os serviços de psicologia e serviços social na rede pública de educação. Dentre as atribuições: acompanhar familiar em situações de ameaça, violações de direitos humanos e sociais; promover ações de combate ao racismo, sexismo, homofobia, discriminação social, cultural e religiosa; fortalecer cultura de saúde física, social, sexual e reprodutiva.

Para exemplificar as aproximações em torno destas temáticas, menciono: a) Lei 2618/2021 - Política para população Migrante, de São Loureço do Oeste, que aborda elementos do respeito a diversidade, participação social, acesso mercado de trabalho e representação no poder público, relacionando com ações sociais de combate xenofobia e racismo, e de respeito as especificidades de gênero, raça, etnia, orientação sexual, idade, religião e deficiência; b) Projeto de Lei Ordinária 605/2004: que cria o dia da empresa cidadã e selo social, no município de Vargem Bonita, destinado ao reconhecimento de organizações que levam em conta o desenvolvimento humano e qualidade de vida da comunidade, e que tenham dentre o perfil de seus trabalhadores "pessoas com necessidades especiais, negros e mulheres em cargos de chefia". Os enunciados que são dispostos nestas legislações, juntamente com as demais informações mapeadas, demonstram a formação de um campo discursivo disperso em torno dos direitos humanos na região, que ora se apropriam de terminologias e agendas dos movimentos sociais e entidades internacionais, e se relacionam com premissas de justiça social e mecanismos de enfrentamento de discriminações e violências, mas que também podem repercutir interesses de outros atores sociais e institucionais, articulando o exercício de direitos com valores morais e capitalistas.

O caso de Chapecó demonstra uma temporalidade particular nas dinâmicas das pautas que envolvem os direitos humanos, que se intensificam no ano de 2014, com a realização de audiência pública para debater o golpe civil militar, o Decreto 29.674 que institui a Comissão provisória de Direitos Humanos e Cidadania e a Lei 219 que cria o dia da diversidade étnico racial. Neste ano um ponto expressivo é a criação do Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial Marcelino Chiarello (CRDH)⁵⁶. Registra-se que o vereador que dá nome ao CRDH, grande defensor da teologia da libertação e das ações de Dom José Gomes, foi morto em 2011, em meio a polêmicas e controvérsias entre narrativas institucionais que sustentavam a tese de suicídio (por enforcamento) e de outras com o entendimento que se tratava de um homicídio, o que representa nas palavras de Cesar Capitanio e José Carlon Randin (2023) uma história obscura de morte de lideranças políticas na cidade. Posterior ao ano de 2014, temas que envolvem os direitos humanos, numa concepção mais ampla e transversal das

⁵⁶ O Centro se constitui a partir da cooperação entre a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, buscando a efetivação dos direitos humanos e o combate a todas as formas de preconceito, intolerância, discriminação, desrespeito e violência na Mesorregião da Fronteira Sul. Mais informações disponíveis em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/centro-de-referencia-em-direitos-humanos-marcelino-chiarello-crdh-uffs/apresentacao

ações, retornam a discussão no ano de 2020⁵⁷ e em 2021⁵⁸, com projetos relacionados ao enfrentamento de violências durante a pandemia e de criação de observatório de crimes de ódio motivados por preconceito de classe social, raça, credo, identidade de gênero, sexualidade ou idade, ambos rejeitados.

Numa tarefa de problematização, que conforme Foucault (2014) envolve os jogos de verdade e relações de poder na formulação de diferentes soluções a determinado campo de problemas, interessante considerar como a movimentação das propostas legislativas sobre direitos humanos são dispostas considerando as articulações políticas locais. Sobre isso, o exposto no caso de Chapecó abre caminhos para pensar como o conservadorismo da região oeste, enquanto defesa de certa ordem social, se presentifica nas marcas autoritárias e coronelistas de perseguição dos inimigos políticos, exposto por Hass (2015), como o contexto envolvendo a morte do vereador Marcelino Chiarello. Apesar de maior contingente de ações que envolvendo períodos anteriores e durante o ano 2014, possivelmente devido pressões sociais, de universidades e do governo federal, o que se observa depois são desafios em consolidar uma agenda ampla envolvendo direitos humanos, inclusive de não reconhecimento estatal no enfrentamento das violências contra grupos em condição de precariedade acentuada e de potencial violação de direitos. E neste ponto, vale analisar como se estabelece a reação conservadora quando pautas feministas e LGBTQIAPN+ são articuladas nesta tentativa de afirmação dos direitos humanos. Afinal, no caso de Chapecó os projetos apresentados e rejeitados envolvem atuação de uma vereadora, que se apresenta como *“primeira mulher comunista, com bandeiras feministas e LGBT, alinhadas a luta de classe”*. Outrossim, é necessário reafirmar a ausência de legislações específicas que tratam do combate ao racismo e da promoção de ações afirmativas voltadas a igualdade/equidade das relações étnico-raciais, fato que demonstram o não questionamento dos privilégios da branquitude perpetuados pela colonialidade regional.

4.3.1 Direitos humanos das mulheres e o enfrentamento das desigualdades e violências

Ao adentrar na questão das pautas e lutas feministas, cabe destacar um contingente significativo de atividades legislativas envolvendo os direitos das mulheres, sua inserção na

⁵⁷ Projeto de Lei 11/20 sobre comunicação de violência durante pandemia envolvendo mulheres, idosos, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, imigrantes, profissionais do sexo e pessoas LGBTQIAPN+

⁵⁸ Projeto de Lei 230/21 - cria o Observatório de Mortes violentas e crime de ódio, abordando os preconceitos em relação a diferentes marcadores sociais.

política e o enfrentamento da violência de gênero. Neste ponto, Butler (2024) retoma a importância da categoria gênero para a compreensão de como as categorias “mulher” e “homem” mudam histórica e contextualmente, e as tentativas de ignorar e/ou proibir novas formações de gênero é um esforço para negar a complexidade viva que não desaparecerá frente as discussões e novas interpretações que continuarão se produzindo no discurso público. No contexto de 13 municípios são caracterizadas perspectivas voltadas ao enfrentamento da desigualdade de gênero, propondo ações de inclusão, empoderamento, valorização do trabalho e reconhecimento social de mulheres importantes no município. Em muitos dos textos aparecem elementos de denúncia do contexto conservador e patriarcal (Pinhalzinho) e machista (Concórdia) que reforça privilégios masculinos e que endossa diversas violências contra as mulheres.

Enquanto articulação a partir do Estado, um mecanismo que fortalece a participação social na região é criação dos Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres (COMDIM), sendo identificadas 14 leis municipais⁵⁹, entre 2011 e 2023, no qual cito como exemplo a Lei Ordinária 09/2018, do município de Iraí, que define que o Conselho deve atuar na promoção de políticas públicas sobre a ótica de gênero para garantia da igualdade de oportunidades e direitos entre homens e mulheres, de forma a assegurar a população feminina o pleno exercício de sua cidadania, com isso assumindo compromisso com a democratização das relações sociais e eliminação de preconceitos, discriminação e violências. No tocante aos movimentos sociais, o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) é mencionado por 5 municípios que destacam sua atuação para transformação das relações de gênero no campo, e seu trabalho envolvendo o feminismo popular, a agroecologia e a segurança alimentar (como demonstrado na Moção de aplauso 129/2023 de São Miguel do Oeste). Ainda, em termos de luta popular destaca-se a atuação do Coletivo Feminista Janete Cassol, que desde 2017 tem promovido o combate à violência contra mulher no contexto do município de Xanxerê. O nome do Coletivo é alusivo à Janete Cassol e sua expressiva militância na igreja e movimento sindical, mas também lembrança de seu assassinato brutal em 1988, cujo processo judicial teve muitas falhas e segue sem solução⁶⁰. Em uma correlação com esse acontecimento, assinalo a justificativa do Projeto de Lei 05/2021, do município do Alto da Bela Vista, quando propõe a inclusão no calendário a Semana de conscientização e combate ao feminicídio e violência contra mulher, no qual

⁵⁹ Na aba dos Conselhos da Secretaria de Estado de Assistência Social, Mulher e família, são informados 19 municípios do oeste catarinense que implementaram o COMDIM. Mais informações disponíveis em: <https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/cedim/conselhos-municipais-do-direito-da-mulher>

⁶⁰ Para conhecer mais sobre a história de Janete e o contexto de seu assassinato recomendo o seguinte vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=YIPOSfu4WLo>

questiona os mecanismos históricos e culturais que geram a desigualdade entre homens e mulheres e alimentam o pacto de silêncio e convivência com estes crimes, no entanto, o projeto foi vetado pelo executivo.

A questão da violência contra mulher/violência doméstica, aparece enquanto ações em 31 municípios, e em 8 aparece a pauta do feminicídio, nos termos da lei 13.104/15. Dentre as ações menciono como exemplo: os 16 Dias de Ativismo, ação historicamente pactuada por movimento de mulheres e entidades sociais em Chapecó; projetos da Lei Maria da Penha vai à Escola, que em Concórdia menciona o lar como local de risco para mulheres e crianças e a necessidade de quebrar a lei perversa do silêncio que perpetua violências; ações do Agosto Lilás, como disposto em Joaçaba, para prevenção e conscientização pelo fim da violência contra mulher, e que aborda o respeito aos Direitos Humanos e a necessidade de denunciar casos. Ainda, como mecanismos específicos foram apresentados projetos que tratam da: não nomeação de condenados das Leis Maria da Penha e Feminicídio para cargos públicos (7 municípios); oferta de auxílio para mulheres em situação de violência, seja de aluguel, apoio social e transporte (5 municípios); incentivo para contratação de mulheres vítimas de violências em empresas privadas e terceirizadas nos órgãos públicos (4 municípios); demanda pela implementação de Casa Abrigo/Passagem (3 municípios), pela Delegacia Especializada – DPCAMI (2 município) e Casa da Mulher Brasileira (1 município), e; ações com homens autores de violência⁶¹.

Uma percepção em relação às atividades legislativas relacionadas ao combate da violência contra a mulher, que mereceria maior aprofundamento empírico, trata do não uso da nomenclatura violência de gênero (aparece em apenas 3 municípios), bem como da ideia de que o enfrentamento das violências perpassa um apoio/suporte à mulher para a denúncia e saída do domicílio, como no caso de Joaçaba e de outros municípios (principalmente após 2021), sem menção a necessidade de promoção de igualdade de gênero e de transformação da estrutura que reproduz tal contexto (patriarcado e machismo). Sobre essa questão, abordo ações voltadas a mulheres que perpassam definições essencialistas, como: Moção de Aplauso 07/2021 para as mulheres guerreiras que administram corporações e cuidam da família, servindo de exemplo, com seu carisma, delicadeza e suavidade (Descanso); Requerimento 28/23: sessão solene em homenagem ao dia das mães, buscando solidificar a valorização daquelas que são responsáveis

⁶¹ Conforme o Mapeamento das ações com homens autores de violência contra Mulher (TJSC, Grupo Margens UFSC, 2022) existem atualmente 10 grupos/ações com HAV, contemplando 35 municípios do oeste catarinense. Mais informações disponíveis em: <https://ovm.alesc.sc.gov.br/wp-content/uploads/2022/10/Relatorio-Mapeamento-Santa-Catarina-2022.pdf>

por gerar, educar e conduzir a família e ser um alicerce para a sociedade (Xaxim) e; Notícia 11/10/18 sobre a criação de lei que institui Semana mundial de combate à violência contra mulher, com palestra com assistente social e consteladora familiar que abordou sobre autoestima, saúde, sexualidade e violência contra mulher, defendendo que os valores de uma família devem ser preservados para que haja respeito, e que a mulher precisa de autoestima elevada para tomar decisões (Ipira).

Quando menciono a ideia de definição essencialista, a utilizo com base na noção binária que diferencia homens e mulheres em categorias opostas, determinando lugares e funções, como exposto acima, da mãe guerreira e carismática que trabalha e cuida da família. Nesta direção, menciono a atuação de deputada estadual Ana Caroline Campagnolo (PL), a mais votada da história de Santa Catarina, que tem propagado sua posição cristã conservadora e antifeminista. Em seu livro *Feminismo: perversão e subversão* (2019), apontado como pioneiro do assunto no Brasil, defende que a propaganda feminista baseada no tripé igualdade salarial, direitos civis e combate à violência, na verdade esconde seus objetivos de subversão cultural e revolução sexual, pregando o ódio contra o cristianismo, a guerra entre os sexos, a demonização dos homens e as agendas da ideologia de gênero. Menciona ainda que o feminismo nega a essência do ser mulher, que é a maternidade, ocultando a graciosidade natural feminina, ou seja, oprimem as mulheres de verdade, àquelas que defendem os valores e costumes tradicionais⁶². Corroborando essas ideias, cito também a mobilização das mulheres a Caravana Mulheres com Bolsonaro⁶³, em 24/10/22, finalizando as ações do segundo turno da campanha presencial na cidade de Chapecó, que contou com falas da senadora Damares Alves, deputada federal Caroline de Toni e de Michele Bolsonaro, que de forma geral alegam a importância das mulheres de “bem” e seu protagonismo na família, numa campanha que prega posição contrária às pautas do “mal”, como o aborto e drogas, banheiro unissex e comunismo, relacionadas ao Senhor das Trevas (candidato Lula).

Tendo como base a propagação destes discursos e seus efeitos de mobilização das mulheres, estabeleço aproximações com o seguinte questionamento de Victor Araujo e Malu A. C. Gatto (2022): o conservadorismo eleitoral poderia deixar as mulheres mais vulneráveis a

⁶² A deputada estadual foi uma das organizadoras do Congresso Antifeminista realizado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, enquanto uma anti-homenagem ao 08 de março, neste ano de 2024.

⁶³ A gravação completa da Caravana por ser vista no seguinte link: <https://ndmais.com.br/politica/ao-vivo-michelle-bolsonaro-discursa-a-apoiadores-em-chapeco/>. Ao final da gravação do evento, segue o jingle de campanha: “(...) Com Bolsonaro é só felicidade, enquanto mais a esquerda chora, de uma coisa eu tenho certeza: É o mito na veia e Lula na cadeia (...)”.

violência? Em sua pesquisa⁶⁴, demonstram que os políticos conservadores não são menos propensos a adotar políticas de enfrentamento a violência contra mulher do que os progressistas, contudo, são mais preocupados com os gastos dos governos e preservação das unidades familiares, acreditando que as legislações são suficientes para proteger as mulheres e que a mídia exagera na cobertura destas violências. Outro ponto evidenciado é que as preferências ideológicas dos eleitores são mais significativas que a presença de políticos nos municípios brasileiros, ou seja, eleitorados conservadores são capazes de conter o avanço de políticas de combate à violência contra mulher mesmo em contextos com quadros políticos mais progressistas. Em síntese, eleitores conservadores são menos propensos a priorizar a necessidade de enfrentar a violência contra às mulheres, fazendo com que a ausência de respostas políticas possa incorrer em riscos à suas vidas.

Considerando um cenário de avanço e influência do conservadorismo na política e que movimenta estratégias neoconservadoras antifeministas, outro ponto a ser observado envolve a participação e os direitos políticos das mulheres. Nos municípios do oeste catarinense, um primeiro registro de incentivo à representação na política foi o Seminário realizado em Chapecó no ano de 2014, intitulado: “A participação das mulheres nos espaços de decisão e poder”. Nos desdobramentos dessas ações, dois mecanismos fortemente mencionados sobre mulheres na política tratam implementação da Galeria Lilás ou Galeria 8 de março, como identificado em legislações de 6 municípios, e a criação da Procuradoria da Mulher, a partir de 2021 e com maior intensidade em 2023, com 18 menções⁶⁵. Os textos que envolvem a criação das Procuradorias, de forma transversal, abordam o envolvimento das parlamentares na defesa da equidade de direitos, a promoção da igualdade de gênero e enfrentamento da discriminação e violência, bem como de fortalecer ações frente ao déficit da representação política das mulheres nos municípios.

Sobre a questão da representação, resgato os dados sobre o pleito eleitoral de 2020-2024, que demonstra que no executivo apenas 6,8% (n=8) é composto por prefeitas e 8,5% (n=10) por vice-prefeitas, e no legislativo um total de 20,8% (n=229) de mulheres. De um lado, tal realidade faz questionar os mecanismos para efetivação da cota de gênero, de 30% para

⁶⁴ A pesquisa de Araujo e Gatto (2022) envolveu dados de 5570 municípios brasileiros e realização de entrevistas (N = 2.086), e considerou variáveis como taxas de feminicídio, instrumentos para combater a violência contra as mulheres e ideologias dos representantes políticos, dentre outros fatores.

⁶⁵ Conforme exposto no Observatório da Violência contra Mulher de Santa Catarina, existem um total de 28 municípios que contam com Procuradorias da Mulher. Informação disponível no seguinte link: <https://ovm.alesc.sc.gov.br/legislacao/categoria/municipal/municipal-leis/procuradoria-especial-da-mulher/>

candidaturas de mulheres nos legislativos municipais, estaduais e federal, expressa na Lei das Eleições (nº 9.504/1997), mas que passou a ser obrigatória a partir de 2009. Associado à lei, registra-se ainda as normativas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como a ADI nº 5.617/2018 sobre destinação de 30% dos recursos do Fundo Eleitoral para financiar candidatas, e em 2020, a definição de aplicação da reserva de gênero nas eleições de órgãos partidários. Para além destes marcos legais, importante confrontar o padrão masculino de cidadania e os traços da cultura política patriarcal, que segundo Jussara Reis Prá (2017) se utiliza da divisão público/privado para delimitar hierarquias e submissão das mulheres, limitando à ampliação de sua cidadania, com efeito na sua participação política.

Nas contradições deste contexto, evidencia-se os discursos reacionários e conservadores que se formaram nas democracias liberais ocidentais (a partir do século XIX) de que uma inversão das hierarquias de gênero colocaria em risco a “virtude” doméstica das mulheres, o equilíbrio do núcleo familiar e o estilo de vida masculino, algo que ameaçaria o status quo da sociedade e seria prejudicial às próprias mulheres, que se viriam divididas entre seus trabalhos e estudos, com as demandas da vida privada (Prá, 2017). Somado a isso, além das barreiras que se produzem para a participação política, deve-se observar o fato que nem todas as mulheres eleitas aprofundam pautas ligadas às perspectivas feministas, como pode ser demonstrado nas moções de protestos (em 2020) nos municípios de São João do Oeste e Xaxim contra o projeto de Lei 4213/20⁶⁶ da Deputada Federal Caroline de Toni (PL), mais votada em Santa Catarina em 2023, que pretende extinguir as cotas de gênero. Na justificativa do projeto a parlamentar alega sobre a carga ideológica nos termos da igualdade de gênero, visto que muitas mulheres não se interessam pela atividade partidária e que essa desigualdade deve ser modificada com o tempo, e que realidade dos partidos em pressionar as mulheres para se candidatar pode contribuir para posteriores inseguranças jurídicas às chapas/coligações.

Outro ponto deste cenário envolve as condições para a participação política perpassado por diferentes violências, que no mapa das atividades legislativas são evidenciadas em 3 situações: vereador do PP, do município de Caibi, foi afastado de suas atividades por importunação sexual de empresária durante cerimônia de Natal em 2022; moção de repúdio promovida pelo município de Concórdia (2022) em relação ao caso da vereadora Carla Ayres de Florianópolis (PT) que foi abraçada e beijada a força pelo vereador Marquinhos da Silva

⁶⁶ Informes sobre a tramitação do PL podem ser acompanhadas no seguinte link: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2260474#:~:text=PL%204213%2F2020%20Inteiro%20teor.Projeto%20de%20Lei&text=Alter%20a%20Lei%20n%C2%BA%209.504.eletivos%20preenchidos%20pelo%20sistema%20proporcional>.

(PSC); e o processo de cassação (que depois foi revertido judicialmente) da vereadora Maria Tereza Capra⁶⁷, em São Miguel do Oeste, que denunciou gesto nazista durante ato que questionava a derrota do candidato Jair Bolsonaro, em novembro de 2022, articulado com um contexto que também tinha como pano de fundo questionamentos a sua atuação feminista e em defesa da população LGBTQIAPN+. Estes casos propagados por vereadores, seja contra suas colegas vereadoras e/ou outras mulheres em espaços públicos, contribuem ainda mais para desestimular a participação das mulheres, e reforçam barreiras na representação política e defesa de determinadas pautas promovidas, o que faz entender que não se trata de desinteresse das mulheres, e que as inseguranças deste processo devem ser analisadas pela ótica da violência política de gênero.

Em sua tese de doutorado Amanda Cegatti (2023) discorre sobre as dimensões da violência política, com seus contornos e motivações específicas a depender do alvo, o que não envolve apenas impedir que as mulheres atuem como representantes políticas, mas assume o caráter de maior retaliação (backlash) no caso das parlamentares alinhadas à esquerda, com pautas antirracistas, de defesa dos direitos humanos e de ativismo feminista pela transformação das desigualdades de gênero. Esse modo de operar a violência repercute na misoginia contra àquelas mulheres tidas como intrusas nos espaços políticos, à medida que descumprem expectativas relativas ao seu papel social e ofertam uma ameaça à ordem patriarcal. Pauta em uma perspectiva interseccional, a autora define que diferentemente do que acontece com as parlamentares consideradas “mulheres de verdade” ou as “feministas bem-comportadas”⁶⁸, a gravidade das ameaças (morte) e pedidos de cassação recaem principalmente contra as “traidoras do gênero”, principalmente mulheres racializadas e LGBTQIANP+, compreendidas como as principais inimigas dos grupos neoconservadores.

Tornadas inimigas, é inegável como a mobilização das mulheres, alinhadas com pautas feministas, tem impactado na definição de políticas públicas e reivindicado o próprio Estado, que segue reproduzindo o pacto de silêncio diante das violências (como a de Janete Cassol), com suas ferramentas de normalização social do gênero, de modo a garantir o monopólio masculinista, colonialista e racista da violência (Mombaça, 2021). E como afirma Vergès (2021), à medida que o patriarcado neoconservador e neoliberal tem se encarnado nas posições

⁶⁷ Para conhecer mais esse contexto, indico o documentário: O alerta do gesto: a cassação de Maria Tereza Capra (Carlos Pronzato, 2024), disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NozN_WHT7sM

⁶⁸ Sobre essas categorias, Cegatti (2023) descreve que as “mulheres de verdade” seriam as de partidos de direita, conservadoras, sem identificação com movimentos feministas e antirracistas, geralmente brancas e heterossexuais e as “feministas bem-comportadas” como àquelas que identificadas com pautas da esquerda e feministas, mas que compartilham dos marcadores de classe, raciais e sexuais hegemônicos.

de chefes de Estado, são inúmeros os recuos nos direitos das mulheres, seja na vida privada ou pública (como a participação na política). Isso não significa a diminuição de leis e mecanismos de proteção das mulheres, mas de um Estado que redistribuí de forma desigual quem tem direito a essa proteção e quem não tem, convivendo com a precarização, vulnerabilização e aumento da violência contra mulheres racializadas, imigrantes, não cisgêneras e heterossexuais, com deficiência, trabalhadoras do sexo, indígenas. Observo ainda o interesse da extrema direita na mobilização das mulheres, a partir de uma lógica antidemocrática como menciona Brown (2006) e da ideia de “mulher de verdade” nas proposições antifeministas de Campagnolo (2019), que reorienta modos de visibilidade, defesas exacerbadas e reivindicação de liberdade com base nos registros dos interesses estatais, capitalistas e religiosos.

4.3.2 Modos de gestão dos corpos e os direitos sexuais e direitos reprodutivos

E quais as possibilidades para dizer, fazer e se conduzir em relação a sexualidade e reprodução neste cenário antigênero? Sobre essa questão, neste eixo estabeleço reflexões sobre discursos que articulam pautas sobre direitos, saúde e práticas sexuais e reprodutivas, considerando a proposta de Foucault (2015; 2019) de problematizar qual corpo nossa sociedade atual necessita, e das análises sobre as configurações do dispositivo da sexualidade, ponto de apoio e manobra para as mais variadas estratégias, seja pelos movimentos feministas e LGBTQIAPN+ como dos atores neoconservadores. Busco apresentar diversas temáticas que entrecruzam, de diferentes e por vezes contraditórias posições, discursos sobre prazer, autonomia, proteção, violência e crimes, articulando conhecimentos e modos de regulação destas experiências pelo Estado, e que podem produzir especificidades no investimento dos desejos de cada um pelo próprio corpo.

No contexto das atividades legislativas, um ponto que envolve especificamente a dimensão da sexualidade são as ações voltadas à educação sexual. Foram identificadas propostas em 15 municípios, que tangenciam a atuação nas políticas públicas de educação (como no plano de educação de Arvoredo), na saúde (a exemplo do Programa Saúde na Escola em Bandeirantes) e na Assistência Social (em Capinzal dentre as ações do sistema de medidas socioeducativas, são abordados os Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos). Observo que o contexto da educação tem sido local privilegiado para inserção destas perspectivas, mas que de forma geral, não constam nas diretrizes desta política pública (apenas em 7 municípios), o que faz questionar as ausências de mecanismos normativos e os interesses em avançar estes temas nos cenários locais. Interessante como no município de Guatambu a demanda de palestras

envolvendo educação sexual e bullying, parte das vereadoras mirins, o que demonstra que isso ultrapassa o cotidiano escolar e realidades das crianças e adolescentes. Já em Fraiburgo, o projeto de Lei 2764/22 retrata a moralização desta questão, ao mencionar a semana de orientação e prevenção da gravidez na adolescência, propondo o alerta à prática sexual precoce e sem prevenção, da sexualidade e seus riscos, que levam aos abandonos da “realidade” das adolescentes que engravidam, como a saída de casa e prática do aborto, resultando no círculo vicioso da pobreza.

Esse elemento da pobreza também é acionado em outro conjunto de projetos que abordam a dignidade/pobreza menstrual, presentes em 8 municípios. De forma transversal os enunciados nos textos legislativos abordam a distribuição de absorventes em escolas e nos serviços de saúde e os cuidados integrais às pessoas que menstruam, mas diferem entre proposições que reconhecem a necessidade de combate ao tabu envolvendo a menstruação e sua relação com a desigualdade de gênero, considerando também pessoas trans masculinas e não-binárias (nas propostas de São Miguel do Oeste, Pinhalzinho e Concórdia), de outros projetos legislativos que abordam especificamente os objetivos de diminuição da evasão escolar e prejuízos na aprendizagem de estudantes em idade reprodutiva (Chapecó, Luzerna) e o combate à violência sexual de meninas (Caçador e Fraiburgo).

Sobre os saberes que aparecem e se transformam em relação as temáticas da educação sexual e dignidade menstrual, dentre outras ações específicas⁶⁹, interessante considerar como se forma um campo de discussões em torno da saúde e direitos sexuais e reprodutivos. A construção dessa linguagem em torno dos direitos, como demonstram Pecheny e Dehesa (2011), permitiu uma agenda entre atores estatais, partidos e movimentos sociais, que contemplou uma celebração internacional da diversidade e de categorias identitárias, contribuindo para vitórias formais e abertura de caminhos nas esferas públicas e políticas. Mesmo assim, como observado na realidade da América Latina, essa agenda também conteve certa imaginação revolucionária devido sua adoção em termos de liberdade negativa, voltada a proteção de violência, abusos e riscos, que como efeito desconsideram as relações de poder que fazem emergir tais fenômenos e dificultam o avanço de direitos que incluem o prazer e a realização pessoal. Essas contradições são observadas nos projetos legislativos no oeste catarinense, em que alguns municípios adotam essa linguagem em condições que atualizam o dispositivo da sexualidade em questões de uma

⁶⁹ Na busca envolvendo temáticas deste eixo de análise, de forma dispersa também são mencionadas questões como apoio a gravidez segura, parto seguro e aborto espontâneo (4 municípios), campanhas para utilização de métodos contraceptivos (2 municípios) e envolvendo o Dezembro Vermelho de prevenção as infecções sexualmente transmissíveis (2 municípios) e reconhecimento de entidades sociais como o Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS (GAPA) e Rede Feminina de Combate ao Câncer.

vida sexual sem riscos, do consentimento mútuo e ausência de coerção, e de autonomia das decisões reprodutivas, mas na maioria destes ainda prevalece a questão do enfrentamento às violências e uma relação entre sexualidade e reprodução, que reafirma uma dimensão conservadora de obrigações morais. Sobre isso, retomo Carrara (2015) para argumentar sobre a não superação/esgotamento do dispositivo histórico da moral religiosa cristã, que segue pautando o interesse público na entronização do casal heterossexual, com valorização do sexo reprodutivo e a esterilização dos anormais.

A moralidade sobre a reprodução se articula sobremaneira com a pauta do aborto, um dos assuntos que fortemente mobilizou as Câmaras Municipais de Vereadores no segundo semestre do ano de 2023. Foram ao todo 29 moções de repúdio ao Supremo Tribunal Federal pela tramitação da ADPF 442⁷⁰ que trata da descriminalização do aborto, e de apoio a Câmara dos Deputados e Senado Federal que teriam prerrogativa para legislar sobre a matéria. Observa-se que os textos repetem os seguintes conteúdos transversais nos textos das moções: a) tentativa de legislar a matéria por vias judiciais, o que denota um ativismo do Judiciário para avançar a pauta abortista, assim como no caso da tentativa de descriminalização das drogas; b) a legalização do aborto é uma ofensa ao direito à vida desde a fecundação/concepção até o nascimento; c) necessidade de respeitar a soberania popular que é majoritariamente contrária ao aborto e que fez valer sua posição democrática através dos representantes eleitos. De maneira mais enfática, em 8 destes municípios são apresentados argumentos mais contundentes contrários ao aborto, a exemplo do que é exposto na Moção 16/23 do município de Tunápolis, no qual os vereadores proponentes reafirmam que a inocência do nascituro, que precisa de proteção para fazer valer os seus direitos (também exposto em Chapecó)⁷¹, e que tal liberação pode abrir brechas para não terem limitadores, o que fará do Brasil uma indústria abortista que permitirá que as grávidas optem pela morte da criança sem motivos ou motivadas por uma cultura de eugenia e descarte da vida humana. A dinâmica desta pauta, pode ser observada no registro da sessão da Câmara de Vereadores de Anchieta, que em 28/09/23 analisou a Moção

⁷⁰ Dentre as principais defesas do PSOL, proponentes da ADPF, está a alteração dos art. 124 e 126 do Código Penal, para excluir do seu âmbito de incidência a interrupção da gestação induzida e voluntária realizada nas primeiras 12 semanas, por serem incompatíveis com a dignidade da pessoa humana e a cidadania das mulheres e a promoção da não discriminação como princípios fundamentais da Constituição Federal. Mais informações sobre a tramitação, disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5144865>

⁷¹ Em Chapecó a moção vem acompanhada de um projeto de lei que institui a Semana municipal de conscientização e luta contra aborto, que envolve suporte profissional para atender a gestante e orientar sobre e orientar sobre os malefícios da prática do aborto, sugerindo ainda a realização de audiências para tratar problemas de natureza pública sobre parto e criação dos filhos. Na justificativa da lei reforça-se a lógica do nascituro indefeso, de “proteger e dar voz àqueles que não podem falar por si mesmos”.

de apelo 12/23, posteriormente assinada por todos os vereadores. Segue descrição numa perspectiva cartográfica da sessão⁷²:

Convidada para a sessão, a profissional da fisioterapia argumentou que a vida começa desde a concepção e que o aborto envolve “ceifar vidas que precisam da nossa proteção”. Expõe na tribuna livros que tratam do assunto e demonstram que a indústria do aborto e “arquitetura da morte”, destacando o relato do livro de um padre que alega ouvir em seu confessionário relatos carregados de culpa das mulheres por terem tirado a vida do filho. Aborda ainda, que a causa abortista anda de mãos dadas com a eugenia de mulheres pobres e carentes. (...) Vereador do MDB comenta que o STJ quer descriminalizar o aborto como fez com a maconha, sendo corrigido pela única vereadora da sessão (PT) que se trata do STF, no qual ele responde rispidamente que: “estou com a palavra, depois talvez tu fala, por favor” (55min). Segue sua argumentação de que ministra Rosa Weber quer liberar o aborto, faz relato envolvendo crime em igreja e que os cristãos jamais seriam favoráveis a descriminalizar o aborto, relatando o caso de uma “mãe que foi no médico pedir para fazer aborto, e ele respondeu você tem filhos, ela disse sim o mais novo tem 5 anos, então o médico respondeu vamos matar aquele, é a mesma coisa”. (...) Outros vereadores se manifestam brevemente destacando que se trata de uma pauta que une a esquerda e a direita (MDB), e que teriam escutado várias pessoas e estudiosos e chegando ao entendimento que se a mãe tem o direito de matar, o feto tem o direito de viver (vereador sem partido). (...) Já a vereadora do PT, refere que é educadora, contrária o aborto, que dá a vida pelos filhos (fala emocionada) e tem “dó de matar uma aranha”, mas que neste caso é preciso também buscar mais informações, entender os argumentos a favor da descriminalização, que precisa ser aprofundado o acompanhamento das mulheres que engravidam no SUS, e buscando estender as mulheres que praticaram aborto em clínicas clandestinas e que tiveram consequências graves de saúde. Aborda ainda que trabalha com crianças e que nas certidões só tem o nome da mãe (observo vereadores mexendo impacientes no celular e a gravação focaliza 3 vereadores que não fazem contato visual com a oradora), que elas “carregam o trabalho da maternidade”, abrindo mão de sua profissão (vereador boceja), e por fim defende que seja discutido a divisão da tarefa dos cuidados com os filhos, e que é necessário incluir os homens que pagam os abortos e não somente criminalizar a mulher, afinal “sempre tem uma mãe e um pai, ninguém nasce só de uma mãe”. Termina ressaltando os casos do aborto legal e a que ninguém tem direito de tirar a vida humana, mas acredita que o tema precisa ser aprofundado. (...) A fisioterapeuta convidada pede novamente a palavra para rebater o exposto pela vereadora, usando de um tempo considerável para sua argumentação, no qual reitera que quando se fala da questão da saúde pública deve-se considerar que qualquer forma de aborto pode levar a riscos e intercorrências no procedimento, e que a mulher não terá garantia que a fertilidade será preservada. Comenta também sobre o estupro, no qual o aborto só levaria a mais um trauma, que isso não seria apagado e que ainda teria que lidar com a consciência de ter matado o próprio filho, o que se relaciona com casos de depressão, suicídio e alcoolismo da mulher. Sobre educação fala de sexualidade deturpada, sendo necessário dizer sobre as responsabilidades das consequências dos atos, inclusive para os pais. Questiona ainda que a causa

⁷² Para acompanhar na íntegra o debate realizado, acessar o seguinte link, a partir de 49 minutos: <https://www.facebook.com/100063921035537/videos/1025121218524838>

abortista anda junto com a eugenia, no caso de quem nasceu com anencefalia ou de pessoas com síndrome de down, que não nascem com menos direito a vida. Por fim reafirma a importância das questões morais, contrariando as feministas que gritam "como se tudo pode e é permitido, meu corpo minhas regras", concluindo que "estou aqui e não tenho filhos, mas me importo com as pessoas, me importo com as futuras crianças do nosso Brasil" (observo que fala sorrindo, apertando as mãos, como se em uma oração).

A disposição estratégica deste relato permite formular caminhos para uma análise em relação ao aborto no contexto das ofensivas antigênero. Como lembram Pecheny e Dehesa (2011) e Sônia Correia e Isabela Kalil (2021) na maioria dos países da América Latina as legislações são predominantemente restritivas em relação ao aborto, e o conservadorismo faz com que o tema atravesse esquerdas e direitas, como no caso do Brasil, que repercute o ativismo antiaborto ou pró-vida desde os anos 1990, inclusive sendo uma pauta deixada de lado nos governos do PT, em nome de conciliações políticas. Em diálogo com Biroli (2019), pode-se atribuir ao tema do aborto um componente da moralização das incertezas, que tem servido de retórica política na ascensão de lideranças da extrema direita na região, como observado nas pautas eleitorais e posterior no governo de Bolsonaro. No cenário do oeste catarinense, esse jogo discursivo aparece na ata de sessões legislativas dos municípios de Coronel Martins (Ata 84/22) e Caçador (Ata 48/22), em que vereadores comentam sobre as campanhas eleitorais localizando a diferença de posições entre os candidatos à presidente, em que um deles "representa o bem" (Bolsonaro), enquanto o outro (Lula): "defende o aborto, é contra a família e é contra Deus".

Essa histórica posição antiaborto tem mobilizado diferentes artifícios nos jogos políticos, mas como consequência produzem modos de controle dos corpos e restrição dos direitos das mulheres. Como observado nos relatos acima, as estratégias de polarização dos sujeitos e objetos, relacionando as posições de Lula e do STF como abortistas, evidenciam os usos políticos para produzir e conduzir a "vontade do povo", ou melhor, reforça uma lógica política conservadora de quem estaria legitimado moralmente para conduzir essa pauta, as forças hegemônicas que comandam o Senado Federal e Câmara dos Deputados⁷³. Como analisa

⁷³ Outro ponto que merece maior reflexão sobre as moções contra a ADPF 442 envolve a produção de uma rede de articulações para ampliar a influência de representações estaduais e nacionais no legislativo dos municípios, ao passo que as manifestações em diversos locais oferecem sustentação para as pautas contra a descriminalização do aborto que envolvem principalmente a atuação do STF. Apesar das tentativas, não foi possível identificar de onde se originaram as movimentações em torno das moções, visto que o conteúdo quase idêntico e a temporalidade da aprovação destas denotam uma interferência que ultrapassa as demandas regionais e pautas dos/as/es vereadores/as. Sobre isso, numa tentativa de inferir os lastros dessas articulações, é significativo mencionar a instituição da Frente Parlamentar Mista contra o Aborto e em Defesa da Vida (em 28/03/23), que conta com 173 deputados/as federais e 7 senadores/as, cujos nomes podem ser consultados no seguinte link: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54333>

Butler (2024) esses movimentos confirmam a tese de que cabe ao Estado definir os limites das liberdades das mulheres, não se trata da ausência de autonomia, mas da regulação de seu exercício, circunscrita numa ordem de gênero rigorosa que estabelece qual o lugar as mulheres devem ocupar na vida política e social. Sobre isso, a disposição dos discursos a partir do relato do município de Anchieta, entre o lugar ocupado pela profissional fisioterapeuta, das táticas para fazer ouvir e amplificar sua argumentação, em contraste com as reações dos vereadores à fala da única mulher vereadora na sessão, mesmo que perpassada por contradições (que precisam ser analisadas contextualmente), apontam para os modos de reafirmação de quem e do que terá condições para expressão pública, e neste caso, revelam discursos que sustentam lógicas coloniais e patriarcais.

No tocante os diversos enunciados mobilizados na fala da vereadora, entre ser desfavorável a prática, mas buscar uma problematização dos contextos envolvendo o aborto, estas contribuem para pensar como se operam as contradições e ansiedades que circulam em uma perspectiva micropolítica e de como o debate antiaborto pode envolver a direita ou esquerda, marxistas ou capitalistas/conservadores, e nesse sentido, quanto mais contraditório o discurso se revela, mais influente a entrada das racionalidades neoconservadoras envolvidas nas ofensivas antigênero (Butler, 2024). Nas linhas dessa discussão, as reações dos demais vereadores, entre silêncios e desvios, também servem de tática para a não polemização do tema, considerando o que estabelece Rancière (2021) de que a polêmica coloca em questionamento o sensível compartilhado e a hierarquizado, de quem fala e quem será ouvido, e de quem governa e quem deve obedecer. A não possibilidade de nomeação dos danos ou de problematização da realidade vivenciada pelas mulheres que se encontram nesse contexto do abortamento, demonstram o policiamento das subjetividades e as múltiplas formas de seguir criminalizando determinadas mulheres. Outra singularidade que se articula a essa questão é evidenciada por Pecheny e Dehesa (2011) quando argumentam sobre a distância entre a criminalização e a prática clandestina, que reforça as desigualdades entre as mulheres de classe média e alta que fazem procedimentos seguros e dificilmente serão criminalizadas, enquanto as pobres e marginalizadas correm mais riscos a sua saúde e vida. As consequências políticas dessa realidade provocam argumentos que seguem fragmentando a base potencial para pressionar a liberação do aborto, à medida que atingem de maneira diferente a vida e dignidade das mulheres conforme sua classe, raça/etnia e orientação sexual.

Outra dimensão que estabelece ligações com a pauta do aborto trata da perspectiva (neo)conservadora e salvacionista do direito à vida da criança, que tem sobreposto qualquer tentativa de discussão sobre a vida e proteção da mulher, e que se desdobra na produção

discursiva sobre uma infância que deve ser protegida e resguardada em sua inocência. No tocante ao direito a vida, Butler (2024) defende exaustivamente que a vida só pode ser vivida em relação a outras formas de vida e uma série de sistemas sociais e poderes, e neste ponto admite-se um valor histórico daquilo que se define como vida, que incide igualmente sobre o complexo direito a dignidade (Benevides, 2009). Ao considerar a dignidade das crianças, importante os alertas de Amana Rocha Mattos e Rafael Cavalheiro (2020) quanto as capturas e encobertamentos em torno das noções de passividade e perigo que tem provocado uma hiperinflação da vulnerabilidade infantil.

No processo de mapeamento da pesquisa, definiu-se pela busca de atividades legislativas que perpassam temáticas que se relacionavam direta ou diretamente com as questões envolvendo sexualidade e reprodução, e neste ponto considerou-se a violência sexual, estupro, pornografia, pedofilia e prostituição. Predominantemente foi transversal o diálogo destes temas com a questão da infância⁷⁴, principalmente envolvendo ações de combate à violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes, constando em textos de 19 municípios. Exemplo destas ações tem-se o município de Concórdia que em sua indicação 151/23 propõe a instituição do Maio Laranja, justificando a importância da luta pelos direitos sexuais, na perspectiva de desenvolver a sexualidade de forma segura e protegida. Já em Joaçaba o Projeto de Lei 20/23 propõe a obrigatoriedade de fixação de cartaz com informações para denunciar a presença de crianças e adolescentes em estabelecimentos que comercializem produtos com conotação sexual ou erótica, justificando que esses contextos afetam sua moral, dignidade e direitos e retratam a necessidade de combater uma onda de erotização. Ainda, destaca-se a questão do bullying e cyberbullying, mencionado em projetos de 7 municípios, como em Chapecó que propõe a indicação 1242/18 que recomenda a criação do Projeto SOU Digital para Secretaria de Educação, pretendendo abordar temáticas como: compras seguras, privacidade, pornografia, pedofilia, pirataria, liberdade de expressão e fake news, e em sua justificativa aponta que os pais são os responsáveis pela vistoria e segurança dos filhos, cabendo “decidir o que é melhor para eles, até que se tornem adultos”.

A menção de uma onda de erotização e da necessidade de reafirmação da autoridade dos pais quando inseridas num contexto de protestos anti-gênero envolvem uma moralização das inseguranças e da precariedade dos laços, que se torna uma chave de leitura do

⁷⁴ De maneira menos expressiva foi identificado ações que se relacionam com a restrição da internet pública para não permitir acesso a pornografia e conteúdo ligado a pedofilia, o combate à prostituição nas proximidades de praças e escolas e normativas contra o assédio moral e sexual no transporte público (respectivamente em 3 municípios cada), e de maneira específicas sobre o tráfico de pessoas, estupro e contra a maioridade penal (em 1 município cada tema).

neoconservadorismo como política (Biroli, 2019; 2020). Para além do enfrentamento das violências e a garantia de direitos, são mobilizadas defesas contra aquilo que ameaça a autoridade paterna, o ideal de infância e as tradições, que podem servir de retóricas para o apoio popular à censura, a pactos coletivos da educação de crianças e legitimar outras violências contra minorias (como as pessoas LGBTQIAPN+). Para Mattos e Cavalheiro (2020) a noção de infância ideal, retrata a noção de experiência infantil universal e inocente, e conseqüentemente assexuada, portanto, ingênua, incapaz, alheia às relações sociais, mídias e tecnologias que a cercam, que pode estar ameaçada por aqueles que militam fora do campo neoconservador, os inimigos defensores da ideologia de gênero.

4.4 EMERGÊNCIA E DISPUTAS EM TORNO DA IDEOLOGIA DE GÊNERO

Mesmo que os parágrafos anteriores abordem elementos do caráter fantasmático da ideologia de gênero (Butler, 2024), condensador de medos e incitador de paixões políticas, principalmente numa lógica antifeminista das pautas que envolvem os direitos das mulheres, a violência política de gênero e a saúde/direitos sexuais e reprodutivos, importante avançar no entendimento das condições de seu aparecimento na realidade regional. A proposta de um diagrama de forças (Foucault, 2019) contribui para a análise de como esse sintagma serve de ponto de apoio para as reações contra as tentativas de avanço de propostas legislativas relacionadas ao reconhecimento da diversidade de gênero e sexualidades e de garantia de direitos para pessoas LGBTQIAPN+, mas que também busca produzir uma identidade nacional, com suas estratégias conservadoras regionalistas, pautadas pela reafirmação do núcleo familiar nas ações do Estado. Ainda, evidencia as tentativas de oposição destas forças, com a ação de grupos locais (universidade, movimentos sociais, partidos políticos...) e seus desafios em romper com o silêncio estruturante de relações sociais e institucionais desiguais no oeste catarinense.

Do mapa dos documentos de domínio público, a primeira aparição de uma discussão legislativa que aborda as dimensões de gênero, compreende a Ata da sessão da Câmara de Vereadores de Faxinal dos Guedes, em 30/05/11, na qual vereador (PSD) questiona os gastos do Ministério da Educação com kit homofobia, enaltecendo a presidenta Dilma por ter barrado o projeto, e reafirmando que “respeita a opinião de cada um, mas como pai de família vê que essas questões devem começar educar em casa” e que “na sua opinião tem muitas questões mais importante de se resolver”. Esse discurso contribui para evidenciar um processo histórico em

que a sexualidade passa a configurar como objeto de preocupação estatal, e que reafirmou o lugar estratégico da família na educação moral dos filhos, o que não parece envolver uma implicação para a não violência homofóbica, mas do conservadorismo que sustenta a hierarquia entre pais e filhos, com seus aparatos de vigilância e correção cisheteronormativos.

A quebra no aparente silêncio em torno das atividades legislativas se acentua no ano 2015, em que também aparecem as acusações do caráter ideológico das teorias de gênero, envolvendo as articulações em torno da política nacional de educação⁷⁵. Em 2 municípios essa questão aparece nas atas das sessões legislativas, vinculadas a projetos que buscavam suprimir o termo gênero da política municipal, na qual está registrada, em São Lourenço do Oeste (Ata 17/05/15) o comentário de vereador (MDB) que afirma ter recebido correspondência do cantor gospel e deputado federal Eros Brondini (PTB, PROS e atual PL de Minas Gerais) que reforçou essa preocupação da ideologia de gênero, e complementa que deve ser mantida a diferença entre a incumbência da escola e da educação moral ofertada pelos pais, e que para a religião católica e biologia se nasce menino e menina, diferente da psicologia que nasce indivíduo e depois terá opção de escolher. Neste município os vereadores líderes das bancadas do PMDB, PSDB, PSD, PT e PP encaminharam voto favorável a emenda supressiva e o projeto recebeu aprovação unânime. Já em Salto Veloso (Ata 13/06/2015) foi permitida a fala de pastor que fez uso da palavra e em nome da Convenção das Igrejas Evangélicas da Assembleia de Deus de SC e Sudoeste do PR em convenção em Piratuba, afirmou que seria enviado nota ao governo do estado de Santa Catarina para suprimir o termo que entrou de forma sorrateira na política estadual de educação, e que pode trazer prejuízo as famílias catarinenses, uma vez que produzirá diversidade e ambiguidade.

No cenário de Chapecó esse contexto mobilizou um campo de disputas e polêmicas, principalmente na Audiência Pública realizada em 31/08/2015. Conforme expõem Myriam Aldana Vargas, Murilo Cavagnoli e Daian Cattani (2016), das 23 emendas ao plano municipal, 2 delas envolviam o termo gênero, que concentrou todo o debate em um plenário lotado, o que não é cena comum do cotidiano legislativo, provocando o embate entre dois principais grupos, cada qual com seus cartazes e faixas. De um lado registra-se quem defendia a inclusão do termo, os representantes do movimento LGBT, professores e estudantes de universidades e das escolas municipais e estaduais, sindicato dos professores e moradores dos bairros, com cartazes de: “O estado é laico”; “Queremos uma educação que não promova mais opressão”; “Católicas pelo

⁷⁵ Durante a procura das informações da pesquisa foram localizadas legislações sobre a política e sistema de educação de 9 municípios, no qual registra-se em 4 destes a exclusão e/ou não menção do termo gênero (Irani, Lebon Régis, Salto Veloso e Chapecó).

Direito de Decidir são a favor dos estudos de gênero no PME”; “Respeito a constituição, não a opressão e sem fundamentalismos”. Do outro lado, ocupando $\frac{3}{4}$ do espaço, os que rejeitavam a proposta, composta por integrantes das igrejas católicas e evangélicas, juntamente com pastor vindo de Minas Gerais e o bispo da Diocese de Chapecó, com as seguintes manifestações: “Menino nasce menino e menina nasce menina”, “NÃO a ideologia de gênero, NÃO a lavagem cerebral em nossos filhos”, “Lutamos pelo direito da família”.

No processo da audiência mencionada acima o posicionamento da Secretaria municipal foi que o termo igualdade de gênero já estava compreendido no texto original, seguido da posição de 5 vereadores contrários ao termo e reforçando a defesa da família tradicional e do sexo biológico, e de que esta ideologia “iria acabar com valores e práticas sociais que embasam o modelo de instituições sociais ancoradas nestes princípios”. Em meio a vaias e gritos dos manifestantes um destes vereadores reafirmou que a minoria não lhe importava, e que iria fazer campanha contra, sem se preocupar em ser chamado de homofóbico. A Ordem dos Advogados do Brasil subseção Chapecó, os representantes dos professores universitários e sindicatos, por sua vez apontaram a importância de incluir o gênero como forma de respeito as mulheres e a diversidade sexual, de diminuição da desigualdade que gera violência e da reiteração da laicidade do Estado. Ainda, foram incluídas as falas do pastor e do Bispo supostamente como autoridades presentes. Registra-se que dias antes da Audiência, em 10/08/15, a Câmara tinha promovido a Semana da Família (10/08/15), evento destinado a famílias do município, que contou com representantes religiosos e professora universitária, cuja notícia destacava a reafirmação da relação entre direitos humanos e família, entendida como núcleo natural e fundamental da sociedade, devendo ser protegida pelo Estado.

Em suas análises Vargas, Cavagnoli e Catani (2016) buscam evidenciar as apropriações da categoria gênero por grupos religiosos que como efeito provocaram limitações no debate político-democrático no contexto da educação, a partir do entendimento que o gênero pode ser destrutivo da ordem estabelecida, fundamentada em doutrinas religiosas. Em diálogo com Rancière, os autores propõem ainda que esse contexto discursivo contribuiu para invisibilizar certas posições e tornou inaudível, destituída de sentidos, argumentos como a dos grupos favoráveis a inclusão do termo gênero, que poderiam colocar em discussão os danos sofridos pela naturalização das posições em litígio. Acrescento nessas reflexões uma dimensão hierárquica que se produz nas redes discursivas, como observado na articulação contrária a inclusão do termo gênero, que provocou estrategicamente a mobilização de atores e grupos religiosos em nível regional e nacional, inclusive entre evangélicos e católicos. Nesse jogo de forças, expõe também as coalisões de quem é favorável ao debate sobre a igualdade/equidade

de gênero, na existência das lutas de movimentos sociais e de categorias profissionais em nível local, mesmo que demonstrem os desafios em produzir uma agenda ampla que implique mais grupos/entidades/partidos no fortalecimento das forças para as lutas e resistências contra as ofensivas antigênero. Questiono: será que os movimentos de resistência têm conseguido articular redes amplas e compreendido a urgência de contemplar ações locais para o enfrentamento das ofensivas, como os pequenos municípios do interior do oeste catarinense?

Ao abordar a emergência dos discursos da ideologia de gênero em uma região fundada e reiteradamente capturada por lógicas conservadoras, outro ponto de reflexão envolve a defesa do modelo tradicional de família como eixo central das ações do Estado. Como menciona Biroli (2020) a “família” que os neoconservadores defendem é um espelho das tradições morais cristãs, com papéis complementares e sem questionamentos das explorações que envolvem a divisão sexual do trabalho. Remete a noção familista, que segundo Henrique Nardi (2006) historicamente perpassou a obrigação moral do trabalho como variante da cultural nacional, e que provocou articulações entre família patriarcal, propriedade territorial e trabalho escravo, posteriormente revalorizada na Era Vargas quando o Estado passa a adotar políticas sociais de valorização do trabalho e da família (papel do homem provedor e mulher como administradora do lar), até chegar na atualidade com o capitalismo/neoliberalismo, que exige o fortalecimento da família para assumir privadamente o bem-estar de seus membros (Cooper, 2021).

Para Butler (2024) a politização do sentimento antigênero abarca o desejo de restauração de uma ordem patriarcal que reafirma o poder do pai, de uma identidade de gênero imutável, da essencialidade da mulher, da natureza do poder moral dos pais em relação aos filhos e a supremacia racial branca. Realidade que nunca existiu da forma que se busca efetivar no presente, mas alimenta o sonho de um passado que funciona fantasmaticamente para reforçar seu argumento político. Corroborando as ideias de Butler, ao analisar os processos históricos e culturais da região oeste catarinense destaco a existência de ruptura e desvios da imposição patriarcal, mas um olhar localizado permite compreender que não se trata necessariamente de um sonho de restauração do passado, quando ainda se exercem inúmeras violências cotidianas para reafirmar esse poder masculinista na família e no Estado. Como falar de democracia quando ainda o pai é quem diz em quem a mulher e filhos devem votar, quando as mesmas famílias se revezam no poder, quando material e simbolicamente se busca eliminar o adversário político, quando não é preocupação do Estado quando os/as filhos são levados/as ao suicídio pela não aceitação de sua identidade e orientação sexual, quando o progresso de uma família não é somente aumentar seu capital financeiro, mas principalmente reproduzir seu formato tradicional/moral conservador, dentre outros exemplos possíveis. A sociedade e as famílias não

se transformaram na mesma proporcionalidade em que as análises de conjunturas progressistas internacionais anunciam, e não confrontar essa realidade segue expondo muitas pessoas a violência conservadora.

Considerar o cenário regional implica acompanhar as dinâmicas de como são absorvidos aspectos da conjuntura política nacional. Como demonstram Correa e Kalil (2021) a partir dos anos 2000 ocorre uma re-politização do campo religioso em relação a temas envolvendo a política sexual e seus efeitos na política, confrontando principalmente algumas das agendas do governo federal (nos mandatos do PT) voltadas a violência de gênero e direitos LGBTQIAPN+, como se observa no caso do kit antihomofobia ou “kit gay” (Programa Escola Sem Homofobia) exposto no município de Faxinal dos Guedes. Essa coalizão entre atores católicos e evangélicos⁷⁶ que vinham atacando as políticas de educação, sem grande sucesso, encontram condições para fortalecimento de suas ações com o desmoronamento do presidencialismo de coalizão, as investigações pela Lava Jato, as oposições e posterior impeachment da presidenta Dilma, que se somavam com a busca dos movimentos civis-militares herdeiros da ditadura para retomar o poder e a intensificação de racionalidades neoliberais, contribuíram significativamente para a formação de um campo heterogêneo de forças que foi canalizado para o campo da (extrema) direita. A consolidação dessas alianças contribuiu para explicar as condições para fortalecimento dos usos políticos da ideologia de gênero, e sua movimentação para a retirada do gênero dos planos de educação, entre os anos de 2015 e 2016, e nos anos posteriores das parcerias com o movimento do Escola sem partido.

Refletindo sobre alguns aspectos do anunciado por Correa e Kalil (2021) sobre o furacão eleitoral de 2018, que levou a vitória de Bolsonaro e incitou o conservadorismo latente da sociedade brasileira numa massa heterogênea de “cidadãos de bem”, e que se utilizou de uma agenda moral que reforçou o pânico moral da ideologia de gênero (fundamental para conquistar a adesão do eleitorado feminino) e de manobras de campanha através das redes sociais com disseminação de informações falsas (fake news), neste momento não se observa a visibilidade de discussões nas atividades legislativas regionais sobre a ideologia de gênero. O tema surge de forma dispersa em 2 municípios, Faxinal do Guedes e São Domingos, sendo que neste último

⁷⁶ Sobre a aproximação deste campo católico e evangélico, Biroli, Machado e Vaggione (2020) apontam a constituição de novas formas de atuação política e tentativa de inserção da agenda moral cristã no Estado, a partir de duas principais pautas: a rejeição ao direito ao aborto e a homossexualidade. Os/as/es autores/as analisam que os católicos são mais tolerantes a homossexualidade, desde que o casamento permaneça heterossexual, mas não abrem exceções no caso do aborto, e sua atuação envolve manter a influência nos governos das regiões (seja entre conservadores e progressistas), se infiltrando nas máquinas institucionais do Estado. Já entre os evangélicos, destaca-se a oposição a iniciativas legislativas voltadas a minorias sexuais, e a reivindicação do direito à liberdade de expressão das suas crenças, buscando ampliar o mainstream político (como apontado por Morán Faúndes e Peñas Defago, 2020).

consta notícia de 15/03/18, no qual o presidente da Câmara de Vereadores participou de debate na ALESC para conscientizar líderes eclesiais a saberem se posicionar em temas polêmicos contra família, a partir de palestras com deputados estaduais Ismael dos Santos e Kenedy Nunes, Deputada Federal Geovania de Sá e a psicóloga Marisa Lobo. Sobre isso, reflito que as tensões produzidas em âmbito nacional não precisaram ser polemizadas nos espaços públicos regionais, já notadamente marcados pelo conservadorismo moral em relação ao gênero e sexualidade, mas privadamente se tornaram significativamente audíveis, o que repercute no fato que aproximadamente 85% da população local votou e contribuiu para eleger o candidato que propagava o discurso: “liberal na economia, conservador nos costumes”.

A que pese as tentativas de institucionalização das lógicas antigênero durante a gestão de Bolsonaro (2019 – 2022), principalmente envolvendo a atuação do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Ministério da Educação e Ministério das Relações Exteriores, como demonstram Correa e Kalil (2021), observa-se que a questão da ideologia de gênero no cenário regional é anunciada publicamente e mais intensamente no processo que antecede a disputa eleitoral de 2022 e segue se movimentando com as manifestações antidemocráticas após as eleições e posteriores repercussões no ano de 2023. Em 5 municípios (Pinhalzinho, Ponte Serrada, Presidente Castello Branco, Seara, Capinzal) identifiquei uma tentativa de associar a posição do candidato à reeleição no combate a ideologia de gênero, principalmente associando a retórica da proteção das crianças contra temas considerados inapropriados e a defesa da família como responsável pela educação moral. Ainda, estes discursos buscam associar o avesso moral a esses temas ao candidato Lula e seus apoiadores, articulando um mosaico de enunciados dispersos, mas que se condensam para intensificar as táticas em torno de medos e inseguranças econômicas, sociais e simbólicas. Como exemplo emblemático destes pontos, segue registro de sessão (Ata 42/22 de 24/10/22) do município de Seara, em que foi lida carta de esclarecimento de “Diversos Cidadãos” contra fala de vereador (MDB), com o seguinte teor:

"Prezado Vereador. Tendo em vista o vosso pronunciamento na última sessão da Câmara de Vereadores de Seara, alegando que quem usa a bandeira do Brasil em Seara é um desordeiro, entre outras ofensas contra os cidadãos searaenses, sentimos na obrigação de esclarecer alguns pontos que consideramos relevantes. Não usamos a bandeira ou as cores do Brasil em razão do candidato Bolsonaro. Nós as usamos porque não concordamos que o seu opositor, processado por vários delitos contra a administração pública e só não condenado por questões técnicas, retorne ao posto mais alto do Poder Executivo Nacional. Isso não representa ordem e progresso. Nós vestimos o verde e amarelo porque defendemos a democracia. O artigo 2º da Constituição Federal é claro ao dispor que os poderes são independentes. Não concordamos com a prática de um presidente adquirir o apoio de congressistas com “mensalões” e “petrolões”. Não há a independência entre os poderes, mas a

submissão a um projeto de poder. Não concordamos que sejam empossados presidentes e diretores para estatais, bancos públicos e fundos de pensão com o fim único de beneficiar aliados políticos e lhes propiciar uma fonte de recursos ilícitos. Isso não é um ato democrático, mas corrupção como projeto de poder. A palavra é o dom do ser humano. Pensando nisso, os fundadores dos Estados Unidos da América, nação exemplo de prosperidade, colocaram a liberdade de expressão na Primeira Cláusula da sua Constituição. Por ter natureza divina, a palavra possui muito mais poder do que as armas, afinal ao desnudar as fraquezas morais do seu inimigo, você o enfraquece sem usar a força. Não concordamos com o uso político do Poder Judiciário para promover a censura contra um direito natural de qualquer cidadão de se manifestar e de filtrar o que é pronunciado. Não concordamos com os bilhões destinados a países de ditadores amigos, enquanto em nosso país, metrópoles como Belo Horizonte nem de metrô dispõem. Antes, as nossas rodovias se deterioravam, hospitais eram substituídos por estádios de futebol e a criminalidade aumentava. O nosso dinheiro jorrava para fora do país a fim de abastecer companheiros ideológicos e complexos esquemas de corrupção. **Não concordamos com o aparelhamento de universidades e das redações de jornais e televisões, sob um projeto de poder hegemônico arquitetado pela Escola de Frankfurt, sobre a qual todos os cidadãos brasileiros deveriam ter conhecimento a fim de entender o que vem acontecendo. Perseguição às religiões, notadamente ao cristianismo, como observamos na China e na Nicarágua. Ideologia de gênero. Aborto. Conflitos sociais. Decadência ético-moral. Não é isso que queremos. Por isso usamos a bandeira do Brasil. Porque amamos o nosso país. Porque entendemos o que é ordem e progresso. Porque defendemos os valores ético-morais e a liberdade de expressão. Porque queremos nos defender. Porque amamos infinitamente os nossos filhos e netos.** Porque teremos vergonha de explicar a eles como um malfeitor foi eleito presidente da república com o voto popular. Porque queremos um futuro bom para todos, independentemente de sexo, raça ou religião. Convém lembrar que na campanha eleitoral da Argentina foi prometida carne mais barata, mas hoje o produto está 222% mais caro do que era no governo anterior. Isso quando tem nos supermercados, pois a interferência estatal na indústria da proteína animal trouxe fome e contribuiu com a inflação, atualmente, de 100% ao ano naquele país. A nossa região oeste catarinense sobrevive basicamente da indústria da proteína animal. Lutamos para que a economia se mantenha estável e a nossa região oeste sempre prosperando. Portanto, nunca foi pelo candidato Bolsonaro. É pelos nossos filhos e netos, nosso trabalho e o nosso Brasil, cuja bandeira havia sido queimada e jogada na lata do lixo pela esquerda e substituída por outra de cor vermelha. Nós apenas resgatamos a nossa bandeira verde e amarela. O seu uso deve ser motivo de orgulho e não de ódio. Logo, se o candidato Bolsonaro nos trouxe novamente esse amor pelo Brasil, esse patriotismo perdido há tanto tempo, ainda que ele em algumas vezes não use adequadamente as palavras, fato é que não podemos deixar esse sentimento bom morrer e ser substituído por perseguições políticas, bandeira vermelha e a derrocada na economia, a qual vem dando exemplo para o mundo atualmente, com índices inflacionários abaixo dos Estados Unidos e de outros países de primeiro mundo. Nós queremos prosperidade para o nosso país. Nossos irmãos venezuelanos e argentinos nos lembram todos os dias qual é o caminho correto a seguir. Por isso, nós usamos a bandeira nacional agora para não precisarmos, juntos, depois, sofrer com todos os malfeitos que já são do conhecimento dos brasileiros de bem. Os cidadãos patriotas de Seara agradecem a atenção de todos, nosso muito obrigado.” (grifo nosso)

Da continuidade desta sessão, que conforme Ata contava com muitos presentes, seguiu-se o embate entre posições que reafirmam a ideia de patriotismo, como a do vereador do PSD que alega “Nunca viu um cidadão com a bandeira do Brasil trancando estradas, queimando pneus, impedindo o direito de ir e vir”, e do vereador alvo da carta que ao se defender ressalta que: “a bandeira nacional não pode ser usada como símbolo de partido. Cada partido tem a sua bandeira. Não podem invocar patriotismo demagogo em prol de um candidato, foi isso que falou e não quis ofender ninguém, se o fez, pede desculpas”. O que se segue é uma tentativa de apaziguamento, e como dito por outro vereador “em Seara o povo é ordeiro e trabalhador (...) a Carta de Esclarecimento foi lida, não tem porque criar mais intriga e discórdia”, numa tentativa de consenso no momento das disputas eleitoras e quem sabe para resguardar acordos políticos locais. Diante disso, cabe apontar como a Carta e a mobilização em torno dela demonstra as estratégias empregadas pelos atores neoconservadores na utilização de notícias falas e alarmistas que instauram e alimentam pânicos morais (Junqueira, 2018), articulando a noção de ideologia com outros temas de forma vaga e imprecisa, de modo a chegar aos seus potenciais aliados e como efeito ridicularizar e demonizar seus inimigos. Mais que isso, envolve uma maneira de dispor as coisas, como analisado por Foucault (2019) ao questionar os modos de governo que se utilizam da noção de bem comum ou funcionamento do Estado, servindo a um objetivo adequado a cada uma das coisas a se governar, neste caso, em benefício das lógicas reafirmadas pelos “cidadãos patriotas” que entendem o que é “ordem e progresso”.

Mas quem são esses cidadãos patriotas que assinam a carta? Não são apresentados explicitamente os atores sociais que produzem tal escrita, mas o que se observa é a mobilização e o uso dos espaços democráticos para apresentarem suas insatisfações, que estrategicamente articulam dimensões morais com aspectos institucionais e econômicos enquanto instrumentos para a disputa política nacional e regional. Dos fios discursivos que compõem o documento coloca-se em relevo as racionalidades neoconservadoras e neoliberais como contraponto a um projeto político corrupto e ideológico qualificado como ameaça o desenvolvimento econômico local e censura a liberdade individual. Ainda, o amor aos filhos e netos se aproxima com o reforço dos ideais da nação símbolo de prosperidade (Estados Unidos), o que anuncia o modelo de governança que aposta na moralização do Estado ao passo que pode ser manobrado em termos de interesse de mercado, na erosão do público para privatização das responsabilidades sociais para a família, e da produção de subjetividades contrárias a igualdade e diversidade (Biroli, 2021; Brown, 2009).

No que se refere aos ataques desse modo de governo ao pluralismo social e institucional, também se compreendem tentativas de questionamentos aos usos políticos da ideologia de

gênero. No município de Novo Horizonte, na Ata 35 (1/11/22), consta registro em que vereador faz uso da tribuna para “refletir sobre medos e preocupações disseminadas nas redes sociais e meios de comunicação sobre governo Lula. Dentre elas: que implantaria ideologia de gênero, banheiros unissex na escola. Que foi professor por 30 anos e não houve isso nas escolas e PT governou 14 anos e sempre se preocuparam em educar as crianças para respeito com o ser humano, independentemente da cor da pele, da religião ou da identidade sexual e de gênero”. Juntamente com esse registro, somam-se relatos de professores, nas cidades de Videira (2022) e Abelardo Luz (2018), que buscaram esclarecer sobre a não abordagem da ideologia de gênero, informando como determinados assuntos ligados a gênero e sexualidades são trabalhados em sala de aula e nas diretrizes educacionais. Nestes 3 contextos mencionados, destaca-se como o campo da educação e a ação de professores se colocaram como um contraponto aos fantasmas antigênero, elencando fatos e argumentos do cotidiano escolar, como a necessidade de abordar o respeito a diversidade e enfrentamento de violências. Apesar disso, não são identificadas maiores ações no legislativo que possam contribuir com o esvaziamento desse fantasma, com suas mentiras e distorções.

Frente as tentativas de resistência, aparece como elemento dessa ofensiva a perseguição de quem se contrapõe aos atores e interesses políticos neoconservadores, neste caso, notadamente configuram-se como alvos/inimigos os professores. Aparece como objeto da ação de todos os vereadores das Câmaras de Jardinópolis e União do Oeste uma Moção de Repúdio (04/23 e 05/23 respectivamente) contra a manifestação de professor da rede estadual de ensino e apela que o governador de Santa Catarina tome providências no sentido de averiguar e “punir o infrator”. Como consta nas moções, o professor teria supostamente ofendido a comunidade e agido com falta de urbanidade após se manifestar sobre um julgamento do STF envolvendo o ministro Alexandre de Moraes, com o seguinte comentário em suas redes sociais: “Se foderam gados. Chegou o fim da família de vocês. Suas crianças vão entrar nas drogas, suas mulheres na prostituição e os homens na homossexualidade. Amém senhor”. Além deste, outro fato que teve repercussões, inclusive propagado por deputado estadual, foi a demissão de professora em escola particular católica no município de Videira, em setembro de 2023, quando foi gravada abordando aspectos da linguagem neutra em sala de aula. Em trecho do vídeo, amplamente divulgado e muitas vezes apresentado com recortes por portais de notícias locais e nacionais, a professora comenta:

“Se você fosse uma pessoa não-binária, binária, binário... uma pessoa que é homossexual e te ofendesse chamar de todos, porque todos não abrange o teu

tipo de gênero. Aí você teria que engolir, porque você seria minoria. Estou tentando entender da outra ótica, porque eu também sou uma pessoa heterossexual. Eu tenho que tentar entender da ótica de uma pessoa que não é heterossexual. Se eu não sou uma pessoa que não me encaixo nem no sexo masculino, nem no sexo feminino, que é o neutro no contexto brasileiro”⁷⁷.

Em consonância com a situação de Videira, registra-se o processo administrativo movido contra professora da rede municipal de Chapecó, em março/abril de 2024, por reclamação de alunas e seus pais que pediam sua demissão após ter abordado o livro “Não alimente a escritora”, que trata de temáticas de gênero e sexualidade e menciona a prisão da autora Telma Scherer⁷⁸. O caso foi exposto por vereador e deputada estadual (ambos do PL) em suas redes sociais, em momento paralelo com o polêmico recolhimento da obra “O avesso da pele”, de Jeferson Tenório pelas Secretarias de Educação do Paraná e de Goiás. Neste e nos demais casos mencionados, observa-se a mobilização de atores políticos e de recursos institucionais, que usam de distorções, recortes e manipulações, para censurar, silenciar e atemorizar professores, considerados como infratores, doutrinadores e maus profissionais, e pelo que foi observado, muitas vezes julgados sem direito a apresentarem seus argumentos e contraditórios. Isso reafirma o exposto por Butler (2024), que também foi alvo de “caça às bruxas” em sua vinda ao Brasil em 2017⁷⁹, de que o caráter fantasmático do gênero tem permitido abarcar qualquer ansiedade ou medo para nutrir seus propósitos, e não necessita de coerência lógica em suas denúncias e perseguições, fomentando formas de autoritarismo institucional e um fascismo eufórico contra os defensores do gênero.

4.5 PAUTAS ANTIGÊNERO: ESCOLA SEM PARTIDO, BANHEIRO UNISSEX E LINGUAGEM NEUTRA

Dos desdobramentos da ideologia de gênero nas atividades legislativos, destacam-se a incorporação nas discussões e justificativas de três principais proposições, a saber: o Escola sem partido, a linguagem neutra e o banheiro unissex. Neste cenário, identificam-se

⁷⁷ Mais informações podem ser consultadas no Portal Mídia Ninja, notícia de 04/10/23, disponível em: <https://midia.ninja/professora-e-demitida-apos-ensinar-linguagem-neutra-em-escola-de-santa-catarina/>

⁷⁸ Ver com mais detalhes, notícia veiculada no Portal Catarinas, em 12/04/24, disponível em: <https://catarinhas.info/professora-de-chapeco-e-processada-apos-atividade-com-livro-de-telma-scherer/>

⁷⁹ A passagem da autora pelo Brasil, também foi acompanhado de abaixo assinado contra sua vinda (organizado pela CitizenGo) e de movimentações em sua fala no SESC Pompéia, com acusações de que a mesma propagava a “ideologia de gênero”, no qual um grupo de pessoas queimou um boneco com a imagem de seu rosto, levantando vários cartazes dentre os quais registro: “Menos bruxas e mais príncipes e princesas”, e de agressão na sua saída do país (Sônia Correia, 2021).

movimentos e influências de políticas que se estabelecem em âmbito nacional e estadual, buscando se legitimar nos municípios para fortalecer os processos macropolíticos. Apesar da instauração de debates que remontam ao ano de 2014, observo o desafio em aplacar a aprovação destas proposições, ponto que se modifica a partir de 2021, quando muitos projetos retornam e/ou ganham forma de projeto de lei, encontrando outras condições políticas para sua efetivação. Da (re)composição dos discursos, pode-se acompanhar as amarras das relações de poder/saber, estrategicamente mobilizando lógicas anti-intelectuais, os deslizamentos entre secularismo e discurso religioso e um desrespeito aos mecanismos democraticamente institucionalizados, cujas táticas invocam principalmente a necessidade de proteção das crianças e adolescentes.

Sobre o Escola sem partido, como analisa Biroli (2019) este projeto se estabelece inicialmente contra uma contaminação político-ideológica atribuída ao “marxismo cultural” que posteriormente adiciona a ideologia de gênero para ganhar protagonismo nos embates envolvendo a Política Nacional de Educação⁸⁰. Regionalmente, aparece pela primeira vez como projeto de lei em Chapecó, no ano de 2014, após o processo de audiência pública abordada anteriormente, e dentre os pontos do texto e justificativa do projeto registram-se: a defesa da neutralidade política, religiosa e ideológica; o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; o direito do estudante ser informado de seus direitos e dos pais em decidir sobre a educação moral e religiosa dos filhos, conforme Convenção Americana de Direitos Humanos; que o poder público não se intrometerá na abordagem das questões de gênero e amadurecimento sexual; o professor não irá impor ou fazer propaganda política e ideológica, nem incitar a participação de manifestações; escolas de orientação confessional podem promover conteúdos de cunho religioso, e; os grêmios estudantis são impedidos de promover atividade política partidária. Naquele momento o projeto foi arquivado, mas em 2015 um requerimento foi aprovado com indicação para que o governo municipal institua o programa como forma de vedar a doutrinação em sala de aula e de veicular conteúdos em conflito com as convicções religiosas e ideológicas dos estudantes ou seus pais.

No ano de 2016, tanto em Chapecó, quanto no município de Concórdia, são apresentados argumentos contrários a esse projeto, respectivamente enquanto moção de repúdio (rejeitada) aos projetos de lei 867/15 e 193/16 apresentados no Congresso Nacional envolvendo

⁸⁰ Para a autora, o Escola sem partido, apesar de não apresentar profundas ligações, se estabelece no mesmo momento das marchas do movimento Con Mis Hijos Non te Metas, iniciados no Peru e que se estabeleceram em países como Chile, Argentina, Colômbia e Equador, e em muitos destes se institucionalizaram como ONGs, buscando reafirmar o direito dos pais de educarem seus filhos e articulando uma pauta neoconservadora contra a ideologia de gênero (Morán Faúndes e Penas Defago, 2020).

a temática, e de manifestação sindical contrária a PEC 241/55 (lei do teto dos gastos). Ressaltam argumentos de que o Escola sem partido funciona como uma mordaza que criminaliza o professor e censura a liberdade de expressão, além de reforçar uma educação conservadora e moral das famílias, que não permite a discussão sobre os valores e o respeito da diversidade, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades, a exemplo da homofobia. Em 2017, nos municípios de Seara (Ata 27) e Fraiburgo (Projeto Lei 2524) constam informações de projetos vinculados ao movimento Escola Sem Partido, contudo, sem indicativos de aprovação destes, nos quais, de modo transversal, se repetem os argumentos e texto do projeto de Chapecó, reforçando a ideia de uma escola livre de política partidária e de doutrinação da moral sexual, como forma de não criar alunos militantes. Registra-se no ano de 2018, que a deputada Ana Caroline Campagnolo (PSL, na época), logo após a eleição de Jair Bolsonaro, criou um canal de denúncias contra professores que manifestassem sua posição político-partidária, e garantia anonimato a quem realizasse a denúncia⁸¹.

A última menção ao projeto da Escola sem partido é do ano 2021, quando retorna em Chapecó por proposição de vereador (PL), com a mesma redação de 2014, sendo imediatamente objeto de contraofensiva com o projeto de Lei do Programa Escola sem Mordaza (vereadora do PCdoB), que repercutia os princípios de liberdade de expressão de pensamento e opinião, a laicidade do Estado, defesa da gestão democrática das escolas e direito de organização movimento estudantil, vedando a pressão, coação e gravações sem autorização de professores e alunos. Ambos os projetos foram arquivados. Como aborda Luis Felipe Miguel (2016), esse projeto é animado por um sentimento de hostilidade e criminalização dos professores e sua pretensa neutralidade é incapaz de lidar com os desafios do mundo, tornando-se cúmplices de opressões e violências, especialmente contra mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, e que também busca posicionar os alunos como receptores e repetidores passivos de uma moral familiar conservadora combinada com lógicas neoliberais⁸². Cabe compreender que, por mais que nos

⁸¹ Conforme diversos portais de notícias essa ação foi imediatamente alvo de questionamento pelo Ministério Público em Santa Catarina (MPSC), inclusive com manifestação do MPF em Chapecó que recomendou que as instituições de ensino superior e gerências de educação se abstenham deste tipo de atuação ou estabeleçam sanções aos professores. Em 2019, desembargadora do TJSC suspendeu a liminar que impedia o canal de denúncias, considerando os preceitos do Escola Sem Partido e a necessidade de registro de abusos ou tentativas de doutrinação pelos professores. Ainda no mesmo ano, o ministro Edson Fachin (STF) acolheu a manifestação do MPSC e julgou que a iniciativa contraria a medida cautelar referendada pelo Plenário na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 548, que assegura a livre manifestação do pensamento e de ideias em ambiente acadêmico. Mais informações no portal Jornal do Brasil, disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/2019/02/980131-fachin-sobre-canal-contra-professores--chamado-para-inibir-manifestacao-de-ideias.html>

⁸² Sobre a análise de Miguel (2016) cabe observar que a família e a escola, que em geral reproduz uma postura conservadora, não detêm o monopólio das informações e produção de saberes entre os/as/es alunos/as/es sobre a diversidade sexual e de gênero, fato que permite outras agências e negociações de seus posicionamentos e experimentações em torno destas dimensões.

anos seguintes esse projeto não tenha sido um dos recursos mobilizados pelos atores neoconservadores na região, seja por decisões de inconstitucionalidade julgadas pelo STF⁸³ quanto de resistências locais, seus argumentos fortalecerem a educação como ponto de apoio para outras ofensivas em torno da ideologia de gênero, fomentando modos de governo das condutas de gestores, famílias e dos próprios alunos ao se depararem com temáticas ligadas a diversidade de gênero e sexualidade, o que também aciona os faróis de vigilância de vereadores, deputados e potenciais lideranças de direita que se usam da propagação de pânico moral como capital político.

O contexto da escola, portanto, se configura como contexto privilegiado para aplicação de pânicos morais, uma vez que a produção de práticas pedagógicas pautadas no reconhecimento e valorização da diversidade poderia ser entendida como um processo de dissolução de valores sociais e familiares já cristalizados. Segundo Mattos e Cavalheiro (2020), se dissemina o “medo do contágio”, ou seja, a ideia de que quanto mais se sabe sobre diversidade sexual e de gênero mais as crianças e adolescentes podem se envolverem em práticas sexuais e identificações fora da heterossexualidade, e neste contexto, a ignorância serviria de proteção contra o mal causado pela ideologia de gênero. Para fundamentar essa ideia, os movimentos antigênero buscam reafirmar uma concepção ontológica que produz a associação entre natureza infantil e o gênero da criança. Aqui, entra em jogo outra pauta intensamente mobilizada na atualidade, a linguagem neutra, fomentando argumentos de que a linguagem estaria a serviço de comunicar o que se estabelece como visível e um fato material ao senso comum, a natureza da diferença sexual.

Em 8 municípios do oeste catarinense foram apresentados projetos de lei que proíbem a linguagem neutra em escolas, instituições de ensino superior e/ou em concursos públicos, são eles: Faxinal dos Guedes (P.L. 04/21 - arquivado), Ponte Serrada (P.L. 19/21 - aprovado); Chapecó (P.L. 83/21 - aprovado), Saudades (P.L. 05/21 - aprovado), São Miguel do Oeste (P.L. 79/23 - aprovado), Videira (P.L. 64/23 - aprovado), Xanxerê e Joaçaba (estes últimos dois somente tem informações em notícias, não sendo localizado os projetos). De forma geral, o argumento que se apresenta envolve a necessidade do respeito a norma culta e o acordo ortográfico, ressaltando a preocupação com a não identificação/definição do gênero masculino e feminino. Em Chapecó, observa-se a justificativa enfática de que a linguagem neutra impõe

⁸³ Em 2020 o STF julgou inconstitucionais uma lei do Estado de Alagoas que pretendia instituir o programa “Escola Livre” e três normas municipais que proibiam o ensino sobre questões de gênero e sexualidade na rede pública. As decisões envolvem as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 5537, 5580 e 6038 e das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) 461, 465 e 600.

uma assepsia do gênero biológico e impõe “caos e confusão mental, sobretudo, na cabeça das crianças”, o que também está em consonância com os argumentos proferidos em Ponte Serrada, de que essa flexão de gênero afronta os valores tradicionais e que uma palavra mal aplicada pode despertar “curiosidade por temas inapropriados”. Como exemplo emblemático dos discursos e estratégias mobilizados em torno do tema, apresento síntese da sessão de 13/09/21, do município de Saudades⁸⁴:

Vereadora PP anuncia convite a professora de língua portuguesa para explicar o que significa a linguagem neutra. A convidada inicia sua fala destacando que foi uma luta ter a língua portuguesa na norma culta, falar e escrever corretamente, e segue questionando os usos do pronome neutro e a necessidade de respeito as regras da língua portuguesa, usando como exemplo se referir a todos e pais que engloba tanto homens como mulheres. Especificamente sobre pronome neutro não pode ser usado para seres humanos nem seres inanimados, afirma que até existe em outras línguas como espanhol, mas o problema é que ele não define nada. Segue ressaltando que a forma como o pronome neutro é colocado na mídia é triste e parte de deboche, um: “(...) *palavreado chulo, brega. O que seria todes? Já imaginou o presidente dizendo boa noite a todes, amigos, nós temos amigos, vários amigos*”. Finaliza argumentando que os alunos não conseguem nem utilizar corretamente a língua portuguesa, e defende que se deve buscar o correto, o formal, o padrão do dicionário e gramática, que isso deve ser passado para os filhos e alunos. Após a abertura para perguntas Vereador do PSL comenta sobre a importância da unificação da língua mãe entre os países, sendo respondido pela professora convidada que as mudanças das palavras levam tempo, e que ao olhar as redes sociais não consegue entender o que estão escrevendo, e que alguns grupos que se dizem homossexuais e LGBT estão se dizendo prejudicados, mas acredita que os preconceitos as pessoas mesmas se colocam, e que em sua opinião, apesar de ter amigos que são homossexuais e que os trata com igualdade e respeito, entendendo que o caminho não é mudar a linguagem formal. (...) Após essa fala, vereador do PSDB agradece professores que ajudaram na construção do projeto, apesar da pouca participação, alegando que são grupos minoritários que desejam essa mudança da linguagem, sendo necessário respeitar a história de construção da língua, origem e cultura de um povo, sem fazer modificações radicais ou implantar modismos que estão ligado a ideologia de gênero. Este segue abordando alguns exemplos de como seria essa mudança, como: “*ela e ele no pronome neutro ficaria ili, dele e dela dili, aquela e aquele aquili, nela e nele ficaria nili, e aqui vou resumir uma frase bem simples: seu amigo veio aqui, ele gosta muito daquela nossa amiga Júlia, que no neutro como ficaria: seu amigue veio aqui, ili gosta muito di nossi amigue Júlia*”. Finaliza argumentando sobre a necessidade de os agentes públicas protegerem as crianças destes modismos, assim como tem sido feito nas esferas estaduais e nacionais. (...) Vereadora do PP reforça o decreto estadual, mesmo suspenso pelo STF, defendendo o

⁸⁴ A discussão sobre projeto de lei que proíbe a linguagem neutra em Saudades pode ser conferida na íntegra no seguinte link, a partir dos 30 minutos: <https://www.facebook.com/camarasaudades/videos/1472409729784956>

ensino da linguagem portuguesa no município, e adiciona que trocar os pronomes o e a com o @ ou um X pode dificultar a leitura, principalmente para quem tem deficiência visual. (...) Por fim, vereador do PSDB destaca iniciativa do projeto do vereador do PSDB e entende que o projeto apoia os colegas na educação, que enfrentam problema no ensino do português, ainda mais com a influência das mídias, e que não se deve “deixar essa porta aberta” para que se modifique a língua portuguesa e “coisas mais”. Em regime de votação o projeto foi aprovado por unanimidade.

O imaginário em torno dessas “coisas mais” tem demonstrado sua eficácia para aprovação dos projetos ligados à linguagem neutra, e como exposto acima, revelam discursos seculares em torno da biologia e da linguagem formal para justificar sua posição contra o neutro, aquilo que não se torna definido, o que foge do padrão, do correto, do tradicional da língua e do gênero. Nesta direção, tais propostas buscariam confrontar o deboche e os modismos midiáticos propagados pelos defensores da ideologia de gênero, e aqui se anuncia especificamente as pessoas LGBTQIAPN+. Do ponto de vista das justificativas, é notório o apagamento das marcas religiosa destes discursos, e como analisam Morán Faúndes e Peñas Defago (2020) a partir da proposição de Vaggione, se observa a promoção de um secularismo estratégico, que se usa de discursividades científicas e jurídicas para ocultar e deslocar para um segundo plano as concepções teológicas, fato que tem permitido que certas temáticas entrem com mais facilidade nas instituições do Estado e causem maiores impactos políticos.

Ao passo que se tentar reafirmar um discurso revestido de caráter científico dos argumentos, potencializado taticamente com a presença de uma professora de língua portuguesa, assim como no exposto sobre o convite a profissional de saúde (fisioterapeuta) na discussão sobre a moção contra o aborto, cabe um destaque ao questionamento em relação aos “grupos minoritários que desejam essa mudança”. Sobre esses grupos, o relato se refere principalmente aos ativistas LGBTQIAPN+, mas certamente poderia envolver acadêmicos/as/es, que conforme Fassin (2021) são acusados de fabricar linguagens que colocam em xeque a realidade da diferença sexual, algo posto como natural: “é preciso de um homem e uma mulher para fazer uma criança”. Como expõe Butler (2024), esse mecanismo anti-inlectual tem fomentado desconfianças dos neoconservadores em relação à academia e uma recusa ao debate público com outros grupos, enquanto possibilidade para pactuar decisões públicas nos contextos democráticos. Esses debates poderiam abrir para uma leitura crítica de gênero, como o questionamento do caráter normativo da linguagem, mas sua realização é vista como uma forma de confundir os valores que defendem e que os unem como grupos contra seus oponentes, como efeito, expondo suas doutrinas e fundamentos religiosos.

No que se refere aos processos democráticos, não compreende somente a ausência de abertura para um debate que oportunize a presença de quem tem defendido a mudança na linguagem e suas formas, mas revelam a deslegitimação das instituições e poderes do Estado. Na particularidade que envolve essa temática, evidencia-se que em Santa Catarina a deputada estadual Ana Caroline Campagnolo havia protocolado o Projeto de Lei 357.5/2020 para estabelecer medidas protetivas aos direitos dos estudantes de Santa Catarina ao aprendizado de língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, recusado naquele momento, mas que serviu de base para muitos dos projetos a nível municipal. No ano seguinte, o governador da época (Carlos Moisés, PSL) assinou o decreto 1.329/21 reafirmando que a norma culta da língua portuguesa seja adotada em qualquer tipo de material produzido pelas escolas, sem expor diretamente a proibição a linguagem neutra. Este decreto foi objeto da ADI 6925, ajuizada pela direção nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), protocolado no STF, que decidiu pela sua inconstitucionalidade, assim como ações movidas contra as propostas de outros estados como Rondônia, São Paulo e Amazonas.

Mesmo com as manifestações do STF entre os anos de 2022 e 2023, os projetos não deixaram de ser apresentados, inclusive com o conhecimento da inconstitucionalidade pelos legislativos municipais, o que movimentou disputas contra outras instituições de âmbito nacional. No caso de São Miguel do Oeste, mesmo que o executivo municipal tenha realizado mensagem de veto (01/24) ao projeto alegando decisão do TJSC sobre o município de Joinville, este foi derrubado e levou a aprovação da lei 8176/23 que trata da proibição da linguagem neutra. Ainda, em Saudades e Chapecó foram aprovadas moções de apoio ao P.L. 899/23 do Senador Jorge Seif (PL/SC) que tem pautado essa temática no Congresso Nacional. A configuração desta dinâmica aponta para como esses atores políticos têm se usado da própria democracia para contestar o que se poderia julgar como os excessos da democracia liberal, nas palavras de Rancière (2014), neste caso notadamente envolvendo o âmbito do judiciário, o que também sinaliza o modo como neoconservadorismo em sua defesa dos valores tradicionais tem recorrido as instâncias locais do Estado como força política contra o Estado Nacional.

Neste campo dos projetos antigênero, menciono ainda o envolvimento da problemática em relação ao banheiro unissex. Como observado no P.L. 227/21 de Chapecó (arquivado), buscou-se normatizar a proibição de banheiros multigêneros em espaços públicos e privados, passível de multa e participação em programa de valorização da criança e adolescente, com justificativa fundamentada nos critérios de identificação biológica (masculino, feminino ou espaço família) e não por autodeterminação de gênero, vestimentas ou outras identificações. Além da repetição dos argumentos ligando identidade natural e proteção infanto-juvenil,

intenta-se associar essa pauta com a ideologia de gênero, supostamente defendida pela esquerda e o governo do presidente Lula, como disposto das atas dos municípios de Novo Horizonte (Ata n.35 de 01/11/22) e Pinhalzinho (Ata n.32 de 25/08/23); em ambos os casos esses argumentos contestados por vereadores/as ligados ao PT. Uma singularidade, que abre para outros elementos de análise, é o observado no Projeto de Lei 020/2022 de Iratí, do qual segue síntese de sessão em 15/09/22⁸⁵:

Em discussão o parecer Parecer 014/2022 da Comissão Permanente de Legislação, Justiça (CCJ) e Redação ao P.L. nº 020/2022 proposto por vereador do MDB e que trata da proibição de instação de banheiros ou vestiários unissex nos espaços públicos e privados de Iratí, justificando o direito à intimidade, privacidade e contra atos que ocasionem o constrangimento de cunho sexual, como o assédio e importunação sexual. Após a leitura da relatora e não óbice legal ao projeto pela CCJ, é conduzida a apreciação do plenário, que não realiza manifestações. Na sequência o vereador proponente pede a palavra para alegar que não cabe instalar esses banheiros, como vem acontecendo em outros países, o que tem prejudicado a saúde dos adolescentes expostos a esse constrangimento. Deste modo menciona que: *“é um projeto que não pode acontecer, mas estamos prevenidos se um dia vir a possivelmente acontecer, vamos estar providos disso. Muitos podem dizer que isso nunca pode acontecer, creio eu que se relate a Deus que nunca aconteça, mas o exemplo de Saudades, nunca se falava de colocar um guarda na escola, aí entrou uma pessoa lá com uma arma e acabou ferindo crianças, matando criança, então é uma coisa que se tivessem colocado talvez teria evitado. Então esse projeto, quero deixar aqui pela minha militância, os evangélicos também, o meu projeto eu fiz, agora está nas mãos de cada um”*. Registro que os demais vereadores esboçaram risadas durante a leitura proferida pelo proponente, e após, em regime de votação se levantam em unimidade rejeitando o projeto.

Relacionar o banheiro unissex com questões sobre constrangimento sexual e logo em seguida medidas para prevenir o assassinato de crianças, faz alusão as condensações de incertezas e medos que fazem parte do que anuncia Butler (2024) sobre a noção de fantasma do gênero. Mas o que busco inferir é a reação de risos dos demais vereadores ao proponente do projeto, para além do observável que envolve as dificuldades de leitura deste, de modo a refletir sobre a visibilidade em torno da marca religiosa de sua proposição. Neste caso, a menção a militância evangélica não apenas se abstém do uso da estratégia de secularização do debate, o que pode ter dificultado a aprovação do projeto, mas faz pensar em uma marca histórica do oeste catarinense que é a imposição do catolicismo oficial e das hierarquias em relação a outras

⁸⁵ A discussão na íntegra do projeto sobre a proibição do banheiro e vestiário unissex de Iratí, pode ser conferida no seguinte link, a partir dos 31 minutos: <https://www.facebook.com/camaraIrativideos/3207427056194170>

religiões, como analisado por Renk (2004). A saber que Iratí é um local destinado a turismo religioso, assim como outros tantos municípios da região. Nesse sentido, algo a se considerar em outros estudos empíricos é a reflexão sobre os alcances do mainstream evangélico e sua atuação nos legislativos com pautas antigênero, que em muitos momentos tem se articulado estrategicamente com atores políticos católicos, mas que também pode enfrentar resistências e tensões quando confrontado com raízes coloniais em torno do catolicismo local.

Outro elemento ainda desta discussão, que envolve o banheiro unissex e principalmente a questão da linguagem neutra são os elementos premonitórios, mas nem sempre tão explicitamente enunciados, que abarcam a necessidade de prevenir as crianças, adolescentes e suas famílias “tradicionais” contra os contágios e ameaças devastadoras das pessoas LGBTQIAPN+. Esse ponto será abordado no item a seguir e mencionará também a recente legislação sobre banheiros do município de Chapecó. Compreendem, sobretudo, tentativas de não reconhecimento e legitimação de direitos ligados à essa população, e apontam para uma virada estratégica com promoção de ataques de cunho transfóbicos.

4.6 ARQUIVADO. REJEITADO. AS TENTATIVAS DE ANIQUILAMENTO LGBTQIAPN+

Num amplo processo de reconhecimento da diversidade sexual e de gênero, que envolve o casamento, adoção, criminalização das violências, entre outros direitos e demandas direcionadas ao Estado, como exposto por Carrara (2015), pode-se também acompanhar as tentativas de manutenção de uma configuração hierarquicamente dominante pautada por moralidades cristãs que, na atualidade, busca intensificar seus efeitos de modos mais sutis e indiretos. Como observado até o momento, no oeste catarinense os fantasmas em torno da ideologia de gênero têm se configurado como estratégia para monopolizar determinadas pautas das atividades legislativas, e quando são objeto de resistência e confronto por outros vereadores/as, geralmente ligados a partidos de esquerda, envolvem argumentos que buscam defender suas ideologias representativas e modos de governo, notadamente envolvendo o presidente Lula, mas poucos são os casos que pautam os direitos e cidadania para a população LGBTQIAPN+. Essas questões serão abordadas neste tópico que abarcará os jogos de força que evidenciam mais explicitamente as cenas polêmicas que se constituem nos embates entre as racionalidades que reproduzem modos de silenciamento e aniquilamento, das que buscam dizer e fazer ouvir os danos causados contra essa população.

Como já anunciado anteriormente em relação ao mapa das atividades legislativas, a primeira menção envolvendo direta ou indiretamente as questões de gênero e sexualidades se estabelece em Faxinal dos Guedes com menção contrária ao kit homofobia, e num segundo registro, a moção em Chapecó em 2014 para rejeição do P.L. 122/06 que criminaliza a homofobia. De uma perspectiva afirmativa, aparece no município de Xaxim o P.L. de 2013 envolvendo o Conselho municipal da Juventude (CMJ), destacando a necessidade de políticas públicas que pautem a diversidade, dentre elas a de gênero e orientação sexual, e nesta mesma matéria, em Chapecó, no ano de 2015 a proposição de vaga para representante LGBT no CMJ. Quando inserido em outras políticas públicas, observa-se como as discussões locais podem impactar na incorporação ou não destas dimensões, como analisado nas tensões em torno do plano municipal de educação nos anos de 2015 e 2016, e, na mesma direção os projetos que dispõem sobre a família acolhedora para pessoas idosas ou crianças e adolescentes no SUAS, entre os anos de 2019 e 2022⁸⁶.

A primeira tentativa de formulação de uma política pública diretamente voltada para a população LGBTQIAPN+ envolve a Indicação (737/2016, proposição de vereadora PT - aprovado) de inclusão da política de saúde integral LGBT no plano municipal de saúde de Chapecó, para acesso aos serviços sem preconceitos ou privilégios. Na sequência deste, ressalta-se que são poucos os municípios dispostos a realizar debates e proposições públicas envolvendo as temáticas, e quando realizados, tratam mais especificamente de instituir um dia de luta contra a LGBTfobia, aprovados em Concórdia (2017) e Maravilha (2022), mas rejeitados em São Miguel do Oeste e Chapecó (2021). Como forma de demonstrar os argumentos para essa rejeição, apresento síntese dos registros de duas sessões online⁸⁷ da Câmara de vereadores do município de São Miguel do Oeste, sendo a primeira de 27/05/21:

Vereadora do PT informa a proposição do P.L. 58.21, que foi elaborado conjuntamente com o Coletivo pela diversidade do município, e que busca instituir o dia de luta contra LGBTfobia, com fomento a campanhas de conscientização e tolerância, prevenção de condutas, e estímulo do respeito. Enquanto pesquisador observo que 3 vereadores fecham suas câmeras na leitura do projeto. Em suas justificativas a vereadora expõe o que seria

⁸⁶ Os textos com conteúdo praticamente idênticos definem os seguintes critérios para credenciamento das famílias/sujeitos: ter mais de 21 anos até 60, sem restrição de gênero, estado civil e orientação sexual, como exposto em Caibi, Pinhalzinho, Irani, Capinzal e Concórdia. Contudo, no caso de Pinheiro Preto se retira a possibilidade considerar o critério de respeito a orientação sexual.

⁸⁷ A primeira sessão de 27/05/21 pode ser visualizada no seguinte link, a partir de 1h:30min:

<https://www.facebook.com/camara.smo/videos/1357715121280937>.

A segunda sessão, de 24/06/21, está disponível em (25 minutos):

<https://www.facebook.com/camara.smo/videos/867239597226275>

identidade de gênero e orientação sexual e que o termo LGBTfobia serve para descrever o *“sentimento de ódio e repulsa que mobiliza preconceito e discriminação”* e que *“deve ser combatida para gerar respeito e tolerância ao próximo”*. Para tanto, continua citando dados do Grupo Gay da Bahia, a Constituição Federal, a normativa de criminalização pelo STF e uma lei estadual que trata da luta com a homofobia, e finaliza abordando que as pessoas muitas vezes não sabem o que estão fazendo e que pode ser crime, e que isso pode ser *“prejudicial para a sociedade como um todo, pois são pessoas que trabalham, estudam, votam, compram produtos no município, acusadas e prejudicadas”*. Vereador PP, como profissional da veterinária refere aspectos de luta hormonal que tem afetado as espécies e o corpo humano, de quem tem *“comportamento e formas femininas (fenótipo) e o genótipo joga para o lado masculino, existe esse conflito interno”*, que por conta disso sofrem de chacota e bullying e por isso a importância de campanhas de conscientização, o que não significa ensinar comportamentos mas perceber a natureza, e que existe má conduta na comunidade LGBT mas a maioria seria regrada e respeitosa. Vereador PSD declara ser contrário ao projeto, mas não as pessoas, porque tem amigos de orientação diferente, mas não percebe essa gravidade toda. Outro vereador do PSD aponta que no momento não há necessidade de criar data específica, também relata que tem amigos *“nesse sentido”* e que são *“pessoas maravilhosas e não se expõem”*, e que o povo do município é educado e não percebe comportamentos agressivos contra elas. Vereadora PSDB parabeniza e se mostra favorável ao projeto, e como profissional da educação ressalta a pluralidade da sociedade e enfrentamento dos tabus e preconceitos, e a necessidade de proteção das pessoas que sofrem e não podem ser autênticas. Vereador MDB diz que está atento ao projeto, que o assunto é complexo e as pessoas não buscam entender ou não gostam de falar, mas são importantes campanhas para que não haja discriminação das escolas. Vereadora do PT proponente agradece manifestações, e que em 2017 já tinha aprovado moção para políticas de prevenção a violência e discriminação LGBT, e reitera que a data de 17/05 faz alusão a fato que a OMS deixou de classificar homossexualidade como doença. Mais um vereador do PSD faz sua fala comentando voto do ministro do STF Luiz Barroso, que quando Procurador do Estado do RJ e em julgamento constitucionalidade da união homoafetiva (2011), defendia os afetos, amor e busca pela felicidade, e de que *“ninguém deve ser diminuído nessa vida por seus afetos ou por compartilhar seus afetos por quem escolher”*. Em regime de primeira votação, segue 6 votos favoráveis e 6 contrários ao projeto, sendo que o presidente da sessão mantém posição contrária, seguindo a pauta sem esboçar ou permitir reações.

Ao analisar as falas que perpassaram essa sessão, Michel Arthur Colling, Jackson Junior Zabet e Taíza Gabriela Zanatta Crestani (2023), referem que a recepção da proposta pela bancada de vereadores parece desesperançosa, mesmo entre aqueles que apoiaram o projeto, uma vez que a utilização de argumentos do campo da biologia e pautado em opiniões e experiências pessoais não contribuíram para enfrentar o debate em torno da violência LGBTfóbica, o que reforça a sua invisibilidade. Atenta-se ainda que, o fato da maioria dos vereadores não ter se pronunciado, além de indicar a falta de engajamento com o tema, pode sinalizar uma estratégia de silenciamento e não polemização, que exigiria ampliar a discussão

e um posicionamento, potencialmente revelando as concepções morais em torno da pauta. Outra manobra neste caso envolveu a tentativa de não pautar uma segunda votação, fazendo com que a autora do projeto fizesse o requerimento de parecer jurídico da Câmara para que fosse aceita a submissão. Segue síntese da segunda votação, realizada em 24/06/21:

Vereadora do PT, faz sua fala com uma bandeira do orgulho nas suas costas, comentando que o projeto causou dor, estranheza e alegria para muitas pessoas, e o tema está saindo do armário das famílias no município, dando visibilidade as pessoas LGBT, e que o problema é a tortura, violência e expulsão de casa. No minuto 29, apresenta fotos do Coletivo pela Diversidade para demonstrar quem está pedindo a aprovação, e reflete que são pessoas que estão enfrentando o medo de morrer, perder emprego e apanhar nas ruas, complementando sobre o direito de *"viver da forma como nós entendemos que devemos viver"*. Finaliza dizendo que não tem mágoas de quem a ofendeu nas redes sociais, chamando-a de jumenta. Vereador MDB reforça novamente que respeita as pessoas homossexuais, mas que tem um dia para homenagear ou tratar da homofobia pode fazê-las se sentirem diferentes, o que pode separar as classes, e abordando que o importante é a educação refere que mudará seu voto para ser contrário. Vereador PSD, que não se manifestou na primeira sessão, diz não é contra as pessoas, mas que manterá voto contrário que a separação é prejudicial e gera mais discriminação e estratificação. Vereadora PSDB repete necessidade de consciência coletiva, respeito e empatia como forma de reconhecer a luta de pessoas minoritárias em termo de direitos. Vereador (sem partido) parabeniza proponente por escutar e debater, mas que sua posição é formada, entende que respeito vem de casa e não pode opinar sobre vida das pessoas, na família o coração de pai e mãe deve perdoar e na rua não dá pra admitir discriminação, mas que ter um dia cria prerrogativa e obrigações ao poder público, o que *"agora está aglomerado LGBT e daqui uns dias o B, o T vai querer o dia (...) vai mais desagregar do que ajuntar (...) vão querer mudar até língua portuguesa"*. Realizada as exposições, vereadora proponente pede palavra, mas é ignorada, sendo iniciada a votação e rejeição por 6 votos a 4. Ao final, o presidente da sessão, diferente de outros momentos, informa os nomes daqueles que foram contrários.

O rito incomum do final da discussão, quase que simulando uma prestação de contas dos votos, chama atenção para os movimentos que se estabeleceram entre as sessões, e que resultaram na modificação das posições anunciadas anteriormente, o que pode ressoar as análises de Araujo e Gatto (2022) da significativa influência da ideologia do eleitorado na adoção de políticas, mais do que pautada unicamente na ideologia dos vereadores/as. Do ponto de vista das justificativas observo um deslocamento, da não existência de violências, para a ideia de que o projeto poderia provocar mais discriminação e divisão social, o que seria resolvido pela educação no âmbito doméstico e não por ações no âmbito público. Esse movimento discursivo coloca em questão os ideais de uma cidadania universal (indivíduos livres e iguais), que segundo Chantal Mouffe (1997) não produzem valores de equidade, uma vez que a visão liberal impede que se abarque divisões e antagonismo, relegando ao privado

questões de particularidade e diferença, o que resulta na subordinação das mulheres, e poderíamos contemplar também a busca por manter no “armário” as possibilidades de visibilidade e as violências contra as pessoas LGBTQIAPN+. Essa realidade é expressa de maneira reiterado nos discursos de “tenho amigos que são” e “pessoas maravilhosas”, mas desde que não fiquem tornando visível e/ou reivindicando demandas ao Estado. Numa proposta radical de democracia, cada situação deveria possibilitar um encontro entre o “público” e o “privado”, visto que os desejos, opções e decisões são privados, mas a sua realização envolve contingências e uma equivalência pública. Esse cenário modificaria as visões do que seria um cidadão e de como atuar como membro de uma comunidade política democrática, permitindo o diálogo entre diferentes grupos e o acolhimento de certas demandas, como as que envolvem os/as/es vereadores/as e o Coletivo da diversidade de São Miguel do Oeste.

No que se refere a luta por uma cidadania LGBTQIAPN+, algo expressivo no cenário regional é a atuação e representatividade da UNA-LGBT, sendo referenciada nos municípios que possuem sua fração, sendo eles: Chapecó, Pinhalzinho, Xanxerê, Concórdia e Caçador. As referências à entidade compreendem moções de apoio a sua criação e o convite para apresentação dos princípios e pautas de luta na tribuna das Câmaras, provenientes de vereadores/as de diferentes partidos. Como exemplo, na ata 56 de 07/11/23, foi aprovada moção de aplauso (20/23) à UNA LGBT - fração Caçador, proposta por vereador do União Brasil, que destacou a importância do respeito às orientações sexuais e identidades de gênero, elogiando representantes da comunidade, como o governador do Rio Grande do Sul (Eduardo Leite) e profissional cabelereiro da cidade, em seguida condenando atos de intolerância e violência, a exemplo da agressão a uma drag queen em Balneário Camboriú. Nesta sessão também teve palavra o presidente da entidade pediu o apoio do legislativo no enfrentamento do machismo, racismo e LGBTfobia, reforçando a promoção de direitos igualitários e a necessidade de desmistificar informações equivocadas acerca dos movimentos sociais.

A formalização de entidades LGBTQIAPN+, no interior do Brasil e nos sertões do estado de Santa Catarina, aponta para potencialidades na articulação de coletivos e fortalecimento de representações políticas que disputam o espaço público e buscam provocar fissuras numa política sexual orientada conservadoramente para o silenciamento cisheteronormativo das pautas legislativas. Enfrentam um contexto especialmente desafiador de fazer avançar até mesmo as demandas ligadas às liberdades negativas para enfrentamento das violências, como mencionam Pecheny e Dehesa (2011), que perpassa desde a falta de vontade política até a debilidade das capacidades estatais. Quando buscam abarcar projetos voltados à garantia de direitos, mobilizando aspectos de proteção, realização pessoal e exercício

da cidadania, é implacável a reação odiosa contra o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero. A convergência desta análise pode ser visualizada no contexto de Chapecó, a partir do histórico de projetos apresentados por vereadora de PCdoB, vice-presidenta da UNA LGBT naquela ocasião, como exposto:

- Projeto de Lei 178/21: Dia municipal de combate a LGBTfobia – homofóbicas, lesbofóbicas, bifóbicas e transfóbicas. **REJEITADO.**
- Projeto de Lei 180/21. Portal da transparência publique dados sobre políticas públicas para população LGBT+, mapa das vulnerabilidades e vítimas de violência. **ARQUIVADO.**
- Projeto Lei 179/21: Assegura a pessoas em união estável homoafetiva e a seus dependentes acesso a políticas públicas e a inclusão e uso do nome social nos registros municipais relativos a serviços públicos, assim como para uniões heteroafetivas. **ARQUIVADO.**
- Moção 692/21: apelo para implantação da Área Técnica de Saúde e Centro especializado de Saúde integral LGBT+. Necessidade de enfrentar violência e racismo institucional, qualificar o processo transexualizador e ofertar atendimento multiprofissional. **REJEITADO.**
- Moção 406/22: reconhecimento da ONG Mães pela diversidade, destinada ao acolhimento de pais e mães, na direção da aceitação, orgulho e respeito, considerando a preocupação da violência contra os filhos LGBTQIA+. **REJEITADO.**
- Projeto de Lei 190/22: utilização do nome social para pessoas transexuais nos registros e serviços públicos municipais. **ARQUIVADO.**
- Projeto de Lei 161/22: fixa restrições para nomeação de servidores públicos e em cargos comissionados quem tenha sido condenada em ações penais por LGBTfobia. **REJEITADO.**
- Moção 11/08/23: reconhecimento à UNA LGBT pela formação sobre atendimento humanizado aos profissionais da saúde do município, enquanto possibilidade de efetivação de políticas públicas à população LGBTQIA+. **REJEITADO.**

A rejeição direta ou arquivamento frente a não apreciação do projeto, revelam as estratégias reacionárias em relação ao reconhecimento dos direitos LGBTQIAPN+, demonstrando o caráter coercitivo do poder que não busca legitimar os saberes e demandas apresentadas por/para essa população. De forma mais explícita, reforça um modo de governo enquanto dimensão repressiva do Estado, mas como demonstra Foucault (2019), também se pauta por uma concepção positiva em suas tentativas de neutralização do contrapoder, como anunciado nestes projetos, investindo na diminuição da capacidade de insurreição deste movimento e no caráter produtivo do poder na emergência de uma polícia da educação, das

famílias e dos movimentos sociais. Sobre o caráter reacionário, Albert Hirschman (2019) aborda as posturas e manobras políticas para desalojar e derrubar os ideais progressistas, um contra investimento que adota retóricas intransigentes para bloquear as mudanças, alegando que essas podem promover resultados desastrosos ou colocar em risco medidas anteriores, neste caso, abarcando a não necessidade de modificação (ampliação) do funcionamento das políticas públicas ou por ameaçar os valores da família tradicional.

No entanto, o que se constituía como reação sofre uma alteração significativa no contexto de Chapecó, que rearranja suas forças partir de 2023, a partir do que anuncia Morán Faúndes (2023) quando demonstra que as racionalidades neoconservadores e neoliberais não jogam apenas com a interferência moral ou religiosa no Estado, mas promovem uma biopolítica orientada a reconfiguração social a partir de um projeto socioeconômico que fortalece uma ideia de família (e a proteção das infâncias) mediante a precarização da vida. Esse dispositivo pode ser observado na proposição e discussão em torno de 3 projetos de lei, que são: 1) P.L. 43/23: “Lei da Justa Competição no Esporte”, estabelecendo o sexo biológico como critério exclusivo para definição de gênero em competições esportivas oficiais, amadoras ou profissionais (autoria vereador Patriota); 2) P.L. 268/23: proíbe a participação de crianças em paradas gays e eventos similares (autoria vereador PL, atualmente no PSD); 3) P.L. 274/23: garante a templos, escolas públicas, particulares, confessionais e instituições mantidas por entidades religiosas a atribuição do uso de seus banheiros de acordo com a definição biológica de sexo (autoria vereador do PSC, atual PL).

O primeiro destes projetos, denominado de justa competição no esporte, iniciou sua tramitação em março de 2023, e propõe vedar a participação de atletas transgêneros em categorias que não correspondam a identificação do sexo atribuída no nascimento, e estipula multa para o atleta e entidade desportiva que não informar “seu real sexo biológico”, defendendo a criação de categorias exclusivas para essa população. Reafirma-se nas justificativas desta lei os desequilíbrios no esporte pelas características herdadas biologicamente, tomando como exemplo o caso Tiffany, e com alegações de que a competição justa e igualitária só pode ocorrer com a “paridade de armas”. Da sua tramitação, foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça e recebeu um voto contrário na Comissão de Finanças e na Comissão de Educação, com argumento de ferir o princípio da autonomia às entidades desportivas e associações quanto a sua organização e funcionamento. Vereadora do PSB, realiza pedido de manifestação à OAB/SC (retirado), parecer jurídico da ACAMOSC e parecer técnico da Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE), ambos com

retorno, mas não anexados no site da Câmara de Vereadores⁸⁸. Com a aprovação do projeto, foi promulgada como Lei Municipal nº 7.948, em 25/10/2023. A UNA LGBT - fração Chapecó, dias após a publicação da lei, se pronunciou nas redes sociais da entidade destacando o caráter transfóbico da proposta, reforçando diretrizes do Comitê Olímpico Internacional (COI), que aborda do princípio de não presunção de vantagem e do atleta não ser impedido de competir, e que acionará a OAB/SC e Ministério Público para denunciar o ataque contra a população transgênero do município⁸⁹.

Fassin (2023), em suas análises, comenta sobre uma versão atualizada das ofensivas neoconservadoras pautada pela retórica da “ideologia transgênero”, que tem como premissa o sexo biológico e não o gênero. O debate tem movimentado discursos de especialistas sobre uma suposta epidemia trans entre crianças e adolescentes que, em nome da proteção da infância, tem justificado a adoção de pânicos morais contrários à noção de visibilidade e de autodeterminação. Sobre esse tema, Butler (2024) analisa que a ideia sobre os “fatos do sexo”, enquanto diferenças biológicas, desconsidera materialidades diversas (pessoas intersexo, capacidades reprodutivas...) e submete a vida corporificada a um quadro normativo que busca restringir liberdades de atribuição do sexo. O argumento do senso comum em torno do pênis e vagina, desconsidera que a própria biologia interage com forças sociais e ambientais, portanto, o corpo biológico só sobrevive à medida que está vinculado a sistemas sociais. Nesse sentido, o processo de auto-atribuição do sexo, de compreender-se e nomear-se para algumas pessoas:

“(…) significa cumprir um comando social que a atribuição de sexo parece implicar e viver dentro do imaginário que rodeia esse sexo; para outras, a única maneira de viver é se debater ou lutar contra esse comando, expandir o que significa viver um corpo nesse mundo. Contanto que concordemos que a categoria sexo chega em nossas vidas como um comando, um quadro complexo, um conjunto implícito de critérios, haverá desde o início uma condição fantasmática que informa o fato do sexo, efetivado em sua delimitação, e isso significa que o gênero já está fazendo seu trabalho” (Butler, 2024, p. 191).

⁸⁸ De forma indireta foi possível acesso a estes pareceres, sendo que: a) Parecer Jurídico 96 da ACAMOSC ressalta: os municípios não podem legislar sobre matéria concorrente aos demais entes federativos, que as entidades desportivas regulam suas atividades, sem interferência estatal, e não entrará em discussão da matéria de gênero pois trata de discussão em âmbito nacional; b) Despacho 47 da FESPORTE: conforme processo SCC 5029/2023 entende pela impossibilidade de prosseguimento desse projeto, por contrariar princípios constitucionais e em respeito a autonomia das entidades desportivas.

⁸⁹ Em notícia do Portal Carta Capital de 22/07/24 menciona que Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, órgão do Ministério Público Federal (MPF) se manifestou contrária a Lei por ter extrapolado a competência da União, a não observância das diretrizes do COI e a fixação de um critério transfóbico nas competições que revela a intromissão estatal incompatível com os princípios constitucionais. A representação do órgão foi encaminhada ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, a quem caberia acionar o STF. Para saber mais segue link: <https://www.cartacapital.com.br/esporte/procuradoria-defende-suspender-lei-de-chapeco-que-barra-pessoas-trans-em-competicoes-esportivas/>

O gênero levanta essa questão de quem somos e como nos relacionamos com as pessoas, de como a diferença sexual tem seus significados históricos e se entrecruzam com as hierarquias e desigualdades que ordenam nosso mundo. Butler (2024) complementa que o gênero funciona como um quadro referencial classificatório que precede a atribuição do sexo, mais complexo que apenas uma lógica binária, visto que nunca se pode eliminar completamente a lacuna entre o corpo percebido ou vivido e as normas sociais que estabelecem a categoria sob a qual ele deve ser compreendido. Sobre o sexo/gênero na questão esporte, para a autora, até mesmo as capacidades dos atletas não se reduzem a critérios hormonais, sem considerar a interação entre forças biológicas e sociais. O que proporciona músculos fortes, densidade óssea e resistência é a interação entre testosterona com uma gama de práticas e instituições sociais, sendo que até o COI, ao rever suas diretrizes, apontou pesquisas que identificaram níveis de testosteronas maiores em muitas mulheres, do que em homens. No caso das mulheres trans, quando se retira o critério hormonal, observa-se o quanto possuem mais desvantagens do que vantagens em sua participação e desempenho atlético, e nem as estatísticas comprovam a afirmação de que estas podem sempre vencer mulheres cisgênero.

A trama discursiva que envolve a discussão da lei sobre participação de pessoas trans no esporte e a sua relação com os demais projetos que tratam de questões de gênero e sexualidades podem ser observadas em uma discussão da Câmara de Vereadores de Chapecó, como vemos⁹⁰:

Em pauta o requerimento 237/23 de autoria de vereadora do PSB que busca parecer da OAB para projetos que são polêmicos, como o P.L. 266. Reforça que a proibição de participação nas paradas, já consolidadas e que não causaram nenhum dolo ou problema no município, não respeita o direito dos pais na decisão, pauta tão discutida em outros momentos na Câmara. Para exemplificar cita vereadora que adotou criança com sua companheira e outra vereadora que pode ser proibida de levar sua filha. Menciona também a aprovação do projeto de justa competição no esporte, com 2 pareceres de inconstitucionalidade (Fesporte e ACAMOSOC), e o caso de mulher trans que não poderá jogar em virtude desse projeto, sob pena de multa para ela e seu time. Finaliza apontando que o parecer atende pedidos da UNA LGBT, como forma de debater a constitucionalidade ou não do projeto, para não fazer injustiça. Que foi em todas as paradas e é o “olhar dos vereadores”, não podendo se generalizar o que ocorre em outros contextos. Na sequência, vereador PL (autor do projeto 266/23) refere que se fosse polêmico a casa estaria cheia, e que a OAB não é órgão consultivo, alegando que é mentira os dados de número de pessoas na última parada mencionados pela vereadora, e reforça: "então a senhora está mentindo". Segue com argumentos que a discussão é sobre a criança ter discernimento sobre querer ou não estar lá,

⁹⁰ A gravação na íntegra da sessão pode ser conferida no seguinte link, a partir dos 59 minutos: <https://www.facebook.com/camarachapeco/videos/1263473727652381>

quando estiver na idade certa, e não apenas o interesse dos pais. Sobre o projeto do esporte, traz que um *“é um masculino que se sente feminino, mas seu corpo continua sendo masculino, a sua força é de um masculino”*, e quem irá vencer é aquele que tem mais força. Das paradas, não pode aceitar que digam que Jesus é homossexual, pessoas colocando crucifixo no ânus, sabe que em Chapecó não aconteceu, mas é muito erotismo nesses lugares, simbologia de sexo. Finaliza abordando que a população vai ficar sabendo qual vereador aprovou o requerimento, e que quando forem pedir voto *“vai ouvir que você votou diferente daquilo que nós pregamos, vemos e não queremos em nossa cidade”*. Vereador do PT parabeniza o requerimento e acredita na manifestação pacífica, ordeira, em um país livre e democrático, e que existem pais heterossexuais que são simpatizantes e não poderão contribuir com o movimento de pessoas que querem ser reconhecidas e respeitadas. Vereador Patriota alega que como advogado paga anuidade para OAB cumprir sua finalidade e prerrogativa de cobrar direitos e deveres dos advogados, sabe da defesa da entidade dos direitos humanos, mas não deve se chamar a OAB quando a Câmara paga outras entidades para emitirem pareceres (UVESC e ACAMOSOC). Em regime de votação abre-se para justificativa de voto. Vereadora PSB (autora do requerimento) reforça que manifestação é pacífica e ocorre sem apoio do poder público e reflete que não se pode construir proibições aos pais, destaca ainda, que o erotismo está em novelas, músicas e até shows, como o caso envolve autorização para pais levarem crianças no show da Ana Castela na EFAPI. Sinaliza que a OAB contribuiu em outros projetos da casa e sua opinião se pauta na constituição. Vereador PSD refere que inicialmente cabe buscar apoio jurídico interno, e comenta que como pai *“não posso levar meu filho onde eu quero, não posso levar num baile, casa noturna, num motel”*. A preocupação é com crianças de 0-12 anos, e que os pais têm limites, tem que proteger, como no crime do estupro. Complementa que não foi numa Parada, mas tem dúvidas se ambiente propício. Reflete que o STF não entende nada, sendo uma *“tropa de analfabeto”* e de que ministro Alexandre de Moraes devia ser preso por seus crimes. Vereador MDB menciona a manifestação que está acontecendo em frente da Câmara, e em sua fala destaca que projeto do esporte é questão de tônus muscular e força física em competições, uma vez que *“a gente sabe e todo mundo sabe que existe diferença, temos os gêneros”*. Refere que será relator do projeto e pedirá parecer jurídico de quem confia, que pode ser feito emendas para regular a entrada das crianças com auxílio da polícia, mas se orientará pela preservação das crianças e gêneros, sem mimimi. Vereador Patriota, alega que causa estranheza a posição da esquerda, que não se preocupa com as crianças e de que os pais não prestam em discussões como o homescholling e banheiro neutro. Sobre o banheiro, afirma que faz o debate com responsabilidade, diferente do governo nacional, e que seu alerta trata de *“não deixar que ninguém se aproveite disso para maltratar nossas crianças”*. Levanta questionamento sobre a vontade do legislador, sobre sua intenção verdadeira em protocolar proposições, que não se relaciona com a preocupação com a criança. Vereador PL refere que projeto não teve tramitação nas comissões, e que é contrário a manifestação da OAB neste momento, devendo ser respeitado o trabalho das comissões e o trabalho do vereador. Sobre o tema do projeto, comenta que defende as crianças e o equilíbrio social, que as pessoas podem se manifestar, mas não ultrapassar os limites do direito, da igualdade e não da diferença, visto que a *“orientação sexual é querer individual, respeitar sem ter necessidade de demonstração em público”*. Ao final, vereadora proponente informa que irá sustar o requerimento para discussão posterior e registra a presença de vereadora do PCdoB e do movimento LGBT.

A alusão à lei da justa competição no esporte serve de ligação discursiva com outros enunciados dispostos para legitimar a noção de diferença sexual com a proteção da infância, e se articula com outros discursos para circunscrever os limites de decisão dos pais em uma concepção de preservação dos valores tradicionais. Outrossim, enunciados de vulgarização, desvirtuamento e erotização, implicitamente de estupro e pedofilia, mesmo que apresentados de forma dispersa, remetem à noção de promiscuidade associada as pessoas LGBTQIAPN+, que segundo Carrara (2015) tem se tornado uma forte candidata de categoria-ponte entre moral sexual cristã e um novo regime secular da sexualidade, um recurso para barrar o reconhecimento de direitos civis ligados à diversidade de gênero e sexualidade e para manter vivo o “velho” critério da heterossexualidade. Nessa direção, sobre a reiterada alegação de proteção da infância, vale devolver o questionamento ao vereador sobre quais seriam os verdadeiros interesses do legislador quando pauta projetos com teor antigênero. E, nesse ponto, é importante sinalizar o apoio entre vereadores/as alinhados/as à (extrema) direita no apoio entre as pautas, que apesar de contemplarem diferentes proposições se unem para sustentar a defesa das lógicas neoconservadoras.

Na dinâmica envolvendo o caso do P.L. 266/23 (crianças em paradas), destaca-se que este foi alvo de intensa mobilização social e institucional, contexto que contribuiu para o arquivamento inicial da proposta. Das ações legislativas, foram protocolados 3 documentos a partir de requerimentos para manifestações em relação a matéria, que de forma geral alertaram para inconstitucionalidade e violação da dignidade humana da proposta (Parecer de assessoria jurídica interna da Câmara, UVESC e ACAMOSOC)⁵⁵. Ressalta-se principalmente a atuação da UNA LGBT - Chapecó, em estabelecer diálogo com todos/as os/as vereadores/as, as tentativas de mobilização de mídias e entidades nacionais e estaduais (como o Conselho Nacional LGBT e Defensoria Pública, que emitiu recomendação ao município), e articulação de protesto em frente à Câmara de Vereadores (em 21/11/23). Sobre o protesto, observa-se que além dos integrantes da UNA, estavam presentes representantes de entidades como: Unidade Popular, União Brasileira de Mulheres, sindicatos, partidos políticos (como PT, PCdoB, PSOL e PSB) e os diretórios dos estudantes de universidades da cidade⁹¹.

No tocante a este projeto específico, um dia antes, foi apresentado pela deputada Ana Caroline Campagnolo (PL) a proposição 0103/2024⁹² que proíbe a participação de crianças e

⁹¹ Registra-se que em 22/03/24 o projeto retornou e de forma célere foi aprovado em 06/05/24, sem chance de organização e articulação de uma resistência coletiva.

⁹² Mais detalhes do projeto de lei e acompanhamento da sua tramitação, podem ser conferidas no seguinte link: <https://portalegis.alesc.sc.gov.br/proposicoes/zlRbd/tramitacoes>

adolescentes na Parada do Orgulho LGBTQIAPN+. Repetem-se alguns argumentos e justificativas da proposta de Chapecó, acrescentando de forma mais enfática que a “*exposição da criança ao evento supracitado é indesejável interferência de sua formação moral, podendo causar profundas lacerações e cicatrizes em sua futura personalidade*”. Para além da hipérbole discursiva, interessante apontar a configuração de uma rede de relações macro e micropolíticas, revelando que os municípios não apenas recebem e reproduzem projetos pautados em nível estadual e nacional, mas paralelamente servem de inspiração para formas de disputar as políticas sexuais, em seus projetos e nos modos de como se pode penetrar no cotidiano e mobilizar a realidade concreta dos indivíduos, questão apontada por Foucault (2019). Cabe, contudo, questionar o quanto os movimentos progressistas têm capturado a importância de análises micropolíticas e do fortalecimento das ações locais, isso considerando os desafios enfrentados pelas entidades da região em conseguir amplo apoio midiático, institucional e governamental para resistir às ofensivas antigênero.

Na sequência dos projetos apresentados na Câmara de Chapecó, ainda consta o P.L. 274/23, submetido no dia 22/11/23, um dia após o protesto realizado em envolvendo o debate das crianças em Paradas (autor vereador do PSC, atualmente no PL). Compondo esse bloco de ofensivas, o projeto define em seus artigos que o uso de banheiros deve respeitar a definição biológica de sexo, pela denominação “masculino e feminino” e não por identidade de gênero. Em sua justificativa aborda o respeito à privacidade e segurança de crianças e mulheres, argumentando que banheiro não é local de ideologia, mas das necessidades biológicas, e que se deve levar em conta a anatomia definida pela ciência. Ao final define que a iniciativa não tem o condão de afrontar a comunidade LGBTQIAPN+, mas de garantir a clareza no uso correto dos banheiros. Observa-se, nos discursos mobilizados a menção da noção de ideologia, que assume contornos definidos de uma estratégia que se apoia contra uma “ideologia transgênero”, e chama igual atenção, a apropriação das nomenclaturas do próprio movimento ao utilizar o termo LGBTQIAPN+, possivelmente funcionando como aviso para um inimigo já definido.

Este projeto também compreendeu uma intensa mobilização no mês de fevereiro de 2024, articulado pela UNA LGBT e ampliando suas forças com outras entidades locais, inclusive com protagonismo do Coletivo Transcender (formado com o objetivo de luta e acolhimento transcetrado). Além da ocupação durante vários dias da Câmara de Vereadores, foram mobilizadas reuniões e pedidos de pareceres para atestar a inconstitucionalidade da

proposta (Defensoria Pública, Ministério Público e UVESC)⁹³. Mesmo diante dessas manifestações, o projeto foi aprovado em segunda votação no dia 22/03/24, do qual registra-se a manobra de intimidação do autor do projeto, que mobilizou membros da igreja evangélica que constituem sua base eleitoral para ocupar o plenário da Câmara, cerceando o espaço para os manifestantes contrários à proposta. Como elemento das resistências à aprovação deste projeto, bem como dos demais elencados, identifica-se a busca por apoio de entidades estaduais e nacionais, principalmente ligadas ao poder judiciário.

Ao fazer esses relatos uma imagem vem mente, de professora, mulher trans, sentada no chão e chorando após a votação do P.L. 274/23. O significado desta imagem repercute muitas das análises sobre as ofensivas antigênero na realidade regional. A que pese o complexo desafio em definir o que é realidade, quando se lida com o caráter fantasmático destas ofensivas, com suas muitas condensações e deslocamentos de enunciados, e que associada com suas estratégias “em bloco” e manobras legais e religiosas, produzem um caráter traumático que busca limitar a capacidade de simbolização e enfrentamento. E sobre isso, Bulter (2024) menciona a quase impossibilidade de esvaziar esse fantasma confrontando o senso comum dos neoconservadores em seus próprios textos e argumentos, e pelo fato destes acreditarem que acolher outras ideias de grupos diferentes seria “tratar com o diabo”.

Compreender como se estabelece esse jogo de forças no oeste catarinense é partilhar as análises de Serrano-Amaya (2019) quando destaca dimensões dos usos da “ideologia de gênero” na América Latina, apontando para a produção de um inimigo interno na aplicação de violência moral e social contra quem ameaça uma ordem colonial, os usos da homofobia para estigmatizar a oposição política e consolidar a masculinidade hegemônica necessária aos regimes autoritários, e a secularização do discurso como forma de recuperar o poder religioso e assimilar o direito natural da diferença sexual em nível constitucional. Também é reconhecer como o conservadorismo historicamente tem limitado a consolidação dos ideais democráticos, seja numa dimensão política, a exemplo de quando despreza repetidas vezes os argumentos sobre a inconstitucionalidade dos projetos de lei, quando reafirma a legitimidade superior de uma família tradicional colonial, e suas pretensões de aniquilar modos diversos de parentalidade. Ainda, por mais que se possa perceber que o discurso secular provoca maior

⁹³ Segue síntese da manifestação das entidades: a) Defensoria Pública: emitiu parecer destacando que a lei local não pode suplementar leis federais e estaduais, que deve-se respeitar o direito à própria personalidade para pessoas que se identificam com sexo diverso do biológico e que a perpetuação da inconstitucionalidade pode causar danos de legitimidade do poder legislativo, em contrassenso com a realidade nacional; b) Ministério Público em seu parecer informou a impossibilidade de interferir em deliberação legislativa, somente após sua promulgação e efeitos concretos de sua vigência; c) UVESC que refirma a não competência do município parar legislar sobre o tema e por ferir princípios da dignidade humana.

engajamento, no cenário regional não há tentativas significativas de apagar as marcas religiosas, seja na posição dos/as vereadores/as, quanto nas justificativas dos projetos, a exemplo de quando aproxima escolas de templos.

Notadamente os inimigos estão delimitados nas pautas antifeministas e anti-LGBT, sendo necessário ressaltar os argumentos anti-trans, que recentemente tem demonstrado força ao aplacar maior aprovação no caso da linguagem neutra e os projetos sobre esporte e banheiros do município de Chapecó. O tempo e recursos destinados a essas pautas, demonstram igualmente que não tratam apenas de elementos dispersos nas ações legislativas, mas formam um campo em que o gênero e a sexualidade são estratégias de governo que provocam a polarização política, a construção de imaginários violentos e a manipulação dos medos e inseguranças. Se em muitos momentos a tática foi, e em muitos municípios ainda é, de silêncio frente as demandas de direitos das mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e outros grupos (como a questão étnico-racial), agora envolve se apropriar e deslocar intencionalmente seus argumentos, como forma de acusar de mentirosos, contraditórios e aproveitadores a quem se dedica à defesa dos direitos humanos. Também apontam dinâmicas específicas, como a formação de redes de articulações que recebem as pautas de âmbito nacional e estadual, mas que também demonstram como as pautas municipais servem de inspiração e condições de novos argumentos e proposições que alimentam as ofensivas. Um destes pontos trata de acompanhar como o poder local tem sido mobilizado para fortalecer a contraposição contra decisões em cenários nacionais, como o STF e o atual governo federal.

Neste contexto, entendo que é preciso novamente alertar que os ataques à democracia sexual revelam os limites da própria democracia, o que revela a urgência de fortalecer as pautas e ações feministas e LGBTQIAPN+ para combater a agenda moral das ofensivas antigênero, mas que também aponta para o processo de fragilização do próprio Estado, portanto, estas temáticas não deveriam se tornar uma agenda secundária de partidos que defendem a democracia (por recuo ou receio de perder votos). Quando se evidencia a complexidade das articulações macro e micropolíticas destes movimentos neoconservadores, ao passo que se compreende suas ligações transnacionais, e que se relaciona com os efeitos históricos coloniais partilhados na América Latina, não se deve desviar o olhar para os pequenos municípios (o interior com seus sertões), que servem como parâmetros para medir a eficácia dos usos políticos do gênero e sexualidades, mas que também fornecem novos elementos deste fantasma e as condições para lutar contra aquilo age na precarização da vida corporificado e do mundo.

5. DESCENDO A AVENIDA, QUEBRANDO MUROS E LUTANDO CONTRA MOINHOS DE VENTO: RESISTÊNCIAS ÀS OFENSIVAS ANTIGÊNERO

*“Sonhar o sonho impossível;
 Sofrer a angústia implacável;
 Pisar onde os bravos não ousam;
 Reparar o mal irreparável;
 Amar um amor casto à distância;
 Enfrentar o inimigo invencível;
 Tentar quando as forças se esvaem;
 Alcançar a estrela inatingível.
 Essa é a minha busca.”*

(Dom Quixote – Miguel de Cervantes).

Derrotado, nosso cavaleiro Dom Quixote, que outrora brandia a “bondade da sua espada” contra gigantes, pouco a pouco dissolvia sua fantasia em uma penosa realidade, da qual restavam apenas moinhos de vento. E de que serve as lutas inúteis? Quem sabe seja por isso que sejam lutas que valem a pena. Mas localizar essa discussão como se fossem moinhos de vento não tem a intenção de demarcar uma paranoia, com finalidade de estabelecer diagnósticos e atribuir possíveis patologias, ou como questiona Eve K. Sedgwick (2020), não trata somente do trabalho do homem desconfiado que busca falsificar os métodos do homem ardiloso, mas de estabelecer uma tarefa cognitiva e afetiva a partir de uma leitura reparadora de um passado que poderia ter se construído de outra forma e de um futuro enquanto uma possibilidade que não está dada.

São as lutas e as perspectivas de quem luta contra essas ofensivas que configurarão a minha busca a partir daqui. Se no capítulo anterior busquei configurar um mapa da emergência das discussões sobre gênero e sexualidades nas ações legislativas nos municípios do oeste catarinense, a proposta agora é compartilhar linhas de análises e afetos constituídos com pessoas/coletivos que foram mencionados e produziram movimentos questionadores à projetos de lei, atividades e posicionamentos que convergem em uma pauta antigênero a nível regional. Como já sinalizei em outros momentos, a materialização do medo e o reconhecimento das estratégias (perseguição, difamação, ameaças) reforçam minha decisão por não estabelecer diálogo com os “moinhos/gigantes”, e por entender que suas falas/posições encontram condições de visibilidade e propagação no cenário público. Deste modo, considerarei e me fortaleço ao caminhar com quem produz resistências e entra em jogo na ação política, aspecto

inclusive que aparece de forma fragmentada em estudos e análises sobre esse campo que envolve as ofensivas antigênero.

Como lembra Foucault (2014; 2019) uma analítica em torno do poder envolve a problematização das estratégias e táticas dos adversários no interior das relações de poder e seus focos de resistência múltiplos e transitórios, nessa rede que constitui a estrutura social, atravessando aparelhos e instituições, com seus desdobramentos nas tramas do nosso cotidiano. Frente aos discursos que veiculam o poder, é possível produzir estratégias opostas para debilitar e barrar suas interdições e silêncios. Sobre isso, Guilherme Castello Branco (2001) aponta a descrença de Foucault no potencial transformador e/ou revolucionário dos partidos e grupos políticos contra o Estado e suas instituições, investindo nos movimentos de luta e suas artimanhas em torno da liberdade, enquanto força insubmissa ao que tenta dominar, prender, controlar, e que também revela as lutas que se levantam contra o estatuto de indivíduo, do assujeitamento e submissão.

Ao considerar essas lutas em torno da liberdade, me alinho ao que propõe Foucault, na compreensão dos momentos em que os saberes marginais, relegados das hierarquias do conhecimento, atingem uma possibilidade discursiva para entrar nos jogos de poder, não apenas para tomar posição, mas para resistir e recusar o próprio jogo. Embora isso denote um caráter reativo para enfrentar um determinado sistema (com suas práticas, instituições e objetos) e seu modo de controle dos corpos, também entendo ser necessário questionar as próprias condições e experiências em torno daquilo que pode ser dizível e audível numa determinada realidade. Nesse ponto, me aproximo das proposições de Rancière, que segundo Marques e Prado (2018) remetem a uma posição política que propõe redesenhar o ordenamento da aparição das vozes subalternas e desorganiza o tempo e espaços controladores e impositivos, desconstruindo modos consensuais do que é visível, enunciável e sentido.

Para Rancière (2018) a partilha desigual do sensível envolve a produção de um conflito que produz dois modos de estar-junto no mundo, a partir de uma ordem policial que se encarrega de distribuir os corpos entre aqueles que tem um nome e exercem o domínio da palavra, daqueles que não tem direito a serem contados como seres falantes, visto que os barulhos que saem de suas bocas não contam como discursos. A polícia, portanto, não é uma disciplinarização dos corpos, mas as regras de seu aparecimento e os modos de ocupar os espaços. Frente ao dano produzido por essa impossibilidade de habitar entre os mundos, a atividade política buscaria reconfigurar o lugar destas partes, exigindo a verificação da igualdade, fazendo ver o que não era visto e ouvir um discurso onde só tinha ruídos. Para tanto, a cena polêmica é uma forma de alterar a arquitetura hegemônica do sensível, em que os seres

sem-parte impõem o exame e discussão das coisas que anteriormente não visíveis ou consideradas, o que provoca novas condições de subjetivação.

Em relação a essas duas perspectivas sobre resistência, faço a opção pela aproximação do diálogo entre Foucault e Rancière, na tentativa de explorar a multiplicidade dos pontos de resistência, que se ligam aos caminhos imprevistos dos discursos polêmicos e litigiosos em torno do sensível, embora entenda que não aprofundarei o método da cena em Rancière. Nessa direção, ao considerar uma proposta de método, sigo a ideia de Gonçalves (2000) em aliar a genealogia com a cartografia no trabalho de composição de um diagrama de forças, interrogando a história pelas suas margens, territórios inexplorados, os pontos de inversão de poder e as mutações. Para isso, observa-se um questionamento da história e sua perspectiva cronológica, reconhecendo a atualização indeterminada entre passado e presente, as condições que dão origem a determinados problemas e a virtualização das possibilidades de criação ou captura das forças (Zambenedetti e Silva, 2011). A noção de descontinuidade temporal e produção de ficções que desafiam os imaginários hegemônicos também está presente na obra de Rancière (Voigt, 2018), mas seu interesse reside nas formas de experimentação e a multiplicidade dos intervalos para habitar entre os mundos.

Retomadas algumas das linhas que compõem os caminhos metodológicos da escrita deste capítulo, estabeleço novamente o diálogo com a proposta de Butler (2024), para explorar a potência atômica das teorias de gênero, não no sentido de reafirmar seu caráter destrutivo e de dissolução do sistema-mundo defendido pelos grupos neoconservadores, mas enquanto dimensão que permite a composição de elementos que fazem multiplicar as possibilidades de uma existência corporificada. Como argumenta a autora, a tarefa de análise do fantasma de gênero requer pensar resistências à colonização patriarcal e heteronormativa que estejam aliadas com a afirmação de vidas queer, trans e intersexo. Deste modo, não basta apenas desenvolver as habilidades analíticas para rastrear as estratégias e provar os erros destes grupos com seu sadismo moral, mas contribuir para desenvolver uma visão ética e política que denuncie a crueldade e opressão, e que possa “ajudar a produzir um mundo no qual possamos nos movimentar, respirar e amar sem medo da violência” (p. 32).

Para produzir essa tarefa da resistência às ofensivas antigênero, o mapa das atividades legislativas se desdobrou no mapa enquanto rizoma, um campo aberto que conecta processos e agenciamentos para produzir a realidade investigada. Para esse caminhar, partiu-se do enquadramento de determinados pontos deste mapa, de forma flexível, observando as múltiplas saídas possíveis, seja da história que se pretende configurar como dos movimentos dos corpos neste território (Hur, 2021). O que se seguirá nos encontros e diálogos estabelecidos com

as/os/es participantes do estudo envolvem registros das intensidades, que serão dispostas em conjuntos temáticos para explorar dados emergentes, distintas narrativas e graus de potência para os sonhos impossíveis. Intensidades que também se apoiam numa análise sobre a produtividade das relações de saber/poder e as possibilidades de resistência.

5.1 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE DIÁLOGOS SOBRE RESISTÊNCIAS

Quem e como se entra no jogo de forças contra as pautas antigênero? A configuração desta questão acompanhou meus caminhos na apresentação e convite para contribuição dos/as/es participantes em relação ao tema de estudo. O diálogo-entrevista buscou conhecer sua atuação política e/ou a forma como foram nomeados nas atividades legislativas, a compreensão em relação ao confronto das forças no cenário regional e as suas perspectivas de luta. Os contatos se estabeleceram inicialmente a partir da rede de relações do pesquisador, uma vez que sou posicionado e estava implicado em diálogo com o lugar na Universidade e da inserção em entidades sociais, mas também envolveu o uso de redes sociais e indicações com aqueles/as que não partilhavam de um relacionamento anterior. O desejo inicial era contar com a representatividade de pessoas de todas as microrregiões do oeste catarinense, como forma de ampliar as linhas de investigação, contudo, pautado em uma compreensão rizomática tracei meu trajeto considerando as disponibilidades do pesquisador e participantes, os desejos, as distâncias geográficas, mas principalmente o caráter móvel do campo de forças que se desenhavam a partir da ação das pessoas em relação a seus contextos de atuação e luta.

O coletivo de participantes foi se constituindo inicialmente por vereadores e vereadoras que integravam os mandatos nos períodos de 2021 a 2024 e de representantes do legislativo em anos anteriores, que se destacavam por suas defesas públicas em temáticas envolvendo gênero e sexualidades, e que, em alguma medida, tenham enfrentado ataques por suas posições em defesa dos direitos humanos e diversidade, do combate às violências contra grupos sociais, entre outros interesses de luta. Em seguida, aproximei diálogos com integrantes de entidades e coletivos feministas e LGBTQIAPN+, considerando a visibilidade dos embates em torno das pautas legislativas. Ainda, busquei o contato com professoras/es alvo de acusações por propagar ideologia de gênero, sendo possível envolver apenas um/a participante, considerando o desafio na identificação destes atores sociais (nos documentos ou mídias sociais) e/ou aceite em abordar tal contexto.

Por mais que muitos/as/es integrantes deste coletivo entrevistado tenham comunicado a possibilidade de mencionar amplamente seus nomes, inclusive um/a participante referiu que sua posição pública o/a/e mantinha vivo/a/e, optei por manter o anonimato de todos/as/es, ainda mais devido relatos de processos jurídicos e receios de intensificar perseguições⁹⁴. E para reforçar esse critério, assumo também as implicações políticas de não especificar a identidade de gênero, orientação sexual, raça e/ou outra informação que possa contribuir no seu reconhecimento⁹⁵. Sobre isso, reforço que são pessoas que em sua maioria residem em cidades pequenas, e a visibilidade de seus posicionamentos pode provocar ou intensificar repercussões pessoais, profissionais e políticas. Outrossim, acredito que essa pactuação do anonimato produziu entradas para diálogos que abarcassem processos de subjetivação e críticas aos próprios segmentos que representam. Segue uma breve apresentação:

Tabela 1: Identificação dos/as/es participantes

PARTICIPANTE	CARACTERIZAÇÃO DA INCLUSÃO NO ESTUDO
A1	Vereador/a/e no mandato 2021/2024 em partido político identificado com a esquerda
B2	Vereador/a/e no mandato 2021/2024, em partido político identificado com o centro-direita
C3	Vereador/a/e no mandato 2021/2024, em partido político identificado com a esquerda
D4	Vereador/a/e suplente em mandato 2021/2024, em partido político identificado com a esquerda. Atuante em movimentos/entidades sociais LGBTQIAPN+ e de mulheres
E5	Vereador/a/e em partido político identificado com a esquerda em mandato anterior a 2021
F6	Liderança de entidade/coletivo de representação de pessoas LGBTQIAPN+
G7	Vereador/a/e no mandato 2021/2024, em partido político identificado com a esquerda
H8	Liderança de entidade/coletivo de representação de pessoas LGBTQIAPN+ e de mulheres.
I9	Liderança de entidade/coletivo de representação de pessoas LGBTQIAPN+
J10	Professor/a/e alvo de acusações de ideologia de gênero
K11	Liderança de entidade/coletivo de representação de pessoas LGBTQIAPN+

⁹⁴ Ressalto que quando a fala/contexto favorecer a caracterização do/a/e participante, será utilizado a nomenclatura N.I (não será identificado).

⁹⁵ De modo geral, observo: a) identidade de gênero: 6 mulheres cis, 1 mulher trans e 3 homens cis; b) orientação sexual: 5 heterossexuais, 3 bissexuais, 3 gays e 1 lésbica; c) raça: majoritariamente pessoas brancas e algumas pardas; d) idade aproximada: entre 20 e 50 anos; e) das 12 pessoas entrevistadas, apenas 3 delas não nasceram na região oeste catarinense.

L12	Integrante de coletivo voltado à representatividade e acolhimento da comunidade trans
-----	---

Fonte: elaboração própria

Antes de seguir com as análises, quero argumentar sobre o que não se materializará apenas com os diálogos compartilhados com os/as/es participantes, buscando formas de (re)posicionar os olhares e os modos de caminhar no território. O movimento do encontro para a pesquisa perpassou a definição de um trajeto de ida a determinado município, da escolha do local para condução da entrevista, inclusive para aquelas realizadas online, do tempo em que pesquisador e entrevistados/as/es se dispuseram a partilhar reflexões e questionamentos. Queria que fosse possível sentir a apreensão de me movimentar por locais conhecidos, mas ao mesmo tempo tão incompreendidos. É lindo o céu do oeste catarinense, tem muitas árvores no caminho. Ao percorrer trechos nas estradas esburacadas, pode-se observar de forma espaçadas as propriedades rurais, as placas de animais na pista, até que aos poucos, se chega no portal da cidade que além do nome revela o título de capital (da amizade, da hospitalidade, da saudade, da agroindústria, do vinho colonial...), e aos poucos se entra em alguma das poucas ruas daquele local, mesmo assim suficientes para se perder, ter que retornar, desviar, esperar o fluxo mais lento do trânsito. É um outro ritmo, são outras paisagens, jeito de falar, de se fazer entender, e são muitos os olhares desconfiados nas janelas das casas e portas dos comércios. O chegar no local combinado é ser recebido com um bom dia (tarde ou noite) do/a/e participante, perguntas sobre como foi chegar, aleatoriedades sobre o clima, e sobre isso digo, geralmente é sobre o clima. E a partir disso se construía o diálogo e seus possíveis, a partir de uma escuta que se pretendia reparadora.

As sínteses e estéticas dessa construção serão apresentadas em eixos temáticos, iniciando por uma configuração dos olhares sobre o contexto histórico e cultural da região oeste e suas metamorfoses na atualidade das ofensivas antigênero, e do qual se pode projetar entendimentos envolvendo a subjetivação política dos/as/es participantes. Frente a isso, abordo o campo de forças com seus múltiplos embates e efeitos em torno das pautas e ações envolvendo gênero e sexualidades, questionando estratégias e táticas de atores neoconservadores, ampliando o foco sobre as violências, perseguições e imposição do silêncio. No movimento dessas forças acompanho os questionamentos e confrontos de quem busca resistir, provocando movimentos de fazer gênero e sexualidades de maneiras diversas e múltiplas, mesmo diante de uma angústia implacável e de forças que se esvaem.

5.2 MODOS DE HABITAR O OESTE CATARINENSE

Na potente fala de D4 se anuncia as linhas de produção deste território que se entende como oeste catarinense, e ao relatar sobre uma reunião com um órgão de controle social nacional descreve: *“Eu vou contextualizar vocês. Vocês não estão falando com um grupo de pessoas que luta política como São Paulo luta. Aqui, dois, três podem morrer”*. Esse exercício de contextualização serve de argumentação para apresentar os mecanismos coloniais que historicamente configuram essa realidade, e que encontram nas lógicas conservadoras modos de reprodução de formas desiguais de habitar essa realidade, qual seja, os sertões do interior no sul brasileiro. Em suas falas, os/as/es participantes de forma intensa mencionam o modelo de colonização que mobilizou famílias de migrantes descendentes de alemães e italianos vindos do Rio Grande do Sul, e que dividiu simbólica e materialmente os espaços, visibilidades e funções nesta sociedade. Sobre isso, entende-se que a imposição de um modo de vida eurocêntrico idealizado (e datada no final do século XIX) é produzida para a dominação dos povos e terras, mas se reproduz e atualiza nas lógicas em que muitos podem morrer para alimentar um imaginário de progresso.

Enfrentar a análise da formação administrativa e geopolítica da região exige a tarefa decolonial de releitura desta história para a libertação de projeto históricos interceptados e cancelados, como propõe Segato (2021), qual seja, de abrir fissuras na hegemonia do sensível para questionar o extermínio de povos indígenas e caboclos. Neste ponto, cabe considerar como a raça em sua intersecção com os marcadores de gênero e sexualidades operou a classificação, hierarquização e seleção dos novos habitantes. A lógica de que alguém ou algo precisa ser selecionado, reafirma o olhar pornográfico daquele que se julga conquistador, e no contexto local, é importante a problematização da definição de parâmetros identitários que se articula com os valores ligados à família, religião e trabalho do “desbravador”. Esses vetores são pontos de apoio para modos específicos de exercício do poder/saber e produção de subjetividades, mas também de onde se produzem e multiplicam as resistências.

Dos usos pelas empresas colonizadoras da migração de famílias decorre o entendimento de que a posse da terra e o acúmulo de capital determina o lugar de origem (Renk, 2004), de quem se atribui o direito de demarcar as fronteiras sociais e privadamente se encarrega do destino de seus membros. Interessante pensar como esses valores familiares assumem um lugar de centralidade nas ofensivas antigênero, como forma de restituir o modelo reprodutivo e cisheteronormativo orientado ao controle e gestão dos corpos, mesmo que a noção de uma sonhada ordem patriarcal do passado nunca existiu na forma que se busca efetivar no presente

(Morán Faúndes, 2023; Butler 2024). A tentativa de perpetuação da ligação em torno da família pode ser observada no comentário de L12, que ao se mudar para a região estranhou o modo como ocorrem os encontros entre pessoas nascidas na região, do qual relata a seguinte situação: *“Tipo assim, aí as duas ficaram trocando figurinhas sobre o passado das famílias e quem conhecia quem, né? Então, eu acho que isso é a cara desse conservadorismo, né?”* e complementa em outro momento: *“Como que essa relação das famílias, do passado familiar, que pra mim não faz sentido, sabe?”*. Essa noção de buscar a herança entre famílias, mais do que mobilizar uma ideia de pertencimento, pode servir de virtualização dos projetos que defendem a centralidade da família “de origem”, que como efeito provocam o engajamento contra aquilo que ameaça a destruição dos “nossos” ou do “nosso mundo”.

De que família você é? A ideia da “nossa gente” que produz a perspectiva de um “eu” subjetivado nesta região envolve as marcas de como se apresenta o conservadorismo em relação a determinado padrão familiar inscrito nas práticas culturais. De forma geral, os/as/es participantes referem a reprodução da autoridade do homem, adulto, branco, heterossexual e religioso (católico ou evangélico), em detrimento da produção da “mulher angelical”, como aponta A1. Exemplos dessas desigualdades de gênero são abordados por B2 que conta que seus irmãos receberam do pai propriedades quando se casaram, diferente das filhas que ficaram com o enxoval, e de C3 que apesar de ter conseguido se formar no ensino superior por incentivo da mãe, que sonhava com a oportunidade de estudar, teve que cuidar da casa e lavoura assim como outras tantas mulheres, que casavam e engravidavam muito cedo, sendo que muitas não tiveram a oportunidade de entrar no mercado formal de trabalho.

Das possíveis contradições deste cenário observa-se a agência de mulheres entrevistadas na pesquisa em buscar enfrentar as tentativas de domesticidade feminina (Segato, 2021), no seu questionamento da imposição patriarcal e de se configurarem como lideranças políticas. H8 aborda a força feminista no oeste catarinense, com a inserção em sindicatos e movimentos sociais (como a criação do MMC), mas também lembra que muitas mulheres ainda são exploradas no comércio e nos frigoríficos, sem condições e forças para resistirem aos contextos que as expõe a diversas violências, e aqui é preciso reafirmar uma leitura racializada sobre a intensificação do impacto contra a expressiva maioria de mulheres pardas, indígenas e imigrantes (haitianas e venezuelanas) inseridas no contexto das agroindústrias. Outro ponto ainda, que segue as análises de H8 e se relaciona com o exposto por I9 é a questão de classe, em que mulheres geralmente brancas e com poder econômico se sentem beneficiadas por esse funcionamento social e reproduzem as hierarquias patriarcais misóginas, mesmo às custas de se silenciarem sobre os abusos que sofrem em contextos familiares e no trabalho.

Na provocação de E5 podemos refletir sobre essa realidade: *“então, isso que prega a moralidade, que prega os bons costumes, Meu Deus, é uma contradição, né?”*. Essa moralidade se relaciona com a percepção de que nos municípios pequenos do interior se torna mais visível a “bolha” que preserva tais contradições, mesmo que se tenha conhecimento das violências e opressões. Das tentativas de resistências, H8 analisa os avanços inegáveis em matéria de direitos das mulheres e enfrentamento das violências nas décadas de 1990 e 2000, com avanço das pautas feministas nos legislativos, sendo possível até encarar publicamente o debate do aborto legal, contudo, entende que o cenário se modificou com o golpe de 2016 contra a presidenta Dilma, e posteriormente com o avanço do bolsonarismo, restando iniciativas e conquistas até aquele momento. Neste ponto, um movimento do campo de forças na atualidade compreende a cooptação e engajamento de lideranças femininas, que mesmo vivendo em situação de marginalização e impotência, se aliam a grupos religiosos neoconservadores nas cruzadas antigênero, acreditando que essa seria a verdadeira luta para preservar a família e o futuro de seus filhos (Biroli, Machado e Vaggione, 2020).

Outro elemento que também abarcaria essa “bolha” envolve o apagamento da diversidade de gênero e orientação sexual, que se disfarça repetidas vezes de: *“até tenho um amigo que é, mas não na minha casa”* (A1). Observo nas falas dos/as/es participantes que essas tentativas de *“manter no armário”* entrelaçam questões envolvendo o medo das ameaças em caso se “assumir”, as recomendações de manter privado as vivências e identificações, até a vergonha que isso poderia causar para a família. Registra-se ainda que uma marca das vivências em cidades pequenas envolve a mudança de jovens LGBTQIAP+ para grandes centros urbanos, seja pela rejeição familiar e/ou limitação à livre expressão de sua identidade e/ou orientação sexual. Esse silenciamento que se liga a uma tentativa de formatar essa realidade diversa revela a reificação do caráter normativo da cisheterossexualidade. Como anuncia Butler (2024) uma das táticas dos neoconservadores é reforçar as narrativas do senso comum como a materialidade dos corpos para determinar a diferença sexual (pênis = homem / vagina = mulher), mas outros elementos são apresentados por C3, quando menciona uma conversa com um pai que soube que o filho era gay: *“ah, mas porque será, porque ele (...) mas ele é tão lindo, né? (...) tu sabe não tenho nada contra né? (...) mas eu só tenho ele de filho homem”*. Aqui entra em jogo dimensões culturais e morais da reprodução e manutenção do legado familiar e a configuração de um mapa cognitivo que estabelece o bonito/feio, e que também revela outros dualismos ancorados em valores religiosos de bom/mal e de virtude/pecado.

A continuidade do relato de C3 revela a passagem da ideia de “gays são feios e pecadores” para abarcar a vergonha deste pai em estar em espaços sociais tradicionais da

cidade, chegando na hipótese de que: *“eles vão começar a falar do meu filho e eu não vou aguentar, eu vou dar na cara”*. Aparentemente para C3 isso demonstra uma progressiva aceitação, de buscar rever o preconceito para não perder a relação com o filho, mesmo que ainda permaneça uma posição ambígua frente a diversidade. Isso se relaciona igualmente com o exposto por A1, quando reflete sobre o caráter conservador local: *“Eu conheço Fulano. Fulano é gay, é meu cliente, mas assim transformar e levar isso para política não né? (...) Deixa cada um vive sua vida”*. Eis um ponto de encontro desta realidade que busca se silenciar ou recusa o debate público para o reconhecimento e garantia de direitos da população LGBTQIAPN+, o que se confirma com a ausência de legislações aprovadas neste âmbito em nível regional, até mesmo quando abarca uma perspectiva negativa de direitos para o combate às violências, como disposto no capítulo anterior.

Um deslocamento ainda neste contexto é apresentado por J11 quando aborda sobre a diferença de comportamento social em relação aos gays afeminados e de bairros pobres, visto que: *“para eles aqui, tudo bem você ser gay, mas você tem que ser aquele gay padrão, sabe? Que se veste como homem, age como homem, mas gosta de um homem”*. Se insere aqui a perspectiva de integração de homens gays que formatam suas experiências conforme as lógicas da família conservadora. Não procuro aqui explorar as razões deste processo, embora seja pertinente questionar suas possíveis implicações, visto que até pode contribuir para a manutenção de privilégios e ilusão de segurança a quem permanece nessa condição de integração, mas segue fragmentando as possibilidades de vinculação ética e política com as pessoas LGBTQIAPN+ mais expostos às violências e vulnerabilidades. Exemplo disso está no forte relato de D4 de uma ação realizada de valorização da diversidade no desfile de 7 de setembro na cidade de Xanxerê, no qual: *“logo na sequência, uma mulher trans que desfilou foi morta com requintes de crueldade estuprada, escarpelada. E a gente sabe quem foi que fez, era um político que estava no palanque, que era cliente dela”*⁹⁶.

Aproximo os relatos acima para demonstrar como se produz a força da violência conservadora, que se usa da ideia dos “nossos LGBTQIAPN+” contra aqueles/as outros/as/es que devem permanecer na noite, nas margens e na invisibilidade, e, portanto, não devem querer ocupar as ruas para reivindicar seus direitos e expor as contradições deste ordenamento social. Frente a isso, penso ser necessário estar alerta as estratégias neoconservadoras de

⁹⁶ A situação mencionada envolve o assassinato de Carol Machado, em 18 de outubro de 2018. Ressalta-se que ela tinha recentemente conquistado o registro do seu nome social em cartório, fato que foi desprezado pela mídia local que veiculou amplamente seu nome morto, perpetuando formas de violência simbólica. Carol foi a primeira secretária da UNA LGBT - Xanxerê/SC. Segue link com nota da entidade e pedidos por justiça: <https://www.facebook.com/notes/969220756892392/>

instrumentalizar o debate sobre a igualdade e liberdade sexual, como na lógica exposta por Fassin (2012) de como na Europa se reafirma um nacionalismo sexual (homonacionalismo) anti-democrático, para articular ataques contra muçulmanos e imigrantes, tornados inimigos políticos. Mesmo não percebendo a aplicação literal dessa política transnacional nos discursos locais, torna-se perceptível as tentativas de exaltação dos “gays lindos, bonzinhos e defensores da família” enquanto forma de deslegitimar aqueles/as que se envolvem com movimentos de resistência e são marcados/as/es por realidades diversas, como as que envolvem as pessoas racializadas e comunidade trans.

Como pano de fundo dos apagamentos e ataques aos movimentos de pessoas LGBTQIAPN+ e de mulheres, torna-se necessário analisar o vetor da religião. Para Renk (2004) historicamente o idioma religioso foi um organizador do espaço geopolítico do oeste catarinense, impondo o catolicismo oficial como aspecto central dos laços comunitários e políticos locais, e como forma de estabelecer as distâncias simbólicas e sociais dos colonos imigrantes com os caboclos/brasileiros e indígenas. Não incomum, a região central das cidades se desenvolve tendo como referência a igreja matriz e a praça, doadas por membros das elites locais, o que contribui para manter a influência dos valores cristãos no controle das populações. Mesmo com a expressiva disseminação da teologia da libertação na década de 1980, com atuação do Bispo Dom José Gomes e sua contribuição para a formação de movimentos sociais do campo e atuação sindical, o conservadorismo religioso manteve sua hegemonia em muitos aspectos da orientação das condutas dos fiéis, em especial na defesa da família heterossexual. Por mais que a hegemonia católica seja desafiada com a intensificação da presença das igrejas evangélicas a partir de 1990, observa-se que esses fundamentos normativos não foram modificados, e muitas vezes ganham maior visibilidade nos espaços midiáticos e políticos, tomando como exemplo a cena disseminada no tiktok de uma igreja, que de um lado encontra-se um grupo de homens que se autodenominam “varão” e de outro as mulheres “varoa”, no qual se propaga falas do tipo: “*varoa que escuta funk eu não quero*” e “*varão embalado a vácuo eu não quero*”.

A noção da diferença e complementariedade sexual inscrita nestes discursos de varão/varoa remetem a estratégia católica que fundamentou a discussão sobre ideologia de gênero contra os avanços feministas e LGBTQIAPN+ em matéria de direitos humanos no cenário internacional, e que posteriormente é amplamente incorporada por segmentos neopentecostais. Certamente não trata apenas de uma audiência inflamada para adesão de mais fiéis, mas da formação de um projeto político e econômico que tem disputado o Estado e a democracia, mas diferente do que analisa Morán Faúndes e Peñas Defago (2020), no oeste

catarinense não se observa a necessidade de ampliar a estratégia de secularizar as marcas da interferência religiosa na política, mantendo o aspecto inquestionável e visível de seu funcionamento, ainda mais quando as realidades legislativas do interior não se tornam objeto de interesse midiático e das disputas macropolíticas.

Esse projeto neoconservador e seus atores do campo religioso, na compreensão de D4, fomentam a: *“ideia de sociedade extremamente religiosa e fundamentalista, eles gostariam muito da possibilidade de todo mundo se ajoelhar e fazer o que eles querem”*. Chama atenção nesse ponto sobre uma possível metamorfose do poder pastoral, que conforme Foucault (2014) pretende conduzir e dirigir os sujeitos em todas as circunstâncias de suas vidas, impondo uma maneira de se comportar e das práticas confessionais como forma de garantir a salvação. A ligação com uma obrigação sobre si mesmo se relaciona com procedimentos de individualização que foram incorporados nas sociedades capitalistas e nos Estados modernos. Na atualidade a diferença se estabeleceria com uma salvação em vida, que se liga com a ideia de prosperidade material, de encontrar suportes sociais e afetivos frente a fragilização de vínculos comunitário e da precarização das políticas públicas, mas também de uma crença de felicidade pautada na conformação de práticas que garantam a estabilidade da diferença sexual. E não nos enganemos, as igrejas estão cada vez mais cheias de uma massa dispostas a propagar tais fundamentos e suas segregações.

Se a família e a religião são dois componentes fundamentais da construção identitária regional, o trabalho é outra dimensão expressivamente abordada nas entrevistas, ainda mais considerando a vinculação sindical de muitos/as/es participantes. Registra-se aqui que a noção de “povo trabalhador” tem sido utilizada para exaltar a cultura e moral conservadora do sul brasileiro, inclusive servindo de apoio para a estigmatização social e racial contra outras regiões, como o norte e nordeste. Contudo, sobre esse discurso construído de valorização do trabalho, H8 questiona a realidade da exploração do/a/e trabalhador/a/e, aspecto corroborado por F6 ao expor: *“você valoriza o trabalho, mas você não paga, não remunera o trabalho, porque, na verdade, você não o valoriza, você valoriza a propriedade que é fruto dele”*. Essa noção de exploração é um elemento discutido por Suely Rolnik (2018) para analisar como o poder sem limites do sistema capitalista instrumentaliza o abuso da força de trabalho, que provoca intencionalmente a vulnerabilidade do/a/e trabalhador/a/e, com a precarização e limitação da sua proteção social pelo Estado, para ao mesmo tempo oferecer alternativas de consumo para lidar com os medos e incertezas e alimentar promessas de satisfações futuras. Essa produção de subjetividades que submetem o investimento de seus desejos aos propósitos

do próprio capitalismo contribui para que as ações e escolhas reproduzam o status quo, e isso contribui para a ascensão de lógicas conservadoras.

A exploração no trabalho e sua relação com o conservadorismo a nível regional remete aos processos de formação de uma elite econômica local, cujos benefícios da dominação fazem brotar inúmeras fortunas. Elite que mantém fortes ligações históricas com as empresas colonizadoras, seja por seus vínculos familiares e/ou políticos, como pelo uso de métodos coloniais de expropriação das terras e da força de trabalho. E o que restou aos colonos imigrantes, e posteriormente seus filhos e netos subjetivados no discurso de contribuir com o progresso da região? Seguir trabalhando para essas mesmas elites e elegendo seus representantes? A ligação dessas elites com a política é identificada na seguinte fala de E5: *“algumas famílias comandam a política do município (...) e aí quando elas se sentem ameaçadas por alguma liderança, mesmo que sejam partidos contrários, eles se juntam (...) a cidade tem dono”*. Esse mandonismo segundo J10: *“se tornou tão comum que as pessoas só aceitam isso. Tanto é que quando vão votar eles tentam escolher o menos corrupto ou o que menos teve escândalos, né?”*.

Os processos de manutenção poder político para os/as/es participantes se relacionam com um legado coronelista na história regional, principalmente no julgamento de que suas ações estão acima da lei e das instituições democráticas, e nas estratégias de perseguição aos inimigos políticos, elementos já analisados por Hass (2013). Para D4, essas características se apresentam em lideranças de partidos de extrema-direita, que se usam dessas práticas coronelistas para ditar regras, manejar influências nas igrejas e empresas para impor votos de “cabresto” e propagar o medo enquanto forma de controle social. Tal cenário repercute na limitada alternância de partidos e lideranças políticas à frente dos governos municipais, e que seguem as coordenadas das elites econômicas e lideranças religiosas, e quando mudam, na maioria das vezes acabam sendo reproduzidas pelas ideologias de direita e não questionadas pelas esquerdas, que são pressionadas e constrangidas pela hegemonia do poder destas elites. No fim das contas, sobre a formação dos atores conservadores no campo político H8 fornece uma leitura ampliada ao sinalizar que: *“no cerne disso é tudo muito parecido, né? Uma hora tá vestido de neoliberal, outra hora tá de evangélico, outra hora de liberal do novo, não sei o quê, e no fim das contas a roupagem acaba importando um pouco, já que seguem exercendo a violência”*. Como já anunciado, “eles se juntam” para defender aquilo que pode ameaçar a desintegração desse sistema-mundo, necessitando de uma sustentação moral de seus regimes políticos, e é neste ponto que os/as/es corajosos/as/es que desafiam essas lógicas acabam (re)conhecendo os mecanismos violentos.

Mesmo diante deste panorama, isso não significa que a região oeste catarinense seja inerte às transformações sociais no cenário nacional e internacional em matéria de cultura, direitos humanos e/ou diversidade, mas é interessante a analogia feita por F6, ao dizer que: “*eu até brinco que Chapecó é aquele primo do interior que cresceu. Você não vê há muito tempo, vê que está aquele primo grandão, alto, mas quando abre a boca continua sendo o primo lá do interior*”. Para o/a/e participante muitas vezes o interior catarinense ainda segue subestimado, visto que aqui se exporta frango, porco, grãos, políticos conservadores, mas também exporta luta operária, movimentos sociais e queer. E essa contradição é evidenciada por L12 que ao chegar na região em 2016 refere: “*Passeata no domingo de manhã contra a Dilma. Levei um susto tão grande. (...) E ao mesmo tempo percebi que o outro lado também ocupa a rua, isso também me chama a atenção*”. Esse relato lembra Rancière (2022) sobre a existência do litígio de dois mundos alojados num só, no qual o conflito entre essas partes possibilita a atividade política em torno da existência e qualidade de quem está presente nesta cena comum. E esse caminho abre para pensar os modos de subjetivação que se produzem na reconfiguração do campo de experiência a partir do oeste catarinense e que se entrecruza com as possibilidades de resistência às ofensivas antigênero.

5.3 CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES EM/NA LUTA

Para “*alcançar a estrela inatingível*” o incomensurável da política. A voz ampliada, o movimento dos corpos, os processos de desfazer-se das capturas identitárias, são algumas das linhas que perpassaram os discursos em torno da ação política, a partir da emergência de diálogos inesperados sobre as histórias, memórias e afetos com os/as/es participantes. Enquanto pesquisador não tinha pretensão de explorar particularidades e/ou vivências pessoais nas entrevistas, mas entendendo que abordar tais elementos contribuem para refletir sobre o jogo de forças que reposiciona os sujeitos em relação as suas pautas e bandeiras de luta, em especial quando envolvem as dimensões de gênero e sexualidades. A noção de que algo se movimenta com a política é abordada por L12, ao relatar que: “*sempre me coloco à disposição, querendo fazer alguma coisa, porque são quebras de cotidiano (...) É se posicionar contra o que está aí. E fazer isso com o corpo, palavras, intervenções (...) tem a ver com o prazer e vontade que as coisas fossem diferentes*”. Essa ideia de quebra dialoga com a proposta de Mombaça (2021) envolvendo o estilhaçamento daquilo que nos é dado, e remete aos desconfortos, feridas, desobediências e incertezas de estar junto para criar um outro modo de habitar o mundo.

Nas experiências da quebrada emerge o sujeito da ação, que não pode ser constituído anterior a política. Conforme Ângela Cristina Salgueiro Marques e Ricardo Fabrino Mendonça (2018) as manifestações da política ocorrem através dos conflitos e disputas no qual as sociedades se transformam, implicando modos de constituição dos sujeitos a partir dos desencaixes de suas ações e formas de agenciamento. A ideia de reconfiguração do jogo das relações comunicacionais e das experiências criativas permite a procedência da ação sobre a identidade, e esses momentos de rearranjos se apresentam em muitos dos relatos durante as entrevistas, principalmente da contestação sobre determinada posição designada consensualmente nesta ordem social. Isso se articula nos relatos de confronto com o machismo na família (C3), no carinho da mulher que se apaixona por outra mulher (B2), no reconhecimento das violências e preconceitos na universidade (I9), no circular livremente por novos espaços (J11), na iminência da fome e do desespero (F6), dentre outros cenários enunciados, que abarcam a produção de modos de existência que reivindicam maior potencial de igualdade e liberdade.

Pastoral, sindicato, juventude e gênero. Essas palavras remetem as experiências referenciadas por parcela significativa dos/as/es participantes, que direta ou indiretamente foram atravessados por desconstruções e a ressignificações de seus atos nestes contextos-temas. Se torna evidente nos relatos a particularidade do oeste catarinense no que se refere a influência da religião católica inspirada na teologia da libertação e sua opção pelos povos oprimidos, fato que envolveu a organização de coletivos e a promoção de leituras críticas da realidade e necessidades regionais. A participação na Pastoral da Juventude (PJ), enquanto dispositivo de participação e formação de militância entre jovens, foi mencionada nos relatos de F6, G7 e E5, sendo que o/a/e último/a/e participante analisa o desafio em pautar certos olhares críticos e debates dentro da própria estrutura da igreja, marcadamente dominada por grupos conservadores, fazendo com que fossem comumente taxados/as/es de *“petistas e comunistas”*. Neste histórico com a PJ fica evidente ainda a posterior ligação com o movimento sindical, que também é referenciado por C3 e H8.

Historicamente os sindicatos na região atuaram no combate da exploração e precarização do trabalho, denunciando os interesses capitalistas das elites, e contribuindo para a formação de lideranças que obtiveram alcance nacional na defesa das pautas ligadas a justiça social. Mesmo com fragmentação de sua atuação com a reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017), esses espaços ainda seguem como ponto de apoio para diversos movimentos de luta locais. E num destes encontros com a pesquisa, observo que assim como o conservadorismo se atualiza, os imaginários de resistência são repovoados com memórias daqueles/as que na sua

morte nos confrontam com as tentativas de constrangimentos do poder. Em uma das falas (*que não será identificada – N.I.*) é abordada a lembrança de Janete Cassol: “*liderança do sindicato que foi brutalmente assassinada em 1988 (...) os motivos a gente sabe, mas a polícia não desvendou, não houve também interesse*”, seguindo com a reflexão de que: “*era uma militante, com todo o gás, e que não aceitava injustiça, denunciou casos aqui que envolviam pessoas de alto escalão na sociedade que estavam envolvidas em vários crimes, e aí foi uma queima de arquivo*”. Para o/a/e entrevistado/a/e esse episódio ainda hoje repercute ainda hoje nas ações de enfrentamento da violência de gênero nos espaços legislativos e nas ações do Coletivo que leva o nome de Janete Cassol, em Xanxerê/SC, sendo possível acompanhar as intensidades desse fragmento de morte e vida nas linhas anunciadas em seu sepultamento (reproduzidos na íntegra):

Janete Ainda viva

*Em pleno meio-dia o sol abrasador não oculta:
sob pedaços de jornal há um corpo enerte.
A grama verde acolhe e sepulta JANETE.*

*JANETE operária,
JANETE PJ,
JANETE comerciária,
JANETE PT,
JANETE Cristã,
JANETE lutadora,
JANETE atuante
Jovem militante na ação transformadora.*

*JANETE mártir (destino dos fortes)
Testemunho de vida
Testemunho na morte!
Perfuraram teu corpo!
Vasaram teus olhos!
Espancaram teu rosto!
Espoliaram tua vida!*

*Planta ainda, tenra mas linda,
Tua vida decepada na estação da flor.
(próximo ao natal, para gerar no mundo a lógica divina do sentido humano profundo).
O fruto maduro que viria no futuro ficou na promessa.
A vida plena para todos tão buscada por ti ficou no sonho...*

*Valeu mesmo assim, entre cactos e espinhos
Valeu apenas ser flor desabrochar no caminho
Tua presença agora é saudade, teu rosto, acolhida eterna, teus derrama em nós o azul do infinito.*

Teu sangue que fecundou o chão, pulsa forte em cada coração que te conheceu e amou a mesma causa.

Tua morte (triste sina) é a imortal denúncia contra a opressão assassina.

Tua vida, flor precosadamente colida, ainda perfuma no grupo, na luta, no trabalho, na família a fragância do amor, da garra e da partilha.

JANETE, mesmo partindo para a vida definitiva, tua causa vamos perseguindo, cada vez mais viva!!!

(Padre Ivo, dezembro de 88)

Permaneço ainda impactado desde a primeira leitura deste poema, pela força de denúncia das lógicas que seguem perpetuando violências, com Janete e com a vivência de outras tantas mulheres, e pela sensibilidade de nos convocar a manter a indignação contra as injustiças e opressões. O sangue ainda pulsará em outros corpos, muitos olhos seguirão abertos, diferentes rostos buscarão reconhecimento, e a cada vida espoliada muitos se levantem para “*reparar o mal irreparável*”. Essa compreensão se alia a proposta de Butler (2018) da construção de projetos de mundo radicalmente democráticos a partir da aliança de corpos expostos a uma precariedade compartilhada e excluídos da esfera da ação. A luta neste contexto não se dá em torno da identidade, mas dos vínculos éticos e obrigações recíprocas em torno de uma vida possível de ser vivida, daquilo que nos aproxima e nos diferencia dos outros. Para tanto, a autora argumenta sobre os modos de aparecimento e persistência desses corpos enquanto exercício performativo e plural, convergindo necessidades privadas com a ação corporificada no espaço público. O corpo de Janete permanece em luta (enlutado), mesmo após a sua morte, produzindo alianças inquietas e imprevisíveis na luta por justiça social.

O exposto por Butler (2018) considera que a política performativa de gênero faz aparecer sujeitos a partir da sua desconstrução, aspecto que se aproxima de (2018) com Rancière, na medida que as desidentificações provocam rupturas na forma como os sujeitos se entendem e estabelecem relações sociais, abrindo caminhos para experimentações estéticas questionadoras das relações de poder (Marques; Mendonça, 2018). Essa noção de diferença nos modos de subjetivação é mencionada nas entrevistas, quando envolve a nomeação dos danos envolvendo os lugares e funções dispostos para mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ em uma ordem cisheteropatriarcal. B2 se inquieta com o seu “povo de direita” que a recrimina por apoiar o “movimento de vagabundos” (leia-se LGBTQIAPN+) e busca se solidarizar com mulheres do interior que sofrem de violência psicológica, assim como na história de sua mãe. C3 luta contra a difamação de mulheres com uma “cabeça diferente”. D4 conta que sofria violência no primeiro relacionamento, tendo sido resgatada por um movimento de juventude organizada, fato que a levou para a política partidária. J10 carrega o peso de ter sua imagem estereotipada,

que vai do gay ao bandido, mas que isso se modifica quando as pessoas conhecem seu trabalho. J11 fica feliz ao contar que já vê outros gays e lésbicas se sentindo mais livres para se expressar e sair na cidade. L12 aborda os deslocamentos com o entendimento da transgeneridade e que isso foi um encontro consigo mesma. As bordas destes relatos fazem aparecer o gênero, que para além da contestação da cisheteronormatividade e seus aprisionamentos, se configura como uma das maiores ameaças as pretensões conservadoras de estabilidade e normalização, ao provocarem desencaixes e abertura para modos de existência diversos e relações sociais plurais.

Dentre os elementos que emergem nesta discussão sobre subjetivação política destaco a contestação do/no espaço público e a reivindicação do aparecimento de uma dimensão privada em que os direitos nem sempre são codificados. Sobre isso é perceptível o movimento de tornar visível determinadas vivências na cena pública, como o mencionado por A1, que vagarosamente foi incorporando a bandeira e luta LGBTQIAPN+ em seus projetos no legislativo, entendendo que: *“eu sou uma defensora da causa porque eu sou essa causa (...) a partir do momento em que tu começa dizer que aquela vivência é tua também mais pessoas vão se encorajar, né?”*. A ideia de reparação de dimensões do cotidiano também envolve D4 ao abordar como a realidade de sua família influenciou sua atuação:

“E quando eles me chamam para fazer falas, por exemplo, para essas juventudes, eu conto para eles que às vezes eu desenhava a minha família morando num castelo e a minha mãe sem precisar limpar o chão. E eu não entendi o que que era isso. Aí quando eu fui para juventude organizada, eu entendi que isso não era uma tentativa de riqueza, não era isso. Era a tentativa de criar um espaço digno para minha mãe viver”.

Na percepção de D4 a participação na juventude organizada auxiliou no reconhecimento dos marcadores que atravessavam seu cotidiano, fomentando igualmente a crítica dentro do próprio partido, uma vez que: *“eu sou de um partido comunista que nunca pautou direitos sexuais e reprodutivos (...) eu olhei pra todos eles e falei, vocês achavam que isso não dava voto?”*. Essa posição coloca em relevo como modelos liberais e capitalista que atravessam o Estado seguem reafirmando a dicotomia público/privado, que segundo Brigitte Bargetz (2009), ignora e torna invisível o reconhecimento de certas desigualdades sociais. Em suas análises, A1 e D4 abordam a importância do reconhecimento dos marcadores identitários, realizando uma crítica das negligências da esquerda local em pautas ligadas principalmente a gênero e sexualidades, contudo, observam a possibilidade de diálogos e construção de movimentos contra hegemônicos nestes contextos políticos. Em contraponto, quando se trata da atuação de determinadas lideranças da extrema-direita e suas pautas antigênero, os/as/es participantes

identificam a utilização de diversas estratégias para o encobrimento de aspectos privados, temendo a exposição e polemização de situações do seu cotidiano, citando como exemplo casos de envolvimento sexual com pessoas LGBTQIAPN+ e a midiaticização de episódios de violência e assédio com suas parceiras e/ou funcionárias⁹⁷. Sobre isso, permanece o questionamento: a visibilidade destas denúncias e contradições poderia abrir fissuras e mudanças no posicionamento entre os/as/es apoiadores/as destes/as representantes políticos?

Nessa direção, compreende-se que a produção de uma política conservadora, reatualizada pelos grupos neoconservadores, insiste na dicotomia público/privado, ignorando as ambivalências de um cotidiano micropolítico que articula dinamicamente tais dimensões, numa operação que se utiliza do público para propositalmente alienar o privado. Como anuncia Romano (1994) essa lógica pressupõe a onipotência do/a/e soberano/a/e que se isenta das obrigações morais designadas aos/as súditos/as/es, o povo que deve ser governado e seguir com os costumes e respeito as instituições, garantindo assim a harmonia dessa ordem social almejada pelos conservadores. Cabe aqui interrogar as eficácias dessa estratégia dicotômica que segue conquistando votos e produzindo um modo de ser aceitável numa sociedade política, legitimando quem pode se autorizar aos abusos do poder nos vários âmbitos das relações sociais e na intimidade, e a quem cabe a conformação com uma moralidade que segue descaradamente ignorando transformações no campo do gênero e das sexualidades.

Mesmo que esses estados de dominação sejam potencialmente esmagadores da diversidade, constringendo possíveis movimentos emancipatórios, como lembra Foucault (2014) ainda é preciso pensar na correlação de forças e de abertura para condições de liberdade. Afinal, há aqueles/as que provocam deslocamentos nos procedimentos de normalização e individuação, buscando existir para além das formas de vida empobrecidas pela moralidade capitalista e conservadora. Reconheço nos diálogos com as/os/es participantes a recusa do que somos feitos, exercício que potencializa picos de resistência para redesenhar os encontros cotidianos entre o público e privado em termos de democracia, direitos e autonomia. Esse modo de aparecimento dos sujeitos políticos envolve a luta por maior igualdade em termos legais e econômicos, mas como aposta Rancière (2021) implica momentos no qual as pessoas falam e os outros deveriam escutá-las.

⁹⁷ No processo de elaboração desta tese registrei notícias de vereadores/as que denotam essa contradição entre os discursos públicos que reafirmam lógicas conservadoras e as denúncias de crimes e/ou polêmicas principalmente envolvendo abusos sexuais. Contudo, para reforçar o cuidado em relação a possíveis retaliações e/ou perseguições legais, optarei por inserir essa informação em momento posterior e favorável para esses questionamentos.

5.4 MICROPOLÍTICAS DO CAMPO DE FORÇAS ANTIGÊNERO

Como fazer ouvir um discurso onde havia apenas um ruído dos que não tem parte numa determinada comunidade de sujeitos falantes? Essa provocação chama atenção para os processos comunicacionais em torno de um objeto, que nesta escrita considera o campo de forças das ofensivas antigênero, e do qual realizo a opção de tornar visível os discursos de quem não é escutado/visto, ou seja, que não é levado em conta nas ações legislativas que impactam as existências de quem vive o gênero de forma diferente da ordem policial cisheteronormativa. Contudo, por mais que a proposta de Rancière se interesse pela cena polêmica e os rearranjos da partilha do sensível, retomarei o diálogo com Foucault, para aprofundar uma leitura micropolítica a partir dos saberes de quem tem sido excluído das hierarquias de um determinado campo político, muitas vezes silenciado pelas táticas do adversário, mas que permanecem em disputa contra as formas de aplicação do poder.

Nas conversas com os/as/es participantes nos demoramos nas análises do mapa das atividades legislativas nos municípios do oeste catarinense, para pensar na metamorfose das estratégias e táticas em projetos de lei e ações em torno do gênero e das sexualidades. Por mais que uma abordagem cronológica e descritiva permita desenhar a emergência e dispersão da noção da ideologia de gênero e sua correlação com outras temáticas (como o Escola sem partido, linguagem neutra, banheiro unissex e demais pautas anti-LGBTQIAPN+), o interesse nos diálogos foi de ampliar a compreensão sobre os movimentos, lugares e sujeitos que produzem esse cenário, explorando as contradições e instabilidades das forças. Sobre essa pretensão, interessante registrar que os questionamentos envolvem a ação do Estado, mas o ultrapassa, uma vez que o olhar localizado permite abarcar o cotidiano das relações sociais. Essa concepção não se prende no compromisso com a linearidade dos fatos e eventos, nem com a uniformidade dos posicionamentos e afetos do que foi abordado nestes diálogos.

Quebrando/pintando muros e descendo a avenida serão tratados nesta escrita como acontecimentos que fazem entrada na batalha contra o sistema de dominação mobilizado por quem se utiliza das ofensivas antigênero. Apontam para a existência de resistências contra a formação conservadora da região oeste catarinense e de suas ligações com a atualidade da política neoconservadora, que nas reflexões de D4 busca: *“atacar a esquerda como um todo, a sexualidade das pessoas, a liberdade sexual (...) e vida das pessoas LGBT, porque para eles a gente não vale. Se a gente está sendo visto, a gente pode ser atacado, entende?”*. O interessante nessa frase é a capacidade de encadear análises sobre os atores em disputa, os elementos a serem

confiscados e quais os modos de operar esse ataque. Frente a isso, fica o questionamento: como responder esses movimentos que tem capturado e deslocados os sentidos da democracia sexual?

Como defende Fassin, em entrevista para Larissa Pelúcio e Diego Paz (2019), é preciso reafirmar a ideia de que a democracia sexual está no coração da democracia, não sendo uma questão periférica e apenas problema das minorias, uma vez que afeta a ordem social e política, com capacidade de fazer ganhar eleições e intervir no Estado, a exemplo dos casos de Trump e Bolsonaro. De forma expressiva os/as/es entrevistados mencionam a movimentação de representantes da extrema direita interessados na formação de um quadro moral, que assume os seguintes propósitos: a defesa de pautas morais contra a diversidade (F6 e C3), a moral religiosa e sua ligação com a família e o cuidado com os filhos (I9 e L12), o pânico moral em torno do gênero e sexualidades (I9) e uma moral violenta e hipócrita, ou seja, a imoralidade de quem prega o conservadorismo (H8 e E5). Essa questão da moralidade remete as problematizações de Foucault (2014) sobre as relações saber/poder em torno do domínio sobre os desejos e prazeres em um determinado campo de transformações sociais, políticas e institucionais, que segundo Butler (2024) tem revelado os contornos do sadismo moral que desencadeia a destruição de outros modos vida.

O jogo que se estabelece não envolve debater o quão justas ou injustas seriam essas moralidades para derrotar seus argumentos, e nisso me apoio em Rancière (2018) para pensar que a desigualdade entre os seres falantes não está na ausência de compreensão, mas sim no imperativo de que cabe aos outros apenas obedecer. Novamente D4 aborda: *“eles gostariam muito a possibilidade de todo mundo se ajoelhar e fazer o mesmo que eles querem”*. Mas quem seriam esse “eles” que querem a nossa obediência? Para o/a/e mesmo/a participante, trata principalmente de pessoas ligadas ao fundamentalismo religioso, e ao citar o contexto de Chapecó, refere que a maioria dos/as/es candidatos/as/es são de setores da igreja evangélica, com ligações econômicas com os “fiéis empresários” e que acabam recebendo apoio da população majoritariamente católica por incorporar “Deus” e “família” em suas propostas⁹⁸. Essa influência evangélica merece uma maior atenção no contexto de outros municípios da região, que apresentam maior vinculação dos/as/es vereadores/as/es com a religião católica, o que aparentemente modifica as táticas nas questões de gênero e sexualidades, intensificando o

⁹⁸ Registra-se que no ano de 2021 foi formalizada a primeira bancada evangélica da região, na Câmara de Vereadores de Chapecó. Na mesma ocasião se instituiu a bancada feminina no município, que depois de 103 anos de fundação conta pela primeira vez com 3 vereadoras no exercício do mandato. Mais informações podem ser acessadas no Portal Diário do Iguacu no seguinte link: <https://diregional.com.br/diario-do-iguacu/politica/2021-03-10-camara-municipal-de-chapeco-cria-bancadas-evangelica-e-feminina>

silêncio normalizador em detrimento de uma agenda pública antigênero⁹⁹. Em ambos os casos, o efeito dessas táticas resulta numa desigualdade social em razão de uma partilha desigual do sensível, de quem poderá falar e ocupar os espaços legislativos, e de quem não será considerado.

Por mais que as marcas religiosas tenham sido abordadas amplamente por D4, é notória a ressalva da influência do empresariado local em ações que direta ou indiretamente atravessam as ações legislativas e que sustentam essas desigualdades. Sobre isso, F6 propõe uma interessante analogia: *“no fim o que importa é o debate econômico (...) sabe quando o Scooby-Doo vai tirando a máscara do monstro? Quando a gente vai tirando a máscara da homofobia, quando a gente vai tirando a máscara do racismo, o que está lá no cerne é o capitalismo”*. A face por trás dessa máscara aponta para uma realidade regional com predominância de empresas que são de propriedade de “famílias tradicionais”, que se usam desse privilégio para interferir na política e sociedade local, o que denota os interesses conservadores que ligam a defesa da intimidade e honra destas famílias (D4) com o pensamento orientado para o desenvolvimento econômico (C3).

Pintando muros. Um dos acontecimentos que trata desse cruzamento entre moralidade conservadora e setores econômicos envolve o episódio em 2022, no qual um clube de serviços pintou o muro de uma casa, localizada em uma avenida central do município de Pinhalzinho, com as cores da bandeira LGBTQIAPN+ e as seguintes escritas: “love wins” e “amor é amor”. No decorrer daquela semana, foi solicitada que a organização da ação repintasse o muro de cinza, por solicitação do dono do local a partir da pressão de empresários locais. Dos desdobramentos se seguiu intensa mobilização nas redes sociais e mídias locais¹⁰⁰, de quem defendia a pintura colorida (acusando intolerância, ignorância dos poderosos e preconceito) e de reações contrárias (como emojis de risos nos comentários e alegações de imposição da sexualidade alheia). Em meio a esse jogo de narrativas, um grupo de pessoas (ligadas a movimentos e partidos de esquerda, Universidades e relações de amizade) se articulou com a UNA LGBT de Chapecó, criando um braço da entidade e organizando em seguida a Primeira Parada de Luta LGBTQIAP+, dentre outras ações no município.

⁹⁹ A influência da religião católica se apresenta em outros relatos, como abordado por C3 no caso de vereador de votou favorável à moção de repúdio contra a descriminalização do aborto (ADPF 442) por ser ministro da igreja, ou no contexto de J10, ao comentar que sua gestora escolar que foi cobrada por colegas religiosos pela sua demissão, mas acabou não acatando tal pressão.

¹⁰⁰ Para análise dos comentários na publicação, acessar o link do Portal de notícias da Rádio Centro Oeste: <https://www.facebook.com/radiocentroeste/videos/559585385661168>

Imagem 4: Processo de apagamento da pintura no muro em Pinhalzinho/SC



Fonte: foto retirada do Facebook da UNA União Nacional LGBT - Chapecó/SC

Em torno do muro que se fez cinza, como refere um/a participante (*N.I.*) se produziu “*escuridão ali onde estava todo aquele brilho e alegria*”. Interessante observar os movimentos de resistência a partir deste contexto, que ampliou a organização coletiva e ação política de pessoas envolvidas com a UNA LGBT de Pinhalzinho, estabelecendo inclusive parcerias com alguns/mas vereadores/as e setores governamentais do município. Contudo, ao mesmo tempo revela que por trás da “máscara do monstro do Scooby Doo” são engendradas atitudes reacionárias de empresários/as/es, que patrocinam a manutenção de muros que devem seguir levantados, mas desde que permaneçam apagados. A compreensão sobre esse movimento de influências também chega aos legislativos, como mencionado por B2 sobre o fato de que vereadores/as “devem a alma ao empresariado” por sustentarem suas campanhas, ou da estratégia mencionada por E5 de incentivo para que empresários assumam o executivo dos municípios, mesmo que não entendam de administração pública, até a denúncia de D4 do conhecimento sobre o financiamento de campanhas de ódio contra movimentos sociais e pessoas associadas à esquerda.

Um ponto desafiador do processo de entrevista foi o questionamento sobre quem seriam esses empresários, que perpassou receios e até mesmo a demonstração de medo no semblante dos/as/es participantes. Dentre quem se arriscou responder, foram abordados os segmentos da

construção civil, cooperativas ligadas a agroindústria, mídias locais (rádio e jornal) e profissionais da medicina e direito. Como aborda Butler (2024) é preciso separar os males da imaginação daqueles que são reais, identificando quem faz da incitação ao ódio um negócio e utiliza do medo como tática para manter seus interesses de dominação. O encontro do neoconservadorismo com o capitalismo neoliberal, como discute Morán Faúndes (2023), não envolve apenas a impregnação de moralidades no aparelho de estado, mas um projeto socioeconômico completo que reorganiza os corpos e subjetividades para revitalizar a família tradicional cisheteropatriacal e busca desmantelar a esfera pública. O que poderia ser entendido também como um projeto de manutenção dos interesses de tradicionais famílias locais que desejam seguir se beneficiando de um status quo e dos favorecimentos estatais.

Dentre os possíveis benefícios, ressalto a influência nas ações do legislativo e na opinião pública, que para F6 cria um lastro social para movimentar as pautas conforme seus interesses. Na vivência de A1 e I9 são abordados contextos de projetos que foram apresentados sobre a criminalização da LGBTfobia, se tornando alvo de falas preconceituosas de vereadores/as, mas principalmente de como isso mobilizou a reação da sociedade nas redes sociais e em espaços informais, com discursos mais acirrados entre alguns empresários visivelmente apoiadores do ex-presidente Bolsonaro. De forma geral alegavam que o projeto seria desnecessário pela inexistência de tais violências ou que seu intuito seria instaurar o caos, pois autorizaria virar gay e despertaria a sexualidade nas crianças. De modo semelhante, C3 refere que ao apoiar um projeto em seu município de mesmo teor, sentiu os impactos deste cruzamento de interesses, seja no caso de um amigo empresário que mudou o comportando quando soube do apoio, quanto na forma como alguns de seus apoiadores receberam a informação, exemplificado a seguir:

“Um dia no mercado, um cara que considerava meu amigo disse: agora vão criar vaga pra LGBT. E eu falei, não, não tem vaga para estacionamento pra LGBT, tem vaga para pessoa com deficiência e pra idosos, né? Ah, mas tem um projeto na Câmara. Então, eles começam a delirar, sabe?”

“E aí, quando eu fiz essa fala [pauta sobre aborto e destaque da importância da educação sexual nas escolas], o senhor lá do interior me ligou um sábado de tarde, desesperado. O que eu tinha falado na tribuna? Que eu tinha ensinado as crianças, que eu era a favor de ensinar as crianças a fazer sexo na escola. Então, eles deturbam tudo”

Os relatos acima permitem diversos caminhos de análise, do qual ressalto inicialmente o movimento de barrar possíveis avanços de projetos voltados ao reconhecimento e proteção da população LGBTQIAPN+, como demonstrado na escassa aprovação de marcos legislativos em âmbito regional. Tal fenômeno é também observado no caso dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres, especialmente envolvendo a descriminalização do aborto. As

alianças para impedir esse avanço demonstra como o encontro de uma racionalidade neoconservadora com uma racionalidade neoliberal vai instituindo um modelo de governança e de regulação sexual, que restringe as definições de cidadania (Brown, 2006). Ainda, a ideia da não necessidade (exagero) ou inexistência da violência se torna uma tática que sustenta a ideologia conservadora do eleitorado à nível municipal, que impacta no avanço de legislações entendidas como progressistas, independente do partido que apresenta os projetos (Araújo e Gatto, 2022).

A restrição da cidadania impacta na delimitação de quem e do que deve ou não fazer parte dessa sociedade, que é expresso por participante ao refletir os ataques no caso da pintura do muro, entendendo que o recado dado seria de que: *“nossa comunidade LGBT, nós não pertencemos à cidade”* (N.I), o que é corroborado por outro/a/e participante em relação a participação de coletivos LGBTQIAPN+ em espaços legislativos, considerando que: *“a gente teve a avaliação da sociedade de que aqui não é espaço deles estarem, muito menos ocupando uma tribuna, né?”* (N.I.). Ao atribuir a condição de sem-parte nessa sociedade, se evidenciam as hierarquias entre humanos e os limites de um sensível compartilhado, que define as posições e possibilidades de vida ligadas a essas posições (Marques; Mendonça, 2018). Mesmo assim, essas tentativas de ordenamento policial se estabelecem enredadas a movimentos que operam desencaixes e visibilidades das pessoas LGBTQIAPN+ nos espaços/tempo destas cidades, que em suas ações exigem a verificação de igualdade.

Na continuidade do exposto por C3 anteriormente, outro ponto a se considerar é a noção de que as pessoas *“começam a delirar”* e *“deturbam tudo”*, discursividades que anunciam as manobras utilizadas nesse jogo de forças das relações saber/poder em torno do gênero e sexualidades. Manobras que configuram as estratégias para exercício do poder e sua oposição, e envolvem as táticas discursivas que buscam agir sobre os efeitos e aumentar a produtividade dos saberes (Foucault, 2015; 2019). Nas micropolíticas do cotidiano regional, a deturpação/delírio se liga com a proximidade dos vínculos entre representantes políticos e seus/suas eleitores/as, que resulta numa ação direta de tirar satisfação dos posicionamentos ou de buscar os espaços públicos para mobilizar intervenções em pautas de interesse particular. Como menciona H8: *“cidade pequena é assim, o cara fala uma coisa numa tarde na sala de aula, chega de noite em casa, no outro dia está na Câmara, está na Prefeitura, estão na escola pedindo a cabeça dele, é muito complicado”*.

No tocante as complicações que se produzem na relação envolvendo as atividades nas Câmaras de Vereadores dos municípios, D4 explica uma mudança nas estratégias em torno de pautas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos, ao observar que nos mandatos

anteriores a 2016 havia possibilidade de debate, e que o setor conservador escutava quando se tratava do enfrentamento das violências. Contudo, isso não significava a aprovação de projetos, principalmente com alegações de vício de origem, ou seja, atribuição do executivo em formular políticas públicas, fato que não se aplicava quando a matéria era de interesse daquele setor. Essa afirmação dialoga com a vivência de E5, ao relatar que colegas vereadores/as conservadores se silenciavam em determinadas discussões ou quando em eventos com presença de coletivos feministas e LGBTQIAPN+, para não expor seu preconceito e dar visibilidade aos assuntos abordados. Para esses/as participantes, como também emerge na fala de H8, compreende-se a alteração dessa dinâmica, principalmente a partir de 2018, com a eleição do ex-presidente Bolsonaro, processo que intensificou a agressividade das pessoas, dificultando ou tornando impossível o debate em muitos momentos e espaços.

Debater indica a qualidade de examinar conjuntamente um problema, e conforme E5, o que antes era perpassado pelo silêncio, agora sofre uma inversão com as ofensivas antigênero, ao indicar que: *“nas pautas de costume, meu Deus (...) os debates, qualquer coisinha era motivo para fazer um estardalhaço. E aí, temos que reconhecer, eles são muito bons de redes sociais, o que repercute é muito forte”*. Segue o entendimento de que a estratégia agora é de recortar as narrativas para jogar nas redes sociais e fazer circular entre os grupos de apoiadores nos aplicativos de mensagens instantâneas. Para G7 isso representa um esvaziamento das discussões e um modo de agradar quem se alinha a extrema-direita, e demonstra ainda indignação ao expor a seguinte situação: *“outro dia aqui nessa casa, eu estava de licença, nós chegamos a ouvir que o patriarcalismo é bom, que o patriarcado é bom, que não tem por que reclamar”*. Vale registrar que essas estratégias midiáticas ainda convivem com métodos “antigos”, a exemplo do vereador que fica mexendo na sua arma durante as votações (D4) ou de mobilizar os aliados (principalmente das igrejas) para ocupar os espaços da Câmara em pautas entendidas com polêmicas (F6 e G7).

Especificamente sobre o entendimento de como se articulam as pautas antigênero, na maioria das entrevistas aparece a compreensão que se trata de um movimento que se organiza nacionalmente em rede, visto que projetos com teor anti-feministas e anti-LGBTQIAPN+ vão emergindo em diferentes cidades. Novamente F6 e G7 referem a ciência do assessoramento de vereadores/as por parte de empresas e/ou do gabinete de deputados/as/es para apresentação desses projetos, mesmo com a precariedade dos argumentos nas votações locais. A relação entre legislativo municipal e legislativo estadual foi bastante explorada por E5 ao nomear um casamento de interesses, que em sua opinião, tem mobilizado o uso de emendas para sustentar o capital político de deputados/as/es nas regiões, ao passo que os/as/es vereadores/as se usam

desse vínculo com um modo de valorização social por seu potencial de captar recursos. O deslocamento dos recursos provoca um aumento do poder de barganha dos/as deputados/as nas Câmaras Municipais e faz com que muitas pautas venham “de cima” desdobrando localmente como uma obrigação de defendê-las. Outro arranjo, conforme E5 é o uso oportunista de uma pauta regional quando o/a/e deputado/a/e quer ampliar a força eleitoral no local, como observado nos projetos que visam proibir crianças nas Paradas LGBT, aprovado em Chapecó e que depois virou pauta estadual. Isso demonstra que as cidades do interior do oeste catarinense não apenas incorporam as demandas, mas por sua posição estratégica se tornam “berço de algumas experiências” da extrema direita.

A reflexão sobre o casamento de interesses também articula redes que se formam entre o regional e o nacional, e inclusive no próprio município com as práticas de troca de votos entre os/as/es vereadores/as e indicação de cargos no executivo para apoio de projetos de interesse destes grupos. O fortalecimento dessas redes com rápida mobilidade e capacidade de articulação se relaciona com a própria estrutura recente e incompleta dos processos democráticos nos países da América Latina. Aproximo aqui a reflexão sobre o desenvolvimento regional proposto por Serrano-Amaya (2021), ao destacar que apesar dos países experienciarem transformações sociais envolvendo o modelo capitalista e concepções liberais nos anos de 1980, outras áreas permaneceram dominadas pelas hierarquias sociais e formas tradicionais de política, que se mantêm às custas de limitar o avanço de políticas redistributivas e equitativas. Se esse cenário já demonstrava a dificuldade de responder às crescentes demandas sociais, se tornam ainda mais complexo com o atual movimento neoconservador de fomentar legislações que reforçam a discriminação e restrição de direitos à determinadas populações.

Santiago do Sul, cidade com menor número de habitantes (1651) de Santa Catarina, elege um/a/e vereador/a/e com aproximadamente 80 votos. Essa constatação permite exemplificar o peso dos votos na eleição ao legislativo, em uma região composta majoritariamente por municípios de pequeno porte, o que provoca um modo específico de relação com pautas temas deste estudo. A necessidade de “proteger os votos” perpassa contradições tanto em partidos alinhados à extrema direita como na esquerda, sendo que em relação ao primeiro grupo, I9 identifica a tática do cálculo discursivo, entre mobilizar o pânico moral ou reproduzir parcialmente e de forma interesseira um discurso progressista. J11 comenta da ambiguidade em que certos partidos da direita lidam com os coletivos LGBTQIAPN+, pois se aliam nacionalmente com um discurso público contrário aos direitos desta população e até propagam simbolicamente violências, mas que localmente “*ajudam em tudo*”, ou seja, manobram para capturar os votos dos/as/es eleitores/as.

No tocante aos partidos de esquerda, o cálculo muitas vezes tem sido se abster e ficar em silêncio em pautas polêmicas ou até mesmo seguir a posição da maioria, que segundo G7 envolve a ideia de não *“se queimar com aquele público”* que constitui a base diversa do seu eleitorado (que vai de lideranças religiosas até militantes feministas e LGBTQIAPN+). Ao analisar os movimentos dentro da esquerda, para A1 e C3 o desafio recaí principalmente para as vereadoras, e exemplificam as discussões em torno do aborto, para demonstrar como as manobras de polarização e midiaticização desta questão visam: *“jogar a bomba para a esquerda se quebrar e especialmente as mulheres, né? Porque daí assim os homens que votam a favor ou contra a uma noção dessas ninguém dá bola praticamente”* (A1). A compreensão sobre jogar a bomba no colo das mulheres retrata uma dimensão da desigualdade de gênero nestes espaços legislativos, que contribuí para o recuo nas discussões sobre ou aborto ou em outros temas, e quando se posicionam, muitas vezes são acusadas de falta de decoro parlamentar por uma fala mais incisiva ou de que estão *“aparecendo demais”*. Para os/as/es participantes essa dinâmica evidencia a estratégia de fragilização de quem poderia propor contraditório às lógicas neoconservadoras, e em extensão revelam uma tentativa de diminuir o potencial de resistência das mulheres vereadoras. O estabelecimento deste jogo demonstra o difícil cálculo de ter que se silenciar para não arriscar sua reeleição e/ou ser empurrada para fora da política, já impactada por outros tantos fatores institucionais e culturais, mas ao mesmo tempo não conseguem se fortalecer coletivamente para enfrentar as forças cisheteropatriarcais que buscam bloquear o avanço de projetos e propostas que poderiam ampliar a pluralidade democrática.

Descendo a avenida. A Parada de Luta LGBTQIAP+ do oeste catarinense representa uma quebra deste cotidiano das barreiras e silêncios, movimentando distintos efeitos políticos, sociais e subjetivos. Representa o encontro e aliança dos corpos dos sem-parte nessa comunidade, momento que pode contribuir para a contagem das existências diversas. No ano de 2024, a 7ª edição da Parada, reuniu aproximadamente 8 mil pessoas, que ocuparam a praça e depois desceram a avenida central da cidade de Chapecó, reunidas em torno do seguinte lema: *Liberdade para viver!* No manifesto da UNA LGBTQI Chapecó (Anexo 1), entidade organizadora da ação, são denunciados os *“golpes legislativos”* no respectivo município, com a aprovação de leis que versam sobre a justa competição do esporte, vedando a participação de atletas trans (Lei 7948/2023), a autorização para uso de banheiros conforme definição biológica de sexo em escolas e templos (Lei 8023/2024) e a proibição de crianças em *“paradas gays”* (Lei

8090/2024)¹⁰¹. Igualmente expressa a defesa da entidade em: “*reafirmar nossa existência, para reivindicar nosso espaço, para celebrar quem somos. Liberdade é não ter medo*”.

Imagem 5: Material de divulgação da 7ª Parada de Luta



Fonte: foto retirada do Facebook da UNA União Nacional LGBT - Chapecó/SC

A respectiva edição da Parada marcou fortemente a posição de enfrentamento em relação às legislações antigênero, destacando principalmente o ataque direcionado às pessoas travestis e transexuais. Para o/a/e participante (*N.I.*) ao longo das disputas desses projetos, que contou com ocupação da Câmara por diversas entidades, partidos e sindicatos, o intuito foi marcar posição na arena política, mesmo reconhecendo que: “*existem algumas cartas que já são marcadas, e mesmo que algumas vão acontecer, a gente não poderia se silenciar, ficar quieto, não fazer nada*”. O relato indica a percepção da força de articulação neoconservadora na aprovação das leis e a reflexão da incorporação de uma tática de “*sofisticação dos discursos*” nos textos e debates, com a secularização e intensificação de compressões do senso comum, vinculando noções como: “*justa competição*”, “*proteção das crianças*” e “*meus amigos e*

¹⁰¹ Mesmo com a aprovação desta lei, dias antes da realização da Parada de Luta a UNA LGBT articulou com o PSOL pedido de habeas corpus coletivo, que teve manifestação de apoio da 3ª Promotoria de Chapecó e foi julgado favorável por desembargador do TJSC.

funcionários LGBTQIA+ que apoiam a iniciativa”. Outrossim, a tentativa de sofisticação revelaria um possível cuidado com a judicialização destas leis, de modo que: *“quanto menos lama você deixa no caminho, mais difícil é para a justiça (...), a gente sabe que é LGBTfóbico, mas nesse caminho eles estão se contendo para cometer nenhuma injúria LGBTfóbica” (N/I).*

Apesar do cuidado para não provocar a judicialização, observa-se o processo deliberado de desconsiderar as manifestações de inconstitucionalidade por entidades como MPF e Defensoria Pública de Santa Catarina e órgãos locais (ACAMOSC e UVESC), que foram solicitados pela UNA LGBT durante a tramitação dos projetos, bem como as decisões do STF sobre temas que envolvem o reconhecimento e proteção das pessoas LGBTQIAPN+. Esse movimento retrata o processo de deslegitimação do judiciário pela extrema direita, aprofundando os ataques às entidades democráticas, e de forma arbitrária e despreocupada se utilizando das pautas antigênero como moeda de troca para os interesses locais e para o agenciamento contra as instituições nacionais. Igualmente demonstra como os partidos de esquerda e movimentos sociais tem reforçado a busca pelo judiciário para reverter a implementação das legislações.

Em relação à efetividade destas táticas e seus impactos nas ações da esquerda, F6 expõe que: *“eles nos puxam à direita à medida que a gente tem que falar que (...) LGBT também têm filhos, que a gente se interessa pela inocência da criança, que a Parada é lugar de família, que a Parada não tem promiscuidades e assim por diante”*. O desafio de abordar publicamente a questão das infâncias também está presente na fala de D4, pelo receio de que possam alegar *“que estamos querendo tornar as crianças LGBT”*, argumento que é contrastado por L12 ao entender que a não abordagem dessa pauta pode acentuar a desproteção das crianças, principalmente das que não performam a cisgeneridade. Neste ponto, F6 faz um alerta sobre o caráter transfóbico das leis de Chapecó e como foram aprovados sem obstáculos, contexto que pode indicar maior aceitação popular conservadora nas matérias envolvendo identidade de gênero, e ao mesmo tempo expõe a fragmentação da organização da esquerda em comparação a projetos que tratam da orientação sexual, num indicativo de que *“o corpo trans é mais negociável, mas o corpo cis e gay não” (N.I).*

Diante desta encruzilhada não tomarei a direção tecer análises específicas ou abordar recomendações para a ação política, mas entendo pertinente aproximar alguns diálogos, como a análise de Carrara (2010) que menciona os perigos da judicialização dos direitos LGBTQIAPN+, ao contemplar que a justiça é mais parte do problema do que a solução, tendo inúmeros limites em acolher as demandas que lhe são dirigidas, o que pode revelar os inúmeros limites em acolher demandas como as que envolvem a atualidade das pautas antigênero. O autor

menciona ainda o cuidado para não cair nas amarras de uma moralização sexual, que levam a uma estratificação de quem seriam os cidadãos “respeitáveis” e merecedores de direitos, o que representaria o acionamento de dispositivos de purificação que reproduzem fechamentos identitários e estabelecem fronteiras intransponíveis (homens ou mulheres, heterossexuais ou homossexuais, gays ou trans). Outro elemento ainda, envolve a articulação da militância com processos de resistência, mais do que a busca por integração social, para que se possa alcançar os contextos cotidianos em que os direitos à cidadania estão mais restringidos e muitos sujeitos não conseguem se apropriar dos direitos e políticas sexuais (Pecheny; Dehesa, 2011). Tais reflexões contribuem para pensar caminhos críticos de enfrentamentos das capturas conservadoras nos movimentos de luta, mas principalmente demarcam a diferença do campo das práticas e efeitos entre pretensões de coletivos alinhados à esquerda e as articulações neoconservadoras e neoliberais.

5.5 PRODUÇÃO DO MEDO E A VIOLÊNCIA DO (NEO)CONSERVADORISMO

“Tentar quando as forças se esvaem”. Rolnik (2018) oferece uma interessante análise de como os investimentos micropolíticos do regime colonial-capitalístico se alimentam dos abusos da força vital para seguir produzindo subjetividades traumatizadas. A expropriação que se acentua com o neoliberalismo faz com que as subjetividades se apeguem ao familiar e não consigam se imaginar de forma diversa, e qualquer ameaça de esfacelamento deste mundo é sentida como um medo de desmoronamento subjetivo, que como efeito reforçam a submissão dos sujeitos, processo que intensificaria a conservação desse ordenamento. Em diálogo com a autora, entendo que o conservadorismo não seria apenas uma resposta às necessidades dessa expropriação, mas também se estabelece como uma lógica devoradora da força criadora de existências diversas, estacando movimentos de autonomia, liberdade e prazer, inclusive com a imposição de mecanismos violentos, que disfarçadamente são mobilizados em nome da tradição e obrigações com a ordem social.

Para a compreensão metamorfa desse conservadorismo com suas versões religiosas, políticas, econômicas e sociais, torna-se necessária a reflexão sobre os traços coloniais que buscam impedir a coexistência de outros mundos possíveis, com suas imposições normativas, hierarquias e usos da violência. Nos relatos dos/as/es participantes são apresentadas vivências cotidianas de perseguição, ameaças e difamação que se ligam com o medo e esgotamento, e fazem aparecer os interesses conservadores de dominação e aniquilamento. D4 conta sobre as

ameaças que recebia para impedir sua participação política, e menciona que durante uma ação do #Elenão nas eleições presidenciais de 2018, mesmo com familiares tentando protegê-la, decidiu que: *“eu falei que vou, e vou em cima do caminhão, porque se a bala vier, é mais fácil saber de onde veio”*. Esse retrato não aponta apenas para os processos de como D4 se tornou um alvo devido seus posicionamentos, mas informa que a bala está sempre à procura de quem cruza as fronteiras dos interesses em jogo pelos conservadores. Nas palavras de E5 é como se: *“vamos matar um para dar o recado para os demais”*.

De muitas formas vamos recebendo esse recado, fator que impacta na atuação política em diversos contextos, enquanto possibilidade de confrontar as lógicas policiais que ordenam de modo desigual o sensível compartilhado (Rancière, 2021). Neste ponto, minha posição como pesquisador se entrecruza com as histórias dos/as/es participantes, seja por acompanhar e/ou me envolver com determinadas lutas e conhecer os impactos das violências, mas também porque à medida que escrevo estas linhas vou tentando encontrar maneiras de elaborar e não me deixar abater pelo recado dado em torno da minha demissão como professor universitário. Processo que se relaciona com as minhas defesas dos estudos gênero e sexualidades e da psicologia social crítica, que não podem coexistir com um novo projeto de curso de psicologia voltado à inovação, prestação de serviços e posição “apolítica” (neutralidade) da profissão. Cenário que também demonstra a especificidade de um momento do ensino superior comunitário/privado que reproduz modelos de gestão autoritários, que se fortalece com o crescente incremento de recursos públicos do governo estadual (Programa Universidade Gratuita pela Lei Complementar nº 831/2023), e que nos bastidores potencialmente se alinham ou não questionam agendas morais propagadas por setores neoconservadores e neoliberais¹⁰². Escrever sobre as violências que perpassam os movimentos de resistência, neste momento, é

¹⁰² Um dos questionamentos à minha atuação envolveu a tentativa de construção de cartilha para combater a discriminação, violência e assédio no contexto universitário, que segue até hoje sem retorno e encaminhamentos das instâncias superiores da universidade. Segue registro/memória deste documento: Ideias para fortalecer o cuidado, a proteção e o respeito na relação entre acadêmicos/as, professoras/es e técnicas/os administrativos: 1) Reconheça e acolha a diversidade das pessoas em seus diferentes marcadores: identidade de gênero, orientação sexual, étnico-racial, deficiência, geração, localidade de origem, formato corporal... 2) Reflita sobre suas opiniões e posicionamentos, de modo a não perpetuar preconceitos raciais, machismo, misoginia, sexismo, LGBTfobia, transfobia, etarismo, capacitismo, xenofobia, gordofobia, entre outras situações de discriminação. 3) Evite zombar, fazer piadas e/ou gestos depreciativos de possíveis limitações ou características das pessoas. 4) Não faça insinuações, convites impertinentes e force contato físico não desejado, principalmente envolvendo as mulheres, maiores vítimas dessas violências. 5) Em relação as pessoas transexuais e não-binárias, respeite e utilize seu nome social nos espaços e documentos da Universidade. 6) Não menospreze as práticas culturais, religiosidade, modos de expressão (gestos e fala), aparência e vestuário das demais pessoas. 7) Respeite os espaços de uso comum da universidade, como a biblioteca, laboratórios, salas de aula, banheiros e auditórios, que devem ser livres de discriminação e assédio. 8) Mantenha uma postura adequada e educada para lidar com os conflitos, desestimulando comportamentos preconceituosos e que podem acentuar a exclusão entre colegas. 9) Não utilize termos ofensivos em relação a cor de pele e etnia das pessoas, a exemplo de se sentir superior e/ou desmerecê-las.

tentar aplacar a dor ético-política da escuta e contato com diferentes injustiças, no qual preciso reaprender a lutar pela minha própria justiça.

Me apoio em F6 quando refere que: *“às vezes demoro muito tempo para me entender como sujeito vítima de violência (...) percebo depois que ela aconteceu”*, fragmento que denota a importância de dar nome às violências, para que sejam devidamente reconhecidas e combatidas. De modo transversal é perceptível a menção ao sexismo e LGBTfobia, até mesmo observando os temas em diálogo nas entrevistas, ficando de fora em muitos momentos o enfrentamento do racismo, eixo necessário a ser incorporado nas leituras interseccionais sobre as manifestações da colonialidade do poder. Registro ainda que a intensidade dos relatos de violências foi menor nas entrevistas com participantes homens cis e de participante alinhado/a/e a partido de centro/direita do espectro político, mesmo que revelem consequências por seus posicionamentos sensíveis as demandas feministas e LGBTQIAPN+. Em paralelo, se intensificam para quem vivencia sua identidade e orientação sexual diferente da cisheteronorma, o que sinaliza a relação à distribuição desigual das violências, bem como as condições para seu enfrentamento.

O imaginário em torno do “veado” é um dos elementos que reiteradamente aciona uma reação violenta do conservadorismo, ao confrontar a produção da identidade regional do desbravador, daquele que conquista o progresso e perpetua as virtudes do trabalho, da família e religião. Essa palavra/termo é apresentada por muitos/as/es participantes, para demonstrar como a LGBTfobia se apresenta livremente nas relações sociais locais (J10), sendo citado também os episódios de repressão das crianças e adolescentes que não performam a cisheteronormatividade (B2 e L12) e nas ofensas e ataques contra coletivos e entidades de representação de pessoas LGBTQIAPN+ e que organizam as Paradas de “veados” (J11). Não somente nos contextos sociais, mas também na pressão e difamação de vereadores/as e outros agentes públicos que apoiam demandas que envolvem essa população, como em situações acompanhadas por B2 ao ouvir que: *“nós não queremos, a senhora também é vereadora, e não pode misturar as coisas”* e *“porque o nosso imposto está indo nessa merda que fica falando desses veados”*.

Os relatos acima indicam tentativas de impedir o debate e formulação de políticas públicas que poderiam contribuir para o enfrentamento de possíveis violências, e de forma ampla, representam as próprias marcas violentas da construção social das identidades cisherterossexuais e dos lugares de abjeção destinados aos dissidentes desta norma (Butler, 2003). Nos jogos em torno das ofensivas antigênero podem significar a politização da homofobia, descrito por Serrano-Amaya (2019), que é utilizada em contextos de conflito como

uma estratégia de normalização social violenta em si mesma, mas também serve para estigmatizar a oposição política e consolidar as hierarquias de gênero e o controle masculino do Estado. Registra-se neste cenário, a intensificação do pânico moral nos debates legislativos e os espaços sociais contra a visibilidade das pessoas trans, fato que tem intensificado uma epidemia de transfobia (Fassin, 2023).

Necessário considerar que o incomodo dos conservadores contra os/as/es “veados” envolve a percepção de ameaça aos projetos históricos de pessoas que concentram poder econômico e político (Segato, 2021), e que na atualidade se volta principalmente para a aniquilação de pessoas LGBTQIAPN+ e mulheres que performam modos diversos de gênero e sexualidades e que defendem outros projetos de mundo. Na esteira desse ordenamento, J11 realiza uma crítica de como o conservadorismo busca construir uma “*padronização da comunidade*”, buscando colonizar determinadas experiências LGBTQIAPN+ para que sejam compreendidas como “não veadas” e possam reproduzir elementos da cisheteronorma e suas violências, visto vez que: “*esses que são enjaulados, (...) são os que mais pisam e julgam a comunidade, falam mal, e quando algum gay e lésbica passa por frente dele e dos amigos, é o que primeiro vai julgar e sacanear, fazer piadinha de mau gosto*” (J11). Retoma-se a ideia discutida anteriormente dos “nossos LGBT”, daqueles/as que se conformaram com esse sistema-mundo em troca de poucos privilégios, contra esses outros passíveis de violência.

Esse contexto desigual também é referido por L12 quando menciona a vivência de mulheres trans dentro da comunidade LGBTQIAPN+ e por mulheres cis de coletivos/movimentos de mulheres, ao comentar que: “*o olhar às vezes é de desprezo, riso e ironia (...) algumas mulheres ficavam me hostilizando (...) e tem umas mulheres que nem conversam com mulheres que não usam escarpam e vestido, sabe?*”. A menção ao escarpam simbolicamente remete a uma concepção civilizatória, branca e cisgênera, como expresso por Vergès (2021), retratando um feminismo transexcludente que não abarca as realidades ainda mais invisibilizadas e precarizadas pelo capitalismo e das violências legitimadas pelo Estado dominado pelos conservadores.

Especificamente sobre a violência direcionada às mulheres, os diálogos abordaram desafios sobre a denúncia e enfrentamento da violência de gênero (I9 e A1) bem como as barreiras para realização do aborto legal na região (H8), mas centraram-se principalmente na violência política de gênero. Nos inúmeros relatos, as vereadoras participantes referem que são as que mais recebem ataques nas atividades legislativas, pois segundo G7: “*são as mulheres que mais se dedicam aos mandatos, né? Mas aí vem tudo aquilo, que por mais que a gente faça muito melhor do que muitos homens, a gente precisa estar provando o tempo todo que a gente*

é competente, né?”. Essa provação se liga também as táticas empregadas por vereadores da extrema-direita para desqualificação durante os debates no plenário, como observado por C3: *“toda sessão eles me agridem (...) dizem que a gente está lá para fazer o mal para o povo, acabar com as famílias, acabar com tudo”*. Os relatos de agressões se aprofundam na vivência de D4 ao expor que: *“vocês nem ouvem o que eles falam nos microfones fechados, entendeu? (...) teve um vereador (...) que pegou no braço e falou que eu era muito ‘brabinha’, mas mesmo assim ele queria me comer”*, um dos exemplos dentre outras situações que lhe deixavam irritada, tanto que ao pedir a inscrição para falar muitas vezes já se encontrava enraivecida, fato que gerava ainda mais reação dos colegas que esboçavam comentários como: *“a louca vai começar”*.

Na continuidade dessa discussão, B2 conta sobre a organização de uma ação da qual não recebeu o reconhecimento no protocolo de agradecimentos, e ao questionar: *“sabe o que que você causou comigo? Foi violência política, tá?”*, ouviu de um homem assessor do legislativo estadual: *“meu Deus, tu és desse tipo?”*. O “tipo” neste caso pode indicar que se trata da polemização de determinado contexto de tomada arbitrária da palavra, de quem pode ou não dizer e aparecer, buscando romper com os modos de deslegitimação da capacidade das mulheres em propor ações e fomentar outras posições nos debates políticos. A reflexão sobre o tipo de mulheres que devem ocupar esses espaços, dialoga com as perseguições sofridas por A1 ao ter exposto uma situação de violência, sendo doloroso ter percebido que as *“mulheres se regozijavam”* com o ataque que ela recebia, isso por identificar que o problema se deve ao fato que: *“é por que eu falei (...) e as pessoas se sentiram mais ofendidas porque eu sou daqui (...) que eu conheço as pessoas e por conhecê-las eu não devia ter falado aquilo”*. O falar aparece como uma traição, da comunidade e também do gênero, fato que justificaria o merecimento da violência política misógina, que como efeito busca deter a participação e disciplinar/punir as mulheres por seu ativismo feminista e antirracista no Estado (Cegatti, 2023).

Nesta ordem cisheteropatriarcal se reafirma a estratégia de reiterar o domínio masculino na política, e quando não conseguem aniquilar totalmente a participação de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ buscam produzir contornos dentro dos limites e identificações com o campo da direita e das lógicas do conservadorismo, ou para quem se aproximar da esquerda que sejam *“bem-comportados/as/es”*, não desafiando/traindo as hierarquias de gênero, raça e classe. Para os/as/es traidores/as recaí toda forma de humilhação, desprezo e exclusão, inclusive ultrapassando o âmbito da política e alcançando outras dimensões da vida dos/as/es participantes, como nos relatos de demissão pessoal e de familiares (I9 e D4), na produção de

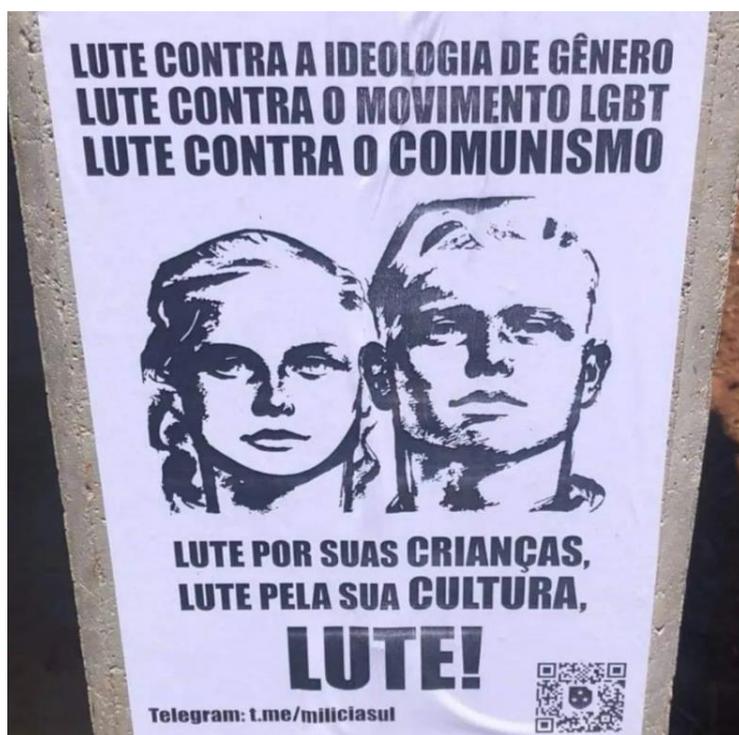
moções de repúdio contra a atuação docente (J10), e da lista de incentivo ao boicote de empresas e profissionais que apoiaram o PT durante as eleições de 2022 (A1 e I9).

Registra-se também o quanto esse ambiente permeado de violências produziu sofrimentos psicológicos, do qual citarei como exemplo a perseguição vivida por J10, que aborda efeitos decorrentes do ataque que sofreu e por estar constantemente preocupado/a/e com sua família, resultando na dificuldade de dormir e na queda de cabelo, fato que o levou a tomar antidepressivos. Já D4 segue o relato dos embates no plenário para anunciar que: *“quando tinha algum enfrentamento, que eu ia ter que falar em público ou que eu sabia que eu ia ser violentada (...) eu me medicava para dar tempo de (...) aguentar a sessão”*, contexto que foi agravado com o tempo, e se emociona ao relatar que quando retomou seu mandato: *“tentei suicídio duas vezes, por medo de estar fazendo mal para minha filha. E eles não vão parar até eu morrer. Pensei: eu vou acabar com isso em vez de eles acabarem comigo, você entende?”*. No decorrer da entrevista D4 menciona a decisão de não se candidatar e sua opção de seguir com sua luta em outras frentes, e isso faz lembrar de Mombaça (2021) sobre as vidas quebradas pelas ficções de poder que matam e aprisionam, e da necessidade de experimentações críticas para *“nos tornarmos mais-do-que-aquilo-que-levaram; onde fomos aprisionadas, e nos tornamos mais que o cativo; onde fomos brutalizadas, nos tornamos mais do que a brutalidade”* (p.19).

Assim como os relatos de J10 e D4 foram os que apresentaram mais intensidade dos sofrimentos, outro elemento transversal na história desses/as participantes envolve suas famílias que se tornaram alvo dessa mesma perseguição. Conforme J10 durante os ataques sofridos, identificou que: *“na sessão da Câmara de Vereadores, quando aprovaram a moção, tem um cara comentando que eles não deveriam só se atentar a mim, eles deveriam ir atrás do meu pai, da minha mãe, da minha irmã, do meu sobrinho, que tem 2, 3 anos de idade. Então, é um ódio focado”*. Esse episódio me faz lembrar de uma pergunta recorrente na região: de que família você é? A depender da resposta se define o grau de reconhecimento e compromisso com a descendência étnica e os valores morais que organizam as relações sociais, contudo, no caso dos/as/es participantes revela que seu posicionamento divergente é tornando criminoso ou uma traição, ainda mais quando se denuncia alguém desta mesma comunidade, fazendo como a violência se estenda para suas famílias quando buscam defender seus membros. Nas linhas dessa análise, problematizo a estratégia conservadora de valorizar a família quando está em jogo os interesses de manutenção da propriedade, mas essa mesma família passa a ser alvo quando um dos seus membros se torna sujeito de resistências, e deste modo, tudo que estiver no entorno deste deve ser eliminado, para não proliferar outras dissidências.

Adentrar no campo de reflexões que abarca uma política do ódio e um monopólio cisheteropatriarcal da violência, aponta para as aproximações do conservadorismo político, e a atual articulação neoconservadora, com as paixões fascistas e ímpetos autoritários. Essas paixões conforme Butler (2024) buscam a manutenção do poder às custas da eliminação das vidas consideradas dispensáveis, e neste contexto se constitui como tarefa para a crítica identificar e se opor a essas tendências. Em relação a isso, é preciso lembrar do episódio ocorrido em outubro de 2022 no município de São Miguel do Oeste, em que manifestantes bolsonaristas, em frente a base militar, realizaram gesto semelhante a saudação nazista durante a execução do hino nacional. Para participante (N.I.) trata de pessoas que “*fizeram um gesto nazista, numa cidade que tem células nazistas, num estado que é o berço de células nazistas*” e que depois “*produziram fatos para justificar que aquele gesto lá era normal, uma prática cultural*”. Neste mesmo período, na cidade vizinha de Descanso, foram afixados cartazes de ódio à comunidade LGBTQIAPN+, inclusive na residência de um casal de mulheres lésbicas¹⁰³.

Imagem 6: cartaz afixado na cidade de Descanso/SC



Fonte: fotografia de notícia do Portal Afronte Jornalismo

¹⁰³ Para maiores informações sobre esses contextos, verificar notícia do Portal Afronte Jornalismo, de 03/11/22, disponível em: <https://afrontejornalismo.com.br/mp-sc-encaminha-caso-de-saudacao-nazista-para-promotoria-de-justica-da-capital/>

A imagem que se assemelha a uma propaganda nazista, reflete características supremacistas, de intolerância ao gênero e com ares totalitaristas. Ao refletir sobre a relação entre nazismo e fascismo, Umberto Eco (2020) refere que o processo histórico destes regimes alegava pretensões revolucionárias para combater as ameaças do comunismo, mas entende que o fascismo não era completamente totalitário, sendo facilmente adaptável e mudando seus aspectos conforme o jogo em andamento. Isto posto, o fascismo na imagem se expressa reiterando o fantasma da ideologia de gênero, convocando para a luta em defesa de crianças e cultura, como se estivessem destruindo o eu cisheteronormativo que se baseou na negação da possibilidade humana da diversidade sexual e de gênero (Butler, 2024).

Dentre as características que definem a nebulosa fascista (Eco, 2020) ressaltou algumas características para pensar a micropolítica regional das ofensivas antigênero, como: a recusa ao pensamento contemporâneo e o medo da diferença; o culto à ação sem reflexão, visto que qualquer crítica é compreendida como uma traição aos valores tradicionais; a necessidade da humilhação e derrota do inimigo, ora visto como fracos ora como fortes demais; e, um elitismo de massa que despreza os subordinados. No campo da sexualidade o fascismo eterno joga com um heroísmo assassino do machismo, promovendo desdém às mulheres e intolerância a práticas sexuais não conformistas (homossexualidade), e aqui é importante aproximar a ideia de uma identidade nacional em oposição às identidades trans. Por fim, o autor defende a necessidade de desmascarar o fascismo que está ao nosso redor, com vestes civis e inocentes, apontando para a tarefa de não esquecer a barbárie e seguir lutando pela liberdade e libertação. Como lembra Foucault (1991) manter alerta o fascismo em nosso cotidiano, que nos faz amar o poder que nos domina e explora. E sobre isso, reafirmo a crítica sobre o presente, uma vez que as ofensivas antigênero se configuram como uma das principais batalhas contra o fascismo do nosso tempo.

5.6 FRAGMENTOS DE IDEIAS PARA SEGUIR LUTANDO

Qual o papel da resistência das mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ para a história futura? E como a articulação das forças micropolíticas podem contribuir com movimentos transformadores de mundos? Essas questões são caminhos que tenho perseguido para argumentar sobre a importância do cenário do oeste catarinense em relação às ofensivas antigênero, não somente como local estratégico para experiências neoconservadoras, mas para tornar visível nesta escrita as lutas que emergem em contextos de violência e precariedade acentuada, dos coletivos de corpos que aparecem e se juntam para questionar, reivindicar e

festejar, enfim, das possibilidades inéditas de subjetivação. Importante marcar que apesar deste estudo perpassar as ações legislativas em torno do gênero e sexualidades, muitas das lutas não emergem somente neste contexto, e apesar dos esforços para combater projetos antigênero e dos inúmeros desafios para avançar em uma política sexual democrática, as possibilidades de resistência não param de se produzir entre as micropolíticas do cotidiano regional. Nas palavras de Foucault (2015) não existe uma lei para o revolucionário ou uma alma que alimenta as revoltas, mas “resistências no plural, possíveis, necessárias, improváveis, selvagens, espontâneas, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis” (p. 104), que se produzem no campo de forças que envolve sujeitos, instituições e diferentes estratos sociais. Para esse diálogo aproximo o relato de um microacontecimento exposto por J10:

“No município vizinho, o prefeito foi no palanque, no 7 de setembro, e começou a falar absurdos, que a comunidade estava entrando em ruína, que tinha votações para descriminalizar o aborto, que era um absurdo, que tinha homossexuais andando livremente, como se nada estivesse acontecendo. Então foi um discurso totalmente misógino e homofóbico que ele fez em frente a toda cidade, E quando algumas pessoas denunciaram, nossa, ele se sentiu totalmente atacado, como se ele não tivesse feito nada errado. E algumas pessoas até aplaudiram o discurso dele. O que me deixou (...) bem magoado é que uma aluna tinha tentado suicídio poucos dias antes disso, estava bem mal, e aí uma professora falou com ela e insistiu que ela fosse, ela ia tocar bateria, alguma coisa assim, e ela foi, e aí chegou lá e se deparou com o discurso daquele, deve ter sido destruidor para ela. (...) Só que depois disso, a mãe dessa menina começou a aceitar mais as ideias dela, a sexualidade que ela estava mostrando. E até que de uma coisa ruim surgiu uma coisa boa, né? Mas é uma, o quanto ainda temos que lutar com essas e outras coisas”.

Dentre as linhas deste relato observa-se a convergência dos muitos elementos que se cruzam neste estudo, do qual reforço a tarefa crítica de analisar as condições que possibilitam o ato performativo do respectivo prefeito, combinando a retórica conservadora de proteger a sociedade do caos e da ruína com os movimentos neoconservadores, que seguem propagando ataques a liberdade sexual e reprodutiva. Movimentos que estrategicamente se utilizam da moralização das incertezas para ampliar a representação política (Biroli, 2020) e que buscam reafirmar uma ordem cisheteropatriarcal na identidade nacional (Serrano-Amaya, 2021). No caso acima, é curiosa a escolha do 7 de setembro, data que envolve uma ficção colonial de celebração da independência e da democracia, que é apropriada para reafirmar um discurso autoritário e incitador do ódio, dirigido a uma população que deve ouvir e se submeter a ideologia de seu governante. Das reações fizeram-se ouvir palmas, com suas várias possibilidades de significação: apoio, sadismo desavergonhado, consentimento, assustadas,

perdidas, entre outras, mas também abarcou o silêncio não conivente, denúncias e protestos contra aquele discurso, e instantes para desencaixes, como nas relações entre mãe e filha, apontando para caminhos de contrapoder que não cessam de se produzir.

Nas brechas para uma atuação contra o poder, Castelo Branco (2001) refere que o problema está sobretudo na esfera subjetiva, no enfrentamento dos processos de normalização e individuação que provocam o aniquilamento da liberdade e empobrecimento da vida e na luta para produção de outros modos de existência, vínculos sociais e comunitários. Para Butler (2018) implica uma resistência ao que o mundo fez de nós, rejeitando uma noção de eu que busca perpetuar o status quo, deste modo, conectando a vida que é minha com redes mais amplas de articulação coletiva e plural, confrontando os regimes contemporâneos de poder que produzem uma vida ruim, não passível de luto. Quando J10 realiza a avaliação de que uma coisa boa surgir de uma coisa ruim, me alio a Butler quando reflete que não se trata de uma decisão moral e individual sobre o bom/ruim, mas de que devemos resistir ao que produz uma vida ruim para que se possa perseguir uma vida boa.

A noção de uma vida vivível (boa) envolve as disputas em torno de uma organização social, política e econômica que se encarrega de distribuir de forma desigual as possibilidades de vida. Mesmo que o prefeito acima mencionado ocupe um lugar de legitimidade para propagar pânico moral, esse movimento também contribuiu para dar visibilidade a desigualdade em torno do gênero e sexualidades, sentida nos afetos, no cotidiano das relações sociais e nas demandas dirigidas ao Estado. Como aborda Fassin (2019), se a eficiência da direita é jogar com os afetos e a intimidade para manter uma ordem sexual, tornando a desigualdade desejável, o nosso trabalho é para fazer a igualdade algo desejável. Ou como aborda Rancière (2021), exigir a verificação da igualdade nesta partilha do que pode aparecer e ser considerado numa determinada comunidade.

Dentre os diálogos com os/as/es participantes observa-se movimentos de insurreição dos afetos contra os abusos e esgotamento do capital neoliberal e do conservadorismo devorador das existências diversas, como expresso por I9: *“eu, particularmente, vim num movimento de tanta fúria, de tanta raiva de me ver nessa posição, de ver tudo que acontece, que eu fazia da mesma forma (...) muita indignação (...) e a partir dela que me dá vontade de fazer alguma coisa”*. Sentir essa indignação se apresenta em muitos relatos enquanto uma força que leva a agir de maneira (in)definida diante das ofensivas antigênero, buscando demarcar uma oposição contra os atores políticos, sociais e institucionais identificados com a extrema-direita. Oposição que se articula em diversos contextos e estratégias, como: a ocupação das ruas e em frente às Câmaras de Vereadores em momentos de votação, as decisões sobre responder ou se

silenciar taticamente para não dar visibilidade aos absurdos que se propagam nas redes sociais, e até mesmo, da produção do senso crítico em sala de aula de escolas e universidades. Como demonstra J10, percebesse o efeito dessas reações com a própria forma como tais atores/atrizes se reorganizam, visto que: *“a se gente consegue incomodar determinadas pessoas é porque a gente está fazendo o jeito certo, né?”*.

Uma problematização a ser estabelecida envolve os usos do silêncio, geralmente entendido como um recurso para não polemizar e desestimular o alcance dos discursos neoconservadores, mas que também é entendido como uma defesa de possível angústia mobilizada pela agressividade dos embates. Entendo que a decisão pelo silêncio deve ser compreendida a partir das contingências de cada pauta, das forças para sustentar a oposição e a capacidade de organizar coletivamente o enfrentamento, mas cabe a reflexão de que a não polemização mantém oculto o dano dos sujeitos que não contam nas hierarquias deste ordenamento policial. Em paralelo, são criticados os usos deste recurso dentro dos próprios movimentos da esquerda, quando decidem não se envolver em debates sobre gênero e sexualidades, seja pelo entendimento dos partidos de que essas pautas não convergem em votos (D4), no cálculo de que abordar temas muitas vezes não consensuais podem prejudicar o mandato político e possível reeleição (A1, E5 e G7), ou quando as próprias entidades e movimentos sociais não conseguem dialogar com segmentos mais vulnerabilizados entre as mulheres e população LGBTQIAPN+ (H8). Sobre isso, Rolnik (2018) comenta que ignorar a agitação das insurgências do gênero e sexualidades pode neutralizar a própria potência do combate micropolítico, o que revela a necessidade de uma permanente tensão sobre como esse cálculo do silêncio pode aprisionar as esquerdas nas lógicas conservadoras da extrema-direita que trocam votos pela nossa vida e/ou possibilidade futuro.

Entrando mais especificamente nas ações no legislativo são apresentados elementos e ideias que configuram estratégias e táticas para fortalecer os debates em torno das pautas feministas e LGBTQIAPN+, como a formação de coletivos e fortalecimento dos espaços de participação social (A1 e E5), a parceria com universidades para ampliar conhecimentos dos temas e na formação de futuros profissionais para maior consciência social (C3, H8, G7 e J10) e até mesmo, a perspectiva de posição radicalmente antagônica ao que é pautado pela extrema-direita (D4). A essas questões se somam a preocupação em manter os espaços conquistados principalmente pelas mulheres de esquerda nos legislativos, por considerarem que *“senão a imagem dominante vai ser daquelas pessoas que estão lá, de Deus, da família, né?”* (C3) e de que *“se não estivermos lá, morre muita coisa (...) e muitas pessoas não vão se ver representadas lá”* (A1). Juntamente com essa garantia de representação, podem ser pensadas

as demandas por direitos, como sugere G7: *“o que nós podemos colocar no papel, um projeto de lei, que possa ser apresentado e venha em defesa desses grupos?”*.

Essa dispersão de argumentos aponta para modos de inclusão e integração dos grupos supostamente não representados, contexto que poderia contribuir para a formulação de marcos legais para a promoção de direitos. Sobre isso questiono sobre os limites de uma inclusão que se sustentaria apenas através do voto em representantes ou da promoção de direitos abstratos que não alcançam as diversas realidades das pessoas expostas a violências e privações. Me alinho as discussões de Paulo Renato Vitória (2018) quando questiona a colonização de nossos horizontes utópicos, argumentando que as concepções de democracia e direitos humanos são produções coloniais ocidentais, sequestradas pelas elites que governam e que interpretam as leis com base em sua legitimação meritocrática. A opção por uma gramática decolonial insiste na possibilidade de repartição igualitária do poder e da construção coletiva em que caibam muitos mundos, para isso, torna-se urgente ressignificar a gramática dos direitos humanos enquanto luta pela sobrevivência coletiva e de promoção da justiça nas realidades e urgências particulares.

Os desafios da construção desses horizontes utópicos são abordados por H8 quando menciona a apropriação neoliberal das pautas feministas e LGBTQIAPN+, que se relaciona com a produção de subjetividades que apostam na despolitização das pessoas, como expresso na seguinte crítica que ouviu sobre os movimentos sociais: *“vocês têm que entender que nem todo gay e mulher é de esquerda, e vocês estão aí para representar todos”*. Essa tentativa de consenso em torno da representação desconsidera a dimensão do litígio fundamental para a constituição dos sujeitos políticos e para alargamento da experiência sensível (Marques; Mendonça, 2018). Outrossim, envolve a dificuldade para fazer avançar nas pautas e demandas por justiça, ponto explorado no comentário de F6 ao abordar especificidades envolvendo as pessoas trans: *“a gente não consegue aprofundar o debate sobre (...) empregabilidade, saúde, acesso à educação, porque eu estou sempre falando a respeito, do fulano que nasce ‘veado’, da menina trans que nasce no corpo de menino, da diferença entre travesti, transgênero e transexual”*. Essa percepção sobre a necessidade de repetição discursiva ultrapassa a ideia do não conhecimento das pessoas sobre as definições de identidade de gênero e orientação sexual, remetendo as condições de não escuta e modo de não reconhecimento das reivindicações, que seguem mantendo a posição de ruído do discurso dos sujeitos falantes.

Certamente uma das cenas de dissenso que impõe o exame da igualdade é a Parada de Luta LGBTQIAPN+ da região oeste catarinense, organizada pela UNA LGBT, que movimenta a reunião de corpos em aliança que descem a avenida. F6 reflete que o impacto desta ação é

envolver um contingente de aproximadamente 8 mil pessoas nas últimas edições para falar de questões políticas, envolvendo realidades impensadas de pessoas que residem no interior dos pequenos municípios, mas também se constitui como objeto de produção acadêmica e reflexão sobre o ativismo na macropolítica nacional. Para D4 esse reconhecimento possibilitou que mesmo frente a aprovação de legislações antigênero em Chapecó, em 2023 e 2024, a UNA LGBT conseguisse articular diálogos com entidades como o Conselho Nacional LGBTQIA+, a OAB Nacional, A Advocacia Geral da União (AGU) e Ministério Público Federal. Em contraposição, F6 analisa que permanece a dificuldade de constituir uma rede local-nacional para fortalecer as condições para resistência aos ataques antidemocráticos, no sentido de fazer com que “*os canais de mídia olhem para cá*” e que “*a gente consiga fazer o debate chegar nos quadros da grande política*”. Não se trata de um pedido de resgate, mas da exigência de um redesenho do lugar e potência da resistência micropolítica nas disputas em torno do Estado.

Quebrando muros. Apesar das inúmeras tentativas de invisibilização da Parada de Luta em 2024, se tornou possível ocupar a avenida, e uma das intensidades das forças e afecções mobilizadas compreendeu o Projeto Marretada Transgênera: corpo e memória. O projeto pretendia produzir um espaço de arte-cultura e acolhimento para potencializar a voz de pessoas trans, contando com suporte e direção de pesquisadora da UFFS e financiamento aprovado por edital do poder público de Chapecó. A performance realizada na Parada reuniu artistas e ativistas trans que demoliram um muro e em seguida plantaram flores em cima dos destroços, como forma de “*dar um fim nas violências do mundo e estender o tapete para a liberdade de ser quem se é*”¹⁰⁴. Segue abaixo um dos registros fotográficos:

¹⁰⁴ Maiores informações estão disponíveis na página do Instagram do @marretada_trans, e o vídeo com fragmentos da performance podem ser acessados em: <https://www.youtube.com/watch?v=-rJBNLDrGYU>

Imagem 7: fotografia da performance Marretada Trans

Fonte: foto de Fabi Bardemaker disponível no Instagram do Projeto

As pessoas que assistiam vibravam com a performance, entre as falas, objetos e imagens que ajudaram construir o muro pichado de “Cistema”, desejosas por também dar marretadas e compartilhar desta destruição, sendo reparador o momento em que foram plantadas as flores, indicando algo que germina para a construção desse outro mundo. Conforme L12, para quem integrou a ação foi: *“como se a gente não tivesse medo do conflito que se instaura com a nossa presença no espaço, né? E eu acho que isso foi algo que repercutiu para todas as pessoas que participaram”*. Das quebras possíveis a partir da performance, destaco a introdução de algo inesperado na programação da Parada, a reivindicação do lugar das pessoas trans nos movimentos de luta na região oeste catarinense e reafirmação da potência da arte como uma arma decolonial, que aposta no inesperado, na ausência de suporte prévio e de encaixe perfeito, na suspensão do medo do conflito. Conforme Foucault (2019) as inversões do poder se constituem nas lutas a partir do local que se encontra e de sua própria atividade, sem compromisso ou reformismo, e se relacionam com efeitos de desidentificação (Marques; Mendonça, 2018), por possibilitar experimentações que geram rupturas na forma como os sujeitos se entendem e de como transitam nos cenários mais amplos das relações sociais.

De forma não surpreendente a performance da Marretada Trans foi a que mais recebeu ataques de vereadores (homens, brancos, heterossexuais) da extrema direita em suas redes

sociais, já impulsionados pelo início das disputas eleitorais nos municípios. O que chama atenção, contudo, foram os argumentos utilizados, que questionaram o investimento público, como o auxílio da Universidade Federal na disponibilização de ônibus para as atividades da Parada de Luta e da própria gestão do município, apoiada por estes vereadores, devido o financiamento da performance. Mas o discurso mais afetado foi sobre o desperdício de tijolos novos, que foi correlacionado a uma atitude desumana de jogar comida fora e desconsiderar a realidade de quem não tem casa. Frente a impossibilidade de desviar os olhares, realizaram a opção por explorar as desigualdades, do que e de quem deve ser protegido, isso faz com que a preocupação com os tijolos sirva para descortinar o projeto histórico de acumulação do capital, apoiado pelos conservadores, que segue erguendo seus muros/moinhos de vento para impedir a libertação dos imaginários de outros futuros.

Dentre os caminhos e propostas para enfrentar as forças destrutivas do fantasma de gênero, Butler (2024) defende o princípio de uma visão ética em que as pessoas possam viver e viver com outras pessoas em condições de igualdade e liberdade para respirar e amar sem medo da violência. O convite para esse outro modo de vida está expresso na reflexão de L12 sobre os modos de enfrentar os movimentos conservadores, e ao tratar especificamente do pânico moral de tem propagado a ideia falsa de que o movimento LGBTQIAPN+ quer acabar com a família tradicional, argumenta que a defesa não deve se pautar apenas por: *“nós não queremos acabar com a família, nós queremos constituir família. Mas tem outra posição que diz: será que só tem isso de família? Será que a gente não pode construir outro tipo de família? Será que vocês não podem aprender com a gente?”*. Sobre essa proposta ética, entendo que a presente escrita não tem pretensão de apontar como deve ser esse outro modo de vida, qual família deve ser constituída ou a definição de quais seriam as melhores estratégias e táticas para combater as ofensivas antigênero. Mas trata de um convite para aprender a habitar um mundo que se produz coletivamente de modo diverso.

6. PARA TENTAR CONCLUIR...

Como diz o povo daqui: “Cuida onde tu está se metendo!”. Neste processo de escrita fui me dando conta dos inúmeros desafios em pesquisar sobre o oeste catarinense, sua história, personagens e antagonismos. Esse é meu atual local de morada, das minhas relações e afetos, onde me refaço constantemente nas posições enquanto sujeito, portanto, essa investigação se estabeleceu contra uma noção de “eu”, que precisou se dissolver em muitos pontos para aprender sobre realidades impensadas a partir dessa região. Junto a isso, a articulação com a atualidade das ofensivas antigênero envolveu a construção de caminhos para estudar os movimentos que propagam o ódio, a violência e a aniquilação de modos diferentes de viver o gênero e a sexualidade, ou quem sabe, a própria destruição e/ou sufocamento das possibilidades de habitarmos conjuntamente um mundo em que todos/as/es possam viver sem medo, em condições de liberdade para amar e respirar. Pois é... momento de anunciar aquilo que foi dito ou não nas linhas desta tese e deixar que sigamos para caminhos inesperados...

Repetidas vezes percebo caras de espanto e até mesmo comentários como: “*deve ser difícil aí em Santa Catarina*”, certamente pelo imaginário propagado do conservadorismo local e do apoio expressivo ao bolsonarismo. Mas também ouço: “*sou de Chapecó, não praticante*”, e sobre isso, quero argumentar que aqui tem gente que luta, que entra em confronto e provoca dissensos nas hierarquias de uma ordem policial cisheteronormativa, racista e patriarcal. E esse foi o movimento que busquei apresentar ao problematizar a história e cultura local, em que uma mirada decolonial possibilitou contestar a versão difundida como oficial pelos “de origem”, com seus apagamentos contra os “sem origem”. Nesta perspectiva decolonial, aponto o movimento estratégico de inicialmente considerar elementos das trajetórias e modos de vida de caboclos e indígenas, para depois demarcar o que se sabe e que repetidas vezes é reiterado sobre os imigrantes descendentes de europeus, notadamente alemães e italianos. A imposição de uma origem envolve a demarcação da lógica conservadora da colonialidade, que se perpetua nas dimensões da religião, da família e virtudes do trabalho, provocando divisões abissais entre quem será considerado ou não neste ordenamento social.

Apesar deste cenário a região oeste também se configura como um palco de insurgências contra as desigualdades e violências, cujas linhas historicamente se cruzam com as lutas dos povos indígenas, de caboclos/as no Contestado, nas articulações operárias e movimentos sociais influenciadas pela teologia da libertação, e que seguem buscando reivindicar o direito à terra, a defesa do meio ambiente, a agroecologia, a vida das mulheres no campo e cidades, o

enfrentamento contra a exploração no trabalho. Na contemporaneidade com o feminismo e o movimento LGBTQIAPN+ as cenas políticas se aprofundam e possibilitam a emergência de outros sujeitos, demandas e modos de estabelecer alianças dos corpos. Trata, portanto, de uma realidade de lutas locais que se desdobraram e se articulam com outros movimentos sociais em nível nacional e internacional, e demonstram seu caráter contestador, libertário e sobretudo indolente. Me inspiro na contestação da noção de latino indolente, usada pelo colonialismo e reapropriada por Ignacio Martín Baró (2017), como uma recusa ao fatalismo de uma vida predestinada (por um Deus ou pelas elites coloniais), da inevitabilidade dos acontecimentos e seu conformismo, da produção de um povo sem memória do passado e horizonte de futuro. Para o autor, a ruptura com o fatalismo se estabeleceria a partir de um processo dialético da mudança das condições sociais e da relação das pessoas com seu mundo, sobre isso, argumento para a importância das lutas feministas, LGBTQIAPN+ e antirracistas e de suas contribuições na ampliação da potência de ação de outros movimentos sociais, que seguem desafiado significativamente o fatalismo de um futuro inevitável e trágico.

Queria poder argumentar mais sobre a ideia de um “oestino indolente” (alusão as memórias do povo insubmisso do oeste catarinense), mas para isso seria necessário outros estudos empíricos para aprofundar uma leitura sobre a colonialidade do poder, mais especificamente envolvendo a colonialidade de gênero e sexualidades, como exposto por Lugones (2020) e Segato (2021), o que multiplicaria os saberes das vidas e organizações sociais exterminadas pela intrusão colonial/moderna e de seus projetos históricos interceptados. Em estudos futuros, gostaria de apostar numa história contada por quem foi expropriado das terras, seus modos de ser e conhecer e das possibilidades de produção de outros mundos. Quem sabe, a proposta de cenas polêmicas que rearranjam o sensível compartilhado pode contribuir para tornar audível e visível singularidades como a luta das mulheres caboclas, dos/as/es colonos/as/es queer, indígenas LGBTQIAPN+, da memória das pessoas pretas e movimentos de quilombamento, dentre outros possíveis. Nesta direção, reforço que não se pode fazer indolente sem rejeitar objetiva e subjetivamente as lógicas conservadoras com suas violências.

Lutar por um outro mundo não quer dizer os contornos de um novo projeto com pretensões totalizantes, mas faz alusão ao exposto por Mombaça (2021), do fim do mundo que nos foi dado. Este mesmo mundo que tem se tornado objeto de racionalidades que defendem a sua conservação e/ou reformismo, e que na atualidade, se metamorfoseia com a formação de um campo neoconservador articulado com o capitalismo neoliberal, em suas buscas por disputar o Estado e produzir uma biopolítica cisheteronormativa. Neste cenário, esta pesquisa buscou analisar a emergência das ofensivas antigênero, que se configuram a partir de uma trama de

relações de saber/poder/subjetividades, com suas diferentes estratégias e táticas, entre as micropolíticas que se produzem a partir do oeste catarinense. Defendo que uma perspectiva localizada destas ofensivas contribuiu para pensar os pontos de aplicação do poder e as suas possibilidades de contestação, e nisso é necessário reafirmar que a região não apenas recebe e reproduz o que é difundido em âmbito nacional e internacional.

Mesmo que as micropolíticas ultrapassem a atuação do Estado ao se expandirem para as relações no cotidiano, realizamos a opção por analisar as ações no legislativo considerando a organização administrativa das associações de municípios em Santa Catarina, o que demarca limites geográficos à produção histórica e social deste território. O diagrama de forças que se estabeleceu a partir da configuração do mapa das atividades de vereadores/as em relação a direitos humanos, diversidade, gênero e sexualidades, contribuiu para pensar a delimitação de uma política sexual, com suas problemáticas e possíveis soluções para estabelecer normativamente os modos de gestão dos corpos. Sobre isso é inegável as marcas de uma governamentalidade religiosa pastoral, que por muito tempo aplicou um silêncio normalizador em relação às pautas e demandas feministas e LGBTQIAPN+, sendo modificada a partir dos anos 2000 com a incorporação de debates sobre violência doméstica e a participação das mulheres nos espaços de controle social. Até esse momento, o gênero como categoria para análise das desigualdades marcadamente patriarcal entra e sai de cena, sem configurar significativamente um interesse para fundamentar as proposições legislativas, mas também não é alvo de contraposição expressiva no debate público.

Com a visibilidade do sintagma da ideologia de gênero observa-se uma mudança nas dinâmicas legislativas, com os ataques promovidos pelos grupos defensores da família tradicional em relação à política nacional de educação, que se desdobra principalmente em projetos do Escola sem partido, entre os anos de 2015 e 2019, apresentados, mas não aprovados. Essa dinâmica se altera principalmente com período das eleições presenciais de 2020, em que são mobilizados argumentos da ideologia de gênero para demarcar uma polarização política e a submissão de projetos que envolvem a linguagem neutra, banheiro unissex e anti-LGBTQIAPN+, notadamente no município de Chapecó. Em paralelo, observa-se movimentos pautados em perspectivas essencialistas de projetos envolvendo as violências contra às mulheres (entendido apenas pelo viés da denúncia) e de questões que tangenciam os direitos sexuais e direitos reprodutivos, com maior visibilidade do debate contra o aborto e da proteção das crianças, chegando no massivo arquivamento e rejeição de propostas que poderiam contribuir para o reconhecimento e proteção da população LGBTQIAPN+. E como pano de fundo dessas ações, ressalta-se a utilização estratégica da noção fantasmática do gênero,

supostamente instaurador do caos e das incertezas, mobilizado para reafirmar o lugar e o apoio para àqueles/as que defende a família tradicional e a estabilidade da identidade de gênero e orientação sexual conforme a cisheteronormatividade.

Da formação desse campo de forças é preciso registrar o jogo de influências entre deputados/as/es federais e estaduais com os/as/es vereadores que reforçam heranças coronelistas de favorecimentos e perseguições aos inimigos políticos. Essa estratégia tem contribuído para a incorporação e defesa de pautas antigênero a nível local, mas como demonstrado, há também um campo de experimentações e uso das pautas produzidas localmente para utilização em cenários macropolíticos, o que repercute em um campo mais complexo e dinâmico dessas ofensivas. Sobre isso é preciso questionar o quanto os movimentos de esquerda e a mídia contra hegemônica têm considerado as leituras micropolíticas em suas ações, servindo de alerta de como o local tem sido mobilizado para combater as instituições nacionais (como o judiciário e governo federal) e o sistema internacional de direitos humanos. Sobre as táticas, é preciso considerar a tentativa de secularização dos textos das legislações, embora, aparentemente, não tenha sido necessário apagar as marcas religiosas nos debates e na mobilização das lideranças e fiéis das igrejas durante votações consideradas polêmicas. Outrossim, entendo que o uso de argumentos anti-trans, voltados para a defesa da identidade nacional pautada no sexo biológico tem conseguido amplificar os discursos e fomentado conluios entre vereadores/as para a célere aprovação dos projetos.

A produção deste mapa das atividades legislativas serve como um arquivo para outras pesquisas e conhecimentos que possam ser produzidos sobre as temáticas abordadas, inclusive com a possibilidade de disponibilização dos documentos para consulta, uma vez que após a produção deste banco de dados, não consegui acessar muitos destes materiais, o que revela as dificuldades para acesso às informações de domínio público e a urgência de ampliação das ferramentas de transparência. Persiste também meu desejo em fomentar um observatório das ações legislativas para o acompanhamento das proposições, e para contribuir com articulações de entidades sociais e pesquisadores/as para potencializar os diálogos e reflexões para avançar na igualdade/equidade de gênero e sexualidades na região. Outro elemento envolveria a possibilidade de vencer o medo e de ter outras condições para tornar visíveis as diversas mãos que articulam as pautas de ódio, o que aponta para a tarefa de seguir acompanhando e analisando as ambições de representantes políticos da extrema-direita local que se usam das pautas antigênero e coordenam ataques contra outros grupos sociais (como imigrantes, indígenas e pessoas em situação de rua) para buscar maior visibilidade e capital político nas disputas por

espaços em âmbito estadual e nacional, o que reforça a necessidade de uma sustentação moral destes regimes políticos para seguir sua dominação através do Estado.

Considerando a política enquanto dissenso, minha aposta envolveu caminhar com quem produz condições para resistência aos movimentos neoconservadores, e que de alguma maneira estiveram envolvido/as/es na polemização dos danos de uma partilha desigual do sensível (Rancière, 2021). A partir do mapa das atividades legislativas foram construídas diálogos-entrevistas com (ex) vereadoras/es que se engajaram com pautas e/ou foram perseguidos por posições pelo reconhecimento da diversidade sexual e de gênero, com representantes de entidades/movimentos sociais feministas e voltadas a população LGBTQIAPN+ e com professores/as alvo de denúncias de ideologia de gênero. Apesar da decisão por não estabelecer conversas com pessoas do campo da extrema-direita engajadas com pautas e ações antigênero, entendo que outros estudos possam aprofundar análises, não apenas no que é exposto publicamente, mas das condições de emergência, deslocamentos nas estratégias e contradições dos discursos, e quem sabe explorar as ambiguidades entre público/privado quando são descortinadas suas hipocrisias.

Dos diálogos estabelecidos destaco a análise em relação ao contexto histórico e cultural do oeste catarinense, que permitiu pensar as continuidades e descontinuidades do conservadorismo colonial em torno da defesa da herança familiar, dos valores difundidos de povo trabalhador que não deve questionar sua exploração e de como a religião segue provocando segregações pautadas por intersecções de gênero, sexualidade, raça e classe. Mas nos desencaixes desses lugares e funções abrem-se brechas e intervalos para a subjetivação política, de quem movimenta sua história e cotidiano para coletivizar lutas e estabelecer alianças contra o que provoca uma vida ruim, de precariedade acentuada (Butler, 2018). Lutas que também perpetuam a memória e a vontade de transformação daqueles/as que foram mortos por uma sociedade que esconde seus/suas linchadores/as, e para jamais esquecermos registro aqui: Janete Cassol, Marcelino Chiarello e Carol Machado!

Na sequência das entrevistas, as análises das ofensivas antigênero fazem aparecer a vinculação de representantes políticos com a elite econômica local (empresários), o que reforça a articulação com as lógicas neoliberais e se desdobra nas influências da opinião pública e a proximidade para tirar satisfações com quem defende pautas feministas e LGBTQIAPN+. Nesse ponto, os/as/es participantes questionam a intensificação da agressividade posterior a eleição do governo Bolsonaro que se articula com contextos promotores de perseguição, difamação e ameaças, com seus contornos fascistas que buscam a eliminação desse outro diverso. Se as extremas direitas negociam votos com ameaças à nossa existência, problematiza-

se também como esse cenário tem produzido enquadramentos na atuação de quem se alinha às ideologias de esquerda, que muitas vezes são forçados ao silêncio e consenso para não sofrerem perdas de apoio e/ou cassação de seus mandatos/candidaturas, desafio que recaí principalmente na violência política contra as mulheres vereadoras. Mesmo assim, seja nos espaços legislativos ou para além deste, acontecimentos que pintam/quebram muros, descem a avenida não cessam de se produzir, movimentando confrontos com essas lógicas e reimaginando outros mundos compartilhados. Cabe reiterar o alerta para a urgência do fortalecimento das redes entre o local e o global para avançar nas condições de resistência às ofensivas antigênero, não subestimando as forças que se levantam nos interiores. Forças que denunciam as conformações e silenciamentos de uma ordem sexual (neo)conservadora e exigem outros possíveis para o reconhecimento e afirmação da autonomia e liberdade do gênero e sexualidades.

Um microacontecimento que não foi abordado no decorrer das análises, mas que entendo pertinente para estabelecer aproximações com os modos de resistência envolveu a Plenária promovida pela UNA LGBT com os/as/es candidatos/as/es ao legislativo e executivo de Chapecó, em 14/09/2024, momento para debater e firmar uma carta de compromisso com as pautas e demandas da população LGBTQIAPN+. Nas linhas desta carta (Anexo 2), que ajudei a construir, são dispostas análises sobre o reconhecimento da cidadania desta população, da centralidade do debate sobre a democracia sexual frente ao cenário das ofensivas antidemocráticas e a pactuação de proposições que envolviam questões como: a atuação para revogação das leis municipais antigênero aprovadas, a criação e fortalecimento de espaços de controle e participação social, a efetivação de políticas públicas nas áreas da saúde, educação e cultura, observatório e acompanhamento das violências e crimes de ódio, entre outros pontos. Esse momento contou com a participação de candidatos/as/es a prefeito e vice-prefeita e alguns/algumas vereadores/as ligadas/os ao PT, PCdoB e Psol, num momento para partilhar ideias, afetos e projetos para a cidade.

Particularmente, o envolvimento com esse processo da Plenária foi uma oportunidade para movimentar análises desta tese e politização da própria pesquisa. Como anunciado durante o evento o caráter performativo da proposta e a presença dos/as/es participantes demonstra aproximações e o fortalecimento de diálogos que possam incorporar os compromissos da carta. É importante considerar que vivemos um panorama de apoio massivo ao candidato da extrema-direita, João Rodrigues (PSD)¹⁰⁵, e aos seus correligionários, muitos dos quais fazem suas

¹⁰⁵ Após a entrega deste texto ocorreram as eleições municipais, sendo que o candidato se elegeu com 83% dos votos e os vereadores proponentes de leis antigênero figuram entre os mais votados. Se acentuam os desafios!

campanhas apoiadas nos ataques à comunidade LGBTQIAPN+ e na defesa da família tradicional chapecoense. Mas sobre o evento, reconheço o desafio em promover interesse e engajamento de integrantes e interessados/as/es nas ações da UNA com o debate político, e junto a isso, nas falas dos/as/es candidatos/as/es observo dificuldades em abordar diretamente argumentos e terminologias que perpassam a diversidade de identidade de gênero e orientação sexual, e da repetida repercussão de posicionamentos que envolvem o combate à violência e discriminação, mais do que dialogar com pautas afirmativas de reconhecimento e garantia de direitos. Um dos momentos emblemáticos foi a fala de que se as pessoas respeitassem a Constituição Federal, não seria necessária uma Carta de Compromissos, e sobre isso não quero fazer um julgamento apressado sobre seus significados, mas problematizo o quanto nossas ações e posições tem contribuído para instaurar cenas polêmicas que desafiam as forças conservadoras que governam a cidade e nossos corpos. Uma tarefa em nossos coletivos é mantermos a vigilância sobre nossos compromissos e seguirmos acompanhando a multiplicidade das diferenças, de pessoas, ideias, expressões e demandas que ainda se produzirão nestes espaços.

O exposto até aqui são algumas linhas das análises realizadas e não se produzem com perspectiva de verdades finalistas, apontando para os diálogos construídos no processo de pesquisa e outros tantos pontos que ainda podem ser aprofundados, revistos e rejeitados na continuidade das lutas futuras. Reforço neste momento, que o que segue me movimentando é a opção por não aceitar viver nesse mundo dado, compactuando com projetos de morte desde meu lugar acadêmico, profissional e militante, e isso vem com muitos custos. Mas entre os (des)encaixes desta realidade sufocante das forças neoconservadoras/neoliberais é possível a produção de encontros, como os vividos com os/as/es participantes, em suas buscas por rearranjar possibilidades de resistências (im)possíveis e a liberdade para viver sem medo.

Acredito que mesmo caminhando por outros lugares/paisagens entendi que tenho para onde voltar, e algo sempre me faz retornar ao “velho oeste”. E você que me acompanhou até aqui não perpetue o imaginário de terra arrasada, dos sertões habitados unicamente por gente conservadora, e de que as histórias não podem ser contadas desde uma perspectiva do interior, desconsiderando as bordas das lutas que se fazem em cotidianos não visto e ouvidos. Aqui é terra de povos indígenas, caboclos/as, pretos/as, mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, entre outros povos insolentes que não se rendem às opressões do ordenamento deste sistema-mundo cisheterossexual, patriarcal e racista. Para as vozes que anunciam o fim do mundo, nossas marretas estão prontas...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMED, Sara. **Viver uma vida feminista**. Ubu Editora, 2022.

ARAÚJO, Victor; GATTO, Malu AC. **Can conservatism make women more vulnerable to violence?** *Comparative Political Studies*, v. 55, n. 1, p. 122-153, 2022.

BARGETZ, Brigitte. The Politics of the Everyday: A Feminist Revision of the Public/Private Frame. In: **Reconciling the Irreconcilable**, ed. I. Papkova, Vienna: IWM Junior Visiting Fellows' Conferences, Vol. 24, 2009.

BARP, Luiz F. G.; CATTANI, Daian; VARGAS, Myriam A.; SILVA, Lucas G. O surgimento do movimento LGBT no Oeste de Santa Catarina: desafios e lutas na construção da cidadania (2022). **História: Questões & Debates**. Curitiba, 2022. Disponível em: Acesso em: 04 abr. 2022.

BAZZI, Andreza. As mulheres kaingang não saíram de uma costela de Adão: protagonismo feminino na terra indígena Toldo Chimbangue, da luta pela terra aos dias atuais (1980-2019). Chapecó: **Dissertação (Mestrado em História)**. Chapecó: UFFS, 2019.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. Cidadania e direitos humanos São Paulo: IEA/USP, [2005]. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf>>.

BIROLI, Flavia. A reação contra o gênero e a democracia. **Nueva Sociedad**, Edição Especial em Português, 2019. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/reacao-contr-o-genero-e-democracia/>

_____. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO. Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo, Boitempo, 2020.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO. Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo, Boitempo, 2020.

BOLSAN, Ourora Rosalina. **Cultura e Escola: Processos de Inclusão/exclusão de Caboclos**. Chapecó: Argos. 2011.

BROWN, Wendy. American nightmare: neoliberalism, neoconservatism and dedemocratization. **Political Theory**, [s. l.], v. 34, n. 6, p. 690-714, dez. 2006. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/BROANN-2>

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Mecanismos psíquicos del poder:** teorías sobre la sujeción. Universitat de València, 2ed. 2017.

_____. **Corpos em aliança e a política das ruas:** notas para uma teoria performativa de assembleia. Editora José Olympio, 2018.

_____. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. **Feminismo:** perversão e subversão. Campinas: Vide Editorial, 2019.

CAMPOS, Thaisson Rodrigues de. **LGBT Sem Terra: Um estudo a partir do Coletivo LGBT do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Trabalho de conclusão de curso.** Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), 2022.

CAPITANIO, Cesar; RADIN, José Carlos. **Narrativas sobre a morte do vereador Marcelino Chiarello, um ativista de Direitos Humanos.** Fronteiras: Revista Catarinense de História, n. 41, p. 147-168, 2023.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2010.

_____. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana**, 21, pp.323-345, 2015. <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p323>

CASTELO BRANCO, Guilherme. As resistências ao poder em Michel Foucault. **Trans/form/ação**, v. 24, p. 237-248, 2001.

CATTANI, Daian; VARGAS, Myriam Aldana; LAGO, Mara Souza. A Insurgência da UNA LGBT em Chapecó/SC. **Interthesis:** Revista Internacional Interdisciplinar, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 1-21, jan./ 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/71830>. Acesso em: 19 jan. 2023.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** São Paulo: Veneta, 2020. 136 p

COLLING, Michel Arthur; ZABOT, Jackson Junior; CRESTANI, Taiza. A discursividade de vereadores do extremo oeste catarinense sobre identidade de gênero e orientação sexual da população LGBTQIAP+. **Trabalho de conclusão de curso - psicologia.** São Miguel do Oeste: UNOESC, 2023.

CORRÊA, Sonia (editora). **Políticas antigênero na América Latina** [livro eletrônico] : resumos dos estudos de casos. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids - ABIA, 2021.

CORRÊA, Sonia; PARKER, Richard. Prefácio. In: CORRÊA, Sonia (editora). **Políticas antigênero na América Latina** [livro eletrônico] : resumos dos estudos de casos. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids - ABIA, 2021.

CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. Brasil. In: CORRÊA, Sonia (editora). **Políticas antigênero na América Latina** [livro eletrônico] : resumos dos estudos de casos. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids - ABIA, 2021.

CONNELL, Raewyn. Questões de gênero e justiça social. **Século XXI–Revista de Ciências Sociais**, v. 4, n. 2, p. 11-34, 2014.

COOPER, Melinda. Valores familiares do neoliberalismo: bem-estar social, capital humano e parentesco. In: ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara; MELO, Mariana (Orgs.). **Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios**. Recife: Seriguêla, 2021.

CRESTANI, Taiza Gabriela Zanatta.; COLOGNESE, Silvio Antonio; BAVARESCO, Paulo Ricardo. A construção do conceito de caboclo como demarcador social de inferioridade no sul do Brasil. **Tempo da Ciência**, [S. l.], v. 27, n. 54, p. 25–37, 2020. DOI: 10.48075/rtc.v27i54.26647. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/26647>. Acesso em: 23 set. 2024.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

EIDT, Paulino. **Os sinos se dobram por Alfredo**. Chapecó, SC: Argos, 2009. 376p.

FASSIN, Éric; MORAES, Tradução Fernanda Azeredo. Da crítica à critique. **Passage de Paris**, v. 7, p. 34-43, 2012.

FASSIN, Éric. Campanhas antigênero, populismo e neoliberalismo na Europa e na América Latina. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 22–32, 2021. DOI: 10.9771/cgd.v7i1.42911.

_____. An Epidemic of Transphobia on French Turf. **DiGeSt-Journal of Diversity and Gender Studies**, v. 10, n. 2, 2023.

FISCHER, Rosa Maria Bueno Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos De Pesquisa**, (114), 197–223, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009>

FLORES, Maria Bernadete Ramos; SERPA, Élio Cantalício. A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governados ao oeste de Santa Catarina. In: CEOM (org). **A viagem de 1929: oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Chapecó: Argos, 2005.

FORCHESATTO, Raquel. Feiras da reforma agrária: concepções sobre a atuação das mulheres na produção agroecológica. **Dissertação (Mestrado em História)**. Chapecó: UFFS, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *Anti-Édipo: introdução à vida não-facista*. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Anti-Édipo**. Rio de Janeiro: Hólon Editorial, 1991. Disponível em: <https://pimentalab.milharal.org/files/2012/05/foucault_anti_edipo.pdf>.

_____. **Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: forense Universitária, 2014.

_____. **Ditos e Escritos IX: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 10ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

_____. **História da sexualidade IV: As confissões da carne**. Editora Paz e Terra, 2020.

GASPARETTO, Sirlei Antoninha Kroth; BADALOTTI, Rosana Maria; POLI, Odilon Luiz. Movimentos sociais populares do campo na região de Chapecó. PIOVEZANA, Leonel; BLOEMER, Neusa Maria Sens (orgs). **Os kaingang no oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2007, p. 33-42.

GONÇALVEZ, Luiz. La metodología genealógica y arqueológica de Michel Foucault en la investigación en psicología social. Montevideo: **Ficha CEUP**, 2000.

GUISOLPHI, Anderson J. A construção da estátua “o Desbravador”: materialidade ideológica. In: **Cadernos do CEOM**, v. 24, n. 33, p. 257-275, 2010

HASS, Mônica. Do coronelismo tradicional ao novo coronelismo: reflexões a partir do cenário político e social do oeste de Santa Catarina. IN: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (orgs). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre-RS: Letra&Vida: Chapecó: UFFS, 2015, p. 318-331.

_____. **O linchamento que muitos querem esquecer: Chapecó, 1950-1956**. 3. ed. rev. - Chapecó: Argos, 2013. 182 p.

HIRSCHMAN, Albert Otto. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

HUR, Domenico Uhng. Cartografia das intensidades: pesquisa e método em esquizoanálise. **Revista Práxis Educacional**, v. 17, n. 46, p. 275-292, 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “A invenção da ‘ideologia de gênero’: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero”, **Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 ago. 2023.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira.; CARDOSO JÚNIOR, Hélio Ribeiro. A genealogia em Foucault: uma trajetória. **Psicologia & Sociedade**, 21(3), 353–357, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300008>

LINO, Jaisson Teixeira. O povoamento indígena no Sul do Brasil: as contribuições da arqueologia e da história. IN: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (orgs). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre-RS: Letra&Vida: Chapecó: UFFS, 2015, p. 92-108.

LISBÔA, Flávia Marinho. O dispositivo colonial: entre a arqueogenealogia de Michel Foucault e os estudos decoloniais. **MOARA** – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras ISSN: 0104-0944, [S.l.], v. 2, n. 57, p. 33-51, maio 2021. ISSN 0104-0944. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/8868>>. Acesso em: 19 mar. 2024. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/moara.v2i57.8868>.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.044>

LUGONES, María. “Colonialidade e Gênero”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

MARQUES, Ângela C. S., PRADO, Marco Aurélio Máximo. O método da igualdade em Jacques Rancière: entre a política da experiência e a poética do conhecimento. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 12, n. 3, p. 7-32, 31 dez. 2018.

MARQUES, Ângela C. S., MENDONÇA, Ricardo Fabrino. A política como (des)construção de sujeitos: desencaixes e rearticulações identitárias em protestos multitudinários contemporâneos. **Galáxia** (São Paulo), (37), 2018, 41–54.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais**. Editora Vozes Limitada, 2017.

MATTOS, Amana Rocha; CAVALHEIRO, Rafael. Da proteção à instrução: mobilizações prático-discursivas em torno da infância nos debates sobre gênero e sexualidade na educação. **Childhood & philosophy**, v. 16, 2020.

MARQUETTI, Délcio. **Bandidos, forasteiros e intrusos: história do crime no oeste catarinense na primeira metade do século XX**. Chapecó: Argos, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”-Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e práxis**, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MIGNOLO, Walter. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, 32(94), e329402, 2017. <https://doi.org/10.17666/329402/2017>

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MORÁN FAUNDES, José Manuel, & PEÑAS DEFAGÓ María Angélica. “Una mirada regional de las articulaciones neoconservadoras”. In: TORRES SANTANA, A., **Derechos en riesgo en América Latina: 11 estudios sobre grupos neoconservadores**. Bogotá: Ediciones desde abajo, p. 241-270, 2020.

MORÁN FAÚNDES, José Manuel. “La biopolítica neoconservadora en Latinoamérica: entre imaginarios moleculares y la precarización neoliberal”. **Lasa Forum**, 54-1, 20-26, 2023

MOUFFE, Chantal. Feminismo, ciudadanía y política democrática radical. **Revista Foro**, n. 33, p. 13-25, 1997.

NACKE, Aneliese. Os Kaingang: passado e presente. In: NACKE, Aneliese; RENK, Arlene; In: NACKE, Aneliese; RENK, Arlene; PIOVEZANA, Leonel; BLOEMER, Neusa Maria Sens (orgs). **Os kaingang no oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2007, p. 33-42.

NARDI, Henrique Caetano **Ética, trabalho e subjetividade**: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

NARSIZO, Getúlio; BATTESTIN, Cláudia. **A cosmologia Kaingang na terra indígena Xaçepó SC**. Salvador, BA: Editora Tucum, 2022, 180p.

NODARI, Elenice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis, Ed. da UFSC, 2009, 222 p

NÚÑEZ, Geni; OLIVEIRA, João Manuel; LAGO, Mara Coelho de Souza. Monogamia e (anti)colonialidades: uma artesanía narrativa indígena. **Dossiê Afetos, políticas e sexualidades não-monogâmicas** – UFJF (2021). Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/34439>

ONGHERO et.al. Nos primeiros tempos... cotidiano dos colonizadores em Chapecó. In: CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André Luiz; RENK, Arlene; SALINI, Ademir. **Chapecó 100 Anos: Histórias Plurais**. Chapecó: Argos, 2017.

PAIM, Elison Antonio. Olhares sobre a constituição histórica da região oeste de Santa Catarina. IN: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, José Ignacio (orgs). **Antes do oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas**. Chapecó: Argos, 2011, p.341-362.

PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman. "Ideologia de gênero" em movimento. **Revista psicologia política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 503-523, dez. 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 19 mai. 2020.

PELÚCIO, Larissa; PAZ, Diego. “A democracia sexual no coração da democracia”: a centralidade do gênero para a leitura do presente—entrevista com Éric Fassin. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e190258, 2019.

PECHENY, Mário; DEHESA, Rafael. de la. Sexualidades, Política e Estado na América Latina: elementos críticos a partir de um debate Sul-Sul. **Revista Polis e Psique**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 19, 2012. DOI: 10.22456/2238-152X.31525. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/31525>. Acesso em: 25 set. 2024

PIOVEZANA, Leonel; FACCO, Janete; ONGHERO, André Luiz. Indígenas em Chapecó: resistência centenária. In: CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André Luiz; RENK, Arlene; SALINI, Ademir. **Chapecó 100 Anos: Histórias Plurais**. Chapecó: Argos, 2017.

PRÁ, Jussara Reis. A linguagem da intransigência nas construções de gênero e da cidadania das mulheres. In: STREY, Marlene Neves; AMARAL, Nathalia Pereira de (org.). **Corpo e relações de gênero na contemporaneidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, p.265-300.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. A política como método ou fim da máquina explicativa do mundo. N: RANCIÈRE, Jacques. **O método da cena**. Belo Horizonte, MG: Quixote Do, 2021, p. 239-261.

_____.; CORREA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 444-448, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 ago. 2023.

PORTOCARRERO, Vera. Foucault: a história dos saberes e das práticas. In: PORTOCARRERO, Vera (Org.). **Filosofia, História e Sociologia das Ciências I: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994, p. 43-55.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **Colonialidad del Saber, Eurocentrismo y Ciencias Sociales**. 201-246. CLACSO-UNESCO, Buenos Aires, 2000.

_____. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Estudos Avançados [online]. v. 19, n. 55, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000300002>.

RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense**. Chapecó: Ed. Universidade Federal Fronteira Sul, 2018. –

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 2a ed, 2018.

_____. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: 5a edição. EXO experimental org.; Editora 34, 2020. 72p.

_____. **O método da cena**. Belo Horizonte, MG: Quixote Do, 2021.

RENK, Arlene. Mulheres camponesas: experiências de geração. In: MORGA, Antônio Emílio (org). **História das mulheres de Santa Catarina**. Chapecó: Argos, 2001.

_____. **Narrativas da diferença**. Chapecó: Argos, 2004.

_____. O conhecimento do território: a Bandeira Konder. In: CEOM (org). **A viagem de 1929: oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Chapecó: Argos, 2005.

_____. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense.** Chapecó: Argos, 2006.

_____. Território e alteridade: construções sociais do oeste catarinense. In: NACKE, Aneliese; RENK, Arlene; PIOVEZANA, Leonel; BLOEMER, Neusa Maria Sens (orgs). **Os kaingang no oeste catarinense.** Chapecó: Argos, 2007, p. 15-32.

_____. **Dicionário nada convencional** [recurso eletrônico]: sobre a exclusão no oeste catarinense. 3 ed. rev. ampl. – Chapecó: Argos, 2013.

_____. CONFORTIN, Priscila Fernanda Rech. Territorialidade e minorias sociais na construção da história local. In: CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André Luiz; RENK, Arlene; SALINI, Ademir. **Chapecó 100 Anos: Histórias Plurais.** Chapecó: Argos, 2017.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial**, Popayán, Colombia, Universidad del Cauca, Instituto Pensar, Universidad Javeriana, 2010, 234 pp

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada.** n-1 edições, 2018.

ROMANO, Roberto. O pensamento conservador. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 3, 1994, p. 21-31. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39377>

SANTOS, Jordan Brasil. Eu também sou de Luta: a participação das mulheres no Movimento dos Atingidos por Barragens no Sul do Brasil. **Dissertação (Mestrado em História).** Chapecó: UFFS, 2020.

SAVOLDI, Adiles; GEROLDI, Josiane. Presença da “luta” com Chica Pelega: Narrativas caboclas nas experiências cotidianas. **Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, 2010. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v18i27.853>

SCHMITZ, Pedro Ignácio. A ocupação indígena do oeste catarinense. IN: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, José Ignacio (orgs). **Antes do oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas.** Chapecó: Argos, 2011, p.341-362.

SCRUTON, Roger. **O que é conservadorismo.** São Paulo: É. Realizações, 2015, 328p.

SEDGWICK, Eve Kosofsky et al. Leitura paranoica e leitura reparadora, ou, você é tão paranoico que provavelmente pensa que este ensaio é sobre você. **Remate de Males**, v. 40, n. 1, p. 389-421, 2020.

SEGATO, Rita Laura. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SERRANO-AMAYA, José Fernando. "Ideología de género", populismo autoritario y políticas sexuales. **Nómadas** [online]. 2019, n.50, pp.155-173. ISSN 0121-7550. <https://doi.org/10.30578/nomadas.n50a10>.

_____. Políticas Antigênero: um olhar panorâmico. In: CORRÊA, Sonia (editora). **Políticas antigênero na América Latina** [livro eletrônico] : resumos dos estudos de casos. Rio de Janeiro : Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids - ABIA, 2021.

SILVA, Lucas Guerra. O movimento LGBT de Chapecó. In: Rosana Maria Badalotti, Cristiane Tonezer, Dunia Comerlatto (Organizadoras). **Movimentos sociais, desenvolvimento regional e desafios contemporâneos**. Chapecó, SC : Argos, 2018.

SOUSA, Rui Bragado. O messias caboclo e Joana d’Arc do sertão: elementos proféticos e messiânicos na Guerra do Contestado. **Anais do VI Congresso Internacional de História**. UEM, 2019.

TEDESCO, Anderson Luiz; BATTESTIN, Cláudia. Uma possibilidade decolonial para pensar a constituição do ethos caboclo no Oeste de Santa Catarina. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 17, p. 1–17, 2022. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.17.19415.012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19415>. Acesso em: 23 set. 2024.

VARGAS, Myriam Aldana; CAVAGNOLI, Murilo; CATTANI, Daian. Relações de gênero ou ideologia de gênero?(Im) possibilidades democráticas no debate (a) político sobre o plano municipal de educação de Chapecó (SC). **Revista Fórum Identidades**, 2017.

VITÓRIA, Paulo Renato. A colonização das utopias e outras consequências da assimilação acrítica dos principais discursos ocidentais sobre democracia e direitos humanos. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 23, n. 2, p. 198-236, 2018.

VOIGT, A. F. O conceito de “cena” na obra de Jacques Rancière: a prática do “método da igualdade”. **Kriterion**, v. 60, n. 142, p. 23-41, 2019.

VOJNIAK, Fernando. Masculinidades na constituição do oeste catarinense. IN: VARGAS, Myriam Aldana (org). Dossiê Gênero e Cidadania. **Revista Grifos**. Chapecó: Argos, 2004.

VERGÈS, Françoise. **Uma teoria feminista da violência**: por uma política antirracista da proteção. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

_____. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020.

VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

ZAMBENEDETTI, Gustavo; SILVA, Rosane A. Neves. da. Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, 23(3), 454–463, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000300002>

ZATTA, Angela; LUZ ROCHA, Rodrigo; FRAGA, Nilson Cesar. Virgem Maria Rosa, a Joana d'Arc do sertão do Contestado—líder máxima do povo caboclo em guerra—a menina-mulher, cujo corpo e sexualidade sobressaíram ao silêncio secular imposto pela república. **Anais do Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, UEL, 2018.

WINCKLER, Silvana; RENK, Arlene. Tecendo histórias de mulheres chapecoenses. In: CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André Luiz; RENK, Arlene; SALINI, Ademir. **Chapecó 100 Anos: Histórias Plurais**. Chapecó: Argos, 2017.

APÊNDICE 1: Mapa das atividades legislativas (2021-23)

ASSOCIAÇÃO	MUNICÍPIO	Gênero Sexualidade	Direitos humanos Cidadania	Ideologia de gênero	Direitos Reprodutivos/sexuais	Violência de gênero	Violência sexual
	<p>Prefeito/a e Vice</p> <p>Vereadores/as Partidos</p> <p>** Mandato (2021-2024)</p>	<p>Orientação Sexual</p> <p>Identidade de gênero</p> <p>LGBT</p> <p>LGBTQIAPN+</p> <p>LGBTfobia</p> <p>Homofobia</p>	<p>Diversidade</p> <p>Igualdade de gênero</p> <p>Feminismo</p> <p>Mulher política</p>	<p>Escola sem partido</p> <p>Linguagem neutra</p> <p>Banheiro Unissex</p>	<p>Aborto</p> <p>Educação sexual</p> <p>Menstruação</p> <p>Gravidez</p> <p>Planejamento Familiar</p> <p>IST/AIDS</p>	<p>Violência doméstica</p> <p>Violência contra mulher</p> <p>Feminicídio</p>	<p>Estupro</p> <p>Pornografia</p> <p>Pedofilia</p> <p>Prostituição</p>
<p>AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (19 municípios)</p>	<p>Anchieta</p> <p>Prefeito (PT)</p> <p>Vice (PL)</p> <p>Câmara</p> <p>Vereadores: PT: 3; MDB: 3; PSDB: 1; PL: 1; Sem: 1</p> <p>Homem: 7</p> <p>Mulher: 2 (PT e PL)</p>	---	<p>- Uso da tribuna pelo MMC – construção de novas relações de gênero (18/03/22).</p> <p>- Live e formação de vereadores sobre luta das mulheres e igualdade de gênero (25/11/21)</p> <p>- Projeto de Lei 003/2021 – divulgação disque 100 e 180 nos espaços públicos</p>	---	<p>- Moção apelo 12/23 (21/10/23)- Senado Federal seja contrário a ADPF 442 do STF. Vida inicia na concepção. Como ceifá-la negando o direito de nascer? Morte de um inocente. Se gravidez indesejada decorrente de estupro induzir ao aborto e expor a segundo trauma. Direito do nascituro desde a concepção – Constituição Federal. Código penal criminaliza o aborto. Meios contraceptivos na saúde pública.</p> <p>- Live sobre combate a pobreza menstrual (28/12/21)</p>	<p>-Indicação 17/2021: banco de dados denúncias de violência contra mulher</p>	<p>- 1º Cinemaço da Câmara de vereadores: envolvendo combate do abuso e exploração sexual infanto juvenil (18/05/2022)</p>

	Bandeirantes	---	- Atividade de cinema (27 e 28/11/18)- Dia Internacional da Mulher – histórico da ONU – Las Mariposas (mutilação, agressão, estupro, desigualdade salarial – negra sofre dupla opressão)	---	-Palestra (13/12/22) do Programa Saúde na Escola (educação sexual: gravidez, IST AIDS e métodos contraceptivos)	- Divulgação do Agosto Lilás – conscientização e combate da violência contra mulher (03/08/23)	- Palestra Conhecer para se proteger – violência e exploração sexual infanto juvenil – perigos da internet – pedofilia (21/08/19)
	Prefeito: (PT) Vice (PL)						
	Câmara Vereadores: PT: 3; Cidadania: 3; MDB: 1; PL: 2						
	Homem: 7 Mulher: 2 (PT e Cidadania)						
Barra Bonita	---	- Projeto Lei 734/2015 – Plano Municipal de educação: respeito direitos humanos, diversidade e sustentabilidade socioambiental	---	---	---	---	---
Prefeito: (MDB) Vice (PSDB)							
Câmara Vereadores: PT: 1; MDB: 5; PSDB: 1 PP: 2							
Homem: 9							
Belmonte	Prefeito: (PSDB), Vice (MDB) Câmara Vereadores: PT: 1; MDB: 5; PSD: 3 Homem: 7 / Mulher: 2 (MDB, MDB)						
Descanso	---	- Moção aplauso (07/2021) para as mulheres que servem de exemplo – carisma, delicadeza e suavidade – guerreiras que administram corporações e cuidam da família – mundo desigual.	---	- Moção 22/23 – contra ADPF 442. STF descriminalizou drogas, fere competência do legislativo.	Informal: projeto lei não nomeação de autores de violência contra mulher.	---	---
Prefeito: (PT) Vice (PP)							
Câmara Vereadores: PT: 4; MDB: 2; PSDB: 1; PL: 1; PP: 1							
Homem: 7							

	Mulher: 2 (MDB e PT)						
	Dionísio Cerqueira Prefeito: (MDB); Vice-prefeita (PL) Câmara Vereadores: PT: 2; MDB: 4; PL: 2; PDT: 1 Homem: 8; Mulher: 1 (PT)						
	Guaraciaba Prefeito: (PSL); Vice (MDB) Câmara Vereadores: PT: 2; MDB: 2; PODE: 1; PSL:4 Homem: 9						
	Guarujá do Sul Prefeito: (PT) Vice (PP) Câmara Vereadores: PT: 3; MDB: 2; PSD: 1; PSB: 1; PP: 2 Homem: 6 Mulher: 3 (PP, MDB e PT)	----	- Ação dia Internacional da Mulher e lançamento da Galeria Lilás da Câmara – luta pela igualdade (08/03/21). - Projeto de Lei 10/2023 – funcionamento do Conselho Tutelar	---	---	---	---
	Iporã do Oeste Prefeito: PSB Vice: (PP) Câmara Vereadores: PT: 1; MDB: 3 PSD: 3; PSB: 1; PP: 1 Homem: 8 Mulher: 1 (PT)	---	- Projeto Lei – 001/21 - Galeria 8M – mulheres vereadoras - Projeto lei 007/23 – Estrutura e funcionamento do Conselho Tutelar: acolhimento institucional em caso de ameaça a dignidade sexual	---	---	---	---
	Itapiranga Prefeito: (PP) Vice (PT)	---	---	---	- Moção 009/23: contra ativismo judicial do STF ADPF 442 – posição	- Projeto Lei 04/2021 – veda nomeação legislativo e executivo condenados pela Lei	---

	<p>Câmara Vereadores: PT: 1; MDB: 4; PSB: 1; PSD: 1; PP: 4</p> <p>Homem: 9 Mulher: 2 (PP e PT)</p>				<p>do povo majoritária contra o aborto (pauta abortista).</p>	<p>Maria da Penha e Femicídio.</p>	
	<p>Mondai</p> <p>Prefeito: (PP) Vice (PL)</p> <p>Câmara Vereadores: MDB: 3; PSDB: 2; PP: 2; PL: 2</p> <p>Homem: 8 Mulher: 1 (MDB)</p>	---	<p>- Regimento interno, examinar matérias relacionadas a: direitos humanos, violência doméstica, discriminação raça, idade ou gênero (resolução 21/12/22)</p>	---	<p>- Moção 06 de 29/09/23 contra ADPF 442 – invoca Convenção Costa Rica e Código Penal – vontade soberana do povo.</p>	---	---
	<p>Palma Sola Prefeito: (MDB); Vice (PL) Câmara Vereadores: PT: 1; MDB: 3; PDT: 2; PP:3 Homem: 9</p>						
	<p>Paraíso Prefeita: (MDB); Vice-Prefeita (PSD) Câmara Vereadores: PT: 2; MDB: 2; PSD: 3; PP: 1; PDT: 1 Homem: 8 / Mulher: 1 (PP)</p>						
	<p>Princesa Prefeito: (MDB); Vice Prefeita (MDB) Câmara Vereadores: PT: 1; MDB: 4; PSDB: 1; PL: 1; PP: 1; PSD: 1 Homem: 6 / Mulher: 3 (MDB, PT e PL)</p>						
	<p>Santa Helena</p> <p>Prefeito: (PT) Vice: (MDB)</p> <p>Câmara Vereadores: PT:</p>	---	<p>- Projeto Lei 009/23 CT – dignidade sexual.</p> <p>- Projeto de Lei 029/22 – gestão democrática escolha</p>	---	<p>- Moção 04/23, contra ADPF 442. Atribuições poder legislativo legislar e garantir soberania do povo sobre o tema.</p>	---	---

	2; MDB: 3; PSDB: 1; PP: 2; PSB: 1		de diretor/a – respeito direitos humanos e valorização da diversidade.				
	Homem: 9						
	São João do Oeste	---	- Moção Protesto 01/2020 – contra lei que prevê extinguir reserva mínima de 30% na candidatura de mulheres – autoria Caroline de Toni. Representatividade de mulheres.	---	- Moção apelo 06/23: STF e tema drogas. Poder Legislativo. Ativismo Judicial. Maioria da população contrária ao aborto.	---	---
	Prefeito: (PL) Vice: (PL) Câmara Vereadores: MDB: 3; PSDB: 1; PSD: 2; PL: 3 Homem: 7 Mulher: 2 (MDB e PL)		-Moção Apelo 02/2018 – aumentar prazo licença maternidade 180 dias e permitir pai acompanhar nos exames ausentando do trabalho.				
São José do Cedro	---	- Projeto de Lei 14/2021 – Política municipal de direitos das pessoas com transtorno autista – garante direitos fundamentais, como sexualidade.	---	---	- Projeto de Lei 43/2019: Prevenção da violência doméstica com ESF – direito a dignidade e vida das mulheres.	---	
Prefeito: (MDB) Vice (MDB) Câmara Vereadores: MDB: 4; PP: 4; PSL: 1 Homem: 7 Mulher: 2 (MDB e PP)							
São Miguel do Oeste (40 arquivos)	- Moção de aplauso 129/23 ao MMC (Movimento mulheres	- Projeto Lei 08/2014 declara de utilidade pública a Associação	- Projeto lei 79/23: proibição do uso de linguagem neutra ou não binária na rede de	- Lei 7918/21: política de combate a pobreza menstrual (distribuição	- Projeto de Lei 108/21 – Agosto Lilás – ações combate violência contra mulher;	- Lei 7787 – Institui o dia e semana de prevenção e combate ao bullying (28/12/20).	

	<p>Prefeito: (PSD) Vice (PSD)</p> <p>Câmara Vereadores: PT: 1 MDB: 2 PSDB: 1 PL: 1 PSL: 1 PP: 1 PSD: 5 PDT: 1</p> <p>Homem: 10 Mulher: 3 (PSD, PSDB, PT)</p>	<p>Camponesas) – luta protagonizada pelas mulheres contra machismo, capitalismo, patriarcado, racismo, LGBTfobia. Direito à previdência, feminismo popular, agroecologia. Alimentação saudável, sementes crioulas e plantas medicinais.</p> <p>- Moção de apelo 25/2017: que seja criado programa de políticas públicas de combate a violência e discriminação da população LGBT. Justificativa: Declaração ONU, OMS – retira doença, Conselho Nacional contra discriminação, audiência pública ALESC em defesa da Resolução CFP 001/99, dados Grupo Gay da Bahia. Liberdade de manifestação da orientação sexual e identidade de gênero e combate a violência.</p> <p>- Projeto de lei (58/21 – 17 /05/21): Dia de luta contra</p>	<p>cidadã de resgate e efetivação dos DH.</p> <p>- Projeto lei 64/13: campanha continuada de combate aos crimes de violência contra mulher, criança e adolescente.</p> <p>- Lei 6493/11: Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM (igualdade de oportunidades e direitos entre os gênero – exercício da cidadania – eliminar discriminação de sexo)</p> <p>- Lei 7510/2018 – Inclusão atribuições ESF a prevenção e proteção das crianças, adolescentes, mulheres e idosos contra violência doméstica. Acolhimento Humanizado, notificação – Agentes Saúde, orientação rede proteção.</p> <p>- Moção aplauso 58/2018: parabeniza os 12 anos da Lei Maria da Penha: marco nas lutas feministas.</p>	<p>ensino municipal e privado. Uso da norma culta – acordo ortográfico. Não identificação ou não definição de gênero masculino e feminino.</p> <p>- Mensagem de veto 04/23 ao projeto 79/23 – invade competência da União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.</p> <p>- Mensagem veto 01/24: menciona a ADI – inconstitucionalidade do projeto sobre linguagem neutra de Joinville, julgado pelo TJSC.</p> <p>- Derrubada veto prefeito e aprovação lei 8176/23 sobre proibição da linguagem neutra.</p> <p>- Projeto Lei (?): veda instituições de ensino e bancas de seleções e concursos, a utilização em currículos escolares e editais a nova flexão de gênero e números, contrariando regras gramaticais. Vedado gênero neutro.</p>	<p>absorventes escolas e serviços saúde). Atenção integral as pessoas que menstruam. Combater tabu – combater desigualdade gênero). Semana da higiene menstrual (28 maio).</p> <p>- Moção Apelo 96/2013: que Câmara dos Deputados e Senados se posicionem contrários a ADPF 442. Respeitar Código penal e risco de legalização irrestrita do aborto.</p> <p>- Lei 7637/19: semana municipal da gestante. Assistência humanizada, respeito autonomia moral e ética para decidir parto.</p> <p>- Moção aplauso 50/14: rede feminina de combate ao câncer. Prevenção câncer de mama e seus efeitos (abalos psicológicos, sexualidade e imagem pessoal).</p>	<p>- Indicação 122/2016 – criação Programa de prevenção ao assédio moral e sexual nos órgãos públicos. (não é uma luta de mulheres contra homens, mas busca ambiente saudável)</p> <p>- Requerimento audiência pública sobre violência contra mulher (18/11/21)</p> <p>- Indicação (20/08/22): programa de auxílio social para mulheres em situação de violência – feminicídio, dependência econômica, violência patrimonial.</p> <p>- Projeto Lei 167/22: vagas 10%) para contratação de mulheres em situação de violência doméstica nos contratos terceirizados do município.</p> <p>- Lei 7674/2019: semana municipal de ações voltadas a Lei Maria da Penha e do Feminicídio no ensino fundamental e médio.</p> <p>- Indicação 114/23: iluminação cor lilás em prédios públicos –</p>	<p>- Projeto Lei 135/21: programa de combate ao bullying e cyberbullying</p> <p>-Moção apelo (19/05/20): publicidade (redes sociais) a campanha de combate a exploração e abuso sexual infanto juvenil (violência, negligência, pornografia infantil). Defesa dos direitos sexuais.</p> <p>- Projeto de Lei 16/21: institui maio laranja de combate ao abuso e exploração sexual infanto juvenil. Prostituição, uso de drogas e pedofilia.</p> <p>- Moção Repúdio 15/2014: pesquisa IPEA – enunciado com juízo de valor: mulher deve ser violentada pelo seu comportamento. “Não podemos ficar indiferentes quanto os dados da violência contra mulher, mas não podemos concordar e muitos menos alimentar uma mentalidade atrasada, conservadora,</p>
--	--	---	--	---	---	--	--

		<p>LGBTfobia. Campanhas conscientização e tolerância, prevenção condutas, estimular respeito. Dados GGB.</p> <p>Criminalização da LGBTfobia pelo STF.</p> <p>- Ata 25ª Plenária Ordinária de 2021. Menção a carta do Coletivo da Diversidade de SMO sobre o projeto de lei 58/21.</p>	<p>Engajamento das autoridades públicas.</p> <p>- Moção 05/17: implantação do projeto de inclusão para presos egressos da Unidade Prisional com base nos projetos da ACREDH.</p> <p>- Moção 26/11/20: repúdio as ameaças da vereadora eleita Ana Lucia Martins (Joinville) – ameaça de morte e ataques racistas. Juventude Hitlerista. Mulheres negras na política.</p> <p>- Moção repúdio 11/2016: revista Istoé pelos ataques machistas a presidenta Dilma – desqualificação enquanto chefe de estado, violência de gênero na política.</p>	<p>Justificativa:</p> <p>Enviesamento político ideológico – uso de terceiro gênero ou neutro objetiva provocar o caos e destruir memória das pessoas. ONU tem catálogo 20 gênero, o que gera confusão na língua, dificulta transmissão para adultos e idosos adaptados ao vernáculo, gerando mais exclusão que inclusão.</p>		<p>compromisso com o combate da violência contra mulher – igualdade de gênero.</p> <p>-Moção de apelo (08/03/22): implantada Casa abrigo para mulheres e seus dependentes vítimas de violência. Dependência econômica, necessidade de qualificação mercado trabalho, apoio psicológico e social.</p> <p>- Lei 7654/19: restrição para contratação de pessoas condenadas pela prática de violência contra mulher para cargo comissionado e de confiança. Convenção Belém do Pará.</p> <p>-Moção Apela 41/2018: instalação da rede Catarina de proteção à mulher e Patrulha Maria da Penha (PMSC).</p> <p>- Moção apelo (23/06/20): adesão campanhas violência doméstica do CEVIDA: Sinal Vermelho e Confinamento sem violência me representa.</p>	<p>machista, reacionária, que imputa a vítima a culpa pelo ato criminoso do agressor”.</p> <p>- Lei 7883/21: cria programa Wi-fi na comunidade nas praças, parques e pontos turísticos. Internet gratuita, democratização da informação, acesso cultura e educação – proibir uso para acesso de pornografia, apologia ao crime e materiais ilícitos.</p>
	<p>Tunápolis</p> <p>Prefeito: (PP) Vice:(PSD)</p>	---	<p>- Resolução 05/20 – inaugura Galeria Lilás – conquistas das mulheres –</p>	---	<p>- Moção 16/23 repúdio a tentativa de descriminalizar o aborto. Conforme</p>	<p>- Debates sobre Lei Maria da Penha nas escolas / Dificuldade de encontrar candidatas</p>	---

	<p>Câmara Vereadores: PT: 1; MDB: 2 PSD: 5; PL: 1</p> <p>Homem: 7 Mulher: 2 (MDB e PSD)</p>		<p>desigualdade na política – necessidade maior igualdade.</p>		<p>os vereadores proponentes o nascituro é o mais indefeso e inocente dos seres humanos, e por isso necessita de uma proteção ainda mais enfática, pois é incapaz de, por si só fazer valer seus direitos. É inaceitável essa inversão dos direitos fundamentais, legalizando um crime em busca de uma alegada liberdade de decisão e deixando em segundo plano um direito primaz que é o direito à vida. Ação do PSOL em 2017, liberar até 12ª semana. Percebe-se brechas para liberação total, sem limitador, Brasil fomentará indústria abortista e permitindo que grávidas possam optar pela morte da criança na gestação sem qualquer motivo, ou motivadas também por uma cultura de eugenia e do descarte da vida humana.</p>	<p>mulheres / Galeria Lilás (Ata 01/08/20).</p>	
--	---	--	--	--	--	---	--

AMERIOS – Associação dos Municípios do Entre Rios (16 municípios)	Bom Jesus do Oeste Prefeito: (MDB) Vice (PT) Câmara Vereadores: PT: 1; MDB: 2; PSD: 2 PSDB: 1; PL: 1; PP:2 Homem: 5 Mulher: 4 (PP, MDB, PT e PSD)	---	---	---	- Moção 4/23: Impedir a liberação do aborto e liberação da maconha. Conhecimento de todos que a maconha leva muitos dependentes químicos a furtar seus próprios familiares para manter o vício. (Vereadora PT)	---	---
	Caibi Prefeito: (PP) Vice (PSL) Câmara Vereadores: PT: 1; MDB: 4 PP: 4; Homem: 6 Mulher: 3 (MDB, PP e PP)	---	- Projeto Lei 02/23: Cria o COMDIM – equidade de gênero e eliminação do preconceito e discriminação contra mulher. - Projeto lei 008/23 – Estrutura e funcionamento do Conselho Tutelar: acolhimento institucional em caso de ameaça a dignidade sexual - Projeto de Lei 03/22: serviço de família acolhedora para pessoas idosas. Cadastro das famílias interessadas – responsável maior de	---	- Moção 07/23: moção apoio Câmara e Senado – contra tirar competência do legislativo (STF ADPF 442) – vontade da maioria do povo contra aborto (pauta abortista).	- Ata sessão extraordinária 01/22, do dia 26/03/22. Presidente inicia lendo trecho da bíblia. Resolução 01/22 – acusação, defesa e relatório final de Processo Administrativo contra Vereador (PP). Crime de importunação sexual. Vereadores alegam vídeo, direitos das mulheres. Suspensão mandato por 12 meses. **Notícia G1 16/05/22. Cerimônia de Natal, vereador ao entregar lembrança, fica no meio do casal e coloca mão nas nádegas da vítima (empresária), que o afastou. Apalpando empresária.	---

			<p>21 anos – até 60, sem restrição de gênero, estado civil e orientação sexual.</p> <p>- Resolução 02/21: Cria a Procuradoria especial da Mulher – proteger direitos contra violência e discriminação</p>				
	<p>Campo Erê</p> <p>Prefeita (PT) Roque Mello (PL)</p> <p>Câmara Vereadores: PT: 2; MDB: 1 PP: 1; PSL: 1 PL:1; Patriota: 1; PSB: 1 Pode: 1</p> <p>Homem: 7 Mulher: 2 (PT e PT)</p>	---	<p>- Lei 74/22 altera Lei 2048/18: Cria Conselho dos Direitos da Mulher equidade de gênero.</p>	---	---	---	---
	<p>Cunha Porã</p> <p>Prefeita (PSDB) Vice (PSL)</p> <p>Câmara Vereadores: PT: 2; MDB: 1 PP: 1; Patriota:1 PSL: 1; Pode:1; PSB: 1; PL: 1</p> <p>Homem: 7</p>	---	<p>- Resolução 2/21: sessão solene dia da mulher com palestra e apresentação do coral</p>	---	---	---	---

	Mulher: 2 (PT e PT)						
	<p>Cunhataí Prefeito: (MDB) Vice (MDB) Câmara Vereadores: MDB: 6; PSD:2; PP:1 Homem: 6 / Mulher: 3 (MDB, MDB e PSD)</p>						
	<p>Flor do Sertão Prefeito: (PSD) Vice (PT) Câmara Vereadores: MDB: 3; PSD: 5; PT: 1 Homem: 6 Mulher: 3 (MDB, PSD e MDB)</p>	---	Lei 664/16: Plano decenal direitos humanos da criança e do adolescente.	---	---	---	---
	<p>Iraceminha Prefeito: (MDB); Vice (PL) Câmara Vereadores: MDB: 6; PL: 3 Homem: 8 / Mulher: 1 (PL)</p>						
	<p>Maravilha Prefeito: (MDB) Vice (MDB) Câmara Vereadores: MDB:4; PL: 2 PP: 4; PT: 1 Homem: 9 Mulher: 2 (MDB e PT)</p>	<p>- Projeto Lei: 12/22: Institui o Dia de Luta contra a LGTBfobia. Sentimento de ódio e repulsa – violência. Respeito ao próximo independente a orientação sexual e identidade de gênero. STF criminalização LGTBfobia.</p> <p>- Ata 2462/21: vereador comenta sobre 18/05 Dia</p>	<p>- Projeto Resolução 9/21: criação da Procuradoria da mulher – alavancar políticas de gênero no legislativo – garantir mais espaço para mulheres na política e combate a discriminação.</p>	---	<p>- Moção 16/23: Apoio ao Legislativo Nacional – contra ADPF 442 legalização aborto. STF descriminalizou drogas, sendo que local correto é o Congresso Nacional, afronta o Legislativo. Parte do povo brasileiro é sim contrário ao aborto.</p>	<p>- Projeto de Lei 4/21: institui Semana Conscientização e combate ao feminicídio e violência contra mulher. Erradicação da discriminação e promoção igualdade de gênero.</p> <p>- Indicação 217/21: firmar convênio entre Secretaria de Educação e Política Militar para palestras nas escolas no Projeto rede Catarina de proteção a mulher –</p>	---

		Internacional de Luta LGBT deixando seu apoio a comunidade e dizendo ter orgulho de ter sido o único candidato que apresentou propostas para esse grupo de pessoas.				prevenção violência doméstica e familiar, que ocorre dentro de casa.	
	Modelo	Prefeito: (PSD); Vice: Cesar Meurer (PSD) Câmara Vereadores: MDB: 2; PSD: 4; PP:2; PSDB: 1 Homem: 6 / Mulher: 3 (PP, MDB e PSD)					---
	Palmitos	---	- Moção 4/19: pela efetivação da Defensoria Pública no Estado de SC – promoção direitos humanos e defesa dos direitos dos necessitados (pessoas humildes, sem condições financeiras de acesso ao judiciário).	---	- Moção de apelo 16/23: ao Congresso Nacional para fazer valer competências legislativas contra ADPF 442. Perigoso avanço do Poder Judiciário - descriminalizou drogas, local correto para discussão e votação é o legislativo.	- Moção 04/15: apoio ao PL 122/13 que institui a política estadual para o sistema integrado de informações de violência contra mulheres em SC – Observatório da Violência contra Mulher.	---
	Riqueza	---	---	---	---	---	- Lei Orgânica do Município (1994): nos programas destinados a assistência de crianças e adolescentes: atendimento médico e psicológico em casos de exploração sexual, tortura, pressão psicológica e intoxicação drogas.
		Prefeito: (PSD) Vice (PP) Câmara Vereadores: MDB: 3 PSD:2 PP:3 PT:1 Homem: 9					

	Romelândia Prefeito: (PSDB) Vice (PL) Câmara Vereadores: MDB: 3; PSDB: 4; PP:2 Homem: 8 Mulher: 1 (MDB)	---	---	---	- Ata 32/2023: vereador aborda o assunto aborto e a semana do município.	- Indicação 2/22: executivo crie um programa de auxílio aluguel para mulheres vítimas de violência doméstica em situação de vulnerabilidade social. Não saem de casa por necessidades financeiras e se sujeitam a ficar com o agressor por não ter onde ir.	---
	Santa Terezinha do Progresso Prefeita (MDB); Vice (Cidadania) Câmara Vereadores: PT: 1; MDB: 3; PL:3; PDT: 1; Cidadania: 1 Homem: 7 / Mulher: 2 (MDB e PDT)						
	São Miguel da Boa Vista Prefeito: (PL); Jairo Antônio Luft (PT) Câmara Vereadores: MDB: 3; PSDB: 2; PL: 3; Cidadania: 1 Homem: 9						
	Saudades Prefeito: (PSL) Vice (MDB) Câmara Vereadores: MDB: 2 PSDB: 1 PP: 2 PL: 1 PT: 2 PSL: 1 Homem: 8 Mulher: 1 (PP)		- Projeto lei 008/23 – Estrutura e funcionamento do Conselho Tutelar: acolhimento institucional em caso de ameaça a dignidade sexual	- Projeto de Lei 5/21: Medidas protetivas ao direito dos estudantes ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma cultura e orientações legais ensino. Proibida linguagem neutra na grade curricular e materiais didáticos na rede de ensino pública e particular. Anular pronomes de tratamento masculinos e femininos, baseando- se em infinitas	---		- Projeto de Lei 3/21: Programa Sinal Vermelho como forma de pedido de socorro e ajuda para mulheres em situação de violência doméstica. Promover ações de assistência e segurança após pedido de socorro.

				<p>possibilidades de gêneros não existentes.</p> <p>- Moção 13/23: apoio aos Senadores favorável a proibição da linguagem neutra (PL 899/23 – Jorge Seif)</p>			
	<p>Tigrinhos Prefeito(MDB); Vice (MDB) Câmara Vereadores: MDB: 7; PT: 2 Homem: 7 / Mulher: 2 (MDB e PT)</p>						
<p>AMNOROESTE – Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense (8 municípios) ♥</p>	<p>Coronel Martins Prefeito: (PSD) Vice (MDB) Câmara Vereadores: MDB: 2; PT: 5 PSD: 2 Homem: 8 Mulher: 1 (PT)</p>	---	<p>- Projeto de Lei 02/23: Funcionamento do CT: dignidade sexual</p> <p>- Moção de apoio 01/22: pauta das organizações de mulheres e da agricultura camponesa e familiar. Para Presidente Bolsonaro e Governador Moisés. Crise hídrica, climática e Covid-19 – seca. Aumento doenças, inseguranças, abandono dos jovens no campo e violência contra mulher.</p>	---	<p>-Ata 84/22: vereador comenta das manifestações pacíficas contra os apoiadores de Lula, festa nas cadeias, traficantes descarregando armas. Que Lula é a favor do aborto. Chamou caminhoneiros de fascistas, mas são heróis. A favor das manifestações e não estão depredando nada como o MST. Pacífico, em frente a quartéis e estradas e com apoio da polícia. Pedu que o pessoal do comércio exponha para quem votou para ver quem tem uma aceitação maior.</p>	---	---

	<p>Galvão</p> <p>Prefeito: (PL) Vice (PT)</p> <p>Câmara Vereadores: MDB: 1 PT: 2 PL: 5 PP: 1</p> <p>Homem: 5 Mulher: 4 (MDB, PP, PL e PT)</p>	---	---	---	<p>- Lei 322/1984: Firma convênio com a Sociedade Civil de Bem estar Familiar do Brasil – BEMFAM para programa familiar de combate ao aborto provocado e oferta de serviços e informações sobre utilização de métodos anticoncepcionais.</p> <p>- Moção de apelo 07/23 ao Congresso Nacional contra ADPF 442: reforça Código Penal, representatividade do legislativo – política o que não ocorre no judiciário, arquivamento de projetos de lei sobre o tema. Risco para aqueles que agem na ilegalidade é uma consequência natural (e desejada) da proibição e da repressão social. Pacto Convenção de São José da Costa Rica.</p>	---	---
	<p>Irati</p> <p>Prefeito: (MDB) Vice (PSDB)</p>	---	---	<p>-Projeto de Lei 20/22: proíbe a instalação de banheiros ou vestiários unissex nos estabelecimentos</p>	---	---	---

	<p>Câmara Vereadores: MDB: 6 PT: 2 PSDB: 1</p> <p>Homem: 6 Mulher: 3 (MDB, PSDB e MDB)</p>			<p>públicos e privados. Justifica que tem lugar/países que isso já aconteceu. Prejudica saúde dos adolescentes em entrar em banheiro com alguém do sexo oposto. Cita caso de Saudades para exemplificar medidas de proteção. Atende sua militância e evangélicos. PROJETO REPROVADO POR UNANIMIDADE.</p>			
	<p>Jupia</p> <p>Prefeito: (MDB) Vice (PT)</p> <p>Câmara Vereadores: MDB: 5 PSD: 3 PSL: 1</p> <p>Homem: 7 Mulher: 2 (MDB e PSL)</p>	---	<p>- Resolução 60/22: cria a Procuradoria da Mulher – examinar questões sobre violência e discriminação contra mulher, campanhas promoção igualdade de gênero.</p> <p>- Lei 587/2015 – Plano Municipal de educação: respeito direitos humanos, diversidade e sustentabilidade socioambiental</p> <p>- Resolução 30/09: Código de ética e decoro parlamentar: deveres de defesa estado democrático e direitos humanos.</p>	---	---	<p>- Moção 4/17: apoio ao Projeto de Lei 07/2016 que altera a Lei Maria da Penha, possibilitando ao delegado conceder MPU.</p>	---

			- Lei 848/23: funcionamento de instituição de longa permanência para idosos de caráter residencial: respeito aos direitos humanos dos residentes.				
	Novo Horizonte	---	<p>- Lei Ordinária 627/21: criação do COMDIM: equidade e igualdade de gênero e eliminação do preconceito e discriminação, violência doméstica, familiar e comunitária.</p> <p>- Lei 678: funcionamento CT: dignidade sexual.</p> <p>- Moção de apoio 01/22: pauta das organizações de mulheres e da agricultura camponesa e familiar. Para Presidente Bolsonaro e Governador Moisés. Crise hídrica, climática e Covid-19 – seca. Aumento doenças, inseguranças, abandono dos jovens no campo e violência contra mulher.</p>	- Ata 35ª 01/11/22: retorno de vereador que usa tribuna para refletir sobre medos e preocupações disseminadas nas redes sociais e meios de comunicação sobre governo Lula. Dentre elas: que implantaria ideologia de gênero, banheiros unissex na escola. Que foi professor por 30 anos e não houve isso nas escolas e PT governou 14 anos e sempre se preocuparam em educar as crianças para respeito com o ser humano, independente da cor da pele, da religião ou da identidade sexual e de gênero.	<p>- Moção protesto 07/23: perigoso avanço judiciário ADPF 442 e descriminalização das drogas. Afronta ao legislativo, representantes do povo – sim contrario ao aborto. Decisão sensível a milhões de brasileiros seja decidida de maneira ilegítima e inapropriada pelo judiciário.</p> <p>- Moção 08/23: não acolhimento da ADPF 442: não desprezar vontade popular – “todo poder emana do povo e por meio de cujos representantes se exerce”. Povo e através de pesquisas de institutos reitera posição majoritária contrária ao aborto. Pauta abortista. Etimologia da democracia:</p>	---	---

Prefeito:
(PSDB)
Vice (MDB)

Câmara
Vereadores:
PP: 3
PSDB: 2
PSB: 1
PT: 2
PL: 1

Homem: 7
Mulher: 2
(PSDB e PSB)

					<p>governo e vontade do povo.</p> <p>- Moção de repúdio: 08/23 (*mesmo conteúdo acima, diferente bancada - PP)</p> <p>- Moção de Apoio: 09/23: Congresso. Mesmo conteúdo, diferente bancada – PL). Cita ativismo judicial.</p> <p>-Lei Complementar 57/19: reformulação do sistema de ensino: Currículo prever conteúdo sobre educação sexual</p>		
	<p>Quilombo</p> <p>Prefeito: (PSL) Vice (MDB)</p> <p>Câmara Vereadores: PP: 1 DEM: 1 MDB: 2 PT: 3 PSL: 2</p> <p>Homem: 6 Mulher: 3 (PSL, MDB e PP)</p>	---	<p>- Lei 2932/21: institui Procuradoria da Mulher: defesa de direitos e interesses das mulheres – enfrentamento da violência contra mulher e promoção da dignidade feminina. Campanhas sobre violência e assédio na internet, trabalho e ônibus. Empoderamento feminino.</p>	---	<p>---</p> <p>- Lei 2913/21 impede que condenados com trânsito julgado por violência doméstica e familiar contra mulher, assumam cargos públicos ou de empresas terceirizadas que prestam serviços poder público.</p> <p>- Divulgação: 1) de Cartilha pelo fim da violência doméstica contra mulher. Assembleia Legislativa SC, 2017. 2) Gibi Maria da Penha na Escola – OAB SC – Subseção Chapecó e Assembleia</p>	<p>- Divulgação: Cartilha – Crush Perfeito, sobre relacionamento abusivo. CEVID, Tribunal Justiça SC, 2020.</p>	

					Legislativa, 2022. 3) Cartilha de um basta na violência contra mulher, CEVID – Tribunal de Justiça SC.	
São Bernardino	Prefeito: (PSDB), Vice(PT) Câmara Vereadores: PP: 2; PSDB: 2; Cidadania: 1; PT: 1; PL: 3 Homem: 5; Mulher: 4 (PP, PL, Cidadania e PT)					
São Lourenço do Oeste	---	- Lei 1764/08: Plano municipal de educação. Promoção direitos humanos, diversidade e sustentabilidade socioambiental. Temas centrais de palestras: violência, sexualidade, drogas e alcoolismo, família, valores humanos, africanidade e valorização dos estudos. - Resolução 207/22: Procuradoria da Mulher, proteger direitos especialmente contra discriminação e violência. - Lei 2618/21: Política para população Migrante: respeito diversidade, participação social e acesso mercado de trabalho, representação no poder público. Direitos humanos -	- Ata 17/05/15: Discussão projeto lei 028/15 altera PME. Vereador (MDB) recebeu ligação com preocupação aprovação Plano devido sexualidade e ideologia de gênero. Menciona que receberam correspondência do deputado federal do PL-MG, que Congresso Nacional aprovou lei 13/005 que retira menção a ideologia de gênero e orientação sexual das diretrizes da educação nacional. Diferença entre incumbência da escola e educação moral dos pais (formação valores). Para a psicologia não se nasce um menino ou menina, nasce indivíduo e terá opção de escolher, mas isso não está de acordo com a religião	---	---	-Lei 2143/13: Política Municipal da primeira infância (0-6 anos). Proteção maus tratos, prevenção trabalho infantil, prioridade atendimento. Desenvolvimento e estímulo das capacidades cognitivas (cerebrais). Primar educação infantil, participação da família na escola. Controlar exposição precoce e em excesso de tecnologias (mídias). Consumismo. Apoio pré-natal – gestante adolescente, com depressão e vítima de violência. Reforçar vínculo da mulher com recém-nascido. Combate a exploração de crianças, violência doméstica e negligência (tráfico de drogas e exploração sexual).
Prefeito: (MDB) Vice (PP) Câmara Vereadores: PP: 2 PSDB: 1 MDB: 4 PT: 1 PL: 1 Homem: 8 Mulher: 1 (MDB)						

			<p>sociais, combate xenofobia e racismo. Respeitar especificidades de gênero, raça, etnia, orientação sexual, idade, religião e deficiência.</p> <p>Exigência título de eleitor.</p> <p>- Lei 2688/22: funcionamento de instituição de longa permanência para idosos de caráter residencial: respeito aos direitos humanos dos residentes.</p>	<p>católica e contra biologia, pois nasce menino e menina. Retirar ideologia de gênero para preservar a família, que é constituída respeitando as diferenças. Respeitar a opção de cada um. Retirar do PME – negado.</p>			<p>- Lei 1986/11: programa Cidade Digital – oferecimento internet banda larga. Vedado acesso conteúdo adulto, pornografia, pedofilia e similares e conteúdo impróprio (violento) para público infantil, adolescente e jovem.</p>
<p>AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste Catarinense (20 municípios)</p>	<p>Águas Frias</p> <p>Prefeito: (MDB) Vice (PP)</p> <p>Câmara Vereadores: PP: 3 PSDB: 1 MDB: 3 PSD: 2</p> <p>Homem: 5 Mulher: 4 (MDB, PSD, PSDB e MDB)</p>	<p>---</p>	<p>- Projeto de Lei 10/21: Plano Plurianual do município. Dentre as diretrizes: garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, étnico raciais e de gênero.</p> <p>- Resolução 02/21: criação da Procuradoria da Mulher: proteger direitos contra violência e discriminação. Cursos de formação política e palestras motivacionais e disciplinares.</p>	<p>---</p>	<p>- Moção 03/23: impedir a tentativa de legislar por vias judiciais matéria do aborto. Delimitações subjetivas do STF e relativismo que estimula o desrespeito a vida humana. Contra ativismo judicial, exemplo da descriminalização do uso das drogas. Vontade popular, contra pauta abortista. (repete parcialmente o texto de outros municípios)</p>	<p>- Indicação 15/2001: adesão a campanhas de violência contra mulher durante pandemia – Farmácia Amiga da Mulher - Máscara Roxa.</p>	<p>---</p>
	<p>Águas de Chapecó</p>	<p>---</p>					<p>---</p>

	Prefeito: (PL); Vice (PP) Câmara Vereadores: PP: 1; PSDB: 1; MDB: 3; PSD: 1; PL: 3 Homem: 8 / Mulher: 1 (PL)						
	<p>Arvoredo</p> <p>Prefeito: (MDB) Vice (MDB)</p> <p>Câmara Vereadores: MDB: 7 PT: 1 PSB: 1</p> <p>Homem: 6 Mulher: 3 (MDB, MDB e PT)</p>	<p>- Projeto de Lei 14/23: regulamenta a lei federal 13935/19, dispõe sobre os serviços de psicologia e serviços social na rede pública de educação. Propor estratégias de prevenção em situações de violência, uso abusivo drogas, gravidez na adolescência e vulnerabilidade sociais, ameaças e violações de Direitos Humanos. Rede de proteção e controle sociais no combate a violência e intolerâncias: racial, religiosa, de gênero, doméstica, sexual, assédios. Especificamente da psicologia: proteção social e combate ao racismo, sexismo, homofobia, xenofobia e discriminação social, cultural, religiosa e por características diferenciadas.</p>	<p>- Projeto de Lei 04/2023 – funcionamento do Conselho Tutelar</p> <p>- Projeto de Lei 14/21: Plano Plurianual do município. Dentre as diretrizes: garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, étnico raciais e de gênero.</p>	<p>---</p>	<p>-- Projeto Lei 06/22: atualização do sistema municipal de educação. Cuidado com dados pessoais da esfera íntima dos professores: origem racial/étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato, dados de saúde, biométricos e da vida sexual. Conhecimentos e conteúdos da educação básica: orientação técnica sobre prevenção ao uso de drogas, educação sexual, educação para o trânsito, ética e cidadania.</p>	<p>- Projeto Lei 02/21: inclusão calendário semana de conscientização e combate o feminicídio e violência contra mulher.</p> <p>- Indicação 11/21: Semana – gravidade não é reconhecida, mecanismos históricos e culturais que geram e mantêm desigualdades entre homens e mulheres e alimentam um pacto de silêncio e convivência com estes crimes. (Vereadora – PT).</p>	<p>- Projeto Lei 18/21: programa municipal anti-bullying escolar. Combater bullying e cyber-bullying. Agressão física, psicológica e sexual.</p>

	<p>Caxambu do Sul</p> <p>Prefeito: (PT) Vice (PSD)</p> <p>Câmara Vereadores: MDB: 4; PSD: 1; PT: 4</p> <p>Homem: 7 Mulher: 2 (MDB e PT)</p>	---	- Decreto executivo 185/16: comissão para elaboração do plano decenal dos direitos humanos da criança e do adolescente.	---	---	- Projeto de Lei 02/21: veda nomeação de cargos de confiança e cargos no poder legislativo, pessoas condenadas por crimes de violência doméstica e feminicídio. Coibir mortes violências de mulheres por razão de gênero.	---
	<p>Chapecó (75 arquivos)</p> <p>Prefeito: (PSD) Vice (PP)</p> <p>Câmara Vereadores: PP: 2 PSL: 3 MDB: 2 PSD: 6 PT: 2 PC do B: 1 PSB: 1 PSC: 1 PL: 1 PTB: 1 PATRIOTA: 1</p> <p>Homem: 17 Mulher: 4 (PT, PSB, PSD e PSD)</p>	<p>- Projeto Lei 268/23: proíbe a participação de crianças em paradas gays e eventos similares, no âmbito do município de Chapecó. Movimentos realizados pela comunidade LGBTQIA+. Aplicação de multa de até 1mil UFRM as empresas organizadoras. Justificativa: proteger crianças chapecoenses da participação contra vontade em eventos que originalmente possuíam caráter respeitosos e educativo, mas nos últimos anos ganharam tons</p>	<p>- Audiência Pública 03/04/14: para discutir os 50 anos do Golpe Militar. Sindicalista comenta sobre a censura, cassação dos direitos políticos, tortura e desaparecimentos. Aumento da desigualdade social e fome, apesar da propaganda desenvolvimentista.</p> <p>- Notícia 20/03/14: Vereador representa câmara na inauguração do Centro de Referência em Direitos Humanos Fronteira Sul – humanizar e garantir direitos a pessoas indiferentes de sua etnia, cor, credo religioso ou condição social.</p>	<p>- Projeto de Lei 274/23: Garante a templos, escolas públicas, particulares confessionais e instituições mantidas por entidades religiosas a atribuição do uso de seus banheiros de acordo com a definição biológica de sexo. Em seus artigos: de acordo com a definição biológica de sexo, pela denominação “masculino e feminino” e não por identidade de gênero. Justificativa: preservação da intimidade, privacidade e segurança das crianças e mulheres. Banheiro não é local de ideologia, mas</p>	<p>- Notícia 30/10/18: reunião de trabalho sobre 25 Laranja e Dezembro Vermelho. Recomendações da ONU Mulher sobre não violência. Socialização das atividades do GAPA – Grupo de Apoio e prevenção à AIDS. Ações de prevenção, pois o povo é solidário e se preocupa com o outro, engajado nessas lutas – disse vereador.</p> <p>- Notícia 22/10/21: aprovado projeto que distribuirá absorventes – mulheres com vulnerabilidade socioeconômica, escolas e ampliação de exames</p>	<p>- Projeto de Lei 193/19: adesão a campanha mundial de combate à violência de gênero: 16 dias ativismo. Ampliação de políticas públicas e combate violência contra mulher.</p> <p>- Lei 2017: ações socioeducativas nas escolas da rede públicas visando prevenção violência contra mulher. Ida até o legislativo.</p> <p>- 03/03/23: bancada Feminina promove evento referente ao Dia Internacional das mulheres. Exibição de documentário sobre assédio sexual e violência de gênero. Problema estrutural no sociedade.</p>	<p>- Indicação 1242/18: Projeto SOU Digital para Secretaria de Educação, que abordará temáticas como: compras seguras, privacidade, pornografia infantil (pedofilia), cyberbullying, identidade digital (quem está do outro lado?), pirataria liberdade de expressão X fake News. Mangold assessoria jurídica. Proteger crianças e adolescentes de ataques vistorias. Pais responsáveis pela segurança e tem o direitos de decidir o que é melhor para eles, até que se tornem adultos.</p> <p>Notícia 13/06/23: debate sobre trabalho</p>

		<p>desvirtuados. Parada de Orgulho gay tinham condão de expor liberdade sexual de todos, conscientização da população dos problemas sofrido e mostrado orgulho do seu estilo de vida. Nos dias atuais há vulgarização e agressão das famílias tradicionais, religiões, opiniões políticas diferentes e erotização precoce. Não quer afrontar movimento, mas proibir que sejam utilizadas imagens de crianças que não possuem discernimento e entendimento definitivo de sua opção sexual.</p> <p>- Ata 82/23: Aprovação do projeto de Lei 43/23 da Justa competição no esporte: estabelece o sexo biológico como critério exclusivo para definição de gênero em competições esportivas oficiais, amadoras ou profissionais.</p>	<p>- Decreto 29674/2014: institui a Comissão Provisória de Direitos Humanos e Cidadania. Afirmação da dignidade humana. Obrigatoriamente agenda de estudos sobre: violências étnico raciais, religiosas, econômicas, culturais e sociais, contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos, comunidades tradicionais e grupos com fragilidade familiar e aos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou similar.</p> <p>- Projeto Lei 111/20: Estabelecimentos podem receber denúncias de violência doméstica familiar, ou extra familiar, contra mulher, idoso, criança, adolescente, pessoas com deficiência, imigrantes, profissionais do sexo e população LGBTQIAP+. Comunicação durante</p>	<p>destinado a necessidades biológicas de cada ser humano, levando em conta anatomia e determinado pela ciência, de acordo com sexo biológico. Não possui condão de afrontar LGBTQIAPN+, mas garantir clareza no uso correto dos banheiros nos estabelecimentos mencionados.</p> <p>- Notícia 23/02/24: projeto de banheiros com definição biológica é aprovado. Vereador lembra que os templos de qualquer culto terão garantia de liberdade para atribuir o uso de banheiros de acordo com definição biológica de sexo.</p> <p>-Lei 7510/21: Estabelece medidas protetivas aos direitos dos estudantes ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino. Anular diferença de pronomes masculinos e femininos baseados</p>	<p>preventivos. Programa Novo Ciclo. Diminuir evasão escolar, prejuízos a aprendizagem e rendimento – pobreza menstrual.</p> <p>- MOÇÃO – 15/09/23: apoio o Congresso nacional contra aprovação ADPF 442. Resgata tentativas reprovadas de discutir o lema no legislativo. Proteção do direito do nascituro. Necessidade de separação dos poderes para salvaguardar o estado democrático de direitos e vontade soberana do povo.</p> <p>- Notícia 28/09/23: vereadores se posicionam contra aborto – uma de repúdio e outra de apoio. Absurdo que o tema seja decidido pelo STF – invasão de espaços e competências.</p> <p>- Projeto lei 2023: Semana municipal de conscientização e luta contra aborto.</p>	<p>- Notícia 29/11/21: bancada feminina debate violência contra mulher. Aumento da violência na pandemia. Importância de debater sobre gênero e sexualidade nas escolas, informar sobre perigos dos abusos.</p> <p>- Notícia 26/04/21: vereadora sugere instalação da Casa da Mulher Brasileira, ligado ao Ministério da Mulher, Família e direitos Humanos.</p> <p>- Moção 588/23: diálogo em administração e DPCAMI para organização de grupos reflexivos para homens autores de violência contra mulher. Não voltar a cometer crimes de gênero. Altos índices de violência e feminicídio na cidade.</p> <p>- Moção 100/20: apoio ao Projeto de Lei 1552/20 da deputada Samia Bonfim, proteção das mulheres durante quarentena e pandemia COVID-19. Encaminhamento mulher e filhos para abrigo provisório.</p>	<p>infantil e estímulo a aprendizagem, em sessão ordinária. Contextos: tráfico de drogas, exploração sexual, agricultura ou serviços domésticos. Homenageia empresas que oferecem cotas para jovens trabalhar.</p> <p>- Notícia 15/09/23: Lei aprovada – Abuse do Diálogo. Tornar acessível canal de denúncia para crianças e adolescentes eu sofrem violência ou tiveram direitos violados. Disque 100.</p> <p>- Notícia 23/09/23: reunião de trabalho sobre exploração sexual infantil. Presença DPCAMI: dados crimes sexuais. Indicativo de psicólogos e assistentes sociais nas escolas, melhorar estrutura do CT.</p> <p>- Lei 3802/1997: cadastramento de todas as casas noturnas, motéis e similares. Ações contra prostituição infanto juvenil.</p>
--	--	---	--	---	--	--	---

		<p>*Informes da lei: vedada participação de atletas transgêneros em categorias que não correspondam a identificação do sexo atribuída no nascimento. Criação de categorias exclusivas. Aplicação de multa.</p> <p>- Posse vereadora (PcdoB) – 2019: engajada movimentos sociais (feminista) e presidenta da UNA LGBT. Primeira mulher comunista, com bandeiras feministas e LGBT, alinhadas a luta de classe.</p> <p>- Lei 6810/15: Criação Conselho municipal da Juventude: composição – 1 representante da comunidade LGBT.</p> <p>- Projeto de Lei 178/21: Dia municipal de combate a LGBTfobia – homofóbicas, lesbofóbicas, bifóbicas e</p>	<p>pandemia de COVID-19. ARQUIVADO.</p> <p>- Lei 219/14: dia municipal da diversidade étnico racial.</p> <p>- Notícia 24/02/22: discutido atendimento aos imigrantes pelo CAI – direitos humanos e cidadania. Atender mil pessoas em 1 dia, para: acolhimento, moradia e emprego (boa parte para frigoríficos).</p> <p>- Moção de repúdio 133/22: contra Deputado de SP Arthur do Val, por postura machista e misógina contra mulheres ucranianas. Combate turismo sexual e sexualização das mulheres. Afronta aos direitos das mulheres, ainda mais em contexto de guerra.</p> <p>- Moção 836/21: Apelo ao governo municipal para estudo de viabilidade para captação de recursos para o futebol feminino. Direito humanos e igualdade</p>	<p>em possibilidades de gêneros inexistentes.</p> <p>Quem for punido deverá pagar multa e participar de programa de fomento para valorização e aprendizado da língua portuguesa culta. Declarada inconstitucional pelo TJSC.</p> <p>- Notícia 27/07/21: sobre aprovação do PL que proíbe linguagem neutra. Vereador (PSC): suprime diferença entre homens e mulheres, impõe assepsia de gênero. Impõe caos e confusão sexual, sobretudo, na cabeça das crianças. Critica escola que adotou dialeto não binário.</p> <p>- Notícia 07/08/15: vereador comemora a aprovação do PME. Gerou polêmica, mas está satisfeito com a supressão do termo gênero.</p> <p>- Notícia 19/02/16: vereador reconduzido na liderança da base governista na Câmara: bom trabalho e liderança decisiva para</p>	<p>Incentivo a vida, respeito a gestação e parto, suporte médico, social e psicológicos para atender gestante e orientar sobre os malefícios da prática do aborto. Audiências para tratar de problemas de natureza pública sobre parto e criação dos filhos. Reconhecimento de entidades e empresas contra aborto e defensoras da vida, desde a fecundação. Justificativa: nascituro indefeso, frente cultura da morte através do ativismo judicial. Projeto como forma de planejamento familiar, informar riscos do aborto e gravidez indesejada não deve encarar aborto como alternativa. Reforça Código Penal. Defesa de valores e vontade soberana da população. Proteger e dar voz àqueles que não podem falar por si mesmos.</p> <p>- Notícia 26/10/21: reunião de trabalho -</p>	<p>Isolamento faz conviver com agressor.</p> <p>- Notícia 11/12/17: Representantes do programa Guardião Maria da Penha (PMSC) visitam legislativo. Segurança das mulheres que sofreram violência e estão amparadas por medidas protetivas.</p> <p>- Projeto Lei 2023: estabelecimentos privados devem atender mulheres vítimas de abuso e assédio sexual, e que se sintam em situação de risco, em suas dependências, e promover medidas educativas e preventivas. Protocolo: Fixar cartazes e capacitar funcionários. Orientar medidas legais, não demonstrar amistosidade com agressor, direito requisitar acompanhamento de segurança. Não fazer distinção de mulher cis ou transgênero. Justificativa: inibir homens destes crimes e sentimento de impunidade.</p>	<p>- Lei 3797/1997: normas de combate a prostituição infanto juvenil. Visando oferecer aos meninos e meninas opções de vida digna junto de seus familiares. Programas de educação alternativos às drogas (tráfico), boates e casas de prostituição. Ações do CT para reintegração às famílias.</p> <p>- Notícia 23/05/22: pedido de informações sobre reforma do Parque Palmital, devido altas incidências de furto, consumo de drogas e prostituição.</p>
--	--	---	---	---	--	--	--

		<p>transfóbicas. REPROVADO.</p> <p>- Projeto de Lei 180/21. Que o portal da transparência publique dados sobre políticas públicas para população LGBTQ+, em situação de vulnerabilidade e vítimas de violência. Mapa de enfrentamento das violências. ARQUIVADO.</p> <p>- Moção 57/14: apelo ao Congresso Nacional para que seja rejeitado o PLC 122/06 que criminaliza a homofobia. Para vereador: a lei é um absurdo, uma coisa é matar e discriminar, outra é não concordar. Em breve teremos que concordar com a prostituição, ou com o uso de drogas, entre outras coisas? Estado laico mas não ateu, inibe o exercício da fé de seus fiéis. Privilégio aos homossexuais. Liberdade de expressão como</p>	<p>de gênero, frente a problemática da participação feminina no esporte. RETIRADO.</p> <p>- Moção 27/02/23, reconhecimento da UBM – União Brasileira de Mulheres, pela defesa de direitos, igualdade de gênero e fim da violência contra mulher, empoderamento feminino. UBM em Chapecó: construção hospital materno infantil, criação delegacia da mulher, discussão ampla sobre gravidez na adolescência, entre outros. REJEITADO.</p> <p>- Lei 7729/22: política municipal para população migrante. Respeito aos direitos fundamentais, sociais e aos serviços públicos. Diversidade e interculturalidade. Refugiados e apátridas. Respeito aos acordos e tratados internacionais. Respeitar especificidades de raça, etnia, orientação</p>	<p>aprovação de materiais de interesse da administração. Plano diretor, Orçamento e Plano de Educação: temas como ideologia de gênero, no qual sempre se posicionou contrário a inclusão do termo.</p> <p>- Moção 08/03/23: apoio ao PL 899/23 do Senador Jorge Seif que proíbe o uso da linguagem neutra nos estabelecimentos de ensino público e privado. Língua portuguesa é patrimônio nacional, contempla gênero neutro, pode descaracterizar idioma e prejudica pessoas com deficiência.</p> <p>- Moção 112/16: repúdio aos projetos de Lei 867/15 e 193/16 no Congresso Nacional sobre o Programa Escola sem partido. Proibição de discussão de gênero nas escolas, ganha força pautas conservadoras. Ideia de doutrinação ideológica em sala de aula. Professor não pode discutir valores em sala de aula, pois</p>	<p>bancada feminina debate saúde da mulher, com professoras e entidades (indígena Kaingang e UNA LGBT) – construção de políticas públicas.</p> <p>- Notícia 04/02/15: vereador preocupado com número de adolescentes grávidas. Medidas para falar de educação sexual e prevenção gravidez. Apoio para que permaneçam estudando e prioridade em creches para aquelas que estejam trabalho.</p>	<p>- Projeto Lei 2023: Dia Municipal pelo Fim do feminicídio. Forma de violência falta. Demanda de políticas públicas de prevenção, atendimento e apoio a mulher, com necessidade de mudança cultural que desnaturalize a desigualdade e gênero e morte de mulheres por serem mulheres.</p> <p>- Projeto de Lei 2023: dispõe de reserva de vagas em agências de emprego e nas escolas públicas para mulheres vítimas de violência doméstica, familiar ou relação íntima de afeto e seus filhos. 7% do total de vagas – mediante BO na DPCAMI ou Polícia Civil, capacitar funcionários para atendimento humanizado. Justificativa: cultura machista em que homem se sente proprietário da mulher, sentimento posse associado ao alcoolismo; insegurança em romper situação familiar e dependência financeira; garantir a continuidade dos estudos para mulheres e filhos.</p>	
--	--	--	--	---	---	---	--

	<p>direito universal – criminalizar manifestações públicas implica violar liberdade de consciência e crença.</p> <p>- Moção 406/22: reconhecimento da ONG Mães pela diversidade no oeste de Santa Catarina. Preocupação da violência contra os filhos LGBTQIA+. Não tem partido político, acolher pais e mães. Representada pela Marli de Fátima Linhares, filho Carlos gay. Defender de leis e decisões homofóbicas ou transfóbicas. Caminho de amor, carinho, empatia, solidariedade, aceitação, orgulho e respeito. REJEITADO.</p> <p>- Moção 692/21: apelo administração para implantação da Área Técnica de Saúde e Centro especializado de Saúde integral LGBT+. Vítimas de violência e racismo institucional, pela</p>	<p>sexual, idade, religião e deficiência.</p> <p>- Notícia 25/09/23: Câmara criará Procuradoria da Mulher, com isso bancada feminina deixará de existir. Atuar no combate a violência e discriminação contra mulher.</p> <p>- Projeto Lei 230/21: Observatório de Mortes violentas e crimes de ódio. Motivo de preconceito de classe social, raça, credo, identidade de gênero, sexualidade ou idade. Sistema de informação e disponibilização pública. REJEITADO.</p> <p>- Notícia 25/03/21: vereadora apela para regularização de atividade de cuidadores de crianças. Denúncias de espaços em situação precária de higiene e aglomeração de bebês e crianças. Respeito ao ECA e direitos humanos.</p>	<p>seria atribuição da família, o que remove o caráter educacional. Proíbe falar de política e participar da democracia. Naturaliza desigualdades como homofobia. Perigoso dogmatismo conservador, educação moral descontextualizada e incapaz de refletir a diversidade da sociedade brasileira. REJEITADO.</p> <p>- Projeto Lei 227/21: proíbe instalação, adequação, identificação e uso de banheiros multigênero nos espaços públicos e privados em Chapecó. Deve ser utilizado: masculino, feminino ou espaço família. Critérios de identificação biológica, e não por autodeterminação de gênero, vestimentas ou outras identificações. Violação: multa e fomento a participação de programa de valorização da criança e adolescente.</p>	<p>- Notícia 07/11/19: projeto de prevenção à violência contra a mulher dá voz a estudantes. Voz desautorizada de crianças e adolescentes, que tem muito a dizer e a contribuir, diz professor da EEB do bairro Belvedere.</p>	
--	---	--	--	--	--

		<p>LGBTfobia ou machismo. Direitos negados (discriminação e preconceito institucional – conforme PNSI LGBT+), e necessária defesa da promoção da saúde. Orientação sexual, expressão e identidade de gênero e determinação social e cultura da saúde. Processo transexualizador e atendimento multiprofissional. REJEITADO.</p> <p>- Moção 11/08/23: reconhecimento à UNA LGBT pela formação em educação permanente aos profissionais da saúde para atendimento humanizado a população LGBTQIA+. Efetivação de políticas públicas para essa população, atenção integral de forma humanizada. Potencializar inclusão e</p>	<p>- Projeto de Lei 2023 aprovado: cria selo de qualidade para empresa que apresenta boas práticas em equidade – igualdade de gênero (salarial, qualificação profissional, financiar iniciativa de mulheres, refutar atitudes discriminatórias gestação e lactante, idade e padrão de beleza, evitar abusos e assédio sexual, reduzir desigualdade de gênero).</p> <p>- Notícia 11/08/15: Câmara promove abertura da Semana da Família. Direitos humanos e família como núcleo natural e fundamental da sociedade, deve ser protegida pelo Estado. Representantes da Diocese de Chapecó e Pastoral da família e professora universitária. Papel de transmitir educação e orientar para bom futuro, com relações duradouras e fraternas, disse vereador.</p>	<p>- Projeto de Lei 181/21: Programa Escola sem mordaza. Liberdade para expressar pensamento e opinião, sem censura e repressão; pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; laicidade sem imposição de doutrina religiosa; contra preconceitos e respeito pluralidade de raça, gênero, orientação sexual, ideologia política; gestão democrática e organização movimento estudantil. Liberdade e autonomia no exercício do ensino. Vedado: pressão ou coação alunos e professores, gravações sem autorização. ARQUIVADO.</p> <p>- Requerimento 27/15: instituição do Programa Escola sem partido, para vedar prática de doutrinação política e ideológica em sala de aula, veiculação de disciplinas e conteúdos que podem entrar em conflito com convicções religiosas e ideológicas dos</p>			
--	--	---	---	--	--	--	--

		<p>humanização. REJEITADO.</p> <p>- Projeto de Lei 190/22 - utilização do nome social para pessoas transexuais nos registros e serviços públicos municipais. Nome social que se reconhecem e se identificam. ARQUIVADO.</p> <p>- Indicação 737/16: inclusão no plano municipal de saúde, a política de saúde integral LGBT. Acesso aos serviços sem preconceitos ou privilégios. APROVADO.</p> <p>- Requerimento 340/21: ofício a Acamosc, que face os projetos de Lei 178/21 (dia combate LGBTfobia), 179/21 (assegura pessoas com união estável homoafetiva e seus dependentes acesso as políticas públicas) e 180/21 (publicação no portal da transparência de dados das políticas públicas para população LGBT+ e</p>	<p>- Notícia 26/03/14: seminário: Participação das mulheres nos espaços de decisão e poder. Debates sobre reforma política, e continuação dos eventos para troca de experiências.</p> <p>- Notícia 28/10/14: requerimento aprovado para serviço de libras nas transmissões via internet e elevador social da Câmara – direitos humanos das pessoas surdas de acesso a língua de sinais.</p>	<p>estudantes ou seus pais. APROVADO.</p> <p>- Projeto de Lei 181/21: institui o Programa Escola sem partido. Princípios dignidade pessoa humana; neutralidade política, religiosa e ideológica; direito integridade; pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; direito de estudante ser informado de seus direitos; direito dos pais sobre educação moral e religiosa, conforme Convenção Americana de Direitos humanos. Poder público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos de qualquer forma de dogmatismo e proselitismo na abordagem das questões de gênero. Vedado uso de manipulação psicológica para adesão a causa. Professor não impor e fazer propaganda política e ideológica, nem incitará a participação de manifestações; respeitar direito dos</p>			
--	--	--	---	--	--	--	--

		<p>contextos de vulnerabilidade e violência), requer parecer jurídico dos projetos para subsidiar decisão correta e elementos de legalidade e constitucionalidade. APROVADO.</p> <p>- Projeto de Lei 161/22: fixa restrições para nomeação de servidores públicos efetivos e em cargos comissionados de pessoa que tenha sido condenada em ações penais por LGBTfobia. REJEITADO.</p> <p>- Projeto Lei 179/21: Assegura a pessoas em união estável homoafetiva e a seus dependentes acesso a políticas públicas e a inclusão e uso do nome social de pessoas da comunidade LGBTQIA+ nos registros municipais relativos a serviços públicos. Mesmos direitos e deveres que pessoas em uniões estáveis</p>		<p>país. Escolas de orientação profissional podem promover conteúdos de cunho religioso. Grêmios estudantis impedidos de promover atividade política partidária. EM ANÁLISE.</p> <p>**Projeto de Lei 216/14, repete os argumentos para implantação do Programa escola sem Partido. ARQUIVADO.</p> <p>- Notícia 09/07/15: vereador defende a Família Tradicional, constituída por homem e mulher. PME e ideologia de gênero nas escolas. Criança já nasce com sexo definido, absurdo fazer ela entender algo contrário aos preceitos bíblicos e da sociedade, que deve sua existência a família tradicional. Orientação sexual é assunto exclusivo dos pais, visto que papel dos professores é ministrar aulas e conteúdos.</p>			
--	--	---	--	---	--	--	--

		heteroafetivas. ARQUIVADO.		- Audiência Pública 31/07/2015: PME – Projeto de Lei 88/15. Plenário lotado. Discussão sobre a prioridade ou não das questões de gênero para superar as desigualdades educacionais. Casa cheia - Participaram: estudantes, educadores, líderes religiosos, sindicados...			
	Cordilheira Alta	---	- Projeto de Lei 08/21: Direitos culturais como parte dos direitos humanos. Valorização da cultura de grupos sociais, étnicos e de gênero.	---	- Moção -9/23: garantias constitucionais do legislativo em relação ao ativismo judicial ADPF 442. Repete argumentos: vontade popular e pesquisas de institutos contrários ao aborto.	---	- Resolução legislativa 09/20: sobre cedência das dependências físicas da câmara de vereadores: proibidos de abordar assuntos que façam alusão a sexo, pornografia, discriminação racial e religiosa, outra forma de discriminação ou ato atentatório a dignidade do ser humano.
	Prefeito: (PSD) Vice (PSD) Câmara Vereadores: PP: 1; PSDB: 1; MDB: 3; PSD: 3; PT: 1 Homem: 6 Mulher: 3 (PP, PSD e PSD)						
Coronel Freitas	---	- Projeto de Lei 42/21: Plano Plurianual do município. Dentre as diretrizes: garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, étnico raciais e de gênero.	---	---	---	---	---
Prefeito: (PP) Vice (MDB) Câmara Vereadores: PP: 4; MDB: 3 PL: 2; Homem: 8							

	Mulher: 1 (MDB)		- Projeto Lei 05/22: dever de divulgação do disque 100 nos livros e materiais didáticos.					
	Formosa do Sul Prefeito: (PP) Vice (PT) Câmara Vereadores: PP: 3; MDB: 4 Cidadania: 1; PT: 1 Homem: 7 Mulher: 2 (MDB e Cidadania)	---	- Projeto de Lei 01/17 185/16: comissão para elaboração do plano decenal dos direitos humanos da criança e do adolescente.	---	---	---	---	---
	Guatambu Prefeito: (PSDB) Vice prefeita (PP) Câmara Vereadores: PP: 2 PSDB: 2 MDB: 1 PDT: 2 PSD: 1 PT: 1 Homem: 9	---	- Indicação 39/23: Implantação da Procuradoria da Mulher: promoção igualdade de gênero e enfrentamento da discriminação e violência contra mulher.	---	---	---	- Indicação 12/23, das vereadoras mirins para realização de mais palestras sobre educação sexual e bullying nas escolas.	
	Jardinópolis Prefeito: (MDB)	---	---	- - Moção de Repúdio 04/23: apela ao governador de SC contra manifestação	---	---	---	

	<p>Vice (PSD)</p> <p>Câmara Vereadores: PP: 3; MDB: 2 PSD: 1; PT: 3</p> <p>Homem: 7 Mulher: 2 (PT e PP)</p>			<p>de professor da rede estadual de ensino. Manifestação em rede social com falta de urbanidade: “Se foderam gados. Chegou o fim da família de vocês. Suas crianças vão entrar nas drogas, suas mulheres na prostituição e os homens na homossexualidade. Amém senhor”. Manifestação ofende a comunidade e voto proferido por ministro do STF (?), averiguar e punir o infrator. 09/08/23 – assinam todos os vereadores.</p>			
	<p>Nova Erechim</p> <p>Prefeito: (PP) Vice (PL)</p> <p>Câmara Vereadores: PP: 2 MDB: 2 PSD: 2 PT: 2 PSDB: 1</p> <p>Homem: 6 Mulher: 3 (PT, PP e PSDB)</p>	---	<p>- Projeto de Lei 09/21: realização de homenagem, no mês de março, a mulheres relevantes na história municipal. Resgatar memória apesar do desprezo a figura feminina – relembrar a participação das mulheres na construção e desenvolvimento da cidade.</p> <p>- Projeto de Lei 20/21: Plano Plurianual do município. Dentre as</p>	---	<p>- Moção 02/23: Apoio ao Congresso para garantir prerrogativas constitucionais face ao ativismo judicial do STF. Repete argumentos. Proposta vereador MDB, todos os demais assinam.</p>	<p>- Projeto lei 40/21: institui o Programa Código Sinal Vermelho, como forma de socorro e ajuda para mulheres em situação de violência doméstica. Ideias inovadoras do AMB e CNJ. Políticas públicas para coibir violência doméstica.</p> <p>- Projeto lei 02/21: semana conscientização e combate a violência contra mulher – 16 dias de ativismo, sob responsabilidade da</p>	---

		diretrizes: garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, étnico raciais e de gênero.			Secretaria de Assistência Social.	
Nova Itaberaba	---	- Projeto de Lei 16/21: Plano Plurianual do município. Dentre as diretrizes: garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, étnico raciais e de gênero.	---	---	---	---
Prefeito: (PSD) Vice (MDB) Câmara Vereadores: PP: 3; PSD: 2 MDB: 2; PL: 1 PT: 1 Homem: 7 Mulher: 2 (PP e PP)						
Paial	Prefeito: (PSD; Vice (MDB) Câmara Vereadores: PP: 2; PSDB: 1; MDB: 1; PSD: 3; PT: 2 Homem: 7 / Mulher: 2 (PT e MDB)					
Pinhalzinho (22 arquivos)	- Moção 09/22: apoio ao movimento LGBTQIA+, criação da UNA LGBT na cidade. Respeito a diversidade e pluralidade, fundamental para a consolidação da democracia. Basta violação de direitos e violências, afirmar a liberdade de orientação sexual e	- Projeto Resolução 02/2018: institui março o evento: Todos por elas. Igualdade de gênero e empoderamento da mulher. - Emenda ao projeto de Lei 03/17: modifica a nomenclatura dos cargos que estão todos no masculino para que possam ser lidos também no	- Ata reunião ordinária n. 34, de 09/10/23. Vereador comenta sobre políticas públicas para crianças, educação inicia em casa e os pais não deve esperar que na escola a criança seja educada, preocupado e preciso repensar situações como ideologia de gênero.	- Lei 2806/22: política municipal de combate á pobreza menstrual. Prevenção doenças e evasão escolar; acesso gratuito a absorventes higiênicos. Combater desinformação e tabu, combater desigualdade de gênero. Promover a saúde de pessoas trans masculinas,	- Projeto Lei: 27/23: institui o Agosto Lilás, dedicado a ações de combate a violência contra mulher. Ações de não violência e igualdade de gênero. Respeito direitos humanos e denúncia das violências. Consequência de um cultura patriarcal conservadora. (Vereadora PP).	- Projeto de Lei 03/21: semana de combate a pedofilia, cyberpedofilia e abuso sexual de crianças e adolescentes. Fórum bem me quer e CMDCA. Fixar cartazes em estabelecimentos. -Moção de apoio 11/20 em relação ao PL 4406/20 que altera Código Penal. Impedimento do
Prefeito: (PSDB) Vice (PSD) Câmara Vereadores: PP: 3 PSDB: 1 MDB: 4 PSD: 1 PT: 2 Homem: 7						

	<p>Mulher: 4 (PP, MDB, PT e PP)</p>	<p>identidade de gênero.</p> <p>- Requerimento 30/22: convite ao presidente da UNA LGBT do município para uso da tribuna do povo para explanar sobre movimento, objetivos e ações. Necessidade de estender a mão, olhar o próximo com empatia – Uma trará força para conquista e garantia de direitos humanos e sociais a cada um.</p> <p>- Ata reunião ordinária n. 33, de 03/10/23. Participação da UNA LGBT. Dados morte e violência de pessoas LGBT. Responsabilidade do legislativo, proteção pela família. Educação para respeito a diversidade, desde a infância. Vereador comenta sobre números de morte serem baixos e diminuição dos crimes violentos no Brasil. Presente da sessão ressalta</p>	<p>gênero feminino. Justificativa: várias mulheres ocupam cargos na administração pública.</p> <p>- Projeto Lei: 26/20: Plano municipal de esportes – 2019-2029. Meta acessibilidade: acesso, integração e inclusão de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos de diferentes grupos socioeconômicos, étnicos, religiosos, de gênero, de pessoas com deficiência, necessidades especiais nas práticas esportivas e de lazer.</p> <p>- Resolução 02/21: criação da Procuradoria da Mulher. Combater violência e discriminação. Ações déficit na representação política.</p> <p>- Moção 06/18: repúdio e profunda preocupação com manifestação nas redes sociais e exposição da imagem feminina em protesto contra</p>	<p>- Ata reunião ordinária n. 33, de 03/10/23. Vereadora comenta questionamento político e que não é de direita nem de esquerda mas preza pela verdade. Não apoia nenhum movimento, mas as pessoas e LGBT que sofrem preconceito, foram expulsas de casa, pessoas que pensam em suicídio. É contra o aborto, mas não é contra mulheres que já praticaram porque essas muitas vezes já se arrependeram e o fizeram por falta de políticas públicas, não julga essas pessoas pois isso cabe a ela, mas cabe entender, acolher e amparar e se trata de política pública. (...) Vereador parabeniza eleição Conselho Tutelar, trabalho com crianças e adolescentes, que é defensor da causa por ter proposto PL de proteção a pedofilia e cyber pedofilia. Sobre o aborto afirmar que não é o papel do STF na descriminalização do aborto e convidou</p>	<p>não binárias e gênero fluídas.</p> <p>- Moção 17/23: apoio Congresso Nacional contra ativismo judicial STF em razão ADPF 442. Repete texto outras moções.</p>	<p>- Moção 05/18: Implantação do Programa Guardião Maria da Penha (PMSC), a partir do evento Todos por elas, e da Carta da Mulher Pinhalense. Ampliar políticas de atendimento a mulher para fim da violência e promoção igualdade de gênero.</p>	<p>pagamento de fiança em casos de favorecimento da prostituição de menores, divulgação de imagens de estupro e crimes virtuais. Ciberpedofilia e intensificação no contexto da pandemia. Consequências físicas e emocionais.</p>
--	-------------------------------------	---	---	---	--	---	---

		<p>espaço representativo e plural da Câmara.</p> <p>- Projeto Lei 54/19: dispõe sobre o serviço de acolhimento de família acolhedora para crianças e adolescentes. Requisitos para habilitação: possuir mais de 21 anos, sem restrição quanto ao gênero, estado civil e orientação sexual.</p>	<p>posições políticas e candidaturas, desqualificando a luta das mulheres por igualdade, respeito e reconhecimento. Igualdade social e de direitos (resgate panorama internacional de direitos das mulheres, principalmente ONU, mulheres brasileiras com destaque na política (ver MAIS). Ferramentas tecnológicas (performances ousadas e nudez) para denigrir a imagem da mulher e fomentar ódio.</p> <p>- Projeto de Lei 25/23 – criação conselho de segurança pública – avaliar serviços públicos e privados zelando pelos direitos humanos e proteção do cidadão.</p> <p>- Lei 2481/22 – sistema municipal de ensino. Conhecimentos e conteúdos da educação básica: orientação técnica sobre prevenção ao</p>	<p>vereadores para fazer moção ao Congresso Nacional que se manifeste sobre a pauta.</p> <p>- - Ata reunião ordinária N.32 de 2023. 25/08/23. Vereador usa tribuna para abordar ditadura do poder judiciário, censura, que banheiro unissex foi pauta no final de semana, que na campanha eleitoral foi proibido, mas que agora o governo está flexibilizando e autorizando tal prática. Partidos nanicos estão judicializando tudo, Suprema corte política. Trabalhador não quer ver seu dinheiro em manifestação de esquerda, sindicatos, marco temporal, aborto. STF fazendo trabalho do legislativo, quem dá voz a população. Vereadora rebate fala que foi em Chapecó e já tinha banheiro unissex e o presidente nem tinha assumido, e que as pessoas entravam e não tinha problema nenhum.</p>			
--	--	--	---	---	--	--	--

		uso de drogas, educação sexual, educação ambiental e para o trânsito. Princípios de respeito aos direitos humanos, diversidade e sustentabilidade socioeducacional.	-Ata reunião ordinária N.4 de 21/02/22. Vereador parabeniza educação municipal por conceder novo piso do magistério. Parabeniza presidente Bolsonaro que evitou ideologia de gênero e aumentou piso dos professores.			
Planalto Alegre Prefeito: (PP) Vice (MDB) Câmara Vereadores: PP: 2; MDB: 2 PSD: 2; PT: 1 PSL: 1; PL: 1 Homem: 7 Mulher: 2 (MDB e MDB)	---	---	---	---	- Projeto Lei 01/20: obrigatoriedade de afixação de avisos com o disque 180 – denúncia violência contra mulher.	---
Santiago do Sul Prefeito: (MDB); Vice (PSDB) Câmara Vereadores: PSDB: 1; MDB: 5; PSD: 2; PSDB: 1; PT: 1 Homem: 6 / Mulher: 3 (PSDB, PSD e MDB)						
São Carlos Prefeito: (PP) Vice (PL) Câmara Vereadores: PP: 2; PSDB: 2; MDB: 3; PL: 1; PT: 1	---	- Resolução 02/22: inaugura Galeria Lilás – resgatar história das mulheres parlamentares. Comemora de forma tímida pois falta muito para proporcionalidade da participação de mulheres na política.	---	---	---	---

	<p>Homem: 7 Mulher: 2 (PT e PP)</p>		<p>Pioneiras que enfrentaram as dificuldades e discriminação de gênero.</p> <p>- Lei 01/07: Lei orgânica município. Princípios: Fundamentado na dignidade da pessoa humana, reduzindo desigualdades regionais e sociais, bem-estar sem preconceito de origem, raça, cor, religião, sexo, idade ou outra discriminação.</p>				
	<p>Serra Alta Prefeito: (DEM), Vice (PSDB) Câmara Vereadores: PP: 2; PSDB: 1; MDB: 2; PSD: 1; PT: 1; PODE: 1; DEM: 1 Homem: 6 / Mulher: 3 (PODE, MDB e PT)</p>						
	<p>Sul Brasil Prefeito: (MDB); Vice (PP) Câmara Vereadores: PP: 2; PSDB: 2; MDB: 1; PODE: 2; PT: 1; PL: 1 Homem: 8 / Mulher: 1 (PSDB)</p>						
	<p>União do Oeste</p> <p>Prefeito: (PSD) Vice (PSD)</p> <p>Câmara Vereadores: PP: 2 PSD: 4 MDB: 3</p> <p>Homem: 7</p>	---	<p>- Lei 1247/2023 – funcionamento do Conselho Tutelar: dignidade sexual</p> <p>- Lei 1220/22 – gestão democrática escolha de diretor/a – respeito direitos humanos e valorização da diversidade.</p>	<p>-- Moção de Repúdio 05/23: apela ao governador de SC contra manifestação de professor da rede estadual de ensino. Manifestação em rede social com falta de urbanidade: “Se foderam gados. Chegou o fim da família de vocês. Suas crianças vão entrar nas drogas, suas</p>	<p>- Moção 07/2023: manifestação de vontade da maioria absoluta do povo de União do Oeste para impedir a usurpação da competência primária do poder legislativo de legislferante. Repete texto das demais moções.</p>	---	---

	Mulher: 2 (PSD e PSD)			<p>mulheres na prostituição e os homens na homossexualidade. Amém senhor”. Manifestação ofende a comunidade e voto proferido por ministro do STF (?), averiguar e punir o infrator. 09/08/23 – assinam todos os vereadores.</p>	<p>- Lei complementar 139/22: atualização do sistema municipal de educação. Cuidado com dados pessoais da esfera íntima dos professores: origem racial/étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato, dados de saúde, biométricos e da vida sexual. Conhecimentos e conteúdos da educação básica: orientação técnica sobre prevenção ao uso de drogas, educação sexual, educação para o trânsito, ética e cidadania.</p>		
<p>AMAI (Associação dos municípios do Alto Irani) – 14 municípios.</p>	<p>Abelardo Luz</p> <p>Prefeito: (MDB) Vice (Solidariedade)</p> <p>Câmara Vereadores: PP: 2; PSD: 1 MDB: 2; PT: 4 PL: 2</p> <p>Homem: 10 Mulher: 1 (PT)</p>	<p>---</p>	<p>- Lei 1713: comemorações dia internacional da mulher.</p> <p>- Lei 1657: cria o COMDIM: eliminar discriminação que atinge mulher, incentivar direitos da mulher, participação na política.</p>	<p>- Notícia 11/10/18: secretária educação e diretor do IFC esclarecem polêmica sobre ideologia de gênero em Congresso. Trabalho apresentado: Gênero e sexualidade: considerações sobre identidade e diversidade. Diretor: Questões de gênero presentes no cotidiano: dupla jornada de trabalho das mulheres, violência sexual de</p>	<p>---</p>	<p>*Identificado documentos do COMDIM e outros órgãos convidado e cobrando ações no que tange a violência contra mulher (Não identificado atividades legislativas que contemplem o assunto).</p>	<p>---</p>

			adolescentes e crianças. Não está incluído no currículo escolar.			
Bom Jesus Prefeito:(PL); Vice (PSD) Câmara Vereadores: PP: 2; PSD: 2; MDB: 2; PL: 3 Homem: 8 / Mulher: 1 (PL)						
Entre Rios Prefeito: (MDB) Vice (PDT) Câmara Vereadores: PP: 2; PSDB: 3; MDB: 2 PL: 1; Cidadania: 1 Homem: 7 Mulher: 2 (PP e MDB)	---	---	---	---	---	-Indicação 08/21: medidas necessárias para aderir a lei 13935/19 sobre serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação. Melhorar a qualidade dos processos de ensino aprendizagem para município que tem alto índice de vulnerabilidade social, violência sexual de crianças e adolescentes, problemas psíquicos e emocionais.
Faxinal dos Guedes Prefeito: (MDB) Vice (MDB) Câmara Vereadores: PP: 1 PSD: 3 MDB: 3 PT: 1 PODE: 1	- Ata sessão ordinária de 30/05/2011: vereador questiona gastos do Ministério da educação com kit homofobia, que respeita a opinião de cada um, mas como pai de família vê que essas questões devem começar educar em cada e parabenizou presidenta Dilma que trançou o	- Lei 171/22: Sistema de ensino do município. Contemplar propostas pedagógicas das escolas do campo no respeito as diferenças e o direito à igualdade em todos aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.	- Projeto de Lei 04/21: garante aos estudantes o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais. Educação básica, superior e concursos públicos. Proibida linguagem neutra na grade curricular e material didático. Defesa dos estudantes da aplicação de	- Lei 2028/2007: convênio com o GAPA para atividades sobre saúde sexual, com ênfase em sexualidade, gênero, DAT/HIV/AIDS e violência sexual, para 2008. - Ata sessão ordinária 24/04/2017. Vereador agradece aprovação de projeto	---	---

	<p>Homem: 8 Mulher: 1 (PSD)</p>	<p>projeto, pois o kit era um exagero de filmagens e na sua opinião tem muitas questões mais importantes de se resolver, e apoiou os professores para que não desistam de suas reivindicações.</p>		<p>aprendizado destoante das normas e orientações legais. Justificativa: Pode atentar contra direito do cidadão e desenvolvimento social da população brasileira. Pauta ideológica que tenta segregar as pessoas. ARQUIVADO.</p> <p>- Ata sessão ordinária 06/03/2018: tema da “ideologia de gênero” deve ser melhor estudado. Outro vereador cumprimenta mulheres pelo seu dia.</p>	<p>de sua autoria contrário ao aborto. (*não localizado)</p>		
<p>Ipuacu Prefeito: (PT); Vice (MDB) Câmara Vereadores: PT: 3; MDB: 2; PL: 2; PDT: 2 Homem: 8 / Mulher: 1 (PT)</p>							
<p>Lajeado Grande Prefeito: (PSL) / Vice (MDB) Câmara Vereadores: PP: 3; PSD: 2; MDB: 2; PSL: 2 Homem: 7 / Mulher: 2 (PP e PSD)</p>							
	<p>Marema Prefeito: (PP) Vice (PSD) Câmara Vereadores: PP: 4 MDB: 5 Homem: 8 Mulher: 1 (MDB)</p>	<p>---</p>	<p>- Projeto Lei 02/2017 – Cria Secretaria de assistência Social. Ações do CRAS com situações de vulnerabilidade em diferentes ciclos da vida, e combate as discriminações de gênero, etnia, deficiência, idade, entre outras.</p>	<p>---</p>	<p>---</p>	<p>- Moção 03/2019: instalação DPCAMI em Xaxim, frente altos índices de violência doméstica nas cidades da comarca.</p> <p>- Projeto de Lei 01/2018: semana municipal de combate a violência contra mulher. Diferentes formas de violência, direitos e atendimento às vítimas.</p>	<p>---</p>

<p>Ouro Verde Prefeito: (PL) / Vice prefeita (PCdoB) Câmara Vereadores: PP: 1; PSDB: 1; PSD:2; DEM: 2; PL: 2; PSB: 1 Homem: 8 / Mulher: 1 (PSB)</p>						
<p>Passos Maia</p> <p>Prefeito: (MDB) Vice (MDB)</p> <p>Câmara Vereadores: PP: 2 MDB: 2 PT: 3 PSD: 2</p> <p>Homem: 6 Mulher: 3 (PP, PSD e PT)</p>	---	---	---	---	---	<p>- Lei 767/16: programa de combate ao bullying, ação interdisciplinar de participação comunitária nas escolas. Atitudes agressivas intencionadas e repetitivas – relações desiguais de poder. Ações de cunho verbal, moral, sexual, psicológica, material, física e virtual. Assistência a vítima e estímulo a solidariedade, amizade e respeito às diferenças.</p>
<p>Ponte Serrada</p> <p>Prefeito: (MDB) Vice (Republicanos)</p> <p>Câmara Vereadores: PP: 3 MDB: 3 PL: 1 Republicanos: 1 PSC: 1</p> <p>Homem: 6 Mulher: 3 (PP, MDB e PP)</p>	---	<p>- Projeto Lei 30/17 – sistema municipal de ensino. Conhecimentos e conteúdos da educação básica: orientação técnica sobre prevenção ao uso de drogas, orientação sexual, identidade de gênero, educação ambiental e para o trânsito. Princípios de respeito aos direitos humanos, diversidade e sustentabilidade socioeducacional.</p>	<p>- Projeto de Lei 19/21: garante aos estudantes o aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino. Proíbe linguagem neutra.</p> <p>* Ata 28/21: flexão de gênero é masculino e feminino – dois gêneros biológicos. Grupos querem produzir contrassenso linguístico e histórico, que pode causar estranheza e</p>	---	<p>- Projeto Lei 20/21: obrigatório ensino de noções básicas da lei Maria da Penha nos estabelecimentos de ensino. Respeito direitos humanos e promoção da igualdade de gênero, prevenindo e evitando as práticas de violência contra mulher. A ser desenvolvida pelo CMDIM em parceria com movimentos de mulheres e movimentos feministas. VEREADOR PSC.</p>	<p>- Projeto de Lei 09/21: institui Maio Laranja: conscientização, prevenção orientação e combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Despertar a comunidade para situação de violência doméstica, prostituição, uso de drogas e pedofilia.</p>

			<p>- Projeto Lei 20/2018 –Política Municipal de assistência Social. Ações do CRAS com situações de vulnerabilidade em diferentes ciclos da vida, e combate as discriminações de gênero, etnia, deficiência, idade, entre outras.</p> <p>- Projeto de Lei 06/23: prêmio mulher empreendedora. Justificativa: Incentivo frente desafios na gestão de negócios devido preconceito de gênero e outras barreiras sociais. Superação da violência doméstica e sejam principal personagem da própria vida.</p> <p>- Indicação conjunta 02/21: criação do COMDIM e Fundo Mulher. Direitos e políticas públicas para mulheres, especialmente em situação de violência doméstica.</p> <p>- Moção 19/22: auxílio financeiro a Rede Feminina de</p>	<p>desconforto. Problema é o analfabetismo. “As escolas não devem despertar nas crianças, curiosidades por temas inapropriados como sexualidade e ideologia de gênero e diversidade sexual. Que precisam pensar muito, porque são familiares que estão nos bancos escolares, e muitas vezes o desejo é por entender que se inicia por uma palavra mal aplicada”. VEREADOR PSC APROVADO POR UNANIMIDADE.</p>			
--	--	--	---	--	--	--	--

	<p>Xanxerê</p> <p>Prefeito: (PSDB) Vice (MDB)</p> <p>Câmara Vereadores: PP: 1 MDB: 3 PT: 2 PSL: 1 Republicanos: 1 Podemos: 1</p> <p>Homem: 9</p>	<p>- Notícia: 05/04/17: uso da tribuna pelo presidente da UNA LGBT para destacar trabalho desenvolvido na região e inclusão política na sociedade.</p> <p>- Notícia 24/08/17: município deve criar Conselho Municipal dos direitos LGBT. Combate a discriminação e promoção dos direitos. Em setembro sessão de cinema sobre Visibilidade Trans – e desfilarm no 07 de setembro com esse tema. Preconceito e agressão por motivos homofóbicos.</p>	<p>- Resolução 18/23 nomeia membros para Procuradoria da Mulher.</p> <p>- Notícia 15/06/22: presidente Câmara participa lançamento campanha Junho Violeta: direitos e prevenção da violência contra pessoas idosas.</p> <p>-Notícia 11/03/13: Criação do COMDIM e Projeto 59/13: programa de educação e prevenção nas escolas: DST/AIDS, educação sexual e cidadania, drogas.</p>	<p>-Notícia 16/10/23 – Lance Notícias. Vereador apresenta projeto de lei contra linguagem neutra, nas escolas do município. Denúncias de instituições onde a pauta ideológica distorce o correto ensino da língua portuguesa. Tentativa de incluir quem não se sente confortável em se associar a gênero feminino e masculino (expressões obrigade e elu).</p>	<p>- Notícia de 19/09/18: vereadores do PT propuseram projeto de gravidez segura de prevenção a SAF – síndrome alcohólica fetal.</p>	<p>- Notícia 24/04/17: Câmara passará recurso para implantação da Delegacia da Mulher.</p> <p>- Notícias de abril e maio de 2017: exposição fotografia Violência contra a mulher – um olhar anterior) e debate sobre Lei Maria da Penha.</p> <p>- Notícia; 21/08/17: coletivo Janete Cassol busca parceria com Câmara para ações sobre violência contra mulher. 16 dias de ativismo.</p> <p>- Notícia 06/12/17: roda de conversa com homens sobre violência contra mulher – ressignificar machismo e privilégios sociais.</p> <p>-Notícia 01/07/19: prestigia lançamento do projeto Semear que combate a violência contra mulher na área rural. Parceria município com Sicoob.</p> <p>- Notícia 09/08/22: falas sobre campanha Agosto Lilás – conscientização pelo fim da violência contra mulher. Presença: COMDIM e Rede Catarina PMSC.</p>	<p>- Notícia 21/03/14: Padre Marcelo Spezzia fala sobre tráfico humano, tema da campanha da Fraternidade. Adoção ilegal, exploração do trabalho e exploração sexual, extração de órgãos. Objetivo conscientizar a sociedade civil e processo de libertação das pessoas. Destaques dos vereadores: região rota de tráfico, realidade silenciosa e próprio governo faz isso (médicos cubanos e imigrantes haitianos cujas leis trabalhistas não são aplicadas).</p> <p>- Notícia 19/05/18: vereadores participam do dia do abraço, organizado pelo Fórum pelo Fim da violência e exploração sexual infanto-juvenil.</p> <p>- Notícia 24/05/18: projeto de lei quer intensificar o combate a exploração sexual infanto juvenil. Cartazes em locais públicos com disquete 100.</p>
--	--	---	---	---	--	---	---

	<p>Xaxim</p> <p>Prefeito: (MDB) Vice (MDB)</p> <p>Câmara Vereadores: PP: 1 MDB: 5 PSL: 3 PSD: 2</p> <p>Homem: 11</p>	<p>- Projeto Lei 89/13: Conselho Municipal de Juventude. Dentre as atribuições, possibilitar canal de comunicação, com diversidade de posicionamentos em relação a políticas públicas, como: diversidade religiosa, gênero e orientação sexual, diversidade étnico racial, movimento estudantil (...).</p> <p>- Lei 4087/15: Plano municipal de educação. PCNs educação infantil considerar a realidade sociocultural das crianças considerando a pluralidade e diversidade étnica, religiosa, de gênero, social e cultural. Espaço lúdico que considera estas perspectivas. Secretaria da Juventude – desigualdades enfrentadas pelos jovens – raça e gênero, orientação social e deficiências físicas. Formação de</p>	<p>- Lei Ordinária 2941/13, cria COMDIM. Ampliação participação da mulher, programas de combate a exploração sexual e violência contra mulher. Equidade de gênero. Atenção a saúde e direitos reprodutivos.</p> <p>- Lei 4397/19 – Estrutura e funcionamento do Conselho Tutelar: afastamento e guarda em família extensa em caso de ameaça a dignidade sexual</p> <p>- Lei 4438/20: cria Galeria Lilás e mês da mulher no poder legislativo.</p> <p>- Requerimento 28/23: sessão solene homenagem dia das mães. Necessidade de solidificar a valorização daquelas que são responsáveis por gerar, educar e conduzir a família e ser um alicerce para a sociedade.</p>	<p>---</p>	<p>- Moção 17/23: ao Congresso nacional tendo em vista a usurpação de funções pelo STF na ADPF 442. Relativismo que estimula o desrespeito a vida humana, não apenas ao nascituro. Ativismo judicial, como caso da descriminalização do uso de drogas. Repete parágrafos finais.</p>	<p>- Moção 02/18: Criação de departamento de atendimento a mulheres vítimas de violência no complexo da Polícia Civil. Violência doméstica, independente da raça, etnia, orientação sexual, idade e condição social. Romper silêncio e círculo vicioso, ofertando atendimento em ambiente adequado.</p> <p>- Requerimento 259/19. Solicitar apoio deputada Marlene Fengler (PSD), Escola do Legislativo, para Seminário sobre violência doméstica.</p>	<p>- Moção 01/13: apoio ao governador de SP (Geraldo Alckmin) para emenda no ECA e redução da maioria penal. Jovem é homem feito, pode votar, ser universitário, tem tempo, aprendizado pela internet. Imperioso que seja responsabilizado como adulto em crimes de violência sexual, contra a vida e a sociedade.</p> <p>- Moção 03/10: colocação de câmeras filmadora na esquina de escola e demais pontos da cidade, para maior segurança e combate as drogas e prostituição, pedido dos moradores.</p>
--	--	---	--	------------	---	---	---

		<p>profissionais: conhecimento sobre manifestações artísticas, religiosas, étnicas, de gênero e agricultores familiares. Formação continuada sobre gênero, diversidade e orientação sexual, e promoção de direitos sociais.</p>	<p>- Indicação 145/22: implantação da Procuradoria da Mulher – discriminação e violência contra mulher, campanhas igualdade de gênero e déficit representação política social e mercado de trabalho.</p> <p>- Moção 12/20: repúdio ao projeto de Lei 4213/20 da reserva mínima de 30% vagas para candidatas mulheres (Caroline de Toni). Cota ainda garante representatividade – política afirmativa contra retrocesso de direitos conquistados.</p> <p>- Requerimento 27/17: expediente ao sindicato dos trabalhadores do comércio, cumprimento pela caminhada de 23 abril, demonstração de patriotismo para que direitos não sejam assolados (reforma presidência e trabalhista)</p>				
<p>AMAUC (Associação dos Municípios do Alto Uruguai</p>	<p>Alto Bela Vista Prefeito: (MDB)</p>	<p>---</p>	<p>---</p>	<p>---</p>	<p>---</p>	<p>- Projeto 05/21: inclusão calendário a Semana de conscientização e combate ao feminicídio</p>	<p>---</p>

Catarinense) – 14 municípios.	Vice (MDB) Câmara Vereadores: MDB: 6 PT: 1 PL: 1 PSD: 1 Homem: 6 Mulheres: 3 (MDB, MDB e MDB)					e violência contra mulher. Mecanismos históricos e culturais que geram a desigualdade entre homens e mulheres e alimentam pacto de silêncio e conivência com estes crimes. - Projeto de decreto legislativo 02/22: mantido o veto de chefe do executivo ao projeto de lei 05/21.	
	Arabuta Prefeita (PSD) Vice (PL) Câmara Vereadores: PP: 1; MDB: 4 PL: 3; PSDB: 1 Homem: 7 Mulher: 2 (MDB e PL).	---	- Resolução 12/21: criação da Procuradoria da Mulher – proteger direitos das mulheres contra Violência e discriminação. Promoção igualdade de gênero. Participação efetiva no legislativo.	---	- Moção 08/23: apelo ao Congresso Nacional frente ADPF 442. Repete argumento dos demais municípios.	---	---
	Concórdia (33 arquivos) Prefeito: (PSDB) Vice (PL) Câmara Vereadores: PSDB: 4 MDB: 1 PT: 3 PL: 4 PDT: 1	- Indicação (?) de 29/09/22: campanha de conscientização para erradicação do preconceito contra a comunidade LGBTQUIA+ . LGBTFobia e ódio a população LGBT: homofobia. Pesquisas a cada 20 horas morre pessoa por ser LGBT no Brasil. Pessoas que não	- Moção 08/23: Moção de repúdio a atos de racismo, a exemplo do que ocorreu com atleta Vinicius Júnior na Espanha. Estatuto da igualdade Racial – preconceito discriminatório e racista não é tolerável e aceitável no século XXI, independente de gênero, raça, credo,	- Notícia 08/11/16: representante sindical apresenta manifesto na Câmara. Sinasefe – Solange Zotti. Posicionamento dos professores – classe em relação a PEC 241/55, teto dos gastos (escola para ricos e escola para pobres). Escola sem partido – lei da mordaca,	- Moção 15/23: Apoio e preocupação ao Congresso Nacional – ADPF 442 e possível ativismo judicial do STF. Repete texto anterior. - Lei 5587/21: programa de dignidade menstrual que visa erradicação da	- Lei 5838/23: prioridade às mulheres vítimas de violência doméstica na aquisição de casas populares de programas habitacionais. 5% das casas, demonstrar violência sofrida. Assinar termo de compromisso que não residirá com o agressor, sob pena de perda do imóvel.	- Indicação 151/23: institui o Maio Laranja - combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Abuso e exploração (turismo sexual, tráfico, pornografia e rede de prostituição). Luta dos direitos sexuais de crianças e adolescentes – desenvolver

	<p>Homem: 10 Mulher: 3 (PT, PT e PSDB)</p>	<p>escolheram essa condição não paguem com suas próprias vidas a intolerância de quem não aceita essa comunidade.</p> <p>- Requerimento 71/21: solicita comparecimento da presidente da UNA LGBT, para dispor sobre o movimento e comemoração de 1 ano da entidade na cidade. Mandato coletivo vereadora PT – Mulher de Coragem.</p> <p>- Projeto de Lei 96/17: Institui o dia de luta contra a Lesbofobia, homofobia, bifobia e a transfobia. Combate LGBTfobia e conscientização da população.</p> <p>- Lei 5035 – Sistema Único de Assistência social, sobre atuação do CREAS – prestar atendimento especializado pra crianças, adolescentes, mulheres idosos e pessoas com deficiência com</p>	<p>cor ou não. Caso Vini Junior e racismo no esporte. Proteção e reparação das vítimas destes crimes. Organização Negra NIARA de Concórdia.</p> <p>- Requerimento 95/23 para que Ilka Maria Fretta, responsável pelo CEAC (Centro Apoio às Câmaras municipais) compareça em reunião ordinária para apresentar programa “Antonietta de Barros” – ações afirmativas para eliminação das desigualdades de gênero, raciais e sociais.</p> <p>- Projeto de lei 07/23: título MULHER – destacar mulheres pelo serviço prestado ao município. Indicação por vereador, no dia Internacional da Mulher. Justificativa: importância de pautar a importância das mulheres em suas realidades, representação alimenta bem estar e autoestima, seja de classe, cor ou</p>	<p>criminalizar o professor, cesura a liberdade de expressão. Movimento lindo de ocupação dos estudantes do Instituto Federal.</p>	<p>pobreza menstrual. Saúde de crianças, adolescentes, mulheres e demais pessoas que menstruam. Políticas públicas de saúde e higiene menstrual – combater desigualdade de gênero e promover saúde de pessoas trans masculinas, não binárias e gênero fluido.</p> <p>- Indicação (??) 03/08/22: sugere a administração realização de mobilização social e orientação sobre parto humanizado. Violência obstétrica – abusos, desrespeitos e maus tratos durante o parto. Importância de mãe e filho vivenciar integralmente a experiência do parto natural.</p> <p>- Projeto Lei 31/22: autorização de presença de Doulas no trabalho de parto, parto e pós parto nas maternidades e estabelecimentos hospitalares.</p>	<p>- Projeto de Lei (?) de 06/02/23: Projeto Maria da Penha vai à Escola. Coibir violência contra mulher na rede de ensino. Conscientizar respeito aos direitos Humanos, igualdade de gênero e denúncias de caso de violência. Violência doméstica - Considerado como lugar de proteção, o lar passa a ser um local de risco para mulheres e crianças. Cultura machista do lógica patriarcal, marcada pela desigualdade e perversa lei do silêncio.</p> <p>- Requerimento 97/23: requerer informações das ações e parcerias da Prefeitura para conscientização pelo fim da violência contra mulher. Considera elevados números de MPU e BO.</p> <p>- Projeto Lei 12/21: programa de aluguel social para mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar. Reduzir impacto da mudança de rotina e domicílio em lares afetados por relações marcadas pela violência de gênero.</p>	<p>sexualidade de forma segura e protegida. *** Lei 5530/21: institui o Maio Laranja - abuso e exploração sexual – fomento direitos previstos no ECA.</p> <p>- Projeto 21/21: Projeto Escola que cuida – rede educação infantil – materiais e palestrar e palestras para prevenção do abuso sexual. Aconselhamento, diferente de toques apropriados e inapropriados, autodefesa das crianças.</p> <p>- Lei 4711/14: comercialização, exposição e distribuição de material escolar que contenha imagem que estimule a violência e exploração sexual.</p> <p>- Indicação 72/02: buscar apoio da UNC para ações nas escolas públicas e particulares para importância de denunciar crimes de abuso sexual infanto juvenil – forma de pais ajudarem criança a se defender e identificar</p>
--	--	---	--	---	---	--	---

		<p>direitos violados, e que sofreram discriminação em decorrência da orientação sexual, raça ou etnia, e seus familiares.</p>	<p>orientação sexual, parabenizando-as por essas transformações sociais seja na política, família ou suas comunidades. TSE mulher e voto feminino – luta pelo sufrágio. 8M em favor e reconhecimento das mulheres, sua diversidade e lutas.</p> <p>- Anteprojeto de Lei 02/23: cria selo de qualidade para empresa que apresenta boas práticas de equidade. Igualdade de gênero no ambiente de trabalho. Incentivo empresarial a equidade salarial, evitar abusos e assédio, redução de desigualdade de gênero.</p> <p>- Projeto Lei 116/19: Plano municipal dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Reconhecimento das formas de violência.</p> <p>- Projeto lei 126/13: utilização da linguagem inclusiva de gênero nos atos normativos,</p>		<p>- Moção 03/10: apelo ao congresso Nacional para que sejam reavaliados temas relacionados a censura de imprensa, aborto, símbolos religiosos e mediação pacífica dos conflitos agrários, que trata o Decreto 7037 – Programa Nacional dos direitos Humanos.</p> <p>- Indicação (?) – 22/11/21: políticas de proteção a mulher em situação de vulnerabilidade com utilização do contraceptivo reversível de longa duração de etonogestrel. Possa estar acessível a população como método contraceptivo e planejamento reprodutivo. Evitar falta de cuidado que pode impactar gravidez indesejada (adolescência, usuárias de drogas, com deficiências mentais, moradoras de rua). Município pode economizar gasto com</p>	<p>- Projeto Lei 77/03: uso de espaços publicitários nos ônibus e abrigos de passageiros para campanhas educativas contra violência à mulher.</p> <p>- Projeto Lei 39/21: ensino de noções básicas da Lei Maria da Penha nas escolas. Conscientizar estudantes a partir de 09 anos para importância direitos Humanos, igualdade de gênero e prevenção violência contra mulher. Lei Maria da Penha na Escola.</p> <p>- Lei 5508/21: Política de prevenção e combate a violência doméstica e intrafamiliar. Estimular reflexão do papel masculino e distorções que podem levar a potencial agressividade de autores de violência contra mulher. Redução reincidência. Conscientização e responsabilização dos autores. Desconstrução da cultura do machismo. Construção de alternativas à violência e resolução conflitos familiares. Ressignificação de</p>	<p>alteração de comportamento.</p>
--	--	---	---	--	---	---	------------------------------------

		<p>documentos e solenidades do poder executivo e legislativo. Uso de vocábulos masculinos sem que esse alcance seja atendido à mulher. Utilizar gênero feminino para identificar ocupante do cargo ou função.</p> <p>- Moção (???) de 24/03/22 – repúdio as declarações antidemocráticas do Senador Jorginho Melo em suas redes sociais. Liberdade de expressão não pode desrespeitar espírito republicano e democrático. Estado acolhedor sem exceção de raça, cor, gênero, ideologia política ou cristã. Declaração deve ser para fortalecer democracia e construir novos horizontes para o povo e não instigar o ódio. 7 milhões de catarinenses tem suas convicções e devem ser respeitadas.</p> <p>- Projeto Lei 47/22: implantação de medidas de prevenção ao suicídio nas</p>		<p>acompanhamento de gestação - preservação da vontade feminina sobre o momento de tornar-se mãe, direito de escolha e empoderamento. Danos gravidez indesejada: crianças abandonadas, nascidas com problemas neurológicas, DST e risco HIV.</p>	<p>valores intrínsecos da sociedade no que diz respeito a sobreposição de poder do homem sobre a mulher.</p>	
--	--	---	--	--	---	--

			<p>escolas. Justificativa: dados alarmantes do município, suicídio pode ser prevenido – suicídio infantil – doenças psicológicas e violência intrafamiliar.</p> <p>- Projeto lei 02/21. Criação da Procuradoria Parlamentar da Mulher. Repete texto de outras cidades.</p> <p>- Moção (?) de 12/12/22: repúdio o fato ocorrido com a Vereadora Carla Ayres (PT/SC) na Câmara de vereadores de Florianópolis. Abraçada e beijada a força pelo vereador Marquinhos da Silva. Importunação sexual e violência política de gênero.</p>				
	<p>Ipira</p> <p>Prefeito: (PL) Vice (PL)</p> <p>Câmara Vereadores: MDB: 1 PT: 4 PL: 4</p>	---	<p>- Notícia 6/3/23: 30º encontro da mulher ipirense. Dicas e conscientização dos direitos. Envolvimento de mulheres de várias gerações.</p>	---	<p>- Notícia 14/04/14: Projeto Informando para a vida – Secretaria de Saúde e promoção social. Trabalhos sobre higiene bucal, sexualidade, conhecendo o corpo, higiene corporal, métodos</p>	<p>- Notícia 11/10/18: criação de lei que institui Semana mundial de combate a violência contra mulher. Palestra: autoestima, saúde, sexualidade e violência contra mulher, com assistente social e consteladora familiar. Valores de uma família</p>	<p>- Notícia 19/05/23: passeata em prol do Maio Laranja – combate ao abuso e exploração sexual infanto-juvenil.</p> <p>- Notícia 20/05/16: pedágio informativo em comemoração ao dia nacional de</p>

	<p>Homem: 4 Mulher: 5 (PT, PT, PL e MDB)</p>				<p>contraceptivos, gravidez na adolescência, DST/AIDS, reeducação postura e outros.</p> <p>- Notícia 25/11/15: Programa saúde na escola, com temas sobre alimentação saudável, DST, cuidados higiene e sexualidade na adolescência.</p> <p>- Notícia 25/11/13; Semana de valorização da vida – salvar vidas e resgate de valores em relação a autoestima, alcoolismo e tabagismo, sexualidade, DST, gravidez na adolescência, aborto e consequências, má alimentação, histórias lúdicas.</p>	<p>devem ser preservados para que haja respeito – mulher precisa de autoestima elevada para tomar decisões. Ao final mulheres foram agraciadas com oficinas de artesanato, auto maquiagem e manicure.</p>	<p>combate a violência e exploração sexual infante juvenil. Adesivo carros e imãs de geladeira</p>
	<p>Ipumirim</p> <p>Prefeito: (PT) Vice (PT)</p> <p>Câmara Vereadores: PP: 2 MDB: 2 PT: 2 PL: 2</p>	---	<p>- Notícia 07/03/21: a força feminina na política e liderança. Ocupar seu lugar pela competência e não apenas condição de gênero. Evolução feminina – profissões coordenadas por elas, em especial as mulheres vereadoras.</p> <p>Evolução nos</p>	---	---	---	<p>- Indicação 39/21: implantação de equipe multiprofissional para acompanhar alunos, professores e famílias no processo de inclusão e ensino aprendizagem. Solucionar problemas na escola e casa – questões soais que está fora do alcance do</p>

	<p>PSD: 1</p> <p>Homem: 6 Mulher: 3 (PT, PP e PSD)</p>		<p>modelos gerenciais públicos – cargos e funções desempenhados exclusivamente por homens. Presidenta da Câmara: sociedade machista - mulheres que não acreditam nas mulheres.</p> <p>Destaque e nomeação de servidoras públicas – participar da vida social ocupando seu lugar por competência e não apenas pela conjunção de gênero.</p> <p>- Projeto de Lei 12/17: Sistema Municipal de ensino. Ensino fundamental: inclusão no currículo de conteúdos sobre trânsito, educação sexual, meio ambiente, prevenção ao uso indevido de drogas, direitos constitucionais e ECA.</p> <p>- Resolução 12/21: criação da Procuradoria da Mulher: violência e discriminação, equidade de gênero, déficit de representação política,</p>				<p>professor e interfere aprendizagem.</p> <p>Dificuldades: covid-19, avaliação de deficiência, e os de origem da violência doméstica, abuso sexual e outras situações sociais.</p>
--	--	--	---	--	--	--	--

			palestras motivacionais e disciplinares.				
	<p>Irani</p> <p>Prefeito: (PP) Vice (PSDB)</p> <p>Câmara Vereadores: PP: 3 MDB: 3 PL: 2 PSD: 1</p> <p>Homem: 7 Mulher: 2 (MDB e MDB)</p>	<p>- Projeto Lei 12/19: Dispõe sobre a instituição do serviço de alta complexidade no SUAS – família acolhedora. Dentre os critérios de habilitação: responsável núcleo familiar deve ter entre 21 e 60 anos, sem restrição quanto a gênero, estado civil e orientação sexual.</p> <p>- Projeto Lei 10/21: prestação de serviços de psicologia e serviço social na rede pública de ensino básico. Contribuir para: acompanhar famílias em situação de ameaça, violações de direitos humanos e sociais; violência doméstica e intimidação sistemática (bullying); combate ao racismo, sexismo, homofobia, discriminação social, cultural e religiosa; fortalecer a cultura de promoção de saúde física, mental,</p>	<p>- Projeto de Resolução 02/21: criação da Procuradoria da mulher: participação efetiva no legislativo; violência e discriminação; igualdade de gênero.</p> <p>- Lei ordinária 09/18: cria o COMDIM. Políticas públicas sobre a ótica de gênero e garantia a igualdade de oportunidade e direitos entre homens e mulheres, de forma a assegurar a população feminina o pleno exercício de sua cidadania. Compromisso com a democratização das relações sociais. Eliminação preconceito, discriminação e violência.</p> <p>- Projeto Lei 06/19: estrutura e funcionamento do CT: dignidade sexual.</p> <p>- Projeto lei 15/15: PME, trata nas</p>	---	<p>- Projeto de Lei 10/21: distribuição de absorventes higiênicos em escolas e UBS.</p> <p>- Moção 11/23: ao Congresso Nacional contra ADPF 442. ** Resume e repete argumento das demais moções.</p>	<p>- Projeto Lei 17/23: Programa Viva Mulher destinado ao apoio as mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Promoção autonomia financeira, qualificação profissional, geração de emprego e renda e inserção no mercado de trabalho. Observar princípios da dignidade da pessoa humana, igualdade e da não revitimização. Incluir em atividades dos serviços públicos e mobilizar empresas para disponibilizar vagas</p>	<p>- Projeto Lei 27/22: programa Conecta Irani, nos pontos turísticos e espaços públicos. Acesso notícias, plataformas educacionais, entretenimento, buscas e pesquisas (interação e conhecimento), sendo proibido o acesso a sítios de pornografia, pedofilia, apologia ao crime e materiais ilícitos.</p> <p>- Indicação 96/21: CMDCA entre em contato com Ministérios da Mulher, Família e Direitos Humanos para implantação de programas que preparem famílias para a prevenção de abusos sendo eles sexuais ou não, orientando crianças e adolescentes, devido momento de pandemia.</p> <p>- Projeto lei 08/21: serviço de transporte escolar. Motivo de rescisão contratual: assediar sexual e moralmente os</p>

		sexual e reprodutiva.	diretrizes apenas da promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, diversidade e sustentabilidade socioambiental. ** Repete demais leis, mas retira parte de gênero.				usuários no transporte escola. - Projeto Lei 15/06: programa municipal de combate a violência e exploração sexual infantil juvenil. Contratação temporária programa Sentinela (psicólogo, assistente social e educador) – atendimento às vítimas.
	Itá Prefeito: (PL) / Vice (podemos) Câmara Vereadores: PP: 1; MDB: 4; PL: 2; Podemos: 1; PSDB: 1 Homem: 7 / Mulher: 2 (MDB e PL)						
	Jaborá Prefeito: (PSL) / Vice (PP) Câmara Vereadores: PP: 2; MDB: 4; PT: 1; PSL: 2 Homem: 7 / Mulher: 2 (MDB e PSL) *Site Câmara de vereadores não permite buscas automáticas.						
	Lindóia do Sul	---	- Edição 2021: Carta de serviços da Câmara Municipal de vereadores. Ouvidoria. Fomentar participação do cidadãos, transparência das ações e cultura que respeite os direitos humanos, promova cidadania e democracia participativa.	---	---	---	---
	Perituba	---	- Indicação 36/21: instituição do conselho Municipal da Juventude.	---	---	---	---

	<p>Câmara Vereadores: PP: 3 MDB: 2 PSL: 1 PL: 3</p> <p>Homem: 5 Mulheres: 4 (PL, PL, MDB e MDB)</p>		<p>- Lei 2114/17: Cria o Conselho Municipal dos direitos da pessoa com deficiência.</p> <p>- Lei 2118/2017. SUAS. Configura situação de vulnerabilidade temporária os riscos, perdas e danos, como: ocorrência de violência física, psicológica ou exploração sexual no âmbito familiar ou ofensa a integridade do indivíduo.</p>				
	<p>Piratuba</p> <p>Prefeito: (PSD) Vice (PSD)</p> <p>Câmara Vereadores: PSD: 4; MDB: 4; PL: 1</p> <p>Homem: 6 Mulher: 3 (MDB, MDB e PL)</p>	---	---	---	<p>- Moção 06/23: repúdio a ADPF 442: Direitos a vida é superior aos demais direitos do ser humanos. Contraria valores e princípios constitucionais.</p>	---	---
	<p>Presidente Castello Branco</p> <p>Prefeito: (PL) Vice (PT)</p>	---	<p>- Lei 1950/23: estrutura e funcionamento do CT: dignidade sexual.</p>	<p>- Ata 2359, de 25/10/22. Vereador comenta do ato democrático do dia 30, país passando por censura do judiciário. Não se pode mais chamar Lula de ex-</p>	---	---	---

	<p>Câmara Vereadores: PP: 3 PSDB: 5 PL: 1</p> <p>Homem: 8 Mulher: 1 (PSDB)</p>			<p>presidiário, questionando como o povo pode ter eleito alguém que defende aborto, ideologia de gênero, povo desarmado e ressaltou que baixou a taxa de homicídios após liberação de armas. Comparou com Venezuela, e que fome se controla com emprego.</p>			
	<p>Seara</p> <p>Prefeito: (PSD) Vice (PP)</p> <p>Câmara Vereadores: PP: 3 MDB: 1 PT: 1 PSD: 4 PDT: 2</p> <p>Homem: 11</p>	--	---	<p>- Ata 42/22 de 24/10/22: Carta de diversos cidadãos ao vereador do PT, que alegou que quem usa a bandeira do Brasil é desordeiro, entre outras ofensas contra os cidadãos.</p> <p>Defendem democracia contra presidente corrupto e projeto de poder. EUA e liberdade de expressão – poder da palavra. Uso político do STF e destinar milhões a países ditadores. Hospitais substituídos por estádios de futebol, criminalidade aumentava e corrupção. Aparelhamento universidades, jornais e televisões – projeto hegemônico da escola de Frankfurt.</p>	---	---	---

				<p>Perseguições religiosas, ideologia de gênero, aborto, decadência ético moral. Lutam pela economia oeste continue prosperando, não é por Bolsonaro, mas ele trouxe amor pelo Brasil e patriotismo.</p> <p>- Ata 27/17 de 17/08/17 – vereador diz que protocolou lei do Escola sem partido. Ambiente escolar livre de política partidária, pode ter ensinamento político.</p>			
	<p>Xavantina</p> <p>Prefeito: (PL) Vice (PT)</p> <p>*Chapa cassada – compra votos. Eleição 07/05/2023: Prefeito (PL) e Vice (PT)</p> <p>Câmara Vereadores: PP: 1 MDB: 1 PT: 4 PL: 1 PSD: 1</p> <p>Homem: 6</p>	---	<p>- Resolução Mesa Diretoria 03/22: criação Procuradoria da Mulher.</p> <p>- Projeto Lei 28/21: plano Plurianual. Dentre as diretrizes: garantia de direitos humanos e universalização das ações de governo.</p> <p>- Resolução 01/17: aprova o plano decenal de direitos humanos de crianças e adolescentes.</p>	---	---	<p>- Lei 03/2018: Semana Municipal de combate a violência doméstica e familiar contra mulher.</p>	---

	Mulher: 3 (PT, PT e MDB)						
AMMOC – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (12 municípios)	Água Doce Prefeita (PL), Vice (PL) Câmara Vereadores: PP: 4; MDB: 1; PL: 4 Homem: 8 / Mulher: 1 (PL)						
	Capinzal Prefeito: Nilvo Dorini (MDB) Vice Prefeita (PL) Câmara Vereadores: PP: 3 PSDB: 1 MDB: 2 PL: 1 PODE: 1 PDT: 1 Homem: 8 Mulher: 1 (MDB)	- Projeto de Lei: 20/19: Código de ética da administração pública. Proibidas quaisquer práticas discriminatórias com relação a gênero, raça, religião, cultura e opção sexual. - Lei Ordinária 2188/07: Dispõe sobre o programa de acolhimento familiar provisório de crianças e adolescentes. Dentre os critérios para participação do programa: idade superior a 21 anos, sem restrição quanto a sexo, estado civil e orientação sexual.	- Resolução 30/23: cria a Procuradoria da Mulher. Proteger direitos das mulheres, principalmente contra violência e discriminação. Reforma política e igualdade de gênero. - Projeto de Lei 05/21: redução da jornada de trabalhos públicos municipais, que sejam pais ou responsáveis de crianças portadoras da síndrome do espectro autista. - Lei 3411/21: obrigatoriedade de comunicação pelos condomínios residenciais, comerciais ou mistos, quando houver em seu interior a ocorrência ou indícios de violência doméstica e/ou familiar contra mulheres, crianças, adolescentes ou idosos.	- Ata 3219/23, de 15/08/23: Vereador comentou sobre projetos na esfera legislativa federal que contem ideologia de gênero, manipulação das redes sociais, censura e brigas políticas partidárias.	- Moção 30/23: Congresso Nacional – contra ativismo judicial ADPF 442 do STF, defesa prerrogativas do Congresso nacional, composto por representantes eleitos pra traduzir vontade da população em decisões sérias e responsáveis. Separação dos poderes e preservação do princípio democrático. - Lei 3163/15: institui o SIMAE – medidas sócio educativas. Saúde: oferecer grupos de promoção a saúde com temas relacionados a sexualidade, direitos sexuais, prevenção DST/AIS, uso de álcool e outras drogas. Práticas educativas que promovam a saúde sexual e reprodutiva, em temas como:	- Projeto de Lei 06/22: institui a Semana Maria da Penha nas Escolas. Reflexões sobre o combate a violência contra mulher e feminicídio – efetivar denúncias. ** Veto total ao Projeto de Lei 06/22: existir norma anterior mais completa e abrangente do que este projeto. Lei Federal 1464/21. - Projeto de lei 06/21: adiciona item para vedar a nomeação para cargos em comissão, no legislativo e executivo, de pessoas condenadas pelos crimes previstos na Lei Maria da Penha e Feminicídio. - Indicação (?) de 22/11/21: que poder executivo forneça vale transporte para mulheres vítimas de violência doméstica. O mínimo para sobreviver longe dos agressores que as oprimem. Dependência emocional e financeira.	- Indicação 71/04: solicitação a PM para no período entre 02:00 e 05:00 realização de ronda nas proximidades da empresa Perdição, visto que funcionários são constantemente vítimas de assaltos e tentativas de estupro.

			<p>- Lei 3342/19: instituiu o COMDIM. Libertação e valorização da mulher. Eliminar da legislação disposições discriminatórias. ** Não menciona gênero.</p> <p>- Lei 3320/19: política nacional de atendimentos dos direitos da criança e adolescente. Estrutura e funcionamento do CT: dignidade sexual.</p> <p>- Lei 3045/12: PME. Meta até 2016: implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero. GERED e CT.</p>		<p>planejamento familiar, orientação sexual, gravidez, paternidade, maternidade responsável, contracepção, DST/AIDS, orientações Direitos sexuais e reprodutivos. Princípios da não discriminação em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, associação ou pertencimento a qualquer minoria.</p>		
	<p>Catanduvas</p> <p>Prefeito: (MDB) Vice (MDB)</p> <p>Câmara Vereadores: PSDB: 1; PL: 1; MDB: 4; PSD: 2;</p>	---	<p>- Projeto de Lei 183/21: COMDIM. ** Não anexa justificativa e texto do projeto.</p>	---	---	---	---

	DEM: 1					
	Homem: 7 Mulher: 2 (DEM e MDB)					
	Erval Velho Prefeito: (PP); Vice (PSL) Câmara Vereadores: PP: 2; MDB: 4; PL: 1; PSL: 2 Homem: 8 / Mulher: 1 (PSDB)					
	Herval d'Oeste Prefeito: (PP) Vice (PL) Câmara Vereadores: PP: 3 PSDB: 2 PSC: 1 PL: 3 Homem: 8 Mulher: 1 (PL)	---	- Projeto de Lei 47/23: acrescenta membros no COMDIM. ** Não anexa justificativa e texto do projeto. - Emenda 08/15 da Lei Orgânica Municipal. Dentre os princípios: prevalência dos direitos humanos. Da criança e adolescente: respeito aos DDHH, prevenção e educação sexual. Da pessoa com deficiência transtornos mentais: respeito aos DDHH e atendimento médico e psicológico em caso de exploração sexual, tortura, pressão psicológica ou intoxicação por efeito de entorpecentes e drogas.	---	- Moção 15/23: ao Congresso Nacional, para não acolhimento da ADPF 442, reforça código penal e código civil (personalidade começa do nascimento com vida, mas põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro). Observar antes as causas sociais e não simplificar seus efeitos.	---
Ibicaré Prefeito: (MDB) Vice (PL)	---	- Lei complementar 01/23: estrutura e funcionamento do CT: dignidade sexual.	---	---	---	---

	<p>Câmara Vereadores: PP: 1; PSDB: 1; PL: 3; MDB:3; PT: 1</p> <p>Homem: 9</p>						
	<p>Joaçaba</p> <p>Prefeito: (PSDB) Vice (DEM)</p> <p>Câmara Vereadores: PP: 1; PSDB: 2; DEM: 1 MDB: 1 PL: 4</p> <p>Homem: 7 Mulher: 2 (PL e PP)</p>	---	---	<p>* Notícia portal Catarinas 17/02/23 sobre projeto antigênero em SC. Comenta sobre projeto contra linguagem neutra/inclusiva em Joaçaba. **Não tem informações no site da Câmara – atas, notícias e atividades legislativas.</p>	<p>- Moção 36/23: Ao Congresso Nacional face APDF 442. ** Resume e repete argumentos de demais textos.</p> <p>- Projeto de Lei 10/23: programa de apoio psicológico as mulheres que sofreram aborto espontâneo ou óbito fetal. Estresse pós traumático e depressão. Acolhimento nas UBS.</p> <p>- Projeto de Lei 18/23: institui campanha Dezembro Vermelho, prevenção HIV/AIDS e infecções sexualmente transmissíveis. Proteção de direitos humanos de quem vive com as infecções. Reforças a solidariedade, tolerância,</p>	<p>- Projeto de Lei 08/23: institui a campanha Agosto Lilás, dedicado a prevenção e conscientização pelo fim da violência contra mulher. Respeito aos DDHH e necessidade de denunciar casos.</p> <p>- Projeto de Lei (?) de 2022: distribuição de dispositivo de segurança/aplicativo conhecido como Botão do Pânico para pessoas vitimadas por violência doméstica e amparadas pro MPU. Reduzir índices de violência doméstica e familiar contra mulher</p> <p>- Indicação (?) de 08/03/22: estudo de viabilidade para implantar um abrigo para mulheres vítimas de violência. Acolhimento institucional em situação de risco de morte ou grave ameaça, as vítimas</p>	<p>- Projeto de Lei 20/23: obrigatoriedade de afixação de cartaz com informações suficientes para denunciar a presença de crianças e adolescentes em estabelecimentos que comercializem produtos com conotação sexual ou erótica. Expostos a fatos e circunstâncias que afetam sua moral, dignidade e direitos – combater onda de erotização.</p>

				compaixão, compreensão com as pessoas infetadas. Romper barreiras e preconceitos.	e seus filhos que sofrem violência doméstica.		
	<p>Lacerdópolis Prefeito: (MDB); Vice Prefeita: (MDB) Câmara Vereadores: PP: 3; MDB: 6 Homem: 7 / Mulher: 2 (PP e MDB)</p>						
	<p>Luzerna Prefeito: (PL) Vice (PL) Câmara Vereadores: MDB: 3 PT: 1 PL: 5 Homem: 6 Mulher: 3 (MDB, MDB e MDB)</p>	---	- Projeto de Lei 11/23: estrutura e funcionamento do CT: dignidade sexual.	---	<p>- Moção 09/23: Apoio ao Congresso Nacional face ADPF 442. Ativismo político judicial. Tema nunca logrou êxito, visto que representantes não concordam com o que está se pretendendo autorizar na esfera judicial.</p> <p>- Projeto de Lei 11/22: ações de promoção a dignidade menstrual, de conscientização e informação sobre a menstruação, o fornecimento de absorventes higiênicos. Combater precariedade menstrual, saúde mulher, reduzir evasão escolar de estudantes em idade reprodutiva e prejuízos aprendizagem. Questão saúde</p>	---	---

					pública e direitos humanos.		
Ouro	---	- Projeto Lei 07/23: estrutura e funcionamento do CT: dignidade sexual. - Moção 07/22: apoio a pauta das organizações de mulheres e da agricultura camponesa e familiar. Jornada 8M pela vida as mulheres: sem machismo, racismo e fome. Descaso governo seca, crise climática e pandemia. Violência do campo contra mulheres. Missão de produção diversificada de alimentos. - Requerimento 12/21: executivo mande informações sobre imigrantes e se existe projeto acolhedor que contemple necessidades destas pessoas. Assegurar direitos humanos.	--		- Moção 63/23 de apoio ao Congresso Nacional na defesa das prerrogativas constitucionais e republicanas. STF não pode assumir papel de legislador – reparar poderes e preservação dos princípios democráticos. - Moção 57/23 de apoio ao Congresso Nacional face tentativa de legalização do aborto. Pauta abortista. ** Repete integralmente texto.	--	---
Prefeito: (PSDB) Vice (PP) Câmara Vereadores: PP: 1 PSDB: 2 MDB: 2 PSD: 1 PL: 2 PT: 1 Homem: 8 Mulher: 1 (PT)							
Treze Tílias	Prefeito: (DEM); Vice (MDB) Câmara Vereadores: PP: 3; MDB: 3; PL: 2; PSD: 1 Homem: 8 / Mulher: 1 (PP)						
Vargem Bonita	---	- Lei Ordinária 605/04: dia da empresa cidadão e	---	---	---	- Lei 1161/19: inclui no calendário a semana de conscientização e	- Indicação 39/15: executivo viabilize de forma urgente curso
Prefeita							

	<p>(MDB) Vice (MDB)</p> <p>Câmara Vereadores: PP: 1 PSDB: 3 MDB: 5</p> <p>Homem: 5 Mulher: 4 (PSDB, MDB, MDB e MDB)</p>		<p>selo social. Indicadores balanço social: dentre perfil trabalhadores (cargo de chefias por mulheres, portadores de necessidades especial e negros), padrão de atendimento e desenvolvimento humano e qualidade de vida da comunidade.</p> <p>- Indicação 09/15: fixação de placas nas salas de aula de rede municipal do disque 100 e sua funcionalidade.</p>			<p>combate do feminicídio e violência contra mulher.</p> <p>- Indicação 95/22: para que seja trabalho na primeira infância, escolas e creches o tema da violência doméstica.</p>	<p>aos profissionais de saúde e CT sobre atendimento imediato em casos de crianças vítimas de violência doméstica, seja sexual, psicológica ou física, pedofilia, e de mais formas de violência.</p> <p>- Lei 507/2002: mutuário se obrigará a utilizar imóvel para residência própria e de seus familiares, podendo exercer atividade autônoma de serviços e atividade comercial de pequeno porte, com exceção de bares, casas de jogos, prostituição e igrejas.</p>
<p>AMARP – Associação dos municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (15 municípios)</p>	<p>Arroio Trinta</p> <p>Prefeito: (PSD) Vice (PSDB)</p> <p>Câmara Vereadores: PP: 1 PSDB: 3 PSL: 1 MDB: 2 PSD: 1 DEM: 1</p> <p>Homem: 8 Mulher: 1 (PSL)</p>	<p>---</p>	<p>- Lei 1825/17: SUAS – composição CMAS: representantes de políticas sociais básicas, direitos humanos, finanças e planejamento. Sobre BPC barreiras que impedem e dificultam o acesso e permanência de crianças e adolescentes com deficiência – ações envolvendo políticas educação, saúde, assistência social e direitos humanos. Situação de vulnerabilidade</p>	<p>---</p>	<p>- Lei 1172/06: PME – currículo da educação fundamental: adaptação realidade urbana e rural, orientação sobre prevenção uso de drogas, proteção meio ambiente, técnicas agropecuárias, trânsito, educação sexual e introdução a informática.</p>	<p>---</p>	<p>---</p>

			temporária contempla: violência física, psicológica ou exploração sexual no âmbito familiar ou ofensa a integridade.				
Caçador	<p>Prefeito: (PSDB) Vice (DEM)</p> <p>Câmara Vereadores: PP: 2 PSDB: 3 DEM: 3 MDB: 3 PL: 1 PSD: 1</p> <p>Homem: 12 Mulher: 1 (PP)</p>	<p>- Ata 56, de 07/11/23. Moção 20/23 de aplauso a UNA LGBT- fração Caçador. Proposta vereador União Brasil que aborda igualdade e respeito a diversidade, relata episódio de agressão a drag queen em Balneário Camboriú, destaca importância do respeito as orientações sexuais e identidade de gênero, elogiou representantes da comunidade LGBTQIAPN+, como governador do RS, importância de combater preconceito e intolerância. Reconhece amigo cabeleireiro por seu trabalho social e coração bondoso. (...) Na palavra livre o presidente da UNA LGBT destaca busca por direitos igualitários, 7 anos da entidade enfrentando</p>	<p>- Projeto Lei 12/23: estrutura e funcionamento CT: dignidade sexual.</p> <p>- Requerimento 133/23: parabeniza núcleo da mulher empreendedora da ACIC pela palestra sexualidade e saúde da mulher – desfile de pijamas e lingerie da marca Daniela Tombini.</p> <p>** Requerimento 56/23: parabeniza núcleo da ACIC pela palestra sexualidade feminina – fases da mulher.</p> <p>- Projeto de Resolução 01/22: criação da Procuradoria da mulher. Igualdade de gênero, políticas para mulheres, violência e discriminação, déficit de representação política.</p> <p>- Moção 05/22: repúdio a violência</p>	<p>- Ata 48 de 20/07/22. Vereador comenta sobre pleito e escolha dos representantes, e que o voto para presidente nunca foi tão fácil. Porque um representa o bem o outro o mal, afirmando que esse último defende o aborto, é contra a família e é contra Deus, por tudo isso, reitera a relevância das pessoas saírem de casa para votar e exercerem seus direitos.</p>	<p>- Indicação 520/21: estude a viabilidade de projeto de lei sobre educação sexual e higiene para crianças e adolescentes, visando combater abuso sexual e estupro nas comunidades carentes. Pobreza menstrual. Aumento índices de violência sexual por familiar, papel da escola observar comportamentos. Doação de absorventes – parceria público/privada</p>	<p>- Requerimento 255/23: Parabenizar a Associação Maria Rosa – AMAR e grupo de teatro Vento Negro, pelo II Encontro Todos por elas – violência contra mulher. COMDIM e Psicologia da UNIARP pela parceria.</p> <p>- Requerimento 42/22: parabeniza instituições, dentre elas COMDIM pela caminhada em defesa das mulheres vítimas de violência doméstica, programação da 2ª Jornada da Mulher 2022.</p> <p>- Projeto Lei 08/21: institui Agosto Lilás – conscientização e prevenção à violência conjugal, doméstica e familiar contra as mulheres. Denúncia, combate, formas de violência e ações relacionadas a não violência (igualdade de gênero, cidadania, direitos da mulher).</p>	<p>- Requerimento 167/23: parabeniza Secretária de educação pela caminhada de conscientização ao combate ao abuso e exploração sexual infante juvenil.</p> <p>- Projeto lei 31/22: serviço de transporte escolar. Motivo de rescisão contratual: assediado sexual e moralmente os usuários no transporte escola.</p>

		<p>machismo, racismo e LGBTQIA+fobia, mês da diversidade, inúmeras crianças, adolescentes e jovens sofrem com piadas, bullying, preconceito e discriminação. Veio desmitificar informações equivocadas sobre o movimento LGBTQIAPN+. Legislativo ajude criar ações para enfrentamento da violência. (...) Vereador volta mencionar casos de discriminação em suas próprias casas, ressaltou ECA e direito de exercer sexualidade de forma livre.</p>	<p>política de gênero sofrida pela vereadora Dandara Ferreira Gissoni, perpetrada pelo vereador Wellington Felipe – câmara de Caçapava SP.</p> <p>- Projeto Lei 63/21: reestruturação do COMDIM. Equidade de gênero, eliminação do preconceito e da discriminação, controle social das políticas públicas. Superarão desigualdades de gênero. Diálogo e articulação com movimento de mulheres.</p>			<p>- Lei 3677/21: estabelece reserva de vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar, em editais de licitação e habilitação que visem a contratação de empresas para prestação de serviços continuados, terceirizados e concessões/permissoes de serviços públicos. 5% vagas.</p> <p>- Indicação 508/21: campanha de conscientização de combate a violência doméstica e familiar contra mulher, principalmente em edifícios e conjuntos habitacionais. Morando com o inimigo.</p>	
	<p>Calmon</p> <p>Prefeito: (PP) Vice (PT)</p> <p>Câmara Vereadores: PP: 2 PDT: 4 PSDB: 1 MDB: 1 PT: 1</p>		<p>- Lei 994/23: estrutura e funcionamento CT: dignidade sexual. ** Lei 847/19: Política Municipal dos direitos da criança e adolescente. Aborda sobre CT.</p> <p>- Projeto resolução: regulamente Galeria Lilás. Exaltar e reconhecer história das mulheres</p>	---	---	---	---

<p>Homem: 6 Mulher: 3 (PSDB, PP e PP)</p>		<p>parlamentares no município.</p>					
<p>Fraiburgo</p> <p>Prefeito: (DEM) Vice (PSD)</p> <p>Câmara Veredores: PP: 1 DEM: 3 Cidadania: 1 MDB: 1 Patriota: 1 PSD: 1 PSC: 1</p> <p>Homem: 7 Mulher: 2 (PSL e DEM)</p>	<p>- PROJETO DE - LEI Nº 2728/2022 INSTITUI O ESTATUTO DOS DIREITOS E DAS POLÍTICAS MUNICIPAIS PARA AS MULHERES DE FRAIBURGO (ESTATUTO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES). Na categoria mulheres, compreende-se a diversidade, considerando-se as relações étnico-racial, a diversidade cultural, a diversidade religiosa, a diversidade filosófica, diversidade de gênero e de todas as nacionalidades. Mulheres LGBTQIA+. Rede de Atendimento às Violências de gênero contra as Mulheres. Implementação de políticas públicas municipais na educação básica que</p>	<p>- Lei 2565/22: criação do COMDIM. Integração da mulher - liberação e valorização.</p> <p>- Criação da Procuradoria da Mulher. Igualdade entre homens e mulheres, enfrentamento de discriminação e violência. Políticas equidade, defesa direitos da mulher, déficit de representação política.</p> <p>- Lei 2391/17 - utilidade pública municipal a “ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL ESPORTIVA E EDUCACIONAL ADAD - FB. Finalidade de atender a todos que a ela se dirigir, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa. Promoção da assistência social às minorias e excluídos. Promoção</p>	<p>- Projeto Lei 2524/17: Programa escola sem partido. Dentre princípios: neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado; direito estudante ser informado dos direitos; Direitos dos pais sobre educação moral e religiosa. Professor não deve se aproveitar de audiência cativa, nem constranger alunos as suas convicções; tratar questões políticas, socioculturais e econômicas de forma justa de acordo com matéria; respeitar direito dos pais. Justificativa: adesão estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas (doutrinação), especialmente moral sexual, incompatíveis com o que é ensinado por pais. Cria condições para bullying político e ideológico – sectarismo da</p>	<p>- Moção 26/23: apoio ao Congresso Nacional, garantir prerrogativas constitucionais e republicanas face ADPF 442. Parte do povo é sim contrário ao aborto. Seja decidido de maneira ilegítima e inapropriada pelo STF.</p> <p>- Projeto de Lei: 2764/22: semana de orientação e prevenção da gravidez na adolescência. Redução incidência, métodos contraceptivos, divulgação de risco para as mães adolescentes e filhos recém nascidos. Prática sexual cada vez mais precoce e sem prevenção. Adolescentes deixem estudos, saiam de casa, pratiquem abortos, abandonem crianças, fujam de sua realidade – círculo vicioso de pobreza. Danos</p>	<p>- LEI Nº 2761/2022 INSTITUI O SELO “EMPRESA AMIGA DA MULHER” NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Ações e projetos em favor da valorização das mulheres vítimas de violência doméstica familiar e institucional, ou em situação de vulnerabilidade social. Incentivo pré-natal, condições adequadas para amamentação, saúde da mulher.</p> <p>- Projeto de Lei 2674: veda nomeação de cargos em comissão de pessoas que tenham sido condenadas pelas Lei Femicídio e Maria da Penha. Violência e mortes violentas por razões de gênero.</p> <p>- Moção 07/18: reivindica ao governo do Estado a instalação da DPCAMI no município. Crescendo o índice de criminalidade: violência contra mulher e estupro de vulnerável. Maus tratos crianças e adolescentes e violência</p>	<p>- PROJETO DE LEI Nº 2736/2022 INSTITUI O MÊS “MAIO LARANJA”, DEDICADO AO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Combater violências cometidas contra aqueles que representam o futuro. Defender a Primeira Infância, dada a relevância dos primeiros anos no desenvolvimento do ser humano. Procuradoria da Mulher.</p> <p>- Lei 2515/20: semana municipal da juventude. Papel cidadão. Ações com seguintes temas: problemas causados uso de álcool drogas e cigarros, DST, prostituição infantil, relacionamento familiar, práticas saudáveis de esporte, pedofilia e cyberbullying.</p>	

		<p>promovam a equidade de gênero entre meninas e meninos, e ações de enfrentamento as desigualdades de gênero, classe, raça, etnia e religião. Deve ser garantida a inclusão, na política educacional do Município e currículos, das perspectivas de gênero, raça, etnia, orientação sexual, geracional, das pessoas com deficiência e o respeito à diversidade em todas as suas formas, de modo a garantir uma educação democrática, igualitária e cidadã. Observatório Municipal das violências, deve conter: dados da vítima e agressor - informações: idade, etnia / raça, profissão, escolaridade, relação com a agredida, filhos com a agredida, religião, orientação sexual.</p>	<p>de direitos das pessoas portadoras de deficiência, dos direitos da mulher e da criança, combate a todo tipo de discriminação sexual, racial e social, trabalho forçado e infantil; promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.</p> <p>- Projeto Lei 03/04: Diploma de mulher cidadã. Direitos das mulheres e questões de gênero. Sinalizam novos caminhos e dão testemunhos de solidariedade, paz, profissionalismo, dignidade e perseverança de viver corajosamente.</p>	<p>doutrinação – alunos militantes.</p>	<p>emocionais. Discutir sobre sexualidade e seus riscos.</p> <p>- Projeto de Lei 2731/22: ações de promoção da dignidade menstrual, de conscientização sobre a menstruação, o fornecimento de absorventes higiênicos. Saúde mulher e reduzir evasão estudantes em idade reprodutiva. Questão de direitos humanos e necessidades básicas não atendidas. Educação menstrual: prevenção gravidez não intencional, pessoas que menstruam conheçam seus corpos, abuso sexual. Pessoas que menstruam: meninas e mulheres cis. Pior se ela for pobre, negra ou lésbica.</p>	<p>sexual. Violência contra mulher: projeto Basta de violência. Atos infracionais praticados por adolescentes. Atender dimensão social com psicólogos e assistentes sociais na superação de traumas.</p> <p>- Moção 122/03: apoio ao projeto de Lei 08/2002 no Congresso nacional que determina a notificação compulsória, de casos de violência contra mulheres atendidas nos serviços públicos ou privados de saúde. Em caso de risco à comunidade e ou à vítima, que passa por abuso sexual, tortura, maus-tratos, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual. Vítimas em todo o mundo e classes sociais.</p> <p>- Projeto de Lei 1882/04: Programa apoio a mulher em situação de violência. Criação de centro de apoio / abrigo provisório – abrigo, orientação jurídica, médica, psicológica e social.</p>	<p>- INDICAÇÃO N° 0039/2013 Para que o Poder Executivo em parceria com a empresa Trombini, disponibilize um guarda para a Praça Clube dos Quinze. Reclamações dos moradores de que jovens e adolescentes costumam formar grupos promovendo desordens, além de estar servindo como ponto de droga e prostituição.</p> <p>- INDICAÇÃO N° 0087/2004 Para que seja instalada iluminação elétrica, bem como providenciado serviço de vigilância no Cemitério Público Municipal. Prática de prostituição, rituais de magia negra e consumo de drogas, entre outros atos abusivos.</p>
<p>Ibiam Prefeito: (Cidadania) /Vice (PDT)</p>							

Câmara Vereadores: PP: 3; MDB: 5; Cidadania: 1 Homem: 6 / Mulher: 3 (PP, PP e MDB)						
Iomerê Prefeita (PP) / Vice (PP) Câmara Vereadores: PP: 4; MDB: 5 Homem: 5 / Mulher: 4 (PP, PP, MDB e MDB)						
Lebon Régis Prefeito: (PDT) Vice prefeita (PSDB) Câmara Vereadores: PP: 1 PSDB: 1 PL: 1 DEM: 1 PDT: 1 PSD: 1 PSL: 1 PT: 1 MDB: 1 Homem: 8 Mulher: 1 (PP)	- Projeto de Lei 05/23: regulamenta a lei federal 13935/19, dispõe sobre os serviços de psicologia e serviços social na rede pública de educação. Dentre atribuições: acompanhar familiar em situações de ameaça, violações de direitos humanos e sociais. Promover ações de combate ao racismo, sexismo, homofobia, discriminação social, cultural e religiosa. Fortalecer cultura de saúde física, social, sexual e reprodutiva.	- Projeto Lei 06/23: estrutura e funcionamento CT: dignidade sexual. - Lei 1561/16 – SUAS. Dentre usuários da assistência social: identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual. - Lei 1530/15 - PME, trata nas diretrizes apenas da promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, diversidade e sustentabilidade socioambiental. ** Repete demais leis, mas retira parte de gênero.		- Indicação 87/05: executivo providencie cartilhas educativas e preventivas sobre gravidez na adolescência, para distribuição nas escolas.		
Macieira Prefeito: (MDB) / Vice (PSD) Câmara Vereadores: PSD: 2; PSDB: 3; PL: 3; MDB: 1 Homem: 9						
Matos Costa Prefeito: (PDT); Vice (PT) Câmara Vereadores: PT: 3; MDB: 2; PDT: 2; PL: 2 Homem: 9						

	<p>Pinheiro Preto</p> <p>Prefeito: (PP) Vice (MDB)</p> <p>Câmara Vereadores: PP: 4 PSDB: 2 PSL: 1 MDB: 1 PSD: 1</p> <p>Homem: 8 Mulher: 1 (PSDB)</p>	---	<p>- Lei 1734/14: Serviço de família acolhedor. Requisitos: ao menos um dos membros seja maior de 21 anos, sem restrição de gênero ou estado civil. ** retirou orientação sexual</p> <p>- Lei 1909/2016. SUAS. Configura situação de vulnerabilidade temporária os riscos, perdas e danos, como: ocorrência de violência física, psicológica ou exploração sexual no âmbito familiar ou ofensa a integridade do indivíduo.</p>	---	---	---	---
	<p>Rio das Antas</p> <p>Prefeito: (MDB) Vice (MDB)</p> <p>Câmara Vereadores: PP: 1 PSDB: 1 PL: 2 PSL: 2 MDB: 4</p> <p>Homem: 6 Mulher: 3 (PL, MDB e MDB)</p>	<p>- Projeto de Lei 09/22: regulamenta a lei federal 13935/19, dispõe sobre os serviços de psicologia e serviços social na rede pública de educação. ** repete redação de outros municípios.</p> <p>Violações de direitos humanos e sociais. Combate ao racismo, sexismo, homofobia (...) saúde sexual e reprodutiva.</p>	<p>- Projeto Lei 14/23: estrutura e funcionamento do CT: dignidade sexual. ** Projeto Lei 57/22: dispõe sobre Política Municipal dos direitos da criança e adolescente: repete atribuições CT.</p> <p>- Projeto Lei 63/23: institui a política municipal intersetorial e interdisciplinar de saúde mental – atendimento multiprofissional.</p>	---	---	---	<p>- Projeto Lei 18/22: autoriza legislativo a gastos com premiações alusivas ao Dia Nacional de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. E Dia Internacional da terceira idade.</p>

			Dentre as diretrizes: exercício da cidadania e direitos humanos.				
Salto Veloso	---		<p>- Indicação 02/22: realizar ato solene na sessão ordinária em homenagem ao dia internacional da mulher. 8M conquista de direitos e importância da mulher na sociedade.</p> <p>- Lei 1655/18 - PME, trata nas diretrizes apenas da promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, diversidade e sustentabilidade socioambiental. Prevenção a violência nas escolas, detecção de violência doméstica e sexual. ** Repete demais leis, mas retira parte de gênero.</p> <p>- Lei 1599/18 – SUAS. Dentre usuários da assistência social: identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual.</p>	<p>- Ata 21 de 13/07/2015: Pastor faz uso da palavra e que em nome da Convenção das Igrejas Evangélicas da Assembleia de Deus de SC e Sudoeste do PR em convenção em Piratuba, que fosse enviado ao Estado uma nota para extinguir ou melhor suprimir o termo que entrou de forma sorrateira na Lei Estadual de Educação, que pode trazer prejuízo as famílias catarinenses. O pedido é para suprimir o termo ideologia de gênero no PME, pois o mesmo produzirá diversidade, ambiguidade e suprimindo seguirá as diretrizes do PNE.</p>	---	---	---
<p>Prefeito: (PP) Vice (PL)</p> <p>Câmara Vereadores: PP: 3 PSDB: 2 MDB: 2 Podemos: 1 PSB: 1</p> <p>Homem: 5 Mulher: 4 (PSDB, Podemos, MDB e MDB)</p>							
Tangará							
<p>Prefeito: (Republicanos); Vice (PSDB) Câmara Vereadores: PSL: 2; PSDB: 2; Republicanos: 2; PL: 1; PT: 1; MDB: 1 Homem: 7 / Mulher: 2 (Republicanos e PT)</p>							

	<p>Timbó Grande</p> <p>Prefeito: (PSDB) Vice (PL)</p> <p>Câmara Vereadores: MDB: 2; PP: 1; PSDB: 1; PL: 1; PDT: 1 PSB: 1; PSD: 1; PSL: 1</p> <p>Homem: 9</p>	---	---	---	---	<p>- Projeto Lei 09/19: institui no calendário municipal a semana de conscientização e combate ao feminicídio e violência contra mulher.</p>	---
	<p>Videira</p> <p>Prefeito: (PSD) Vice Prefeita (PP)</p> <p>Câmara Vereadores: PSD: 4 PP: 1 MDB: 3 PSL: 1 Cidadania: 1 PDT: 1</p> <p>Homem: 10 Mulher: 1 (PDT)</p>	---	<p>- Projeto Lei 65/22: política municipal para população imigrante. Dentre princípios: acolhida humanitária, direitos humanos, combate xenofobia, racismo e preconceito. Dentre diretrizes: respeito às especificidades de gênero, raça, etnia, orientação sexual, idade, religião e deficiência.</p>	<p>- Projeto lei 64/23: garante aos estudantes o direito ao aprendizado a língua portuguesa e proíbe a utilização e o ensino da linguagem neutra ou não binária na educação básica pública e privada. Finalidade não identificação ou não definição do gênero masculino e feminino. Sanções administrativas às instituições.</p> <p>- Notícia 27/09/23: Portal UOL. Colégio demite professora gravada ensinando linguagem neutra aos alunos. Sem saber que estava sendo gravada (comenta sobre pessoa não binária e minorias)</p>	<p>- Moção 07/23: apoio ao Congresso nacional em face da ADPF 442. ** Repete integralmente demais moções.</p>	<p>- Indicação 117/22: executivo institua o dia de combate a violência contra mulher. Videirense Daniela Graneman foi brutalmente assassinada pelo companheiro. Acolhida e proteção das mulheres.</p> <p>- Projeto Lei 86/21: programa de incentivo a contratação de pessoas em situação de vulnerabilidade social e vítimas de violência. Inserção mercado de trabalho. Conceder honorarias a empresa que contratar. Mulheres vítimas de violência podem terminar com relacionamento abusivo. Adolescentes em estado de vulnerabilidade.</p>	<p>- Projeto Lei 36/21: serviço de transporte escolar. Motivo de rescisão contratual: assediado sexual e moralmente os usuários no transporte escola.</p>

				<p>- Notícia 01/09/21: Câmara de Vereadores: cinco projetos são aprovados por unanimidade. Na parte da Tribuna Livre fez uso a professora motivada pela fala de vereador (PSL) quando fez menção sobre ideologia de gênero nas escolas. A professora se inscreveu para falar em nome dos professores, esclarecendo trabalho nas instituições e diretrizes para discussão de determinados assuntos em sala de aula.</p>		<p>Busquem nova vida com dignidade.</p> <p>- Moção 05/17: apelo ao governador do Estado, envio de recursos para construção de uma casa de passagem para mulheres vítimas de violência.</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--

APÊNDICE 2: Termo de Consentimento Livre e Explicado



Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E EXPLICADO

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário em uma pesquisa. Após a leitura e esclarecimento sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, rubriche todas as páginas e assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e outra é do pesquisador.

Título da pesquisa: (NEO)CONSERVADORISMOS, OFENSIVAS ANTIGÊNERO E AS PRÁTICAS SEXUAIS NO SERTÃO DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

Pesquisador responsável: Henrique Caetano Nardi

Doutorando: Anderson Luis Schuck

Endereço: Rua Francisco Ferrer Rio Branco, 282/401 – Porto Alegre/RS

Telefone para contato: (49) 98803-6437 e (51) 9219-6559

O objetivo deste estudo é analisar o campo de produção das políticas de gênero e sexualidades na região oeste de Santa Catarina, considerando a metamorfose das alianças entre (neo)conservadorismos e ofensivas antigênero e as possibilidades de resistência a estes movimentos na contemporaneidade. Especificamente sua participação está relacionado com o mapeamento dos atores sociais e institucionais que produzem um campo de forças em relação as políticas de gênero e sexualidades no contexto regional, mais especificamente sobre as possibilidades de resistência às políticas antigênero.

A sua participação na pesquisa consiste na realização de uma entrevista, seguida por uma conversa sobre as questões gerais da pesquisa, que será registrada através de uma gravação de voz. Os temas da entrevista compreendem: história do/a participante com a região oeste catarinense, reflexões sobre o conservadorismo local, o funcionamento das atividades legislativas em matérias que envolvem gênero e sexualidades e como se estabelece o entrecruzamento local das ofensivas antigênero. Após a produção das informações, com a transcrição das entrevistas, será realizada análise com base nas perspectivas genealógicas e cartográficas.

Reconhecendo os desafios em abordar questões sensíveis e polêmicas, tanto de um âmbito político quanto pessoal, importante considerar possíveis riscos da pesquisa, como o

desconforto, invasão da privacidade, quebra do anonimato, exposição de terceiros e receio com a publicização dos resultados. Cabe observar que apesar de muitos/as participantes se posicionarem como figuras públicas, e possivelmente não terem receio da socialização do que for exposto, como critério geral decidiu-se por manter o sigilo e anonimato, em proteção e cuidado com aqueles/as que não desejam ser identificados/as. Para a prevenção e minimização dos riscos será proposta realização da entrevista em ambiente privado, a possibilidade de não gravar conteúdos que considerem sensíveis, a exclusão ou modificação de nome de instituições e terceiros, entre outras medidas que se julgarem necessárias.

Frente ao exposto, ressalta-se que lhe será garantida assistência imediata, sem ônus de qualquer espécie a sua pessoa com todos os cuidados necessários à sua participação de acordo com seus direitos individuais e respeito ao seu bem-estar físico e psicológico.

A decisão de participação é VOLUNTÁRIA, o que significa que você tem o direito de decidir se quer ou não participar, assim como de desistir de fazê-lo a qualquer momento. A entrevista será realizada, em local de sua escolha, desde que estejam asseguradas condições mínimas de estrutura para a realização da mesma (conforto e confidencialidade). A entrevista deverá ter duração de uma (1) hora à uma hora e meia. Estima-se que uma entrevista seja suficiente para a produção das informações.

Dos possíveis benefícios, importante destacar as contribuições para ampliar o conhecimento sobre a realidade local quanto as dimensões de gênero e sexualidades, de mobilizar reflexões sobre os efeitos de pautas e agendas antigênero para a consolidação de direitos para públicos subalternizados, em especial mulheres e população LGBTQIAPN+, e de fornecer subsídios (teóricos e metodológicos) para ampliar possibilidades de resistência nas atividades legislativas municipais e em outros âmbitos da sociedade.

Reitera-se que durante o processo de entrevista você poderá recusar-se a responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal. Além disso, poderá, em qualquer fase da pesquisa, retirar o seu consentimento, sem nenhum prejuízo. Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, favor entrar em contato com o pesquisador responsável e professor orientador.

O consentimento de participação na pesquisa não retira os direitos a indenização, caso julgue prejudicado pelo estudo, nos termos da Lei 10.406/2002 (artigos 927 e 954) e Resolução CNS 510/2016 e Resolução 466/2012.

Em nenhum momento você será identificado(a). Os resultados da pesquisa serão publicados, mas a sua identidade será preservada. As informações obtidas através da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo acima proposto e para a composição do relatório de pesquisa, resguardando sempre sua identidade durante todas as fases da pesquisa. Destacamos que você terá acesso ao conteúdo das informações produzidas pela entrevista antes de sua publicação e o seu armazenamento ficará sobre responsabilidade dos pesquisadores em meio digital, durante cinco anos. Ao término da pesquisa, os resultados obtidos serão retornados a sua pessoa via e-mail, assim como, a devolutiva de todas as etapas da pesquisa, e também uma cópia do trabalho final

Caso você tenha dúvidas a respeito deste estudo, poderá entrar em contato com o pesquisador doutorando (49)988036437, o pesquisador responsável (51) 9219-6559, ou o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul –

UFRGS; Rua Ramiro Barcelos, 2600, Bairro Santa Cecília, Porto Alegre, ou através do número (51) 33085698.

Após a leitura e esclarecimento de todas as dúvidas pelo pesquisador, o TCLE deverá ser rubricado por ambos (pesquisador e pesquisado), nas duas vias em todas as folhas e assinado em seu término.

CONSENTIMENTO DA PESSOA COMO PARTICIPANTE DE PESQUISA

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador/a sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos, bem como os riscos e benefícios decorrentes da minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e ter acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

Local: _____ Data ____/____/_____.

Assinatura do participante da pesquisa:

Assinatura do pesquisador responsável:

APÊNDICE 3: Síntese geral das ações legislativas (2021-2023)

Temática	Notícias e atas de sessões	Projetos de Lei	Municípios envolvidos
*Sem nenhuma menção a questões de direitos humanos, gênero e sexualidades	30 municípios		<ul style="list-style-type: none"> - AMEOSC: Belmonte, Dionísio Cerqueira; Paraíso; Princesa. -AMERIOS: Cunhataí, Iraceminha, Modelo, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Tigrinhos - AMNOROESTE: São Bernardino - AMOSC: Águas de Chapecó, Santiago do Sul, Paial, Serra Alta - AMAI: Bom Jesus, Ipuacu, Lajeado Grande, Ouro Verde, Vargeão - AMAUC: Itá, Jaborá - AMMOC: Erval Velho, Lacerdópolis, Treze Tílias - AMARP: Ibiam, Iomerê, Macieira, Matos Costa, Tangará
Criação do Conselho municipal dos Direitos da Mulher	Existência de 19 CMDIM	Localizado em 14 municípios	São Miguel do Oeste, Caibi; Campo Erê; Novo Horizonte, Abelardo Luz, Ponte Serrada, Xanxerê, Xaxim, Irani, Capinzal, Catanduvas, Herval d'Oeste, Caçador, Fraiburgo
Criação da Procuradoria da Mulher	Existência em 28 municípios	Localizado em 18 municípios	Caibi; Maravilha, Jupia, Quilombo, São Lourenço do Oeste, Águas Frias, Pinhalzinho, Xanxerê, Xaxim, Arabutã, Concórdia, Ipumirim, Irani, Xavantina, Capinzal, Caçador, Fraiburgo
Moções contrárias a ADPF 442 - descriminalização do aborto		29 municípios	<ul style="list-style-type: none"> - AMEOSC: Descanso; Mondaí, Santa Helena, São João do Oeste, São Miguel do Oeste Itapiranga, Anchieta, Tunápolis - AMERIOS: Caibi; Maravilha -AMOSC: Águas Frias, Nova Erechim, União Oeste, Pinhalzinho, Cordilheira Alta, Chapecó -AMAI: Xaxim - AMAUC: Arabutã, Concórdia, Iraní, Piratuba -AMMOC: Capinzal, Joaçaba, Luzerna, Ouro, Fraiburgo ,

			Herval d'Oeste - AMNOROESTE: Galvão, Novo Horizonte
Menção ao termo ideologia de gênero	10 municípios		São Lourenço Oeste, Salto Veloso, Faxinal dos Guedes, São Domingos, Pinhalzinho, Ponte Serrada, Presidente Castello Branco, Seara, Capinzal, Chapecó
Projetos voltados ao combate da LGBTfobia		4 municípios	São Miguel do Oeste e Chapecó (rejeitados) Maravilha e Concórdia (aprovados)
Menciona as atividades da UNA LGBT	4 municípios		Pinhalzinho, Xanxerê, Concórdia, Caçador, Chapecó.
Proíbe a participação de crianças em paradas LGBT		1 município	Chapecó
Proíbe a participação de atletas trans em competições		1 município	Chapecó
Determina uso do banheiro conforme definições do sexo biológico		1 município	Chapecó
Proíbe instalação de banheiro unissex	1 município	1 município	Pinhalzinho Iratí
Propostas do Escola Sem Partido	1 município	2 municípios	Seara Fraiburgo, Chapecó
Proibição do uso da linguagem neutra	2 municípios	6 municípios	Xanxerê, Joaçaba São Miguel do Oeste, Saudades, Faxinal Guedes, Ponte Serrada, Videira, Chapecó

ANEXO 1: Manifesto 7ª Parada de Luta – UNA LGBT Chapecó/SC

7ª PARADA DE LUTA LGBTQIA+ DO OESTE CATARINENSE:

LIBERDADE PARA VIVER!

No dia 30 de junho de 2024, às 15h, na Praça Coronel Bertaso em Chapecó, vamos mais uma vez levantar as nossas vozes, vidas e cores, vamos nos unir em uma única e poderosa marcha, reivindicando o espaço que nos é de direito, exigindo a liberdade que dia após dia nos é negada.

Nos últimos meses, sofremos duros golpes no legislativo municipal. Três leis aprovadas e sancionadas atacam diretamente a população LGBTQIA+ do município, ferindo principalmente a população de pessoas travestis e transexuais. Mas também atacam nossas famílias, nossas alianças e nossa existência.

Liberdade para viver! É um grito de chamado à resistência, um eco que se espalha pela cidade, denunciando a crescente limitação de nossos espaços de existência. Cada vez mais, nos vemos empurrados para as margens, nossas identidades são questionadas e nossos direitos básicos negados. Onde está a nossa liberdade quando pessoas trans não podem competir nos esportes? Onde está a nossa liberdade quando não podemos usar o banheiro conforme nossa identidade de gênero? Onde está a nossa liberdade quando nossas famílias não podem celebrar a parada com seus filhos? Onde está a nossa liberdade quando nossa existência é constantemente questionada e atacada?

O direito de existir é inegociável. Não é apenas sobre banheiros, competições esportivas ou celebrações públicas. É sobre o direito de viver sem medo, sem discriminação, sem violência. É sobre o direito de amar e ser amado, de trabalhar, de estudar, de ir e vir, de existir em plenitude. Nos encontramos na praça, porque na praça é onde a vida pulsa, onde a liberdade se expande, onde a resistência se materializa. Nos encontramos na praça para reafirmar nossa existência, para reivindicar nosso espaço, para celebrar quem somos.

LIBERDADE É NÃO TER MEDO!

(Nina Simone)

ANEXO 2: Carta de compromissos eleições 2024



Carta de compromisso dos/as/es candidatos/as/es às eleições municipais (2024) com as pautas e demandas da população LGBTQIA+ do município de Chapecó.

A União Nacional LGBT (fração Chapecó) enquanto organização política de representação LGBTQIA+ busca firmar a presente carta de compromisso com os/as/es candidatos/as/es ao executivo e legislativo do município de Chapecó como instrumento de diálogo e pactuação do reconhecimento e garantia de direitos para a população de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, intersexo, assexuais, pansexuais, não-binários, entre outras possibilidades de identificação diferentes do padrão cisheteronormativo. Esses compromissos consideram os marcos nacionais e internacionais dos direitos humanos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero, bem como, os princípios constitucionais da não discriminação, liberdade, igualdade e garantia da vida das pessoas LGBTQIA+, que devem ser entendidos/as/es como cidadãs e cidadãos fundamentais na construção da democracia a nível municipal e nacional.

Entendemos que somente em contextos democráticos é possível avançar na consolidação de políticas públicas que garantam a dignidade, proteção e cuidado, contribuindo principalmente para o enfrentamento das violências LGBTfóbicas que seguem produzindo mortes e diversas formas de apagamento sociais e institucionais das existências LGBTQIA+. Sobre isso, cabe o alerta da articulação transnacional de diferentes atores políticos e religiosos numa cruzada contra os direitos das mulheres, pessoas LGBTQIA+ e outros grupos sociais, como imigrantes, indígenas e população negra. Os diferentes interesses neoconservadores destas ofensivas antigênero se nutrem do pânico moral para propagar o ódio contra a

diversidade e mobilizam estrategicamente a moralização das incertezas como argumento para justificar a restrição de direitos e a submissão do Estado às lógicas capitalistas/neoliberais. É preciso reafirmar que as pautas e demandas relacionadas ao gênero e sexualidades estão no centro dos debates atuais sobre a democracia.

O reflexo deste cenário em Chapecó pode ser identificado com a aprovação de 3 legislações. Uma delas denominada como “justa competição do esporte” veda a participação de atletas trans (Lei 7948/2023), e as demais tratam da autorização para uso de banheiros conforme definição biológica de sexo em escolas e templos (Lei 8023/24) e a proibição de crianças em “paradas gays” (Lei 8090/2024). Normativas que se estabeleceram desconsiderando as reivindicações do movimento LGBTQIA+, a produção de um debate público e científico sobre os temas e a manifestação de instituições estatais sobre a inconstitucionalidade destas proposições. Ainda, servem para difundir ideias falsas e irresponsáveis, que como efeitos acentuam a vulnerabilidade e legitimam violências cotidianas contra quem decide viver de forma livre sua identidade e sexualidade e contra arranjos familiares diversos do padrão tradicional, sobretudo, no ataque direcionado às pessoas transexuais e travestis.

O enfrentamento desta realidade desigual perpassa o fortalecimento dos esforços coletivos para construção de alternativas políticas e sociais, deste modo, buscamos pactuar os seguintes compromissos:

1. Atuar para a revogação das leis vigentes acima listadas, reforçando o posicionamento contrário à futuros projetos com teor anti-LGBTQIA+;
2. Intensificar os mecanismos de participação e controle social com a criação do Conselho Municipal LGBTQIA+;
3. Instituir o 17/05 como Dia Municipal de Luta contra a LGBTfobia, com indicação de campanhas para enfrentamento das violências e discriminação, e no reconhecimento dos direitos sociais desta população;
4. Propor, articular e apoiar eventos, seminários e audiências públicas para debater a promoção da cidadania das pessoas LGBTQIA+ em sua intersecção com as diversidades étnico-raciais, deficiências, migrantes, entre outros;
5. Contribuir na construção, implementação, garantia e fiscalização de:
 - a. Observatório das mortes, violências e violações de direitos motivadas por questões de gênero e sexualidade;
 - b. Implementação de área técnica da saúde LGBTQIA+ e fortalecimento das ações da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde LGBT;

- c. Capacitação de profissionais para o atendimento humanizado e superação dos preconceitos que reforçam barreiras institucionais no acesso aos serviços públicos;
 - d. Fomento à editais de cultura para difusão da produção artística de pessoas LGBTQIA+;
 - e. Apoio aos profissionais da/na educação para realizarem ações voltadas ao combate do bullying e preconceito e na promoção do respeito à diversidade de biológica de sexo em escolas e templos (Lei 8023/2024) e a proibição de crianças em “paradas identidade de gênero e orientação sexual, rechaçando a perseguição e cerceamento da liberdade de ensino.
6. Mobilizar articulações institucionais para a criação de serviço especializado de saúde (ambulatório) destinados a população transexual e travestis, respeitando sua autodeterminação e necessidades de cuidado;
 7. Apoiar a realização das Paradas de Luta e outras ações desenvolvidas por entidades e coletivos de pessoas LGBTQIA+ como forma de reconhecimento do pertencimento à cidade e das reivindicações inéditas que se produzem nestes espaços.

Entendemos que essas e outras propostas a serem construídas são caminhos para uma cidade mais justa, projetos para tornar possível com-viver de forma plural, solidária, igualitária e livre de opressões. Nos reunimos nesse período eleitoral para que as pautas e demandas das pessoas LGBTQIA+ sejam consideradas nas definições de um horizonte democrático que se contraponha ao ódio, a destruição e morte. Para tanto, precisamos confrontar o medo intencionalmente mobilizado pelo capitalismo e neoconservadorismo que busca limitar nossa capacidade de agir, sonhar e desejar um outro futuro compartilhado. Liberdade é não ter medo!